

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- DOUTORADO –
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Diego Marques Gonçalves

LIBERDADE SUBSTANCIAL: PRESSUPOSTO PARA O SURGIMENTO DE
TECNOLOGIAS SOCIAIS EM EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Santa Cruz do Sul
2017

Diego Marques Gonçalves

**LIBERDADE SUBSTANCIAL: PRESSUPOSTO PARA O SURGIMENTO DE
TECNOLOGIAS SOCIAIS EM EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Santa Cruz do Sul

2017

Diego Marques Gonçalves

**LIBERDADE SUBSTANCIAL: PRESSUPOSTO PARA O SURGIMENTO DE
TECNOLOGIAS SOCIAIS EM EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – estrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Sílvio Cezar Arend

Professor orientador

Prof. Dr. Marco André Cadoná

Professor examinador – UNISC

Prof^a Dr^a Cidonea Machado Deponti

Professora examinadora - UNISC

Prof^a Dr^a Christine da Silva Schroeder

Professora examinadora – UFRGS

Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Professor examinador - UNIPAMPA

Santa Cruz do Sul

2017

G635L Gonçalves, Diego Marques
 Liberdade substancial : pressuposto para o surgimento de
 tecnologias sociais em empreendimentos de economia solidária? /
 Diego Marques Gonçalves. – 2017.
 200 f. : il. ; 30 cm.

 Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade
 de Santa Cruz do Sul, 2017.
 Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend.

 1. Tecnologia – Aspectos sociais. 2. Economia social. 3.
 Liberdade. I. Arend, Silvio Cezar. I. Título.

CDD: 303.483

Bibliotecária responsável: Jorcenita Alves Vieira - CRB 10/1319

*Dedico esta tese a Luana Echeverria
e à minha família.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Pai Celestial, a quem tudo devo: minha vida, minha família, meus estudos. No teu amor e na tua justiça confio irrestritamente.

Agradeço a toda minha família, de quem recebi apoio incondicional para concretizar o sonho de concluir o doutorado. Em especial, agradeço a meus pais, meus eternos incentivadores, junto de quem obtive e obtenho até hoje todos os referenciais de honestidade e retidão de caráter de que necessito. Obrigado por tudo.

Agradeço, em especial, a minha companheira Luana Echeverria, ao lado de quem compartilhei estes últimos quatro anos de minha existência. Agradeço pela paciência, pelo companheirismo e pela afeto que me dispensou durante o duro período de estudos junto ao doutorado.

Agradeço, outrossim, ao **professor doutor Sílvio Arend**, meu orientador, que aceitou o desafio de ombrear comigo nesta árdua caminhada. Agradeço pelo acolhimento e pela paciência dispendidos a um doutorando proveniente do curso de direito, cuja visão de mundo se expandiu e se enriqueceu ao cabo desses quatro anos de lutas. Sem o senhor, professor, esta tese não teria sido possível.

Agradeço, também, às incontáveis amizades sinceras que conquistei durante o curso. Em especial, agradeço à Vônia Engel, com quem compartilhei angústias e alegrias; à Raquel Lazzari, junto de quem sempre obtive apoio e ombro amigo, nos bons e maus momentos; à Elia Hammes, que compreendeu minhas dificuldades e me ajudou sempre; ao Pedro Müller, que me auxiliou muito durante o curso; e ao Edgar Oliveira, que nos brindava, semanalmente, com intervenções oportunas e enriquecedoras.

Agradeço aos colegas da URCAMP, que sempre me apoiaram incondicionalmente, especialmente aos professores Eduardo Gerzson Souza, Alzira Leal, Hélio Mena, Ana Paula Torres e Neida Floriano.

Agradeço à prof. Salete Oro Boff, exemplo que tento seguir em minha vida acadêmica. Agradeço a ela, também, pelo apoio recebido, em especial à publicação que viabilizou minha defesa.

Agradeço, também, ao amigo Martin Pino, em especial pela parceria em publicação de artigo.

Operário em Construção:

(...)
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.
(...)

Vinícius de Moraes

RESUMO:

As relações existentes entre Empreendimentos de Economia Solidária e Tecnologias Sociais são merecedoras de atenção, uma vez que ambos assuntos, isoladamente, gozam de importância e complexidade. Não bastasse isso, é possível estabelecer uma intersecção entre ambas as temáticas, que, em dados aspectos, se comunicam. Em virtude da necessidade de aclarar os pontos de contato entre Economia Solidária e Tecnologias Sociais, a presente tese propôs o seguinte problema de pesquisa: A existência, entre os trabalhadores solidários, de relações alinhadas com o conceito de liberdade substancial é indispensável para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais no âmbito de Empreendimentos de Economia Solidária? Visando estabelecer os elementos necessários para enfrentar este questionamento, tomou-se como ponto de partida os seguintes objetivos específicos: 1) conheceu-se as intersecções existentes entre capacidade e pobreza; 2) compreendeu-se em que medida as Tecnologias Sociais são formadas a partir da convergência de interesses políticos e sociais; 3) analisou-se os Empreendimentos de Economia Solidária enquanto Tecnologias Sociais. Para tanto, no primeiro capítulo, realizou-se uma digressão atinente aos conceitos de pobreza e exclusão, que permeiam discursos e posições das mais diversas naturezas; as leituras realizadas conduziram à compreensão da pobreza como o fruto da convergência de múltiplos fatores, como a fragilização dos postos de trabalho, questões ambientais, climáticas, dentre outras; a partir dessas colaborações, chegou-se ao conceito de inclusão-injusta, na qual embora o trabalhador exerça atividade remunerada, esta é insuficiente; ainda no primeiro capítulo, discutiu-se as colaborações de Amartya Sen, enfatizando conceitos como capacidade e liberdades substanciais, em especial ao conceito de pobreza como privação de liberdade. No segundo capítulo, expôs-se a questão da não neutralidade científica, segundo a qual os artefatos tecnológicos ficam impregnados dos interesses que condicionam sua formação; referiu-se, também, a respeito da relação existente entre tecnologias e produtivismo, ou seja, da relação existente entre o contexto econômico hodierno e as Tecnologias Convencionais; explorou-se, por fim, a conceituação de Tecnologia Social e as proposições realizadas por esse novo modelo tecnológico. No terceiro capítulo, lançou-se mão da teoria da Adequação Sociotécnica, que busca compreender as relações existentes entre as relações sociais e a tecnologia; neste quesito, enfatizou-se as intersecções existentes entre o formato tecnológico e as injunções sociais; outrossim, enfatizou-se conceitos básicos inerentes aos Empreendimentos de Economia Solidária, bem como a integração – ou não – dessas experiências no contexto de exploração da mão-de-obra. Ao cabo, concluiu-se que, em razão das relações existentes entre o homem e o artefato tecnológico, a existência de um grupo de trabalhadores dotados de autoestima, agência e, portanto, liberdades substanciais, é algo necessário para o florescimento de uma Tecnologia Social no âmbito de um Empreendimento de Economia Solidária, porque a Tecnologia Social deve ser a síntese das lutas e das conquistas pessoais dos trabalhadores.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais. Empreendimentos de Economia Solidária. Desenvolvimento como Liberdade. Pobreza. Adequação Sociotécnica.

ABSTRACT:

The relationship between Entrepreneurship of Solidarity Economy and Social Technologies is worthy of attention, since both issues, in isolation, are of importance and complexity. If this was not enough, it is possible to establish an intersection between the two themes, which, in terms of aspects, they have communication with each other. In the point of the necessity about clarifying the points of contact between solidary economy and social technologies, the main thesis proposes the following research problem: The existence, among solidarity workers, of relations aligned with the concept of substantial freedom is indispensable for the development of Social Technologies in the scope of Entrepreneurship of Solidary economy? In order to establish the necessary elements to face this question, the following specific objectives were gotten as a starting point: 1) the intersections between capacity and poverty were known; 2) It was accepted that the extent Social Technologies are formed from the convergence of political and social interests; 3) We analyzed the Undertakings of Solidary Economy as Social Technologies. To the analyses, in the first chapter, a convergence was created concerning the concepts of poverty and exclusion, which is in the discourses and positions of the most diverse natures; the readings have led to the conception of poverty as the fruit of the convergence of multiple factors, such as the weakening of jobs, environmental and climatic issues, and others; from these collaborations, the concept of inclusion-unjust was reached, in which although the worker performs paid activities, that is insufficient; in the first chapter yet, Amartya Sen's contributions were discussed, emphasizing concepts such as capacity and substantial freedoms, especially the concept of poverty as deprivation of liberty. In the second chapter, the issue of scientific non-neutrality was exposed, according to what technological artifacts are impregnated with the interests that constitutes their formation; also, the relationship between technologies and productivism, that is, the relationship between the current economic context and Conventional Technologies; Finally, the concept of Social Technology and the objectives made on this new technological model were explored. In the third chapter, the theory of Sociotechnical Adequacy was used, which seeks to understand the relations between social relations and technology; in it, the intersections between the technological format and the social injunctions were emphasized; Moreover, the basic concepts inherent in Solidarity Economy Entrepreneurship were emphasized, as well as the integration - or not - of these experiences in the context of labor exploitation. In the end, and as the main conclusion it was possible to see that, because of the relations between man and the technological artifact, the existence of a group of workers endowed with self-esteem, agency and, therefore, substantial freedoms, is something necessary for the flourishing of a Social Technology in the context of a Solidarity Economy Enterprise, because Social Technology must be the synthesis of the struggles and the personal achievements of the workers.

Keywords: Social Technologies. Entrepreneurship of Solidary Economy. Development as Freedom. Poverty. Sociotechnical Adequacy

LISTA DE ABREVIATURAS:

ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias
AST	Adequação Sociotécnica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C&T	Ciência e Tecnologia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EES	Empreendimento de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TS	Tecnologia Social
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RTS	Rede de Tecnologias Sociais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
ONG	Organização Não Governamental
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura nº 1	Síntese dos fatores de exclusão social	31
Figura nº 2	Síntese dos fatores de inclusão social	32
Figura nº 3	Diálogo – Debate	60
Figura nº 4	O contexto no qual se insere os EES	76
Figura nº 5	Banco de Tecnologias Sociais - Tecnologias Sociais por Tema	79

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1	Número de empreendimentos Rurais e Urbanos	19
Tabela nº 2	Forma de Organização dos EES por Região	103
Tabela nº 3	A capacidade de remuneração dos empreendimento	160
Tabela nº 4	Característica da renda	161

LISTA DE QUADROS:

Quadro nº 1	Modalidades de Adequação Sociotécnica	98
Quadro nº 2	Critérios de identificação	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2. PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E POBREZA: AS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	24
2.1 AS RELAÇÕES ENTRE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO CAPITALISTA.....	24
2.2 O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: AS CAPACIDADES HUMANAS ENQUANTO ELEMENTO ESSENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA.....	34
2.3 A POBREZA À LUZ DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADES	43
2.4 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE JUSTIÇA SOCIAL SEGUNDO AMARTYA SEN	45
2.5 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADES: CONTRIBUIÇÕES E CRÍTICAS EM TORNO DO TEMA.....	50
3. AS TECNOLOGIAS SOCIAIS CONSTRÓEM RELAÇÕES PAUTADAS PELA INCLUSÃO?.....	54
3.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E NEUTRALIDADE: UM DEBATE ACERCA DAS INTERSECÇÕES EXISTENTES ENTRE CIÊNCIA E SOCIEDADE	55
3.3 TECNOLOGIAS SOCIAIS: UM CONCEITO EM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO POLÍTICA	73
3.4 O PAPEL DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO ALTERNATIVO ÀS TECNOLOGIAS CONVENCIONAIS: DESAFIOS E INCONSISTÊNCIAS	84
4 AS INTERSECÇÕES EXISTENTES ENTRE TECNOLOGIAS SOCIAIS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	90
4.1 AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMPREENDIDA A PARTIR DA ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA	90
4.2 OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO CENTRADAS NA IGUALDADE.....	101
4.2.1 <i>Economia solidária: para além do cooperativismo?</i>	110
4.3 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: ALTERNATIVAS VIÁVEIS DE DESENVOLVIMENTO OU PRECARIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	115
4.4 OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMPREENDIDOS A PARTIR DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS	124
5 A “CONSTRUÇÃO” DO CONHECIMENTO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	128
5.1 EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: DIVERSIDADES, DESAFIOS E SABERES	129
5.1.1 <i>A Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS</i>	130
5.1.2 <i>Associação KM 21</i>	134
5.1.3 <i>A Associação Sepé Tiarajú</i>	139
5.2 DESENVOLVIMENTO, LIBERDADE E POBREZA NO CONTEXTO DOS EMPREENDIMENTOS VISITADOS.....	144

5.2.1 O valor outorgado ao trabalho associado em face ao vínculo empregatício	146
5.2.2 Os DIFERENTES PERFIS PROFISSIONAIS EXISTENTES NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	152
5.2.3 Empreendimentos solidários: precarizações e liberdades.....	158
5.2.4 Os empreendimentos visitados e sua (in)capacidade de “superar” a pobreza e a exclusão.....	165
5.3 AS TECNOLOGIAS SOCIAIS ENCONTRADAS NOS EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS	168
6 CONCLUSÃO.....	183
BIBLIOGRAFIA.....	190
APÊNDICE A.....	200
APÊNDICE B.....	201

1 INTRODUÇÃO

É generalizada a crença de que o desenvolvimento tecnológico acarretaria, por si só, em melhores índices sociais, pois estes decorreriam automaticamente da melhoria dos índices econômicos. Contudo, Maciel e Fernandes (2011) realizam importante contraponto ao asseverar que o caminho percorrido pela pesquisa tecnológica é repleto de tensões e interesses, o que não transforma, automaticamente, o crescimento econômico em desenvolvimento social. Nesse contexto, a tecnologia é elemento que se imiscui a fatores sociais e econômicos, com os quais mantêm íntimo comprometimento.

Em decorrência disso, outras percepções tecnológicas surgem, com o fito de atender às necessidades dos segmentos desfavorecidos da sociedade. Ao longo da história, vários movimentos e iniciativas foram organizados com a finalidade de possibilitar respostas tecnológicas que tivessem um comprometimento intrínseco com as mazelas sociais. Essa necessidade deu ensejo à criação de modelos como as Tecnologias Intermediárias e as Tecnologias Apropriadas (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004), cada uma das quais almejando colaborar de forma particular para a superação da pobreza e da exclusão.

Mais recentemente, ganha corpo uma proposta que pretende inserir novos elementos nessa discussão, a saber, as Tecnologias Sociais, a respeito das quais o meio acadêmico tem envidado grandes esforços com o intuito de compreendê-las. A Rede de Tecnologias Sociais conceitua Tecnologias Sociais como o “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2011, s.p.).

A presente tese insere-se nesse assunto e tem o seguinte problema: A existência, entre os trabalhadores solidários, de relações alinhadas com o conceito de liberdade substancial é indispensável para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais no âmbito de Empreendimentos de Economia Solidária? Esse questionamento ganha relevância sobretudo quando se busca conhecer as Tecnologias Sociais gaúchas com maior senso crítico. Apesar das inúmeras experiências existentes neste estado e no país, é importante destacar que a grande imprecisão conceitual existente no setor

dá azo à aplicação indiscriminada desse conceito a experiências que – embora importantes – não podem ser enquadradas como TS, sob pena de fragilizar o conceito.

O problema acima proposto está em consonância com uma lacuna importante existente, a saber, o estabelecimento do ponto de contato entre as Tecnologias Sociais e os Empreendimentos de Economia Solidária. Sabe-se, por meio da literatura pertinente, que a intersecção entre esses dois assuntos ocorre a partir da chamada Adequação Sociotécnica, segundo a qual os elementos técnicos surgem e se relacionam intensamente com a dinâmica social que se estabelece entre o ser humano e a criação tecnológica. Contudo, esta tese pretendeu ir além, relacionando o conceito seniano de liberdade substancial – e as dinâmicas inerentes a ele – com o ambiente no qual é possível o surgimento de uma Tecnologia Social.

Os motivos que ensejaram o interesse do pesquisador em levar adiante um estudo dessa natureza estão relacionados, sobretudo, à pretensão das Tecnologias Sociais em debelar ou, pelo menos, reduzir os fatores que ocasionam a pobreza e a exclusão. Na verdade, um dos fatores que mais chamam a atenção nas TS's é o fato delas explicitarem as dinâmicas sociais que possibilitam a construção do artefato tecnológico. Esse fato já ocasiona, por si só, na alteração substancial de vários pressupostos sobre os quais se apoiam as intervenções estatais que objetivam reduzir as mazelas sociais.

As Tecnologias Sociais têm um objetivo pretensioso, a saber, entender e alterar os condicionantes que ensejam a construção das tecnologias, para, a partir disso, tentar modificar os déficits sociais, que são consequência e não o motivo de ser das coisas. Em sua essência, o que esse novo modelo tecnológico propõe é que o egoísmo inerente ao contexto econômico e produtivo se materializa no artefato tecnológico, que possibilita relações e efeitos pautados dentro desse limitante ideológico. Logo, não há uma relação de neutralidade entre a tecnologia e os efeitos por ela gerados.

Visando analisar o problema de pesquisa acima referido, foi proposto o seguinte objetivo geral: compreender se os empreendimentos de economia solidária gaúchos têm sido capazes de produzir Tecnologias Sociais. Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) conhecer as intersecções existentes entre capacidade e pobreza;
- b) analisar os empreendimentos de economia solidária enquanto Tecnologias Sociais;

c) compreender em que medida as Tecnologias Sociais são formadas a partir da convergência de interesses políticos e sociais.

A pesquisa empírica consubstanciou-se em entrevistas semiestruturadas, que buscaram explorar as minúcias existentes no cotidiano dos Empreendimentos de Economia Solidária aleatoriamente escolhidos, visando compreender se os requisitos inerentes às Tecnologias Sociais estão, ou não, presentes. As entrevistas foram direcionadas para os seguintes trabalhadores: em cada um dos três empreendimentos visitados, abordou-se um dos gestores integrantes da atual administração e oito trabalhadores que somente trabalham ou desempenham funções secundárias na gestão.

A preocupação em abordar trabalhadores que estão, atualmente, na gestão do empreendimento e, concomitantemente, outros que não desempenham funções desse tipo, deve-se aos diferentes perfis profissionais passíveis de ser encontrados na Economia Solidária. Conforme destacado anteriormente, a literatura dedicada ao assunto destaca a existência de diferentes perfis profissionais vinculados à Economia Solidária (AZAMBUJA, 2009). Esses perfis permitem estabelecer visões distintas do mundo que os cerca e do próprio trabalho no empreendimento. Essa diferença comportamental e de postura entre os trabalhadores justifica, portanto, a elaboração de diferentes abordagens, mas que se complementam.

A proposta inicial pretendia aplicar questionários aos trabalhadores e realizar as entrevistas apenas com os gestores dos empreendimentos. Contudo, dificuldades de ordem prática impediram a consecução do planejamento inicial, o que ensejou a reformulação das pretensões iniciais do pesquisador. Aliás, chegou-se a aplicar o questionário aos trabalhadores de um dos EES visitados, mas o resultado obtido foi bastante aquém das expectativas; verificou-se uma dificuldade bastante acentuada de compreensão por parte dos trabalhadores, motivo pelo qual se alterou todo o planejamento inicialmente realizado.

O assunto abordado nesta tese reveste-se de expressiva relevância para a compreensão do Desenvolvimento Regional. Vários dos efeitos decorrentes do uso da tecnologia estão relacionados às forças hegemônicas, que se instrumentaliza por meio das tecnologias convencionais. Aliás, conforme Santos, a fenômeno tecnológico tem o condão de reorganizar e desorganizar a tessitura social, que se submete aos influxos dela provenientes. Em decorrência disso, as Tecnologias Sociais têm a ambiciosa pretensão de propor novos condicionantes para as relações sociais.

No tocante à metodologia, realizar-se-á uma pesquisa qualitativa, por meio de pesquisas documental e bibliográfica. Visitou-se cada um dos três empreendimentos três vezes, oportunidades nas quais se observou as práticas e o cotidiano.

Quanto ao objetivo, a presente tese é descritiva, pois descreve aspectos, elementos e características inerentes às Tecnologias Sociais e aos Empreendimentos Solidários, almejando esclarecer aspectos relevantes ínsitos a ambos os fenômenos. Para tanto, realizou-se, conforme visto os capítulos precedentes, uma análise bibliográfica a respeito os principais aspectos que cercam esses dois institutos.

No tocante aos procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que se valeu da abundante literatura existente a respeito dos assuntos tratados nesta tese. Segundo Gil (2008, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A importância desta tese está relacionada à dimensão hoje existente em torno dos fenômenos que serão aqui estudados. Tanto as tecnologias sociais, quanto os empreendimentos de economia solidária têm ganhado a atenção do meio acadêmico e, mais do que isso, têm se proliferado grandemente em meio à sociedade. No tocante à economia solidária, o último mapeamento da economia solidária, realizado entre 2010 e 2013, promovido pelo governo federal brasileiro, constatou existirem os seguintes números em torno do setor:

Tabela n.º 1 - Número de empreendimentos Rurais e Urbanos

Local:	Rural:	Urbana:	Rural e Urbana:	N.º EES:
Centro-oeste:	1.082	670	269	2.021
Nordeste:	5.804	1.554	682	8.040
Norte:	1.566	1.270	290	3.127
Sudeste:	959	1.970	299	3.228
Sul:	1.382	1.392	518	3.292
Total:	11.793	6.856	2.058	19.708

Fonte: BRASIL, 2013.

Os empreendimentos solidários são acolhidos com entusiasmo por significativa parcela do meio acadêmico, que vê nessas experiências uma forma de superar o quadro de exclusão e pobreza a que se submete parcela da população. Singer (2003) e Gaiger (2011) vão além, pois conferem a essas experiências a capacidade de

superar o contexto capitalista no qual vivemos hoje, que, segundo eles, é o causador de mazelas sociais e econômicas de toda ordem.

Antunes (2009), por exemplo, vê com bons olhos essas experiências, pois possibilitam que sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho encontrem oportunidade de desempenhar atividades dotadas de sentido. Entretanto, o supracitado autor enfatiza sua descrença na capacidade da Economia Solidária superar o modelo econômico existente: “Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, eles cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se numa nova forma de mistificação (...)” (ANTUNES, 2009, p. 113)

Dessa forma, Antunes (2009) demonstra sua descrença na capacidade dessas experiências proporem alterações de maior fôlego na lógica econômica, pois as práticas decorrentes dos empreendimentos solidários repercutem, segundo ele, apenas na superfície das relações sociais e econômicas.

Não bastasse isso, a inserção dos empreendimentos solidários no contexto econômico suscita outros questionamentos, como, por exemplo, em que medida os trabalhadores dedicados a esses empreendimentos estão efetivamente desempenhando uma atividade capaz de fortalecê-los e emancipá-los. Noutras palavras: a ES poderia constituir-se em uma nova maneira de exploração da mão-de-obra, de barateamento dos custos da produção? A depender da maneira como o trabalho é organizado, a produção poderá submeter o trabalhador a uma carga intensa de trabalho: “(...) a obrigação de dar conta das encomendas acarreta, muitas vezes, trabalho ininterrupto” (LIMA, 2004, p. 56)

Ademais, a inserção de empreendimentos solidários no contexto de cadeias produtivas poderá promover a redução de gastos, numa clara manifestação da precarização da mão-de-obra do trabalhador: “As cooperativas são percebidas também como uma forma alternativa de empresa capitalista, na qual o trabalho auto gestor termina por ser funcional pela flexibilidade que possibilitando uso da força de trabalho, permitindo a redução de custos e aumentando a competitividade das empresas” (LIMA, 2004, pp. 45 e 46).

Portanto, a funcionalidade da ES no contexto capitalista pode ser encarada pelos seguintes vieses: primeiramente, como iniciativas incapazes de superar o contexto econômico hoje existente; em segundo lugar, como formas de promover

ganhos financeiros para sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho e para os quais o Estado não provê qualquer tipo de auxílio; em terceiro lugar, como mecanismo integrante de terceirizações; e, por último, como experiências funcionais para o próprio Estado, que pode se servir desses empreendimentos para reduzir os custos de determinadas atividades.

Contudo, um dos aspectos capazes de demonstrar a capacidade dos EES superarem eventuais funcionalidades em face ao contexto econômico hodierno diz respeito ao potencial criativo dessas experiências. Quando esses empreendimentos mostram habilidade suficiente para engendrar novos arranjos, seja estabelecendo redes por meio das quais obtêm apoio, seja produzindo alterações de caráter interno, ocorre, efetivamente, a produção de novas Tecnologias Sociais, e os EES deixam de ser meros replicadores de modelos preexistentes.

Os elementos teóricos expostos nos capítulos precedentes demonstraram as complexidades existentes em torno dos assuntos aqui trabalhados. Tanto as Tecnologias Sociais quanto os Empreendimentos de Economia Solidária possibilitam discussões de grande relevância, uma vez que ensejam relações produtivas organizadas a partir de valores diferentes daqueles hoje predominantes.

Em decorrência desses objetivos específicos, a presente tese foi dividida em seis capítulos. O segundo capítulo desta tese foi destinado à discussão existente em torno das colaborações de Amartya Sen para a compreensão do desenvolvimento. Nesse capítulo, realizou-se, primeiramente, uma exposição a respeito dos conceitos tradicionais de pobreza e exclusão, que ainda gozam de grande relevância, sobretudo para a estruturação de políticas públicas. Posteriormente, adentrou-se nas contribuições do referido economista indiano para a compreensão do **desenvolvimento como liberdade**, que conferiu contornos particulares ao desenvolvimento.

No que atine à exposição das contribuições de Sen ao desenvolvimento, foram enfatizados conceitos centrais, como a **capacidade** e as **funcionalidades**, que são expressões chave no pensamento seniano. Ademais, enfatizou-se as relações existentes entre a proposta de desenvolvimento como liberdade e o utilitarismo, que embora seja em parte refutado por Amartya Sen, não é totalmente ignorada pelo economista indiano. A **capacidade**, no contexto do desenvolvimento como liberdade, será devidamente enfatizada, uma vez que nela se encontra a síntese dos valores e aquisições comportamentais reclamadas por Sen.

Posteriormente, será esclarecido o papel da pecúnia para as liberdades dos sujeitos. Sen (2000) não refuta, por completo, a importância do dinheiro para as relações sociais, mas trata de redimensionar a relevância desse quesito para o desenvolvimento. Na verdade, os mercados, a liberdade de contratar e de realizar comércios, enfim, o dinheiro e os benefícios materiais, são categorizados como meio de desenvolvimento, e não como o fim.

A concepção de desenvolvimento como liberdade possibilitará a rediscussão do conceito de pobreza, que foi enfrentado, nesta tese, como uma decorrência da privação de capacidades do sujeito. Tomar como parâmetro uma definição dessa espécie enseja inserções, políticas públicas diferenciadas, que não se limitam, apenas, à questão pecuniária. A propósito, segundo o conceito de pobreza de Sen (2000), programas governamentais que tiverem como principal ou única finalidade a distribuição de dinheiro não lograrão grandes avanços, mas perpetuarão o estado de empobrecimento das pessoas.

Posteriormente, no terceiro capítulo, tratou-se das Tecnologias Sociais enquanto contraponto ao modelo tecnológico convencional, que possibilitou abundância e opulência a alguns, mas que perpetua relações de exclusão e dificuldades para a maioria. Num primeiro momento, tratou-se da crença na neutralidade científica, que foi, até então, o pano de fundo para a construção de todas as relações estabelecidas entre a sociedade e as tecnologias convencionais. A compreensão desse aspecto ganha relevância porque busca superar a visão de que a tecnologia é, apenas, um elemento neutro em face à sociedade. Na verdade, a discussão do conceito de Tecnologia Social tem como pano de fundo o entendimento de que a tecnologia é um conceito não neutro, não descolado dos interesses sociais e políticos.

Realmente, o conceito de Tecnologia Social demanda o entendimento de que não existe melhor ou pior tecnologia, mas aquela que os fatores sociais, econômicos e políticos foram capazes de construir. Logo, os artefatos tecnológicos não seguem um caminho retilíneo conduzido pela eficiência e pela racionalidade, que redundará no melhor produto possível naquele momento.

Tomando como ponto de partida essas assertivas, na sequência, a tese abordará o conceito de Tecnologia Social, enfatizando, sobretudo, o processo de construção política em que ainda se encontra tal modelo tecnológico. Nesse ponto, enfatizar-se-á as Tecnologias Sociais estruturadas como metodologias, as quais

constituem a categoria de TS que suscita maiores dúvidas, uma vez que meras atividades filantrópicas podem ser – e são – confundidas com esse tipo de Tecnologia Social. Logo, existem arranjos que poderão ser taxados como tecnologias sociais e, outros, não; é em razão dessa imprecisão terminológica que é possível encontrar exemplos bastante curiosos de TS's.

No quarto capítulo, discutir-se-á o conceito de Tecnologias Sociais em face aos Empreendimentos de Economia Solidária. A compreensão das intersecções existentes entre um assunto e outro é relevante, sobretudo porque, a despeito das relações existentes entre ambos temas, cada um deles tem conteúdos diversos e, não bastasse isso, origens diferentes.

Posteriormente, ainda no capítulo quarto abordará os empreendimentos de economia solidária, que gozam de características próprias, as quais os distinguem substancialmente das empresas convencionais. Os empreendimentos de economia solidária formam, segundo a literatura pertinente, um rol bastante extenso de experiências, que abarcam um volume tão significativo quanto diversificado de iniciativas.

Em que pesem as diferenças, o principal objetivo desta seção da tese é compreender de que maneira as TS's se comunicam com os Empreendimentos de Economia Solidária, utilizando, para tanto, da teoria da Adequação Sóciotécnica.

As colaborações da Adequação Sóciotécnica para a compreensão das relações existentes entre as TS's e os Empreendimentos de Economia Solidária são expressivas. A AST entende a tecnologia como o fruto do somatório dos fatores sociais, humanos e técnicos envolvidos na confecção da tecnologia, o que outorga a esta a característica de não neutralidade. Segundo Novaes (2007, p. 241), “construção sóciotécnica é o processo mediante o qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas através de uma negociação entre ‘grupos sociais relevantes’”. Essa será a percepção que permitirá a compreensão dos empreendimentos de economia solidária em face às tecnologias sociais.

No quinto capítulo, realizou-se a análise empírica, visando ao enfrentamento do problema e dos objetivos pretendidos nesta tese. Optou-se por adotar o paradigma fenomenológico para compreender as dinâmicas existentes no interior desses empreendimentos.

2. PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E POBREZA: AS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO

Os esforços empreendidos para compreender o desenvolvimento são direcionados a inúmeros aspectos sociais e econômicos. Uma das maneiras de discutir esse assunto é lançando mão dos contributos de Amartya Sen (2000), que estão centrados no papel da liberdade enquanto fator preponderante para o desenvolvimento. O entendimento da missão da liberdade e da habilidade dos sujeitos serem agentes de suas vidas – ao invés de simples sujeitos passivos – transforma-se em aspecto importante para a compreensão das dinâmicas sociais.

Aliás, uma das contribuições mais relevantes de Sen para a compreensão da sociedade hodierna é sua maneira de definir pobreza, que se desatrela dos fatores tradicionais e passa a se relacionar com a privação de liberdades a que o sujeito se submete. Enfrentar a pobreza a partir desses postulados altera substancialmente a maneira por meio da qual ela será encarada, uma vez que a carência de recursos financeiros deixa de ser o aspecto essencial ao debate para se transformar em item secundário.

Em virtude disso, impende analisar a pobreza, tida, aqui, como carência de liberdades substanciais. Em decorrência disso, o presente capítulo abordará, num primeiro momento, a conceituação tradicional de pobreza; depois, desenvolverá a percepção de desenvolvimento atrelada à liberdade, que encontra em Amartya Sen seu maior prosélito; por fim, buscar-se-á discutir as relações existentes entre utilitarismo e desenvolvimento como liberdade.

2.1 As relações entre pobreza e exclusão social no contexto capitalista

(...) “Giddens afirma que a renda per capita nos países ricos deve ser cinquenta vezes superior à dos países pobres. No entanto, seria possível afirmar que as pessoas nestes últimos são cinquenta vezes mais infelizes do que aquelas dos países centrais? (DUPAS, 2001, p. 34)”

Seja neste país, seja em tantos outros, a discussão em torno da superação da pobreza e da exclusão tem demandado muitos esforços, governamentais e acadêmicos. No Brasil, v. g., a inexistência de recursos financeiros suficientes tem repercutido de inúmeras formas na sociedade, formando fenômenos e situações

complexas. Segundo Castel (1998), a preocupação com os grupos sociais mais empobrecidos não é um fenômeno recente, mas, pelo contrário, é uma discussão antiga, que ganhou maior relevância com o advento do capitalismo. Trata-se de problema que passa a tomar maior vulto e visibilidade quando a população deslocada pela organização social do trabalho passa a pressionar a sociedade, em decorrência do desemprego e da fragilidade das estruturas protetoras. Dessa maneira, percebe-se que o tema ganha visibilidade a partir do momento em que a exposição de parcela da população a fatores social e economicamente desfavoráveis aumenta potencialmente sua inquietação.

Países dos mais diversos níveis econômicos esforçam-se para debelar, ou pelo menos reduzir, a pobreza e a exclusão. Curiosamente, segundo Rocha (2003), a preocupação com as pessoas mais desfavorecidas não se originou nos países pobres, mas na Inglaterra, entre 1531 e 1601, quando da publicação das chamadas “Poor Laws”. Estas tinham um objetivo bastante curioso, a saber, obrigar as pessoas ao trabalho, de forma a coibir a existência de “vagabundos”. Dessa maneira, é possível verificar que o enfrentamento da questão já envolveu expressões e conteúdo que, caso veiculados hoje, seriam claramente considerados discriminatórios.

Naturalmente que, ao longo do tempo, o conceito e os contornos inerentes à pobreza sofreram o influxo das peculiaridades inerentes a cada local e tempo. Por exemplo, sob o viés tradicional, o vocábulo pobreza vincula-se, sobremaneira, a questões de índole econômica, uma vez que designa a inexistência de recursos financeiros suficientes para satisfazer às necessidades básicas. Ademais, pobreza é conceito que estabelece indissociáveis relações com as peculiaridades de cada território. É por esse motivo que a pobreza no Sul do Brasil tem caracteres próprios, enquanto aquela existente no Norte deste país expressa nuances próprias¹. A pobreza

¹ Barros, Henriques e Mendonça (2001) asseveram que um dos elementos preponderantes no contexto brasileiro é a disparidade existente entre aqueles que têm dinheiro e aqueles que não o tem. Se, de um lado, é perfeitamente possível dizer que o Brasil não é um país pobre, concomitantemente, é possível asseverar que parcela da população não goza das condições mínimas de subsistência, o que é um desafio para todos: para o Estado e para a Sociedade. Comparativamente, a estrutura de renda do Brasil é relativamente confortável em face ao contexto mundial. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), este país apresenta renda *per capita* 64% superior ao restante dos países, demonstrando que a média da população brasileira não está entre as mais empobrecidas do globo. Esse percentual, aliás, posiciona o Estado brasileiro entre o terço melhor abonado das nações. Paradoxalmente, esse panorama relativamente positivo contrasta com a concentração de renda, o que dá contornos próprios à situação do Brasil. Este país tem 30% de pobres (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001), enquanto países com renda *per capita* semelhante apresentam um percentual de 10%. Em situação análoga situam-se a África do Sul e o México, que apresentam números importantes no tocante ao Produto Interno Bruto – PIB – mas lidam a caro custo com índices sociais desfavoráveis

atine à impossibilidade de viver condignamente numa dada sociedade. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001).

Sob o viés das relações estabelecidas entre a pobreza e as contingências econômicas, Santos (2004) refere que os países subdesenvolvidos conheceram, pelo menos, três espécies de pobreza. A primeira delas é a **pobreza incluída, acidental, intersticial ou estacional**, caracterizada por sua sazonalidade e eventualidade, uma vez que os fatores condicionantes de sua existência não mantêm comunicação com ocorrências conjunturais de maior fôlego. Logo, quando se fala a respeito dessa espécie de pobreza, fala-se de um fenômeno que não se adere a causas conjunturais, mas a questões particulares e específicas. Fala-se, por esse motivo, que a **pobreza incluída** é uma expressão típica de certos momentos históricos, quando os territórios e as cidades não sofriam o influxo de forças provenientes da racionalidade tecnológica. Realmente, a inexistência de tecnologias tão visceralmente relacionadas à tessitura social relativizava o impacto destas na economia, na cultura e na política.

É possível identificar, outrossim, um segundo tipo de pobreza, chamada de **marginalidade** (SANTOS, 2004). Esta é comparada a um processo patológico, a uma doença, que se desenvolve *pari passu* com o processo econômico. Aqui, a **marginalidade** é relacionada à (in) capacidade de consumo. Este passa a gozar de significativa importância para classificar os sujeitos, cujo comportamento e posição em face à sociedade são analisados à luz de sua possibilidade de adquirir. Por esse motivo, o consumo passa a ser o critério mensurador da inserção dos sujeitos na sociedade: aquele que não tiver condições financeiras suficientes para consumir fica, portanto, à margem da sociedade, marginalizado.

Por último, há a **pobreza estrutural**; esta expressão designa o quadro que se espalha por todo globo, não havendo localidades que estejam infensas a ela; trata-se, na verdade, de uma dívida social. A pobreza estrutural proporciona o quadro que, hoje, é possível encontrar mundo à fora: a precarização e o empobrecimento se encontram amplamente disseminados, não havendo localidade que não esteja imune à ela. Nesse contexto, somente os grupos melhores abonados não são impactados por esse fenômeno.

(SEN, 1993). Assim, não é exclusividade brasileira a existência de um contexto social repleto de distorções e contradições.

Logo, cada uma dessas espécies de pobreza demandaria uma espécie específica de intervenção. A propósito, a pobreza estrutural, mais do que uma intervenção, exigiria o próprio reformular da dinâmica hoje vigente.

O quadro de pobreza e de exclusão hoje existente dá ensejo a diversificadas intervenções do Estado, que se esmera em propiciar condições mais favoráveis aos cidadãos. Por outro lado, os sujeitos submetidos a condições desfavoráveis de vida também lutam e adaptam seu cotidiano ao contexto de privações aos quais se submetem. Tiriba (2001) questiona: como vivem as pessoas submetidas à pobreza? De que maneira elas conseguem sobreviver, a despeito de todas as dificuldades existentes? Observando a realidade africana, por exemplo, é possível verificar o grau de diversificação das estratégias de sobrevivência da população submetida a condições de miséria. Assim, no continente africano, as táticas de enfrentamento da pobreza incluem um rol bastante diversificado de ações, como fraudes, hortas comunitárias, poupanças coletivas, dentre outras tantas formas, que, de certa maneira, acabam por mascarar as dificuldades pelas quais se submetem essa população. Realmente, as iniciativas tomadas por populações submetidas a injunções desfavoráveis são bastante variadas e criativas.

A pobreza se mostra, assim, como um fenômeno polissêmico, multifacetado, que dá ensejo a diversos posicionamentos e classificações. Numa perspectiva mais abrangente, os próprios países passam a ser reclassificados segundo a intensidade da pobreza a que seus habitantes se expõem. Os diferentes graus de pobreza existentes no âmbito mundial demonstram existir não apenas um terceiro mundo, mas vários, bem como de um quarto-mundo, composto por pessoas integrantes da periferia da periferia mundial, ou seja, os excluídos dentre os próprios excluídos. Logo, há uma miríade de pobrezas, cada uma delas expressando características diversas. Os planos de ajustes estruturais – propostos com a finalidade de enfrentar esses déficits - não têm surtido os efeitos almejados, pois têm criado crescente dependência para os países pobres, seja no aspecto econômico, político e cultural. Portanto, a pobreza econômica coexiste ao lado da pobreza de afeto, de subsistência e de liberdade, que, em seu conjunto, formam a pobreza humana (TIRIBA, 2001).

A esse respeito afirma a autora:

Se, além do fator econômico, adicionamos outros fatores, em vez de “pobreza” teremos de falar de “pobrezas humanas” (pobreza de subsistência, de afeto, proteção, etc.) e considerar que cada um desses tipos de pobreza gera patologias como medo, ansiedade, angústia, frustração etc., que se

manifestam não apenas no plano individual, mas também no plano coletivo (TIRIBA, 2001, p. 69)

Esses subsídios permitem a construção de um conceito plural de pobreza:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001, p. 2)

Nesse contexto, ganha relevância as estratégias montadas com a finalidade de reduzir os efeitos negativos provenientes da pobreza. Uma política pública eficaz, portanto, deve considerar esses postulados. Tomar de uma craveira e realizar um juízo único a respeito das dificuldades que afligem as pessoas é contraproducente e, mais do que isso, absolutamente inapropriado para satisfazer às multifacetadas necessidades existentes em meio à sociedade.

Outro conceito de grande importância no contexto hodierno é a definição de *exclusão*. A literatura pertinente constrói um conceito de exclusão social formado por uma miríade de condicionantes e fatores. A COM (2003), por exemplo, fala de exclusão social como o resultante de um deslocamento dos indivíduos à periferia das relações sociais, o que as impede de exercer direitos básicos e de usufruírem de capacidades elementares. Por outro lado, Barry (1998) relaciona a exclusão ao processo que redunde no desrespeito à justiça social, o que redunde na privação de capacidades dos sujeitos e na impossibilidade de eles participarem ativamente da vida política. Ademais, Hunter (2000) relaciona exclusão social à privação de oportunidades.

A despeito das divergências existentes entre cada um dos autores acima referidos, a construção do conceito de exclusão social parte, basicamente, dos mesmos elementos, pois as três definições acima discutidas tomam como parâmetro a impossibilidade de os sujeitos usufruírem de suas capacidades básicas. Logo, não se trata de algo estritamente vinculado ao dinheiro, mas um conceito que busca seus fundamentos na falta de interação dos sujeitos com a sociedade que os rodeia.

Dupas (2001) assevera que o estabelecimento de um conceito de exclusão social demanda a consideração de, pelo menos, dois fatores, a saber, o capitalismo

moderno e as peculiaridades sociológicas inerentes a determinada comunidade. Logo, para se saber quem está excluído e o que causa essa exclusão, é indispensável compreender a dinâmica estabelecida entre esses dois conceitos.

O primeiro fator atine ao processo de globalização, caracterizado pela integração em nível internacional do mercado financeiro. A dinâmica decorrente do contexto econômico internacional propõe condicionamentos e lógicas próprias, às quais se subordinam as relações sociais e, não bastasse isso, o próprio Estado. Este último, por exemplo, passa a gozar de menor autonomia, uma vez que as principais decisões relativas à alocação de capital escapam à alçada governamental, colocando o ente público à mercê dos humores e interesses exclusivamente privados do grande capital.

Um dos frutos da lógica econômica globalizada são as empresas transnacionais, que se movimentam de forma indiferente ao local onde estão localizadas e demonstram descompromisso com as mazelas sociais. No dizer de Santos, essas empresas globais “não têm preocupações éticas, nem finalísticas” (SANTOS, 2004, p. 67). Aliás, a lógica das empresas transnacionais é substancialmente diversa daquela existente nas multinacionais típicas dos anos 1960 e 1970: enquanto estas últimas replicavam os modelos trabalhistas de suas sedes, as primeiras utilizam-se de contratos de trabalho das mais variadas espécies, almejando aproveitar as peculiaridades locais, barateando a produção (DUPAS, 2001).

A esse respeito afirma ainda:

A maioria dos centros de decisão estratégica e de pesquisa e desenvolvimento das corporações transnacionais localiza-se nos países desenvolvidos. Os primeiros, nas metrópoles globais como Nova York, Londres e Tóquio; e os segundos, em localidades onde já concentração de mão-de-obra qualificada, em geral nas proximidades de centros de pesquisa ou universidades politécnicas. (DUPAS, 2001, pp. 47 e 48)

Dessa maneira, o modelo tecnológico causa repercussões significativas no âmbito das cidades. Os espaços ocupados pelos segmentos mais abonados, detentores do dinheiro e devidamente integrados à modernidade, caracterizam-se por sua “luminosidade”, que se sobrepõem às zonas mais “opacas” da cidade, na qual vivem os pobres. Enquanto aqueles vivem num cotidiano caracterizado pela velocidade, estes, pelo contrário, submetem-se à lentidão (SANTOS, 1994)².

² Numa primeira análise, afirma Santos (1994), a velocidade inerente às áreas mais luminosas seria uma virtude, um demonstrativo de força e vigor, que contrastaria com a imobilidade no qual vivem os pobres. Contudo, a rapidez com a qual se movem os primeiros é apenas aparente, porque ela impede

Portanto, é possível verificar a existência de um entrelaçamento intenso entre a ordem econômica vigente e as desigualdades sociais, que não decorrem, apenas, de elementos específicos de cada comunidade. Aliás, os fatores de ordem econômica surgem como elemento relevante para a produção de disparidades das mais diversas naturezas inclusive naqueles países tidos como desenvolvidos. Nos EUA e no Reino Unido, por exemplo, a diferença existente entre os mais pobres e os mais ricos é significativamente superior do que em países como a Índia. O livre-comércio, ao invés de estabelecer condições mais equânimes de vida, incrementou as disparidades sociais, inclusive no período do “milagre econômico” asiático, ocorrido na China, em Hong Kong e na Malásia (DUPAS, 2006).

Não bastassem os elementos pertinentes à economia, a definição de *exclusão* deve considerar, outrossim, as idiosincrasias de cada país, estado ou região, uma vez que os elementos próprios de cada localidade são relevantes para determinar quem está incluído, ou não. Logo, as características definidoras da exclusão social no Brasil não são as mesmas na Alemanha, sobretudo porque há uma miríade de fatores que convergem para essa questão, como, por exemplo, a qualidade das garantias oferecidas àqueles que estão desempregados ou em situação de vulnerabilidade (DUPAS, 2001).

Assim, o conceito de exclusão social é formado por um mosaico de elementos, os quais se submetem a condicionantes de ordem espacial e temporal. Por esse motivo, embora questões historicamente relacionadas à exclusão – como a fome, o desemprego e a pobreza – ainda tenham importância, a relevância desses conceitos não é a mesma de outrora: novas circunstâncias, relacionadas ao contexto hodierno proporcionam novas visões a respeito desse mesmo fenômeno.

A figura nº1 a seguir sintetiza os fatores que compõem a exclusão social:

que esses sujeitos vejam a cidade e o mundo que os cerca. Concomitantemente, aos homens lentos, muitas das vezes distantes de todo esse processo, restam as fabulações. “A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos?” (SANTOS, 1994, p. 41).

Síntese dos fatores de exclusão e inclusão social

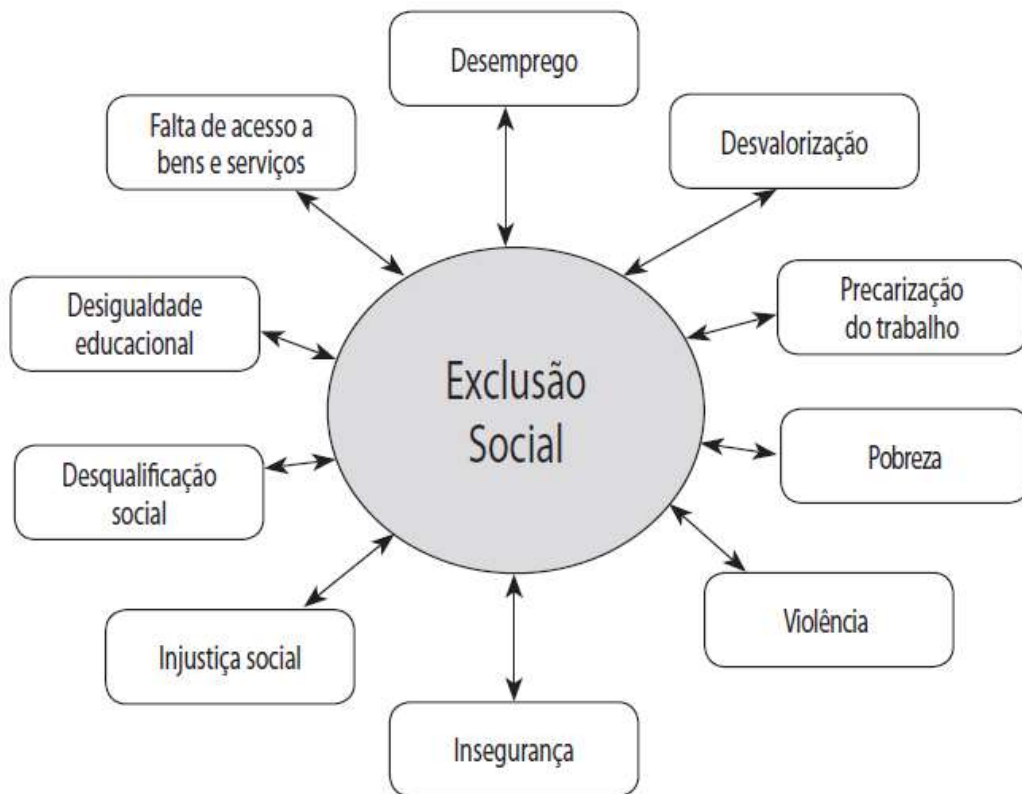


Figura 01 – Síntese dos fatores de exclusão social;
 Fonte: BORBA; LIMA (2011, p. 225)

Por seu turno, o conceito de inclusão social envolve a superação do quadro de exclusão, possibilitando àqueles que não gozavam de oportunidades sociais, econômicas e culturais a devida participação nesses segmentos (COM, 2003). Kowarick (2003), por seu turno, assevera que a inclusão social poderá ser obtida por meio de políticas públicas, pelas quais se proporciona o acesso de benefícios a pessoas até então privadas dos bens indispensáveis à vida social.

A esse respeito, a figura nº 2 a seguir expressa as situações que colaboram para a construção de uma inclusão social:

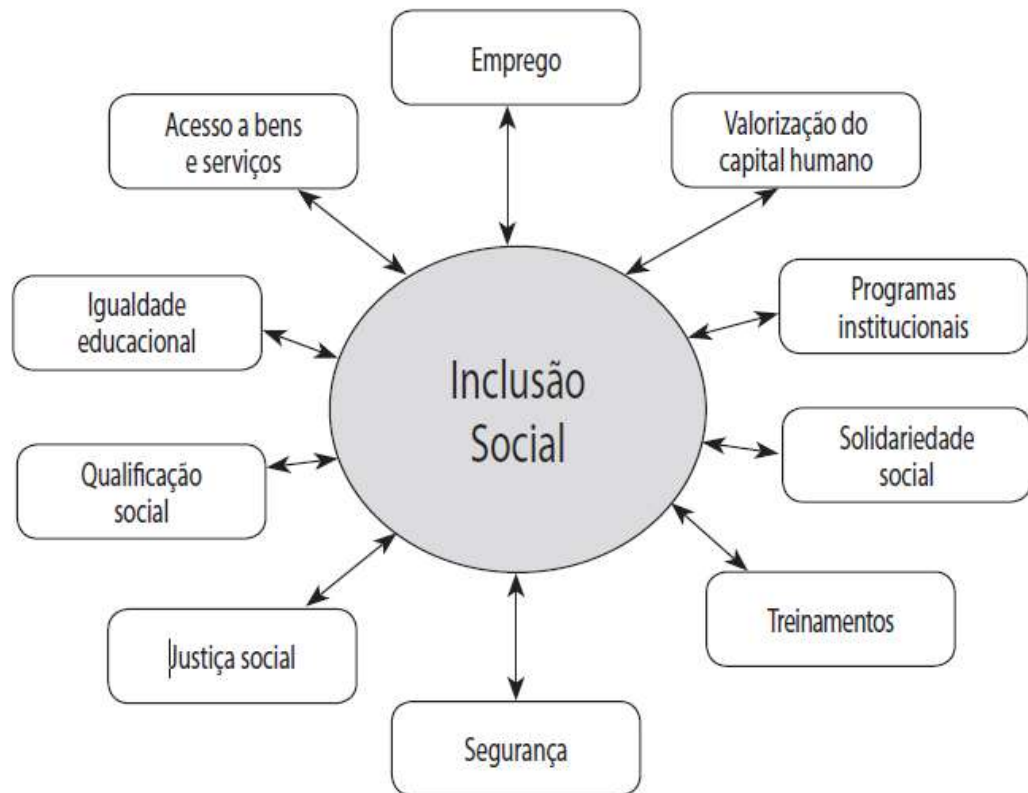


Figura 02 - Síntese dos fatores de inclusão social;
 Fonte: BORBA; LIMA (2011, p. 225)

Dessa maneira, *inclusão* e *exclusão* são palavras que expressam um conteúdo multifacetado, uma vez que ambas são compostas por elementos os mais diversos, relacionados às injunções espaciais e temporais existentes. É por esse motivo que, hodiernamente, o clima tem reverberado na população mais vulnerável, que se submete a condições de vida cada vez mais desfavoráveis, seja porque a alteração do nível de chuvas repercute na produção agrícola, seja porque verões e invernos cada vez mais rigorosos repercutem em ciclos naturais, alterando-os. Assim, novas circunstâncias reverberam na produção de maior exclusão social. Entretanto, essa diversidade de fatores não reduz a importância de fatores clássicos indicadores de exclusão – como a fome e o desemprego – e de fatores clássicos de inclusão – a exemplo do nível de emprego.

Exclusão e inclusão são, portanto, conceitos construídos a partir da soma de vários elementos:

A identificação dos fatores de exclusão e inclusão social está associada a vulnerabilidade social, o que significa um processo multidimensional de

indicadores que exibem assimetria no que respeita à variabilidade espaço-temporal. Percebe-se, no entanto, que alguns dos fatores clássicos de exclusão (e.g. fome, pobreza e desemprego) e inclusão (e.g. emprego e justiça social), apesar de antigos, permanecem ainda em evidência na sociedade contemporânea. Por outro lado, os novos cenários de alterações climáticas (e.g. apontam globalmente para verões mais quentes, invernos mais rigorosos, diminuição da pluviosidade total anual e aumento da frequência e intensidade de eventos curtos de pluviosidade extrema, conforme o relatório do IPCC, 2007) suscitados pelo crescimento demográfico (resulta do efeito combinado do aumento da concentração da população com o crescimento industrial) e pela própria variabilidade natural do clima implicam impactes significativos nas condições bioclimáticas (do espaço urbano e rural) e no ambiente em geral, incluindo condicionamentos na exploração de recursos naturais e no planeamento regional e urbano do território [...] (BORBA;LIMA, 2011, p. 224)

As circunstâncias desfavoráveis a que se submetem os sujeitos podem ser compreendidas a partir de expressões conceituais que escapam à tradicional dicotomia inclusão-exclusão. Há quem fale, por exemplo, em *inclusão injusta*, almejando designar as circunstâncias nas quais o indivíduo participa do contexto económico e social, porém em situação desfavorável. Esses casos podem ocorrer em relações de trabalho, nas quais os trabalhadores, a despeito de serem remunerados e desempenharem funções produtivas, não têm condições de ascender ou de gozarem de uma vida mais adequada (SEN; KLIKSBERG, 2010). Logo, esses sujeitos estão devidamente inseridos num contexto que não concede a eles a abertura suficiente para ir além, mas limita-os ainda mais.

Dessa forma, é possível verificar que as dificuldades a que se submetem os sujeitos decorre, em parte, da dinâmica capitalista hoje vigente, que espalha seus efeitos sobre todo o globo. O ponto nevrálgico ao atual modelo de desenvolvimento reside na crença de que a plenitude do homem será encontrada na satisfação de seus interesses económico. Logo, “a totalidade humana foi substituída pela representação de um ‘homem económico’, que se move pelo princípio do prazer e do desprazer. Sendo cada vez menor a diferença entre o destino económico e o homem mesmo (...)” (TIRIBA, 2001, p. 50).

Portanto, a chamada modernidade propagada e difundida pelo mundo ocidental como o modelo de desenvolvimento, capaz de assegurar a paz, a prosperidade e o estabelecimento de níveis materiais adequados para todos não logrou o sucesso almejado. Aliás, os efeitos foram em sentido contrário, pois a modernidade proporcionou a submissão de grande contingente de pessoas à exploração, à pobreza e à carência dos elementos mais básicos para a vida (TIRIBA, 2001).

Assim, é possível verificar que *pobreza* e *exclusão* são conceitos com conteúdos distintos, embora estabeleçam relações umbilicais e essenciais em vários

aspectos. É importante destacar que, a despeito das características locais serem importantes para a definição de quem é pobre ou de quem é excluído, a dinâmica do capital internacional tem intensa responsabilidade e contribuição sobre esses dois conceitos. Não bastasse o conceito tradicional de pobreza, é possível encontrar relevantes colaborações de Amartya Sen (2000) para a compreensão da temática, em especial por sua visão de desenvolvimento como liberdade.

2.2 O desenvolvimento como liberdade: as capacidades humanas enquanto elemento essencial para a construção do conceito de pobreza

O desafio de estabelecer parâmetros claros para a compreensão do desenvolvimento ensejou a formulação de percepções diversificadas a respeito da temática, cada uma delas almejando explicá-la e compreendê-la com base em postulados próprios. Uma das proposições existentes em torno do tema é aquela que toma como parâmetro a liberdade substancial³ gozada pelos sujeitos. Surge, então, a proposta do **desenvolvimento como liberdade**, elaborada por Amartya Sen (2000), que relativiza os fatores puramente econômicos, como o PIB, por exemplo, aproximando o desenvolvimento de assuntos como a capacidade, a liberdade e, de certa maneira, até da qualidade de vida.

Para Sen (2000), o conceito central são as liberdades substantivas, ou seja, as capacidades, por meio das quais as pessoas escolhem o tipo de vida que pretendem ter. Em última análise, a propositura de um modelo de desenvolvimento centrado na liberdade pretende compreender a capacidade das pessoas cuidarem de si mesmas, intervindo e influenciando o mundo que as cerca. Uma expressão passível de sintetizar as aptidões e as posturas que poderão advir da expansão das liberdades é o “aspecto da condição de agente” (SEN, 2000, p. 33), aqui considerado como a condição da pessoa de interagir com o meio e se envolver com questões de cunho econômico e político. Ou seja, para além de questões meramente formais e procedimentais, a expansão das liberdades tem como foco final o sujeito, o cidadão, tornando-o capaz de interagir frutiferamente com o meio que o cerca.

³ A menção realizada pelo autor a liberdades substanciais ocorre visando diferenciá-las das liberdades processuais ou formais, nas quais é franqueado acesso a procedimentos e oportunidades sem que haja a preocupação com a capacidade dos sujeitos aproveitarem essas aberturas.

Nussbaum⁴ (2002), cuja elaboração teórica se aproxima substancialmente daquela realizada por Sen, sintetiza da seguinte maneira a relevância de enfatizar a capacidade enquanto fator de desenvolvimento: “En lugar de preguntar acerca de la satisfacción de la gente o de los recursos que la gente está en condiciones de manejar, nosotros preguntamos qué es lo que la gente es realmente capaz de ser o de hacer”. (NUSSBAUM, 2002, p. 40)

A esse respeito, impende esclarecer dois vocábulos relevantes para a compreensão das ideias de Sen. O primeiro é o conceito de **funcionalidade**, que consiste naquilo que dado sujeito julga importante fazer ou obter. O segundo é a **capacidade**, que expressa a habilidade de efetivamente realizar aquilo que se julga relevante. Na percepção do autor, a **capacidade** é uma espécie de liberdade, eis que permite ao sujeito eleger a maneira como viverá e optar entre diversas **funcionalidades** diferentes aquela que lhe é mais adequada (SEN, 2000).

Segundo Robeyns (2011), as funcionalidades consistem no “ser” e no “fazer” valorizados pelo sujeito. Como exemplo da primeira categoria, é possível citar a pretensão de estar nutrido, aquecido ou educado; da segunda, a habilidade de cuidar de uma criança, votar ou tomar parte de um debate. Logo, quaisquer das características e fatores apreciados pelas pessoas podem enquadrar-se na categoria de funcionalidade, inclusive questões comezinhas como residir numa casa agradável, obter as quantidades mínimas de calorias para manter o corpo em perfeito funcionamento, dentre tantos outros.

Calha destacar que a funcionalidade é, em si mesma, um conceito neutro, pois poderá dizer respeito tanto a pretensões legítimas e positivas – como concluir um curso ou estudar – quanto objetivos escusos e negativos – como perpetrar crimes (ROBEYNS, 2011). Aliás, a diferenciação entre uma funcionalidade negativa de outra positiva está relacionada a critérios puramente pessoais, que poderão outorgar um ou outro significado à mesma experiência. Alguém que sinta grande satisfação com a realização de tarefas domésticas atribuirá grande valor a ela, ao passo que uma feminista poderá sentir-se diminuída sempre que realizar trabalhos da mesma espécie. A despeito disso, é possível entrever a existências de funcionalidades

⁴ Nussbaum acredita na existência de um mínimo existencial, abaixo do qual os seres humanos não lograrão viver com dignidade. Assim, ela defende a percepção de que o desenvolvimento mantém intrínseca relação com as capacidades dos sujeitos, ou seja, com aquilo que eles são capazes de fazer e de ser, visando à construção de um modo de vida digna. A propósito, a percepção da autora parte do postulado de que o ser humano é um fim em si mesmo e não um meio.

elementares, as quais gozam de expressiva preponderância em face às demais, como ocorre, por exemplo, com a saúde e com a alimentação.

Os conceitos de funcionalidade e capacidade demonstram que Amartya Sen (2002) não propõe uma ideia de capacidade que será aferida *a priori*, a partir de *standards* previamente estabelecidos. Pelo contrário, o citado autor propõe uma estrutura que somente será entendida se confrontada a partir dos desejos e das pretensões de cada um. Por esse motivo, alguém que não consome carne por livre e espontânea vontade, em função de questões de foro íntimo, goza de plena capacidade; entretanto, alguém que não consome carne porque não tem acesso a recursos financeiros suficientes – mas que consumiria, se os tivesse – carece de capacidade (NUSSBAUM, 2002). Duas situações materialmente idênticas, mas que se afastam substancialmente, quando considerados os porquês das ações⁵.

Segundo Nussbaum (2002), um olhar a partir das funcionalidades propõe uma percepção que toma como parâmetro as preferências de cada um, as escolhas feitas ou que deixaram de ser realizadas. Isso proporciona uma alteração significativa a respeito da forma como as políticas públicas para a cidadania devem ser estruturadas: elas não devem ter como parâmetro primeiro a *funcionalidade* – considerada aqui como as pretensões e desejos de cada um – mas a *capacidade* – entendida como a habilidade de concretizar os interesses particulares.

A inexistência ou a insuficiência crônica de determinadas *capacidades* repercute na dignidade humana. Um sujeito ao qual são negadas as aptidões básicas para viver corre o perigo de não existir enquanto um ser humano, mas apenas como um animal que tem sensações e desejos (NUSSBAUM, 2002). Logo, a capacidade de atribuir significado, de valorizar certas questões e ser capaz de realizá-las ganha uma dimensão profunda e transforma-se em elemento integrante da condição de ser humano. Estabelecer metas, projetos e pretensões têm, portanto, importância: “Vemos a la persona con actividad, con metas e proyectos, de algún modo inspirando respeto por encima de los procesos mecânicos de la natureza (...)” (NUSSBAUM,

⁵ Concomitantemente, aí reside um problema expressivo na construção de Sen. A crítica que se faz a esse respeito é a seguinte: “É particularmente difícil atribuir pesos às diferentes características pessoais, com toda a multiplicidade e multidimensionalidade. Como foi visto em uma seção anterior, os funcionamentos dificilmente são comparáveis entre si, porquanto cada um define um “espaço” e uma “métrica” de análise e valoração própria. Mas não é só isso. Há também o problema da atribuição de valor à própria escolha da pessoa. A possibilidade de escolha – o aspecto da oportunidade da liberdade – é por si só um bem, e como tal deve ser valorado. Quão mais importante é a possibilidade de escolha em relação aos outros funcionamentos pessoais? Eis aí um problema teórico e prático difícil de ser resolvido.” (PINHEIRO, 2012, p. 38).

2002, p. 114). Quando o ser humano se insere num contexto no qual ele é tolhido dos elementos que lhe proporcionarão uma vida digna, a sensação resultante é a de um desastre, de uma tragédia (NUSSBAUM, 2002), de uma vida perdida.

De igual forma, as funcionalidades também são essenciais para a constituição do ser humano – conforme assevera Robeyns (2011) – pois revelam as potencialidades das pessoas. Um ser humano que não sonha, que não almeja ir além daquilo que hoje tem e dispõe é, certamente, alguém aprisionado.

A capacidade, por seu turno, expressa a habilidade do sujeito concretizar suas pretensões, suas funcionalidades. Martha Nussbaum (2002) estabelece um rol de capacidades humanas principais, em número de dez, que são indispensáveis para a construção do ser humano, a saber: a) a vida; b) a saúde corporal; c) a integridade corporal; d) sentidos, imaginação e pensamentos; e) emoções; f) razão prática; g) afiliação; h) outras espécies; i) capacidade de julgar; e, por último, j) capacidade de controlar o entorno de cada um. Logo, comparativamente à obra de Sen, os contributos de Nussbaum incluem, inclusive, uma listagem sobre a qual é possível embasar as reflexões.

A partir dessa acepção, indicadores como o PIB, a renda *per capita*, o grau de industrialização e a modernização tecnológica têm menor relevância, à medida que deixam de ser um fim em si mesmos para transformarem-se no meio pelo qual é possível expandir essas liberdades. Em virtude disso, uma visão dessa natureza aproxima-se substancialmente da preocupação com o oferecimento de qualidade de vida das pessoas (SEN, 2000).

Nussbaum (2002) assevera que os critérios de ordem puramente econômicos são claramente insuficientes para expressar a qualidade de vida de um grupo. Países com um Produto Interno Bruto semelhante podem apresentar discrepâncias significativas em quesitos como o analfabetismo e a mortalidade infantil. É o que ocorre, *v. g.*, com Paquistão, Zimbabué e Honduras, cujos PIB's são essencialmente semelhantes, mas cujos índices de alfabetização feminina são substancialmente diversos, 23%, 60% e 71,6%, respectivamente (NUSSBAUM, 2002).

É por esse motivo que a percepção de desenvolvimento como liberdade cria o desafio de concretizá-la e de avaliar ações nela inspiradas:

Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo. Na perspectiva avaliatória, isso envolve a necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento com base na remoção das privações de liberdade que

podem afligir os membros da sociedade. O processo de desenvolvimento, nessa visão, não difere em essência da história do triunfo sobre essas privações de liberdade. Embora essa história não seja de modo algum desvinculada do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital físico e humano, seu alcance e abrangência vão muito além dessas variáveis. (SEN, 2000, p. 49)

Essa proposição não desmerece a importância do crescimento econômico para a liberdade dos sujeitos, uma vez que uma renda insuficiente impacta fortemente em fatores essenciais como a saúde, a nutrição, a habitação e outros. Sen (2000) refere que a dinâmica estabelecida entre os recursos financeiros e a liberdade é de mão dupla: ao mesmo tempo em que a existência de dinheiro facilita o acesso à rede escolar e de saúde, maior acesso a estes dois últimos direitos tornam potencialmente maior a probabilidade de maiores ganhos financeiros. Por esse motivo, o dinheiro não deve ser buscado como um fim em si mesmo, mas como um dos instrumentos pelos quais, somados a outros, é possível proporcionar qualidade de vida e liberdade às pessoas.

Assim:

De fato, muitas economias asiáticas – primeiro o Japão, depois a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, e mais tarde a China pós-reforma e a Tailândia, bem como outros países do Leste e Sudeste Asiático – lograram um êxito notável na difusão das oportunidades econômicas graças a uma base social que proporcionava sustentação adequada, como altos níveis de alfabetização e educação básica, bens serviços gerais de saúde, reformas agrárias concluídas, etc. (SEN, 2000, p. 113)

Existem casos, aliás, nos quais uma privação relativa de recursos financeiros poderá acarretar severas restrições à liberdade das pessoas. É o que ocorre, por exemplo, em países desenvolvidos, onde aqueles que têm uma renda modesta não conseguem usufruir dos serviços e das comodidades oferecidas aos demais cidadãos, que gozam de melhores condições financeiras. Logo, a relação existente entre renda e liberdade não ocorre de forma retilínea e nem mesmo da mesma maneira nos diferentes países, pois a combinação de fatores sociais, econômicos e comportamentais dão maior ou menor relevância para o dinheiro (SEN, 2000).

O próprio mecanismo de mercado é interpretado como uma ferramenta relevante para a expansão das liberdades substantivas, pois, em primeiro lugar, a supressão do livre poder de trocar comercialmente já é, em si mesmo, uma privação de liberdade; em segundo lugar, as transações efetuadas no âmbito do livre comércio ocasionam a circulação de recursos financeiros e o aumento da renda, o que tem um potencial positivo muito significativo.

Ao conceber o desenvolvimento como liberdade, Sen (2000) põe em pauta a discussão a respeito dos fatores que obstam a fruição desse direito. Na sociedade atual, há uma miríade de fatores que podem tolher, total ou parcialmente, a liberdade dos sujeitos. A miséria, a restrição alimentar, a tirania, a prestação inadequada de serviços públicos e a negação de direitos políticos são ameaças reais a esse direito. A propósito, seja em países tidos como menos desenvolvidos, seja naqueles onde as possibilidades materiais são mais abundantes, é possível verificar privações às liberdades das mais diversas espécies.

Realmente, enquanto os países que ocupam a vanguarda econômica possibilitam a fruição de benefícios materiais para a maioria de sua população, determinados grupos – tidos como minorias – recebem tratamento diferenciado, seja do Estado, seja do restante dos cidadãos. É o caso, por exemplo, dos negros nos Estados Unidos da América, que, a despeito de gozarem dos benefícios materiais concedidos aos demais americanos, enfrentam significativas dificuldades, que se expressam, inclusive, no tocante à repressão policial. Por outro lado, países menos abonados são igualmente fornecedores de exemplos de privações de liberdade, que se expressam por meio das formas mais elementares e básicas. É por esse motivo que em determinados países africanos, *v. g.*, as guerras impedem a circulação de pessoas e o cotidiano simplesmente existe em função de conflitos armados.

É possível identificar duas facetas da liberdade: a primeira delas a identifica enquanto **fim primordial do desenvolvimento**; enquanto a segunda assevera que a liberdade é **meio de desenvolvimento**. O primeiro viés – também denominado de **papel constitutivo** da liberdade – atine à relevância dessa para a constituição do ser humano, que somente adquire discernimento e desenvoltura quando dispõe da capacidade de propor sua vida. Assim, sob essa perspectiva, a liberdade consubstancia-se num valor que vale por si próprio, uma vez que se imiscui com a própria dignidade do ser humano.

Por outro lado, é possível identificar a liberdade enquanto **meio de desenvolvimento**, o que também recebe a denominação de caráter **instrumental da liberdade**. Essa percepção concerne à verificação desse direito enquanto elemento integrante do desenvolvimento, mas não a partir de uma visão imediatista, que relaciona crescimento econômico com as liberdades de que gozam os cidadãos.

Calha destacar que Sen (2000) defende a percepção da liberdade enquanto fim primordial do desenvolvimento, ou seja, enquanto referencial máximo a ser buscado.

O desenvolvimento teórico proposto pelo citado economista indiano visa superar a visão que limita esse direito a mero instrumento de algo que será alcançado, mas pelo contrário, com a própria finalidade para a qual todas as intervenções do Estado e da sociedade devem convergir. Quando fala em liberdade, Sen fala, portanto, da valorização do ser humano enquanto tal, considerado em si mesmo e em suas habilidades de interferir no mundo que o cerca.

Logo:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdade substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 10)

Impende destacar que a liberdade não deve ser compreendida como um fenômeno unívoco, mas, pelo contrário, dotado de várias facetas. É por esse motivo que se pode falar, num primeiro momento, de uma **liberdade substancial**, formada por uma miríade de fatores, que formam, em seu conjunto, a **aptidão do sujeito ser agente de seus próprios atos**. A inexistência de uma **liberdade substancial** efetiva repercute sobre a habilidade dos cidadãos participarem dos mecanismos democráticos e participativos existentes na sociedade.

Não será demais dizer que a **liberdade substancial** envolve valores e práticas existenciais dotados de grande subjetivismo, como, por exemplo, o amor próprio, a autoestima elevada e a capacidade de frequentar determinados lugares sem constrangimento (ZAMBAM, 2009). Contudo, a despeito da subjetividade inerente a essa visão, ela permite discutir a posição dos sujeitos em face ao grupo social no qual se insere.

Impende desataca que, embora a liberdade substancial mantenha relações com questões transcendentais, ela também está condicionada à satisfação das necessidades básicas, como a alimentação e moradia, uma vez que não é viável gozar de liberdade quando se vive em situação de miséria (ZAMBAM, 2009). Logo, não se trata de um conceito desvinculado de qualquer relação com o mundo concreto, mas, pelo contrário, é recheado de bom-senso.

Por outro lado, é indispensável destacar as **liberdades instrumentais**, que formam o conjunto heterogêneo de elementos que contribuem, cada uma ao seu modo, para a construção de uma liberdade global. Essa categoria é formada por uma miríade de elementos e práticas, tais como:

1. As prerrogativas políticas: atinentes aos direitos estabelecidos na legislação e na Constituição relacionados à participação dos cidadãos nos negócios de estado, notadamente às prerrogativas de votar e ser votado;
2. As facilidades de cunho econômico: relativas ao acesso aos recursos pecuniários suficientes para arcar com as despesas relacionadas a uma vida digna;
3. As oportunidades sociais: diz respeito às chances de ascensão social e de promoção que são franqueadas aos cidadãos; normalmente, poderão ser referentes a serviços educacionais e, inclusive, de saúde;
4. As garantias de transparência: atinentes às relações existentes entre as pessoas e as instituições, de forma a permitir que haja confiança e expectativas corretas entre os cidadãos;
5. Segurança protetora: concernente às normas e instituições que permitam a concessão de benefícios temporários ou duradouros, visando evitar que as pessoas caiam na miséria. Podem envolver desde normas previdenciárias e assistenciais, até seguros relacionados a situações tidas como relevantes pelo corpo social;

O rol acima representado – que não é exaustivo, mas simples demonstrativo das principais liberdades – explicita alguns instrumentos capazes de possibilitar uma vida plena, livre, num sentido global e substancial. O simples fato de todas essas situações serem, apenas, **liberdades instrumentais** demonstram a complexidade da proposta de Sen (2000), que não se satisfaz com formalidades.

Dessa maneira, é possível verificar que a construção proposta por Sen tem o mérito de acrescentar ao desenvolvimento a necessidade do ser humano ser valorizado em sua integralidade. Se, de um lado, fatores econômicos têm grande significado no contexto social, de outro lado, quesitos de cunho extra pecuniários, mas que reverberam na capacidade ou incapacidade de concretizar as próprias pretensões, não podem ser olvidados.

Outra questão digna de destaque na obra seniana atine à responsabilidade das pessoas em face aos outros. A esse respeito, há quem questione: os sujeitos não deveriam se responsabilizar, eles mesmos, pelas escolhas em sua vida? Em que medida é possível e aceitável que alguém influencie na vida de outros? Aqueles que

se posicionam pela necessidade das pessoas, elas mesmas, gerirem suas vidas, asseveram que pensar de forma diferente gera o enfraquecimento das fibras morais dos sujeitos.

Sen (2000) pensa que certas circunstâncias podem ser substancialmente impeditivas do uso da liberdade individual e, conseqüentemente, das responsabilidades de cada um. Alguém que nasceu no seio de uma sociedade fortemente discriminadora, que não concedeu recursos intelectuais, educacionais e materiais para esse mesmo sujeito, não poderá exigir responsabilidades dele. Por esse motivo, responsabilidade demanda liberdade.

Por isso, em sua essência, apoiar a responsabilidade individual dos sujeitos é o mesmo que proporcionar a ampliação das liberdades, pois a relação que se estabelece entre esta e aquela é de mão dupla: a liberdade ocasiona o fortalecimento da responsabilidade e vice-versa. A possibilidade de alguém realizar ou deixar de realizar demanda capacidade e discernimento. Logo: “A alternativa ao apoio exclusivo na responsabilidade individual não é, como às vezes se supõe, o chamado ‘Estado babá’. Há uma diferença entre ‘pajear’ as escolhas de um indivíduo e criar mais oportunidades de escolha e de decisão substantiva para as pessoas” (SEN, 2000, p. 322).

Tudo isso remonta à ideia de justiça de Sen, que envolve as palavras *niti* e *nyaya*, que expressam conteúdos diferentes de justiça. A primeira delas – *niti* – designa uma concepção estritamente vinculada às leis e às instituições. Para exemplificá-la, Sen (2011) vale-se de uma frase de Ferdinando I, sacro imperador Romano, segundo o qual a “justiça deve ser feita, ainda que o mundo pereça”; numa análise rigorosamente comprometida com as leis, a afirmação do citado governante está perfeita, mas desconsidera até mesmo as próprias conseqüências da aplicação da norma. Logo, trata-se de uma visão descompromissada com as conseqüências da aplicação da lei.

Porém, em sentido contrário, *nyaya* propõe uma visão mais complexa e comprometida de justiça, uma vez que, para este conceito, a justiça deve compreender o mundo, as relações sociais e as distribuições de riqueza. Para *nyaya*, “a realização da justiça no sentido de *nyaya* não é apenas uma questão de julgar as instituições e as regras, mas de julgar as próprias sociedades” (SEN, 2011, p. 37). Dessa maneira, é uma visão que requisita, inclusive, um olhar dos cidadãos sobre as dificuldades e as necessidades dos demais integrantes da sociedade. Para essa

perspectiva, não basta estar em consonância com a lei, deve-se perquirir pelas consequências dela em meio às pessoas. Costa e Carvalho asseveram que:

Amartya Sen se dedica a elaborar uma teoria que seja capaz de orientar uma reflexão racional que estimule um engajamento efetivo das pessoas não apenas no cumprimento das leis (*niti*), mas na transformação da sociedade para que ela se torne mais próxima da *nyaya*, ao menos com uma exclusão das injustiças sentidas em um determinado momento como inaceitáveis (COSTA; CARVALHO, 2011, p. 311).

A visão de Sen a respeito do conceito de justiça demanda, portanto, o engajamento das pessoas no esforço de alterar as relações sociais viciadas. Trata-se, dessa maneira, de uma concepção que envolver certo grau de ativismo.

2.3 A pobreza à luz da privação de liberdades

A construção teórica empreendida por Sen (2000) conduz à formulação de um conceito de pobreza desvinculado de questões estritamente financeiras, relativizando a função desse elemento para a determinação do grau de pobreza dos indivíduos ou de uma comunidade. O foco para a compreensão do assunto desloca-se para as relações pessoais, reduzindo a relevância do “ter” e aumentando o valor do “ser” e do “fazer”. Dessa maneira, o viés utilitarista, consubstanciado na valorização da renda, perde em importância.

Cumprir destacar, entretanto, que Sen não comete a ingenuidade de ignorar a relevância da pecúnia para a compreensão da pobreza, pois o dinheiro é relevante em inúmeros aspectos, como, por exemplo, para proporcionar educação, saúde e outros direitos básicos. A inexistência de uma renda adequada funciona como importante fator para precipitar as pessoas na pobreza, pois os recursos financeiros são essenciais para a aquisição de bens indispensáveis para a subsistência e para o desenvolvimento da personalidade dos sujeitos. Não é possível, entretanto, mensurar em termos absolutos e gerais a relevância do dinheiro, uma vez que a importância da renda depende de uma série de outros fatores. Questões de ordem familiar – como o gênero – e quesitos de cunho pessoal – como a idade e a saúde – repercutem diretamente na importância dos recursos financeiros: alguém mais doente necessitará de mais dinheiro, enquanto alguém mais saudável poderá viver confortavelmente sem grandes fortunas (SEN, 2000).

Dessa maneira:

O autor aqui estudado (Sen, 2000, p. 46-48) chega a duas conclusões adicionais a partir da mencionada comparação entre as duas estratégias de desenvolvimento. A primeira é que um país não precisa necessariamente crescer economicamente *antes* de elevar a qualidade de vida de seus cidadãos; ou seja, uma estratégia de desenvolvimento humano e social não tem de ser mediada necessariamente por um forte crescimento econômico. A segunda conclusão é que a estratégia apoiada no mero crescimento econômico precisa ser complementada por políticas que forneçam serviços sociais capacitantes à população – exemplos de tais serviços são: a assistência básica à saúde e as oportunidades educacionais básicas, entre outros –, a fim de consolidar o processo de desenvolvimento. (PINHEIRO, 2012, p. 36)

Essa forma de perceber a pobreza ocasiona alterações na própria maneira como o Estado deve enfrentar essa questão. Uma política pública que tome como objetivo principal apenas a distribuição de renda logra reduzidos resultados, uma vez que desconsidera a própria habilidade dos sujeitos usufruírem de recursos financeiros, que poderão ser irresponsavelmente dispersos sem qualquer proveito. Por esse motivo, as intervenções do Estado que tenham como pretensão apenas disponibilizar dinheiro, sem quaisquer outras preocupações, poderão se transformar em meros sumidouros de recursos, perpetuando situações e distorções. As intervenções da administração pública devem considerar o seguinte “círculo vicioso da pobreza: *baixa capacidade de transformação renda-funcionamentos* → *baixos funcionamentos* → *baixa renda* → *baixa capacidade de transformação renda-funcionamentos*” (PINHEIRO, 2012, p. 33).

A realização de estudos a respeito das medidas implementadas por países como Índia e Paquistão levaram Pinheiro (2012) a concluir que a qualidade de vida da população e sua longevidade não mantêm relação direta com o crescimento econômico. Os Estados que optam por uma política de crescimento alinhada com as necessidades do mercado não logram sucesso no segmento social; por outro lado, aqueles que desenvolvem medidas comprometidas com valores sociais impactam diretamente no desenvolvimento de capacidades entre os cidadãos.

A percepção de que o crescimento econômico é *condicio sine qua nom* para a obtenção de condições sociais mais favoráveis parte do falho pressuposto de que é necessário fazer crescer o bolo, para, posteriormente, reparti-lo entre todos. Contudo, não é indispensável que uma sociedade alcance a opulência para, somente aí, preocupar-se com os desvalidos (PINHEIRO, 2012). A prática e a experiência demonstram, aliás, o equívoco existente nessa percepção.

A reinterpretação do conceito de pobreza proporciona uma visão diferenciada de outros fenômenos; é o que ocorre, por exemplo, com o desemprego, que numa visão tradicional é atrelado apenas à perda de poder aquisitivo por parte do desempregado, mas que, num outro viés, pode ser encarado como fato ocasionador de baixa autoestima, de perda de motivação e de habilidades. Ou seja, à luz dessa última percepção, é possível atrelar o desemprego à própria redução das capacidades das pessoas, que se sentem apequenadas em face ao deslocamento provocado pelo desemprego.

Sen realiza importante inferência a esse respeito, ao dizer que:

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e assimetrias entre os sexos. (SEN, 2000, p. 117)

As relações que se estabelecem entre renda baixa e capacidades não são fixas, mas variam de grupo para grupo e, até mesmo, dentro dos próprios núcleos familiares e entre os sujeitos. Fatores como a idade, o sexo e a própria localização da residência reduzem ou ampliam a importância da pecúnia para o desenvolvimento da capacidade (SEN, 2000). Uma família domiciliada em casa localizada em bairro distante, onde os serviços públicos são escassos e de baixa qualidade, precisará de maiores recursos financeiros para suprir a ausência do Estado. Por outro lado, um grupo familiar menos abonado, mas melhor localizado, necessitará de menores somas para viver.

Assim, Amartya Sen realiza importantes colaborações para a compreensão da pobreza e das intersecções existentes entre a ausência de liberdade e as privações de todo gênero a que as pessoas se submetam. Torna-se relevante, agora, compreender os elementos que serviram de subsídio para que Sen desenvolvesse seus postulados.

2.4 A construção do conceito de justiça social segundo Amartya Sen

A construção empreendida por Amartya Sen toma, portanto, a liberdade como parâmetro primordial para a discussão do desenvolvimento. A esse respeito, impende realizar o seguinte questionamento: quais circunstâncias levaram o autor a eleger o

referido valor como essencial para sua construção teórica? Noutras palavras, a partir de que elementos Amartya Sen constrói seu conceito de justiça social e de pobreza?

Sen (2000) principia essa discussão expondo alguns marcos teóricos que pretendem compreender a questão da pobreza e da justiça social. O primeiro deles é o **utilitarismo**, que toma como parâmetro primordial o grau de prazer e de felicidade gozada pelos sujeitos. É possível identificar duas visões distintas a respeito do utilitarismo, a saber, a primeira delas atine ao grau de bem-estar e prazer usufruído pelo sujeito; a segunda diz respeito à capacidade de satisfação dos desejos escolhidos.

Um dos pressupostos sobre o qual o utilitarismo se fundamenta diz:

que a lógica por trás do comportamento do consumidor individual frente suas preferências, as quais são consideradas transitivas, pode ser estendida para uma função de preferência social, que nada mais seria do que a soma das utilidades individuais dos diferentes sujeitos. E que isto, por sua vez, geraria um resultado numérico capaz de refletir a utilidade total de uma sociedade. Assim, dada duas alocações hipotéticas, a alocação X e a alocação Y. A primeira alternativa seria preferível a segunda, caso o somatório das utilidades individuais dada a escolha da alocação X gerasse um resultado numérico maior do que aquele obtido pelo mesmo modo ao ser escolhida a alocação Y. (SANTOS, *et al*, 2013, p. 62/63)

Logo, é possível sintetizar os postulados utilitaristas da seguinte maneira: o critério relevante para essa percepção é a consequência das escolhas para os sujeitos; os economistas devem centrar sua avaliação no bem-estar (*well-being*); a metodologia para proceder a uma avaliação é a do cálculo, do somatório; a estimativa do *bem-estar* dá-se a partir do acesso ao mercado (SANTOS, *et al*, 2013).

Admitir o utilitarismo como ponto de partida para as discussões em torno do assunto conduz à aceitação do resultado final como algo positivo. Talvez essas razões tenham levado o utilitarismo a ter ampla aceitação: “o utilitarismo tem sido a teoria ética predominante – e, *inter alia*, a teoria da justiça mais influente – há bem mais de um século” (SEN, 2000, p. 77).

Cumprir lembrar que as críticas formuladas por Sen (2000) a respeito do utilitarismo atinem à crença de que um único valor é aferido para fins de mensuração da justiça e ao uso do simples somatório enquanto metodologia apta para aferir o crescimento da utilidade obtida. Por essa maneira, o economista indiano não o refuta integralmente, mas trata de destacar as inconsistências existentes nesse modelo teórico. O seguinte texto é bastante elucidativo a esse respeito do posicionamento de Sen em face às limitações do utilitarismo:

De certo modo, Amartya Sen retoma o utilitarismo, pois o seu ideal de teoria ética é o de uma perspectiva capaz de maximizar a justiça nas decisões concretas que ela determina. Porém, ele não cai na tentação de reduzir critérios de utilidade a um único elemento, operação que facilita o cálculo de utilidade sob o custo de perder a própria justiça buscada. Isso fica especialmente claro na Parte III, que, apesar do título “Formas de argumentação racional”, é basicamente uma crítica das concepções reducionistas de razão que normalmente instruem o pensamento econômico (COSTA; CARVALHO, 2011, p. 309).

O senão da adoção desse critério reside na dificuldade de mensurar a felicidade e a satisfação dos sujeitos, sobretudo comparativamente. Não bastasse isso, os deméritos da teoria utilitarista residem na indiferença por questões distributivas, uma vez que não cogita discutir os diversos níveis e oscilações de felicidades existentes entre as pessoas. Ademais, o utilitarismo não demonstra preocupação com a salvaguarda de direitos, que somente serão úteis à medida que se relacionarem com o prazer pretendido; por último, a felicidade pretendida nessa teoria mostra-se frágil, pois as pessoas se adaptam às circunstâncias e desenvolvem resiliência (SEN, 2000).

Sen (2000) discorda do utilitarismo porque este se sustenta em um único valor, a saber, o bem-estar. O referido autor não refuta a importância da satisfação para os sujeitos, mas discorda quando esse valor é eleito como o único relevante, olvidando, portanto, tantos outros que poderiam compor um rol mais diversificado. As pessoas têm outras pretensões que não apenas obter bem-estar individual e cada um desses desejos goza de relevância.

Outra crítica diz respeito à incapacidade do utilitarismo compreender as disparidades existentes na sociedade, que repercutem diretamente sobre o conceito de prazer e de utilidade. Por exemplo, considerando-se um grupo historicamente excluído, ao qual poucos direitos são concedidos, possivelmente qualquer adicional ou acréscimo ofertado e eles causará significativo impacto na felicidade deles (SEN, 2000). Contudo, um observador isento que observe esse grupo não titubeará em dizer que aquelas pessoas continuam vivendo em condições profundamente indignas. Ademais, à medida que um grupo se submete, ao longo do tempo, a restrições significativas, a tendência é que essas pessoas desenvolvam resiliência e aceitem as circunstâncias.

John Rawls também não concorda com o pensamento utilitarista, uma vez que identificou dificuldades em estabelecer parâmetros comparativos entre as concepções de bem e satisfação, que acabam por se revestir de grande subjetivismo. Para o

referido autor o critério correto para conceber o conceito de justiça deve envolver os chamados bens primários, que se constituem naqueles itens desejados pelos sujeitos racionais para a obtenção de certos objetivos. É possível citar vários exemplos de bens primários, tais como os direitos e liberdade fundamentais, a liberdade de escolha profissional, ser respeitado socialmente, a renda, dentre outros. A existência desses bens primários possibilitaria a comparação entre cada um deles, o que, conseqüentemente, superaria as limitações existentes na crítica utilitarista (KANG, 2011).

O conceito de justiça de John Rawls coloca em primeiro plano a **liberdade formal** dos sujeitos. A precedência da liberdade em Rawls encontra respaldo nas teorias libertaristas modernas, de acordo com as quais existe uma série de direitos – como a liberdade e a propriedade – que tem precedência em face à realização de finalidades sociais. Logo, a partir desse viés, os referidos direitos tomam prioridade absoluta em face a discussões relevantes, como a luta contra a miséria e contra às desigualdades. Segundo Sen: “nessa formulação, a questão não é a importância comparativa dos direitos, mas sua prioridade absoluta” (SEN, 2000, p. 83).

Existem elaborações teóricas que comungam da percepção de **prioridade da liberdade formal**, mas que, entretanto, propõem um rol mais limitado de direitos aos quais se deve conferir preponderância. Sob essa ótica, apenas os direitos civis e políticos gozariam de tal superioridade; esses direitos suplantariam, inclusive, contingências de caráter econômico, que não deveriam repercutir na fruição desses direitos. Assim, sob essa percepção, mesmo as crises na economia, ocasionadoras de restrições acerbadas e impactos monumentais no cotidiano, não seriam argumento capaz de proporcionar restrições nos citados direitos.

A percepção que preconiza a superioridade da **prioridade formal da liberdade** em face aos demais direitos submete-se a críticas, sobretudo porque ignora o impacto proveniente das privações decorrentes de um ambiente econômico desfavorável. É inegável que dificuldades acentuadas de ordem social são suficientemente fortes para sobreporem-se às liberdades. Isso leva Sen (2000, p. 86) a formular a seguinte crítica a respeito do libertarismo: “o libertarismo como abordagem é demasiado limitado. Não só desconsidera as variáveis às quais a teoria utilitarista e welfarista atribuem grande importância, como também negligenciam as liberdades substanciais mais básicas, que temos razão para prezar e exigir.”

A esse respeito:

(...) a salvaguarda da liberdade formal tem de ser essencialmente relacionada à aceitabilidade política geral de sua importância. O contraste ocorre, antes, com o grau no qual ter mais liberdade formal ou direitos aumenta a vantagem pessoal do indivíduo, vantagem que é apenas uma parte do que está envolvido. Está-se afirmando aqui que a importância política dos direitos por exceder imensamente o grau em que a vantagem pessoal dos detentores desses direitos é aumentada pelo fato de tê-los. (SEN, 2000, p. 85)

Não bastasse isso:

O Argumento em favor dessa total prioridade pode ser questionado demonstrando-se a força de outras considerações, como a das necessidades econômicas. Por que o peso das necessidades econômicas intensas, que poder ser questões de vida e morte, deveria ser inferior ao das liberdades formais pessoais? (SEN, 2000, p. 83)

Sen (2000) reconhece a importância da construção teórica desenvolvida por Rawls; aliás, ambos têm entendimento semelhante a respeito de vários aspectos, como, por exemplo, a visão crítica a respeito do utilitarismo e a descrença de que o oferecimento de igualdades formais bastará para a construção de uma sociedade justa. Entretanto, o primeiro discorda substancialmente deste último ao asseverar que os bens primários são meros meios e não fins. Para Sen, portanto, torna-se imprescindível ir além, para chegar ao ponto essencial, que, segundo ele, devem ser as capacitações (KANG, 2011).

As diferenças existentes entre Rawls e o economista indiano podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

Aqui aparece uma importante diferença entre Rawls e Sen: este se opõe tanto à distorção utilitarista, indiferente às assimetrias do mundo social que levam à formação distorcida de expectativas, quanto à indiferença de Rawls às carências dos especialmente destituídos, em nome da responsabilidade (KERSTENETZKY, 2000, p. 120).

Dessa maneira, com o fito de aquilatar o grau de liberdade de que dispõem as pessoas, é relevante não apenas verificar os bens primários que elas dispõem, mas, sobretudo, a habilidade de convertê-los em objetivos de vida. Nesse sentido, uma pessoa portadora de limitação física severa poderá ter uma cesta de bens primários maior do que outro sujeito sadio, e, mesmo assim, ser menos livre e, conseqüentemente, menos desenvolvida que este último.

Dessa maneira, é possível verificar que Sen (2000) pretende construir seus postulados tomando como parâmetro algumas das colaborações utilitaristas e, mesmo, de Rawls. Porém, avança em relação a esses, uma vez que propõe a

valorização das capacidades dos sujeitos em escolherem a vida que pretendem ter e, mais do que isso, ter habilidade de concretizá-la.

2.5 Desenvolvimento e liberdades: contribuições e críticas em torno do tema

Hoje, a construção dos conceitos de pobreza e de exclusão congrega uma miríade de elementos: ao mesmo tempo em que os conflitos armados, a ausência de alimentos e de paz ainda devem compor os conceitos de pobreza e de exclusão, outros fatores, atuais e modernos, concedem contornos próprios à pobreza e à exclusão. Atualmente, é possível falar-se até mesmo de uma pobreza incluída (SEN; KLIKSBURG, 2010), consubstanciada na situação na qual o indivíduo tem ocupação e renda, mas esta é tão minguada que não possibilita perspectivas aos cidadãos. Da mesma forma, contingências climáticas repercutem cada vez mais no cotidiano, propiciando novas restrições e novas maneiras de enfrentar a pobreza.

Calha não deslembrar a importância da dinâmica econômica internacional para a compreensão do quadro de empobrecimento hoje existente, uma vez que a pobreza, hoje, não é um fenômeno isolado, mas é apenas um dos frutos de um contexto econômico, que condiciona e inspira a todas as relações. Essa constatação demonstra que o quadro de dificuldades por que passam as pessoas não é evento pontual e desconectado. A lógica vigente – comprometida com o setor financeiro – é fortemente responsável pela redução e pela precarização cada vez maior dos postos de trabalho.

Não bastasse isso, Sen (2000) vem colaborar substancialmente com a construção de uma ideia de pobreza centrada na ausência de liberdade substancial, rompendo com a visão exclusivamente econômica desse fenômeno. Analisar o empobrecimento dos sujeitos a partir da dificuldade destes em exercer sua liberdade substancial possibilita discussões que, até então, não eram viáveis. Possibilita, aliás, diálogos com outros assuntos, como, por exemplo, as Tecnologias Sociais e a Economia Solidária, cujos conceitos serão discutidos nos dois próximos capítulos.

A ideia de que a falta de liberdade conduz à incapacidade de realizar suas pretensões – funcionalidades – e a ausência desta causa privação das capacidades, gera um processo cíclico, que se retroalimenta. Não gozar de educação, por exemplo, reduz significativamente a habilidade do sujeito conhecer e compreender seu entorno, o que repercute em baixa remuneração e na menor possibilidade de concretizar suas

pretensões. À medida que esse ciclo vicioso vai se estabelecendo, a privação de liberdade vai conduzindo ao sujeito a uma condição cada vez mais aguda de pobreza.

Nesse contexto, as políticas públicas que visam à simples distribuição de recursos financeiros como meio para a superação da pobreza podem se transformar em meros sumidouros de recursos públicos. O combate à pobreza, sob esse aspecto, deve possibilitar uma visão ampliada, multifacetada desse fenômeno e não restrita à visão do dinheiro.

Portanto, é possível verificar o diferencial existente na construção teórica de Sen: o atrelamento do desenvolvimento a processos que não são exclusivamente econômicos, mas, antes de tudo, inerentes à intimidade dos seres humanos. Os debates tradicionalmente realizados concedem uma ênfase bastante significativa ao mercado e à habilidade deste proporcionar bens materiais àqueles que dispõem em dinheiro; para estes, o ponto central do desenvolvimento está em quesitos materiais e não no ser humano. Entretanto, Sen articula sua perspectiva de desenvolvimento a partir da liberdade substancial dos sujeitos.

Não sem motivos, a noção de liberdade substancial proposta por Sen (2000) possibilita uma reflexão bastante ampla a respeito da habilidade do ser humano interagir com o contexto que o cerca. O próprio conceito de **agência**, aqui considerada como a capacidade do sujeito agir e ser o propositor de sua vida, possibilita discussões bastante relevantes.

Essa visão multifacetada inerente à construção proposta por Amartya Sen pode ser sintetizada da seguinte maneira:

As mudanças sociais em questão (expansão da alfabetização, dos serviços básicos de saúde e a reforma agrária) aumentam efetivamente a capacidade humana para ter uma vida menos vulnerável e que valha a pena viver. Mas essas possibilidades também estão associadas à melhora da produtividade e das possibilidades de emprego das pessoas envolvidas (expandindo o que se denomina 'capital humano'). (SEN, 2000, p. 296)

Ao descolar o desenvolvimento do debate puramente econômico, Sen (2000) busca estabelecer bases em postulados que possibilitem uma visão que se aproxima da qualidade de vida. Essa proposição mostra-se bastante adequada aos Empreendimentos de Economia Solidária – EES⁶ – uma vez que nestes o trabalho é considerado como algo mais do que um mero provedor de recursos financeiros, mas

⁶ Os pormenores existentes em torno do conceito de empreendimento de economia solidária serão expostos com maiores detalhes no capítulo 3 deste trabalho.

como o espaço no qual todos os participantes gozam de prerrogativas inexistentes no âmbito de uma empresa convencional. Dessa forma, o valor democrático transforma-se num bem de grande relevância:

A estrutura da cooperativa autogestionária organizada em torno do princípio democrático de participação em todas as esferas de decisão (“um indivíduo=um voto”), remete a um empreendimento coletivo de trabalhadores e, como tal, deve produzir e ser conduzida pelo conjunto de todos os associados, ou seja, os próprios trabalhadores. (ROSENFELD, 2007, p. 97)

Realmente, é possível o estabelecimento de intersecções entre a proposta de Desenvolvimento como Liberdade com outros setores que, numa primeira análise, estariam apartados dessa discussão. É viável, por exemplo, estabelecer vínculos da proposta trazida por Sen (2000) com os modelos tecnológicos existentes, alguns dos quais incompatíveis com a noção de capacidade, mas outros visceralmente ligados e comprometidos com a liberdade e as ações dos sujeitos.

Segundo Oosterlaken (2015), existem tecnologias que têm uma relação intrínseca com a liberdade, como ocorre com a chamada tecnologia *slow race*, que estabelece as relações entre tecnologia e pobreza a partir de postulados como as dimensões sociais e culturais inerentes à sociedade, bem como aos processos democráticos inerentes a ela. A mudança tecnológica abraça, portanto, a diversidade existente em cada grupo, a fim de que isso venha a se materializar em funcionalidades e facetas no produto final.

Entre a abordagem *slow race* e a proposta de Amartya Sen existe uma importante similitude, a saber, a centralidade do ser humano e de suas vidas na compreensão do fenômeno tecnológico (OOSTERLAKEN, 2015). A propósito, os debates existentes em torno do assunto permitiram a construção de modelos tecnológicos alternativos, como a Tecnologia Apropriada – TA – que, com forte inspiração em postulados indianos, buscou estabelecer relações entre as capacidades humanas e a tecnologia. Na verdade, o ponto no qual é possível identificar maior contato entre TA e desenvolvimento de liberdades é na ênfase dada à agência.

Na verdade – conforme será visto no capítulo seguinte – certas consequências oriundas das chamadas tecnologias convencionais são frontalmente contrárias ao desenvolvimento do sujeito, sobretudo porque viabilizam a exploração dos grupos menos favorecido pelos atores hegemônicos. Por outro lado, surgem propostas – modelos tecnológicos – que enfatizam a tarefa dos sujeitos na construção do artefato

tecnológico, enaltecendo a habilidade dos indivíduos construírem soluções para seus próprios problemas, como, por exemplo, as Tecnologias Sociais. Em virtude disso, impende conhecer, com pormenores, as colaborações das Tecnologias Sociais para a construção de relações mais equânimes e justas.

3. AS TECNOLOGIAS SOCIAIS CONSTRÓEM RELAÇÕES PAUTADAS PELA INCLUSÃO?

O modelo tecnológico que predomina no contexto produtivo e econômico atual tem proporcionado avanços importantes em inúmeros segmentos, o que transformou a tecnologia em item relevante para o mercado. Quantitativamente, os benefícios oriundos da avalanche de inovações têm sido incontestáveis, eis que os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizados no setor tecnológico têm sido pródigos fornecedores de novos itens. Em decorrência disso, todos aqueles que dispõem de recursos suficientes para adquirir gozam, então, dos benefícios proporcionados pelo incremento científico.

Contudo, os efeitos decorrentes do modelo tecnológico hoje vigente não são, apenas, positivos, uma vez que ele têm causado efeitos colaterais relevantes na tessitura social. Esse fato, por si só, já é capaz de ensejar uma série de discussões a respeito da maneira como os artefatos tecnológicos repercutem na sociedade. Um dos questionamentos possíveis a esse respeito atine às intersecções existentes entre a tecnociência e a sociedade, sobretudo a (in) capacidade do contexto tecnológico atual acarretar inclusão e igualdade. Realmente, o crescimento econômico ocorrido nos últimos anos, fundamentado, sobretudo, pelas condições postas pelo modelo tecnológico, proporcionou grande opulência para determinados grupos e, concomitantemente, gerou exclusão e pobreza nunca antes vista.

O modelo tecnológico e produtivo hoje vigente causou dificuldades de grande monta, uma vez que as classes menos abonadas passaram a se submeter a restrições de todo gênero. Em virtude disso, cumpre compreender os elementos relacionados ao modelo produtivo e tecnológico, que proporcionaram tal grau de segregação social.

Aliás, em face aos efeitos decorrentes do modelo tecnológico hoje vigente, surgem correntes alternativas, por meio das quais se pretende superar os senões proporcionados pela tecnologia convencional. Uma das possibilidades existentes são as tecnologias sociais, que se constituem em esperança de modelo tecnológico para fazer frente às demandas dos excluídos. Em face à relevância do assunto, impende conhecê-lo melhor, de maneira compreender a relevância de uma proposta inclusiva.

3.1 Conhecimento científico e neutralidade: um debate acerca das intersecções existentes entre ciência e sociedade

A sociedade hodierna é caracterizada por seu especial apreço pelos avanços tecnológicos, que têm fornecido um volume imenso de produtos e serviços dotados de funcionalidades novas. Aliás, a profusão de novidades, sempre ao gosto dos consumidores, pode estar acarretando alterações substanciais na própria maneira como os sujeitos interagem, pois a relação existente entre sujeitos e tecnologia pode ter repercussões mais profundas do que se imagina.

O incremento tecnológico acarretou no aumento de produtos e de serviços ofertados, que trouxeram maior comodidade para quem pode adquiri-los. Nesse sentido, é possível asseverar que aos sujeitos que dispõem de recursos financeiros é franqueado acesso a uma série de elementos que poderão trazer benefícios às vidas deles. Na verdade, vivem-se dias nos quais o culto às novidades possibilitadas pelo avanço tecnológico é a tônica das relações comerciais e pessoais.

Dias (2013) faz curiosa ilação a esse respeito. O autor assevera que a ciência e a tecnologia jamais tiveram a relevância que têm hoje, ocasionando, sobretudo, significativo grau de dependência em face a elas. Todavia, a dinâmica social se submete a sutis alterações, muitas das vezes imperceptíveis: “Amílcar Herrera (...) costumava dizer que a melhor maneira de encerrar uma discussão nos dias atuais é dizer que algo ‘está cientificamente provado’” (DIAS, 2013, p. 01). Ademais, a tecnologia “condiciona até nossas escolhas mais triviais: o creme dental é recomendado por especialistas? Quantos problemas bucais ele ataca?” (DIAS, 2013, p. 01).

A despeito dos termos ciência, tecnologia e inovação manterem entre si pontos de contato, cada um deles tem conteúdos substancialmente distintos. A palavra tecnologia expressa a atividade socialmente organizada, estruturada em planos e com forte caráter prático. Assim, compreende o conjunto de informações e de saberes necessários para a produção de bens e de serviços (BAUMGARTEN; HOLZMANN, 2011). Por outro lado, inovação atine à inserção no mercado de serviço ou bem que acarrete em novidade ou em algo substancialmente diverso de itens já existentes (CALZOLAIO, ZEN e DATHEIN, 2013).

Ao mesmo tempo em que as inovações se constituem em elemento essencial para a dinâmica da economia, concomitantemente, os benefícios sociais delas decorrentes são bastante questionáveis, quando não inexistentes. No Brasil, o

incremento tecnológico ocorre a passos largos, inserindo novos produtos e serviços num mercado ávido por novidades. Paradoxalmente, o atendimento a essas demandas não resulta em qualquer melhoria na vida das camadas menos privilegiadas, às quais seguem imersas num sem-número de dificuldades. (MACIEL; FERNANDES, 2011)

Parcela da responsabilidade por este *status quo* decorre da falsa percepção de que o incremento em P&D acarretaria, por si só, em melhores índices sociais. As proposições existentes nesse sentido vislumbram um caminho retilíneo e causal entre a pesquisa científica e os benefícios sociais. Para os simpatizantes desse posicionamento, à medida que novos avanços científicos fossem se sucedendo, o tecido social seria imediata e positivamente impactado.

É possível afirmar, entretanto, que essa visão não é suficientemente correta, uma vez que ignora as contradições e as disparidades decorrentes da implementação do modelo econômico e tecnológico vigente. Não bastasse isso, o caminho percorrido pela tecnologia, desde sua gênese até alcançar o mercado, é longo e permeado por interesses e desejos das mais diversas espécies (MACIEL; FERNANDES, 2011). Por conseguinte, não há correlação direta entre melhoria na produção tecnológica e diminuição dos déficits sociais. A esse respeito, Rodriguez (2005) afirma que, a despeito de todo aparato técnico existente contemporaneamente, as promessas de igualdade e liberdade inerentes à sociedade moderna não se confirmaram. Mais do que isso: as disparidades sociais estão cada vez mais agudas e têm proporcionado um distanciamento abissal entre pobres e ricos.

A concessão do Prêmio Nobel da Paz a Norman Borlaug, no ano de 1972, é bastante ilustrativa a esse respeito. Nessa oportunidade, o referido pesquisador foi laureado em razão da grande expectativa existente em torno do seu trabalho: ao possibilitar a existência de espécies vegetais com maior produção, acreditava-se que o excedente reverteria em prol dos necessitados. Contudo, as projeções não ocorreram tal qual esperado e, pouco tempo depois, já era possível verificar que a fome em certas regiões do mundo continuava a vitimar milhões de pessoas (SCHWARTZMAN, 1980).

Dagnino (2008) questiona-se a respeito da capacidade da ciência acarretar bem-estar social, embora ele não duvide dos benefícios cognitivos provenientes dela. O referido autor, ao traçar um panorama a respeito das motivações existentes em torno da pesquisa científica, faz a seguinte assertiva: “Na atualidade, o capital

organiza sistematicamente a ciência e a educação científica, os laboratórios de P&D públicos e privados, por meio da alocação de parte do excedente social” (DAGNINO, 2008, p. 146). As oportunidades de enfrentamento a esse movimento hegemônico tornam-se cada vez mais minguadas, uma vez que os produtores de conhecimento se encontram umbilicalmente comprometidos com os processos econômicos e sociais vigentes.

Uma das consequências da tecnologia convencional é a economia de mão-de-obra, que impacta de maneira forte em economias nas quais ela existe barata e abundante. Os motivos que conduzem essas sociedades a optar por tal modelo tecnológico podem ser sintetizados da seguinte maneira: 1) primeiramente, a escassez de serviços básicos, como a saúde a educação, por exemplo; b) em segundo lugar, a corriqueira ausência de mão-de-obra semiqualficada, em contraste com a existência de sujeitos com especialização; e c) o terceiro e último lugar consiste no processo de transferência tecnológica ocorrida de países desenvolvidos para os em desenvolvimento, que ocasiona a transferência de padrões organizacionais (SCHWARTZMAN, 1980).

São inúmeras as repercussões decorrentes do atual modelo tecnológico na sociedade e na economia. A primeira repercussão digna de atenção é a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. A segunda é a alienação produzida, à medida que reduz a possibilidade da criatividade do produtor direto intervir no mecanismo de produção. A terceira é a acumulação de capital, que repercute na redução de postos de trabalho. A quarta consiste no fato da absorção de tecnologias provenientes de países desenvolvidos sem qualquer crítica ou reflexão. Por último, leva aos países periféricos os padrões de consumo dos países desenvolvidos (NOVAES; DIAS, 2009).

As tecnologias convencionais redundam por reforçar a distinção entre trabalhadores e detentores do capital, bem como evidenciam as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Portanto, em que pesem todas as circunstâncias positivas decorrentes do oferecimento de inovações aos consumidores, é importante compreender o lado menos desejável desse elemento. Assim, é possível entrever que as relações existentes entre a ciência, a tecnologia e a sociedade são dotadas de complexidade, colocando em xeque a crença na neutralidade científica.

O debate existente em torno da neutralidade da ciência repercute de inúmeras maneiras na sociedade. Uma das repercussões possíveis atine à maneira como se

enfrentam os efeitos negativos provenientes do crescimento tecnológico; realmente, a despeito dos efeitos positivos decorrentes do oferecimento de novos itens tecnológicos, estes têm proporcionado dificuldades das mais variadas ordens. Ora, se a tese da neutralidade científica for considerada verídica, todas essas consequências indesejáveis – sejam ambientais, sejam sociais ou políticas – devem ser tidas como o preço inevitável a ser pago pelo uso da tecnologia (DAGNINO, 2008). Vê-se aí, portanto, uma decorrência prática bastante clara a respeito da admissão desse posicionamento.

A neutralidade científica é uma concepção que se baseia, sobretudo, na crença de que a ciência é racional. Logo, as injunções políticas permaneceriam distanciadas do pesquisador, à medida que este tomaria como parâmetro para suas decisões somente critérios lógicos. A admissão dessa concepção afastaria a ciência da política e a transformaria em assunto puramente técnico (DAGNINO, 2008). Logo, a partir dessa percepção, o caminho percorrido pelas tecnologias seria retilíneo, “endogenamente determinado, universal e inexorável, ao longo do qual existe a diferença entre uma tecnologia mais avançada (de ponta, mais eficiente, mais recente) e menos avançada (obsoleta, ineficiente, ultrapassada)” (DAGNINO, 2008, p. 35). Há, portanto, nessa maneira de perceber o fenômeno tecnológico uma visão que se aproxima da percepção de Darwin a respeito da evolução das espécies, pois as tecnologias seguiriam caminho semelhante, ao persistir somente aquelas mais aptas e eficientes.

A construção do conhecimento científico de forma separada dos valores e concepções políticas seria, portanto, o condicionante para a solidificação de uma “boa ciência”. Portanto, as injunções sociais que, por ventura, incidissem e dialogassem com os artefatos tecnológicos ocasionariam um prejuízo aos resultados obtidos por meio dos processos científicos, que, sequer, seriam classificados como tais. Como corolário desse entendimento, as políticas de Ciência e Tecnologia permaneceriam imunes às pressões de grupos interessados nessa ou naquela medida, o que transformaria a política pública do setor em terreno infenso ao debate político.

Ademais, inadmitir a intromissão de fatores, sociais, culturais e políticos na construção do conhecimento científico redundaria na não aceitação de visões diferenciadas de C&T para um mesmo território. Assim, as idiosincrasias de cada contexto geográfico não teriam repercussão no contexto político. Dessa maneira:

O senso comum percebe um sistema técnico como um suporte instrumental para realizar valores e desejos, e, como tal, é parte do poder. Mas os meios tecnológicos, em si, seriam neutros, pois são vistos como instrumentos deste poder. Este é que varia. Os meios técnicos apesar de todos os desastres, continuam seguros (NEDER, 2010, p. 7).

Os porquês da construção dessa concepção estão relacionados às peculiaridades inerentes ao século XV, quando a ciência necessitava contrapor-se ao saber religioso. Naquela oportunidade, este se caracterizava por sua não neutralidade, à medida que propunha a conversão dos fieis (DAGNINO, 2008).

Há quem assevere que ciência e religião pretenderiam alcançar o mesmo fim: a verdade. O que diferenciaria uma da outra é a maneira como cada uma delas pretende chegar a esse escopo: enquanto a primeira deseja fazê-lo com base na racionalidade, a segunda ancora seus postulados na crença na existência de uma divindade (DAGNINO, 2008). Neste contexto, a verdade almejada pela ciência gozaria de um *status* diferenciado, pois a lógica em que baseia seus postulados garantiria a lisura e seriedade de todo processo. O saber religioso manteria estreitas relações com o contexto e com as práticas sociais, bem como com a própria cultura; por outro lado, a ciência buscaria seus fundamentos na própria racionalidade do pensamento, sem quaisquer entrelaçamentos com os processos sociais.

O Iluminismo, aliás, foi o primeiro movimento de fôlego a ver com reservas o pensamento religioso e a reforçar o caráter neutro da ciência. Posteriormente, em consonância com essa crença, somaram-se os postulados positivistas, de acordo com os quais o subjetivismo deveria ceder lugar a uma visão mais objetiva do mundo, limitada a descrever a vida exatamente como ela é. Portanto, no contexto do pensamento positivista, ao pensamento científico se atribuía a prerrogativa de ser o conhecimento mais adequado, do qual se obteria a verdade absoluta. A esse respeito:

Um conceito de progresso que se contrapõe radicalmente ao do pensamento religioso dominante e o reconhecimento exclusivo dos fatos positivos, dos fenômenos observáveis, como sua manifestação, aliado à percepção de que os processos de natureza técnica-científica – principais portadores do progresso – cresceriam em importância em comparação com os políticos, aumentam a confiança na ciência como fonte, se não a única, privilegiada, do saber ‘verdadeiro e universal’ (DAGNINO, 2008, 38)

A percepção da neutralidade científica foi objeto de críticas a partir da década de 1960, sobretudo por parte da Escola de Frankfurt e de seus seguidores, que se opunham ao entendimento de que a atividade científica não interage com fatores éticos, sociais e políticos. Para os afiliados a essa percepção, tecnologia não se funda,

apenas, na lógica e na racionalidade, mas, também, na conjuntura social e política existente.

Nesse sentido, preceitua a figura n.º 3:

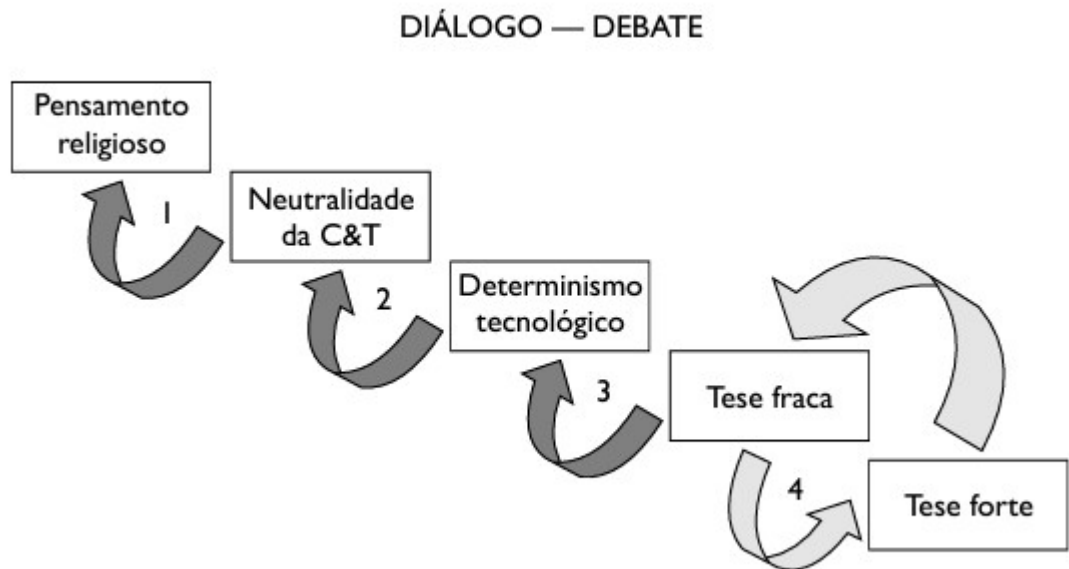


Figura 03 – Diálogo – Debate;

Fonte: DAGNINO (2008, p. 31)

Na percepção de Dupas (2006), a autonomia relativa da ciência decorre do distanciamento existente entre os valores cultivados pelo pesquisador e os resultados empíricos colhidos. Logo, o uso da razão como o critério definidor das escolhas no âmbito da pesquisa científica constitui-se em verdadeiro condicionante da atividade científica. Contudo, ao mesmo tempo em que o distanciamento relativo entre ciência e valores é condição para a construção de um saber caracterizado como científico, a autonomia científica absoluta inexistente, uma vez que a subjetividade do pesquisador está presente, pelo menos, no ato de escolha do objeto a ser pesquisado.

Os defensores dessa aceção entendem existir uma barreira entre a pesquisa e as pressões provenientes da sociedade, o que garantiria a isenção dos resultados obtidos. Existem duas variantes desse posicionamento. A primeira delas afirma que a barreira existente entre sociedade e C&T é impermeável nos dois sentidos: não apenas as pesquisas estariam imunes às forças sociais, como também estas permaneceriam infensas àquelas. A segunda percepção, por seu turno, não vê

influências sobre a pesquisa científica, que permaneceria distante de pressões, mas admite que a sociedade seja influenciada pelo saber científico (DAGNINO, 2008).

Feenberg (2002) denomina como teoria instrumental a concepção segundo a qual a tecnologia e a ciência estariam imunes às injunções sociais, políticas e culturais. O referido autor explica a neutralidade científica a partir de quatro argumentos: a) a tecnologia é um instrumento assim como tantos outros e pode ser utilizada para os mais variados fins; b) a tecnologia é indiferente à política, pois, *v. g.*, um machado continua sendo um machado, independentemente do contexto social; c) o caráter racional da tecnologia a afasta das conjunturas sociais e políticas; e, por último, d) é neutra porque se fundamenta no postulado da eficiência, existente em qualquer contexto.

O instrumentalismo toma como parâmetro a crença de que a eficiência é um valor universal, que se espalha para todas as dimensões da sociedade. Dagnino destaca, a esse respeito: “Em uma sociedade tecnológica, o consenso poderia ser alcançado apesar da existência de conflito acerca de metas e interesses, ou, pelo menos, seria mais provável, uma vez que as áreas de discordância seriam reduzidas a proporções manejáveis” (DAGNINO, 2008, p. 42). Logo, a racionalidade funcionaria como o critério que uniria aos sujeitos, dissipando as incompreensões e as divergências.

Assim, o predomínio da razão nas relações entre os sujeitos proporcionaria uma sociedade fundamentada na liberdade. Contudo, os frutos provenientes de uma sociedade dessa espécie não seriam, todos, positivos, pois a cidadania poderia se enfraquecer, dando lugar à fundamentação das relações sociais a partir da perícia e de critérios técnicos. Realmente, uma visão de Ciência e Tecnologia alicerçada no paradigma instrumentalista proporciona resultados paradoxais, uma vez que instigaria o individualismo e, concomitantemente, a unificação coletiva; inspiraria à pacificação e, ao mesmo tempo, à preocupação (DAGNINO, 2008). Feenberg (2002) arremata dizendo que uma sociedade dessa espécie é, concomitantemente, repleta de horrores e de maravilhas tecnológicas, situação denominada como distopias, ou utopias negativas.

A crença nessa percepção ocasionou problemas de grande monta, sobretudo no período das duas grandes guerras mundiais, nas quais a ciência gozou de posição de destaque, ao produzir armas ainda mais letais. Toda a carnificina proporcionada pela aplicação do conhecimento científico nos campos de batalha era respaldada pela

alegada isenção moral da ciência e da tecnologia. Ademais, os cientistas permaneciam incólumes a eventuais responsabilidades decorrentes do uso de seus inventos (VELHO, 2011).

Por outro lado, Feenberg (2002) concede a denominação de teoria substancial à crença na existência de intersecções entre a tecnologia e as tensões provenientes da sociedade. Essa percepção contraria o senso comum, segundo o qual a tecnologia não passa de um instrumento imune às injunções políticas. O conceito chave da teoria substancial é o entendimento de que a tecnologia é um novo sistema cultural, que reestrutura a sociedade, sobrepondo-se, inclusive, sobre eventuais enclaves pré-tecnológicos.

A partir do ponto de vista trazido pela teoria substancial, a escolha de uma engrenagem ou a opção por certo componente eletrônico não decorrem, apenas, de critérios técnicos, mas, também, de interlocuções sociais. Assim:

As escolhas sociais intervêm na seleção da definição do problema assim como na solução. A eficiência não é, assim, decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso de diversas alternativas de design, uma vez que diversas opções viáveis competem geralmente na concepção de uma linha de desenvolvimento, de produção. (FEENBERG, 2010, p. 103)

Logo, o campo tecnológico não estaria infenso aos desejos dos particulares interessados na confecção de determinado artefato e não haveria, outrossim, uma correspondência necessária e imprescindível entre eficiência e tecnologia. Assim, a racionalidade não é o fator preponderante para a construção tecnológica, que haure forças em relações muito intensas provenientes da dinâmica social. Nesse contexto, grupos influentes, interessados na formatação e na funcionalidade de determinado objeto deixam suas digitais no resultado final da tecnologia. A própria eficiência, a propósito, torna-se não mais um fator a ser considerado em si mesmo, mas deve ser verificada como algo condicionado pelas dinâmicas sociais e pelo interesse em produzir tais ou quais efeitos. Portanto, a própria eficiência relativiza-se (FEENBERG, 2010).

A partir dessas assertivas, é formulado o conceito de código técnico, que é a identificação das qualidades e as capacidades capazes de atender às necessidades e os desejos de determinados grupos ou interesse. Logo, por meio do código técnico, ocorre uma seleção, dentre as tecnologias existentes, daquela que tem melhor aptidão para atender às pretensões de determinados indivíduos.

Veak (2010) assevera que Feenberg critica as teorias tradicionais a respeito da tecnologia, que a caracterizam como algo neutro, autônomo, determinista e homogeneizador. Para este último, não há uma essência da tecnologia, pois esta é formatada a partir do local onde é gestada, tendo como fundamento as imbricações sociais presentes.

Desvelada a não neutralidade da ciência e da tecnologia, cai por terra a crença de que o incremento destas acarretaria, por si só, em bem-estar social. Assim, a visão de que a melhora na pesquisa iniciaria um processo que redundaria, fatalmente, em melhorias para a sociedade não mais se sustenta. A crítica ao modelo convencional de ciência e de tecnologia possibilitou o surgimento de propostas alternativas, por meio das quais se almeja considerar saberes e práticas até então ignoradas.

A concepção hodierna de ciência e de tecnologia, mantém intrínseca relação com o contexto produtivo hoje existente. Para Dagnino, ciência e tecnologia são, atualmente, conceitos muito próximos um do outro, uma vez que os motivos que ensejam o desenvolvimento da primeira e da última são, praticamente, os mesmos. Se, historicamente, era possível encontrar sujeitos isolados, que se dedicavam à ciência com a finalidade de descobrir a verdade, sem quaisquer outras preocupações de cunho econômico, hodiernamente, a existência desses sujeitos é escassa. A tônica predominante nas atividades de pesquisa científica, hoje, é o oferecimento de condições mais adequadas ao crescimento econômico de grandes empresas, que necessitam das prerrogativas de monopólio outorgadas pela propriedade intelectual para avançarem no comércio mundial. Logo, buscar diferenciar a pesquisa de base – também denominada de pesquisa científica – da tecnológica não goza da mesma importância de outrora, uma vez que os porquês que movem uma e outra encontram-se bastante próximos.

Em face a isso, impende conhecer um pouco mais a respeito da maneira como o contexto tecnológico têm colaborado para o aumento da produção capitalista, uma vez que a relação do conhecimento científico com as forças econômicas deu ensejo a um novo conceito: a tecnociência.

3.2 Progresso científico e produtivismo

A sociedade hodierna apresenta elevado grau de dependência e umbilical relação com a dinâmica estabelecida pela tecnologia, o que leva Santos (2011) a denominar o momento atual como período técnico-científico. Apesar da relevância

que a técnica e a ciência sempre desempenharam no cotidiano do homem, é inédito o grau de interdependência existente entre estas e as relações sociais. Aliás, é possível asseverar que todas as dimensões da vida humana se encontram transpassadas pelos condicionantes e pela lógica proveniente do contexto tecnológico. O espaço geográfico, naturalmente, não se torna imune a esse contexto, e passa a refletir as idas e vindas provenientes das injunções tecnológicas: por esse motivo, o território passa a ser chamado de meio técnico-científico (SANTOS, 2011). No contexto da América Latina, não existe Estado que não reflita, em suas condições de trabalho e sociais, o peso da dinâmica hoje existente.

A ascensão da técnica como fator preponderante para os arranjos sociais nasce sob o signo de alguns fenômenos característicos, como as grandes empresas mundiais, que, hoje, formam as transnacionais; a internacionalização da produção; a popularização do crédito; e o crescimento vertiginoso dos meios de comunicação. Uma das consequências desse período é a imposição de um modelo técnico único, de norte a sul, de leste a oeste, que até se expressa em graus de complexidade diversos, mas que, em essência, é o mesmo fenômeno. Um dos frutos dessa homogeneização é a viabilidade da fragmentação do processo produtivo, que poderá fincar raízes em praticamente qualquer rincão, porque aí encontrará as condições necessárias para suas atividades (SANTOS, 2011).

Anteriormente, os sistemas técnicos não tinham essa característica, uma vez que eram locais ou, quanto muito, regionais. A sistemática existente não provinha de centros hegemônicos, que impõem e propõem sua lógica às outras localidades. Eventuais semelhanças existentes entre os diversos sistemas técnicos não decorriam de uma interdependência entre esses diversos sistemas, como ocorre hoje, quando a fonte do sistema técnico é, basicamente, um, e ditado pelos grandes grupos econômicos (SANTOS, 2011).

Ademais, o aparato tecnológico possibilitou a sincronização em escala mundial do mercado financeiro, que passou a formar praticamente um único mecanismo, devidamente alinhado (DUPAS, 2001). Essa particularidade permitiu o livre trânsito do dinheiro, que, a partir de então, poderia ser alocado e realocado em alguns poucos cliques. Não apenas o processo produtivo global foi impactado, mas, também, o cotidiano dos cidadãos, que passaram a ter outras relações de natureza bancária e de consumo.

A tecnologia alterou, também, a percepção de simultaneidade dos fenômenos sociais e/ou naturais, pois, anteriormente à revolução tecnológica, todos esses fatos ocorriam sem inter-relações, de forma independente. Contudo, hodiernamente, o registro de acontecimentos provenientes de localidades distintas ocorre imediatamente, e podem ser relacionados com outros eventos, com os quais dialogam. A possibilidade de compreender a dinâmica natural do globo é, portanto, muito mais efetiva, porque a catalogação das ocorrências se dá em tempo real (SANTOS, 2011).

O somatório do elemento tecnológico com a simultaneidade das informações é fator preponderante para as pretensões das forças hegemônicas, que, nos aspectos econômico, social e político, exercem um domínio sobre toda a sociedade, arrastando todas as demais relações. Harvey concorda com essas assertivas, sobretudo porque a posse dessas informações possibilita resposta imediata às oscilações nos gostos dos consumidores e às demandas da sociedade (HARVEY, 1992). A importância desse acontecimento para o ordenamento do território é grande, e pode ser sintetizada da seguinte maneira:

A fase atual, chamada também de período científico, do nosso ponto de vista particular, é, em primeiro lugar, a fase na qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio científico-técnico, isto é, um momento histórico no qual a construção ou a reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica (SANTOS, 2011, p. 66).

Uma das consequências desse atual momento é o crescimento de consultorias especializadas em compreender a dinâmica do mercado e fornecer informações privilegiadas às grandes corporações (HARVEY, 1992). Ademais, quanto maior for a exclusividade da informação, maiores são as chances de lucro, melhores são as possibilidades de alcançar espaço num comércio já muito acirrado. Esse estado de coisas proporcionou o surgimento de verdadeiros escândalos, nos quais informações privilegiadas são vendidas a concorrentes. Contudo, destaca Harvey (1992), ocorrências desse gênero são, apenas, a ponta do *iceberg*, uma vez que a posse de conhecimento exclusivo poderá reverberar de outras tantas maneiras ainda não compreendidas.

A atual concepção de ciência e de tecnologia é subserviente às necessidades do grande capital, que se vale dos novos processos e produtos proporcionados pela pesquisa para obter crescimento econômico (TIRIBA, 2001). Realmente, a busca pelo incremento qualitativo e quantitativo da produção proporcionou solo propício para o

estabelecimento de uma simbiose entre ciência, tecnologia e produção, fenômeno que recebe a denominação de tecnociência (SANTOS, 2004). Contudo, os efeitos decorrentes dessa dinâmica são paradoxais, uma vez que o aumento produtivo tem proporcionado opulência para alguns e, concomitantemente, pobreza acentuada para outros tantos. Não bastasse isso, o atual ritmo industrial tem gerado acentuado nível de degradação do meio ambiente, o que se constitui num preço bastante elevado a ser pago (TIRIBA, 2001).

Na avaliação de Novaes e Dias (2009), as Tecnologias Convencionais mantêm intrínseca relação com a dinâmica econômica inerente ao capitalismo. Realmente, as tecnologias convencionais são subservientes aos desejos e interesses do capital, uma vez que desempenham importante missão para as grandes corporações, para as grandes empresas e multinacionais. Nesse contexto, a tecnologia convencional reforça a dualidade inerente ao sistema capitalista, que distingue os detentores do capital daqueles que não dispõem de recursos financeiros. A esse respeito:

A TC é, ainda, irradiada pelas empresas dos países do norte e absorvida de forma acrítica pelas empresas dos países subdesenvolvidos; por fim, a TC impõe aos países subdesenvolvidos padrões que são orientados pelos mercados dos países desenvolvidos, de alta renda ou para a elite dos países subdesenvolvidos (NOVAES; DIAS, 2009, p. 18).

O conhecimento é largamente utilizado para a ampliação da produção, seja porque proporciona produtos com funcionalidades inéditas, seja porque reduz os custos atinentes ao processo produtivo. O empresário que gozar da exclusividade decorrente de determinada tecnologia estará, assim, à frente dos demais. Embora o conhecimento sempre tenha tido relevância nevrálgica para a competição, hoje, esse interesse decorre de razões diferentes, uma vez que o sistema de produção flexível demanda sempre o último produto, aquele que superará as características dos outros que o antecederam, ou que encantarão de forma surpreendente aos consumidores. Realmente, essa dinâmica intensa contrasta com a rigidez da sistemática fordista, no qual vigorava relativa estabilidade (HARVEY, 1992).

A confluência de todos esses fatores ocasionou a valorização dos especialistas em Ciência e Tecnologia, que passaram a desempenhar papel relevante para as relações comerciais e para o próprio capitalismo. O conhecimento inseriu-se como mais uma engrenagem no contexto produtivo. Da mesma maneira que os trabalhadores envolvidos noutras tarefas produtivas se especializam para trabalhar, a partir da valorização do elemento tecnológico na produção, surgem aqueles que irão

se especializar em tarefas de caráter científico. O detentor da capital se apropria, então, do saber, que se soma aos demais ativos de sua atividade produtiva (DAGNINO, 2009).

As universidades e os institutos de pesquisa passam a disputar ferozmente por espaço e por pessoal qualificado, assim como pela honra e pelos dividendos oriundos de patentes e de registros de propriedade intelectual, que outorgarão a elas os privilégios de terem registrado, antes das demais, determinadas invenções. A busca da cura de doenças como a AIDS, por exemplo, demanda investimentos de grande monta, que envolvem os esforços de várias instituições de pesquisa, que, inclusive, compartilham conhecimento entre si, visando uniões estratégicas em busca de melhores resultados (HARVEY, 1992).

Da mesma maneira como, durante o feudalismo, o segmento clerical – culto e esclarecido – se contrapunha à população – inculta e ignorante – hoje, o empresário, detentor dos direitos decorrentes do artefato tecnológico, opõe-se à massa da população. E, da mesma maneira, o especialista em Ciência e Tecnologia que obrou para a construção da tecnologia está em oposição com o simples consumidor do produto (SANT'ANNA, 1974). Os direitos de exclusividade conferidos ao obtentor e ao investidor constituem-se, portanto, em elemento diferenciador destes em face àqueles que, simplesmente, consomem, compram mercadorias.

As repercussões decorrentes da introdução de novos artefatos tecnológicos extravasam os limites do próprio empreendimento e reverberam nos estabelecimentos concorrentes. Isso porque o empreendedor que gozar da exclusividade decorrente de determinado conhecimento poderá reduzir o valor dos seus produtos e ampliar seu mercado. A partir da inserção desses bens no mercado, os outros produtores do mesmo segmento deverão cortar gasto para enfrentar a concorrência e um dos possíveis alvos dessas medidas é a redução da mão-de-obra contratada (DAGNINO, 2009).

Assim, uma das possibilidades existentes a partir da inserção de uma nova tecnologia convencional é a diminuição da utilização de mão-de-obra em estabelecimentos concorrentes, em decorrência da necessidade de adequação à concorrência. Não será demasiado dizer que o impacto dessa circunstância para a sociedade é significativo, sobretudo em tempos atuais, quando dificuldades econômicas complicam substancialmente a recolocação do trabalhador no mercado.

Tiriba (2001) realiza importante destaque ao asseverar que o progresso tecnológico ganha contornos irracionais, quando promove a apropriação do trabalho excedente e a exploração da vida e da natureza. A irracionalidade dessa dinâmica também se expressa, segundo Dupas (2006), no elevado nível de desperdício de matéria-prima e recursos naturais, decorrente da incessante produção de novos produtos e serviços, que ocasiona a obsolescência de tecnologias que poderiam perfeitamente continuar a desempenhar as atividades a que se destinam.

A despeito dos efeitos colaterais indesejáveis provenientes da simbiose entre ciência e produção, é a partir dessa relação que se dá a propulsão do sistema capitalista, que se projeta para frente à medida que as inovações são inseridas no mercado. Realmente, “a ciência contemporânea ligou-se definitivamente ao capital” (DUPAS, 2006, p. 143).

Autores como Schumpeter (1997) descrevem a relação existente entre o ambiente produtivo e as inovações, as quais concedem a exclusividade da exploração econômica de um determinado avanço para um grupo, para uma empresa ou para uma pessoa em específico. Schumpeter denomina o processo pelo qual uma inovação substitui à outra de destruição criadora, que, na avaliação dele, é imprescindível para manter a movimentação do sistema capitalista. Portanto, o citado economista propõe um modelo de progresso no qual a ciência está em comunhão com o crescimento econômico, que se daria a partir do constante sucateamento de velhas tecnologias em prol das novas.

Portanto:

A incorporação das tecnologias da informação ao sistema produtivo global gerou uma espécie de ‘economia do conhecimento’, redefinindo as categorias trabalho, valor e capital. De um lado, o trabalho passa a conter um componente de saber de importância crescente, revalorizado pela informatização. De outro, contraditoriamente, essa economia do conhecimento atribui a esses fatores tanto mais importância quanto mais barato puder ser o custo desse trabalho (DUPAS, 2006, p. 141).

O crescimento industrial dá-se a partir de uma “ideologia tecnocrática” (TIRIBA, 2001, p. 61), caracterizada pelos seguintes elementos: a) pela autonomia entre desenvolvimento tecnológico e o contexto social e econômico; b) pela equivocada crença na superioridade do homem em face à natureza, que recebe o nome de “fetichismo tecnológico”; c) pela “identificação de tecnologia e domínio”, por meio da qual a dominação dá-se pelas condições técnicas e não por condicionantes sociais e

políticos. Logo, a concepção tecnológica e científica hoje predominante transborda seus efeitos sobre instâncias e dimensões que superam uma visão simplista do fenômeno.

Dentre os elementos caracterizadores acima referidos, é necessário destacar o exacerbado valor outorgado ao ser humano, que, a despeito de sua relevância para a composição e organização dos processos produtivos, não goza da prerrogativa de ser o único elemento relevante na natureza, seja qual for a perspectiva analisada. A esse respeito: “a dinâmica de crescimento indefinido do capitalismo tem como suposto um antropocentrismo extremado, destruidor da natureza e do homem (que, não esqueçamos, é parte da natureza)” (TIRIBA, 2001, p. 61).

Realmente, a proposta de desenvolvimento calcada nos pressupostos acima referidos é sumamente irracional, uma vez que concebe o homem como centro do Universo. O ser humano, incitado em seu apetite por lucro, vê no meio que o cerca apenas maior possibilidade de ganhos financeiros. Tudo passa a serem cifras, tudo se reduz a dinheiro. Essa percepção impede o entendimento de que o homem é apenas mais um dos inúmeros elementos componentes da natureza, com a qual deve se integrar harmonicamente. A irracionalidade desse processo redundando em atitudes predatórias, que colidem com uma circunstância sobre a qual não existem argumentos: a finitude dos recursos naturais (TIRIBA, 2001).

Aliás, “o ser humano é colocado arrogantemente não apenas no centro do universo e da natureza, mas é visto como um ser superior à natureza, todo-poderoso por virtude da sua razão e dos objetivos que ela cria.” (BOFF; ARRUDA, 2000, p. 11)
A esse respeito:

Sob a consigna do produtivismo, aproximamo-nos dos limites da Terra e da possibilidade de sobrevivência do homem: o envenenamento de rios e mares, a contaminação do ar, a deteriorização da camada de ozônio, a extinção de várias espécies da fauna e flora, a perda de solos férteis, a alteração das condições climáticas, provocando efeitos catastróficos, sem falar do grande contingente de seres humanos do planeta que continuam vivendo em condições subumanas (TIRIBA, 2001, p. 62).

Para Boff e Arruda (2000), o modelo de desenvolvimento predominante hodiernamente fundamenta-se em três pressupostos básicos, a saber: a) o desenvolvimento calcado, pura e simplesmente, na ideia de crescimento econômico; b) a crença de que o valor democrático deve ser analisado sob o viés individual, privilegiando aqueles que têm capital; c) o enfrentamento da educação enquanto um

processo de caráter instrumental, por meio da qual se perpetua os princípios e os valores indispensável para a manutenção da sistemática hoje vigente.

Nesse contexto, os países que almejam deixar a condição de “subdesenvolvidos” devem se alinhar com os preceitos preconizados pelas nações “desenvolvidas”, que passam a ser encaradas como as vencedoras no contexto internacional (TIRIBA, 2001). Laurence Summers, por exemplo, que ocupou o cargo de economista-chefe do Banco Mundial, sintetizou com grande acerto essa percepção de desenvolvimento, ao asseverar que o crescimento econômico dos países em desenvolvimento depende do reaquecimento econômico dos países desenvolvidos. Não é demasiado dizer que as palavras do referido economista destacam a visão reducionista de desenvolvimento, que o limita aos aspectos econômicos e, não bastasse isso, trata-o como um processo visceralmente dependente dos países ricos.

Tiriba (2001), entretanto, contrapõe-se ao posicionamento que reduz o desenvolvimento ao crescimento econômico: a escolha por esse caminho tem seu preço, a saber, o abandono dos conhecimentos tradicionais, da cultura, ou seja, da identidade nacional, em prol de maior crescimento econômico, nu e cru. Assim, alcançar melhores números na corrida econômica mundial pode significar a despersonalização de comunidades inteiras, que deixariam de ter seus referenciais culturais, suas personalidades.

A esse respeito:

A apostasia do mundo do capital está exatamente em ter transformado o meio em fim, em ter deificado o dinheiro, o lucro, o capital e a técnica e, simultaneamente, coisificado o ser humano. Portanto, não é apenas a cultura do capital que estamos criticando, porém, ainda mais agudamente, a religião do capital e a ética dela decorrente. São estas que justificam toda e qualquer atividade cujo objetivo é acumular dinheiro e reproduzir o capital. Se este é o fim, todo meio para alcançá-lo parece justo. (BOFF; ARRUDA, 2000, p. 12)

O crescimento econômico proporciona benefícios para a sociedade; contudo, constitui-se em equívoco confundir crescimento com justiça social (TIRIBA, 2001). As circunstâncias demonstraram que um projeto de desenvolvimento baseado na matriz tecnológica hoje vigente não proporciona a abundância e a equidade pretendida. Aliás, as promessas realizadas não apenas não se concretizaram, como também demonstraram ser, apenas, uma construção ideológica, um mito.

O mito do progresso baseado nessas assertivas previa um ciclo virtuoso de crescimento econômico, baseado nos modelos fordista e taylorista de produção.

Nesse contexto, a tecnologia desempenharia função nevrálgica: a introdução de novos produtos e processos, proporcionando a renovação dos artefatos a serem comercializados. Presumia-se que a dinâmica estabelecida a partir desses postulados possibilitaria o pleno emprego, a geração crescente de riquezas e o oferecimento de maiores garantias estatais. Logo, a tecnologia e o crescimento econômico se imbricariam, possibilitando a formação de um ciclo virtuoso que redundaria em conquistas sociais (DUPAS, 2006).

A pesquisa tecnológica empreendida pelas empresas passou a gozar de relevância estratégica, uma vez que todo esforço empreendido encontra proteção na propriedade intelectual, que, por meio de patentes e de outros meios de proteção da atividade criativa, gera um monopólio na exploração econômica do artefato. Assim:

A atual competitividade entre as empresas é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia exatamente porque deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade. O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida. (SANTOS, 2004, p. 31)

Segundo Santos (2004), cada período histórico é caracterizado por um conjunto de tecnologias. O referido autor (SANTOS, 2004) fala em grupos ou sistemas delas, pois elas nunca surgem isoladamente, mas em conjunto com outras que lhe são correlacionadas; por esse motivo, a enxada surge juntamente com o ancinho e com o arado. Na atualidade, a família tecnológica que caracteriza com maior exatidão as nuances de nossa sociedade são as tecnologias de informação, as quais conferem fluidez e comunicação entre as diversas espécies de artefatos tecnológicos. É a partir dela que ocorre uma forte interação sobre o tempo, uma vez que permite a organização do tempo e a troca de informações simultaneamente, independentemente da distância física que separa um do outro.

As tecnologias da informação revestem-se de características até então inéditas, uma vez que permitiu o trânsito de informações num volume e de maneiras até então inéditos. O sistema tecnológico hoje existente executa uma missão de suma relevância para os interesses predominantes: a partir do momento em que a informática se espalha por todos os recantos do globo, torna hegemônica todas as tecnologias não hegemônicas.

A globalização, inspirada a partir dos valores hoje vigentes, instiga à competitividade em detrimento da competição. Enquanto esta fundamenta-se na

saudável existência de um desafio constante que inspira e induz ao trabalho, a competitividade conduz ao interminável processo de brigas entre as empresas, que investem paulatinamente maiores recursos em ciência, visando estar à frente dos concorrentes. Esse ambiente de exacerbadas disputas extravasa sobre todos os segmentos, inclusive no acadêmico; nas universidades, professores e pesquisadores submetem-se à necessidade de publicar cada vez mais, como se o valor da produção acadêmica pudesse ser mensurado pelo volume de artigos publicados. Logo, a ênfase na competitividade nas relações pessoais e profissionais repercute em todos os níveis possíveis.

A competitividade veio para estabelecer a guerra e extinguir toda forma de compaixão. Portanto, “A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar” (SANTOS, 2004, p. 46). A disputa aí existente se extravasa para todos os segmentos, insuflando o individualismo em tudo: por esse motivo, cresce o individualismo na área econômica, na qual as empresas disputam entre si de maneiras predatórias; cresce, também, o individualismo político, no qual as ideias relacionadas ao bem-estar da coletividade deram lugar a discussões de caráter exclusivamente eleitorais; cresce o individualismo geográfico, pois é cada vez mais usual encontrar Municípios e Estados disputando ferozmente entre si (SANTOS, 2004).

A exacerbação da competitividade encontra um aliado no consumismo, que reverbera nas dimensões morais e intelectuais dos cidadãos, causando alterações na personalidade destes. Em decorrência disso, surge um equívoco considerável: confundir a condição do cidadão com a de consumidor. Contudo, destaca Santos (2004), a deturpação existente entre este e aquele conceito são pouco percebidos no Brasil, onde a cidadania ainda não alcançou os níveis de maturidade que se desejaria. Como ainda não se tem, aqui, neste país, condições adequadas de serviços públicos e de respeito aos direitos fundamentais, ainda não há uma percepção das pressões nefastas realizadas do consumismo e da competitividade.

Contudo, apesar do surgimento de um novo conjunto de tecnologias proporcionar a superação das outras que a antecederam, aquelas tidas como mais antiquadas não desaparecem totalmente, passam a ser utilizadas pelos grupos menos afortunados, aos quais, em regra, são relegados os modelos tecnológicos mais obsoletos.

Assim, em face ao complexo contexto no qual as tecnologias convencionais se inserem, surgem novas propostas tecnológicas por meio das quais se objetiva superar os efeitos colaterais acima referidos. Embora as propostas existentes em torno do assunto sejam inúmeras e multifacetadas, uma das vias existentes para fazer frente às dificuldades existentes são as Tecnologias Sociais, que pretendem conferir um modelo tecnológico visceralmente diferente daquele hoje vigente.

3.3 Tecnologias Sociais: um conceito em processo de construção política

As tecnologias sociais consistem em produtos, serviços ou metodologias desenvolvidas a partir da interação social, por meio das quais ocorre a solução de dificuldades de grupos vulneráveis, ou o enfrentamento de questões relacionadas à preservação do meio ambiente (RTS, 2015). Em razão da conceituação ampla, elas englobam um conjunto bastante heterogêneo de iniciativas, que podem passar por ações relacionadas à responsabilidade social em empresas e incluem até propostas atinentes à implantação do socialismo (DAGNINO, 2011).

Embora Dagnino (2011) reconheça pontos positivos na conceituação da RTS, ele não deixa de elaborar críticas a respeito dela, sobretudo porque não coloca as tecnologias sociais como contraponto às iniciativas de ciência e tecnologia convencionais. Ademais, a definição apresentada é insuficiente, à medida que não explora o viés transformador das relações produtivas mantidas no seio das tecnologias sociais, a partir das quais é possível superar o quadro de exclusão. Realmente, as tecnologias sociais têm em sua essência a ideia de inclusão dos grupos que tradicionalmente permanecem à margem do processo produtivo hoje existente.

A dificuldade existente em estabelecer uma conceituação mais precisa para a temática relaciona-se ao fato dela ainda se encontrar em processo de construção política. Contudo, a principal característica das tecnologias sociais é a oposição ao modelo tecnológico hoje existente, centrado na lógica de classe e no poder das grandes empresas. (VARANDA; BOCAJUVA, 2009).

Em face às pretensões inclusivas das Tecnologias Sociais, várias expressões foram cunhadas com o fito de designar essa proposta tecnológica:

tecnologia alternativa, tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia adequada, tecnologia socialmente apropriada, tecnologia ambientalmente apropriada, tecnologia adaptada ao meio ambiente, tecnologia correta, tecnologia ecológica, tecnologia limpa, tecnologia não-violenta, tecnologia não-agressiva ou suave, tecnologia branda, tecnologia doce, tecnologia

racional, tecnologia humana, tecnologia de autoajuda, tecnologia progressiva, tecnologia popular, tecnologia do povo, tecnologia orientada para o povo, tecnologia orientada para a sociedade, tecnologia democrática, tecnologia comunitária, tecnologia de vila, tecnologia radical, tecnologia emancipadora, tecnologia libertária, tecnologia liberatória, tecnologia de baixo custo, tecnologia da escassez, tecnologia adaptativa, tecnologia de sobrevivência e tecnologia poupadora de capital. Essas concepções, de alguma forma, tentam, na sua origem, diferenciar-se daquelas tecnologias consideradas de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, objetando-se ao processo de transferência massiva de tecnologia de grande escala, característico dos países desenvolvidos, para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas do que resolvê-los [...] (BRANDÃO, 2001, p.13).

Portanto:

O conceito de tecnologia social insere-se no debate sobre alternativas tecnológicas. Parte da concepção de que a tecnologia não é neutra e analisa seu uso no contexto político, pois em diversos episódios históricos foi objeto de resistência e de dominação, principalmente em países de colonização europeia (JESUS; COSTA, 2013, p.21).

As Tecnologias Sociais poderão estruturar-se, também, por meio de metodologias que almejem objetivos relacionados à superação das limitações às quais os sujeitos se submetem. Contudo, a esse respeito, vários questionamentos são cabíveis, uma vez que enquadrar dada metodologia como Tecnologia Social demanda certa prudência e critério, a fim de que o conceito não se banalize. Lima, Dagnino e Fonseca (2008) asseveram que não é todo projeto ou serviço (portanto, metodologia) que pode ser enquadrada como TS. Na percepção desse autor, as metodologias somente poderão ser caracterizadas como tais quando propuserem a produção de bens e de serviços: “é importante ressaltar que o conceito de Tecnologia Social não deveria ser estendido a qualquer atividade ou projeto (ou, genericamente, metodologia) concebido com vistas à redução da exclusão social, mas sim, como processos e projetos que têm como referência a produção de bens e serviços”. (LIMA, DAGNINO; FONSECA, 2008, p. 122)

Dessa forma, para Lima, Dagnino e Fonseca (2008) se a atividade não estiver centrada na produção, ela poderá ser uma excelente ferramenta de beneficência, de assistencialismo, mas não será capaz de superar da exploração decorrente do capitalismo. Logo, o estabelecimento desse parâmetro é importante para o entendimento desse formato tecnológico, cuja amplitude e abertura é significativa. Uma pesquisa rápida ao site do Banco de Tecnologias Sociais demonstra a existência de TS's das mais variadas espécies e com as mais diversas características.

As Tecnologias Sociais não se resumem a um artefato ou a uma sistemática, pois o objeto em si nada mais é do que a exteriorização de um esforço maior, consistente num projeto, por meio do qual se propõe a superação do *status quo*. Em decorrência disso, Weiss (2009) identifica alguns desafios às TS's, que podem ser sintetizados nas seguintes assertivas: a) sistematização e disseminação das atividades: a despeito das profícuas inovações produzidas, não há uma publicidade adequada, como fito de torna-las de conhecimento público; b) melhoramento da gestão e da participação das comunidades: tal aspecto está relacionado à imprescindibilidade de fortalecer organizacionalmente essas instituições; c) reaplicação e readequação das Tecnologias Sociais: não basta reaplicá-las, na íntegra, de um lugar para outro, é importante que cada grupo se aproprie delas; d) valorização do saber popular e comunitário: estes devem se aproximar do saber acadêmico; e) a crença num novo modelo de desenvolvimento: as TS's devem ser consideradas como um elemento importante para um novo modelo de desenvolvimento, calcado na sustentabilidade.

As tecnologias sociais surgem como importante contraponto às tecnologias convencionais; em síntese, é possível verificar que aquelas se caracterizam pelos seguintes elementos: a) terem condições de se adaptar aos consumidores e produtores de pequeno poder aquisitivo; b) não serem caracterizadas pela hierarquização e segmentação capitalista; c) manter relação direta com necessidades humanas; d) fomentar a criatividade daqueles que serão os próprios usuários diretos da tecnologia; e, por último, e) permitir que empreendimentos como cooperativas, agricultores familiares e pequenas empresas sejam economicamente viáveis. (NOVAES; DIAS, 2009)

No senso comum, incumbe aos especialistas a missão de desenvolver soluções a problemas das mais diversas índoles. Nesse contexto, recorre-se a profissionais oriundos do meio acadêmico e técnico, que lançarão mão de suas habilidades profissionais para elaborar respostas às demandas apresentadas. Entretanto, há vezes em que experiências e práticas cotidianas, que poderiam oferecer respostas simples a determinadas demandas, são desconsideradas. É nesse contexto que surgem as Tecnologias Sociais, pois estas possibilitam a valorização do conhecimento popular, cuja importância é tão grande quanto aquele proveniente da ciência tradicional.

Para Jesus e Costa (2013), as tecnologias sociais devem ser pensadas no âmbito de todos os segmentos sociais. Logo, a palavra “social” não as vincula, apenas, aos pobres e às localidades subdesenvolvidas, mas almeja conceder a essa expressão uma conotação mais ampla, relacionada, sobretudo, à sustentabilidade e à solidariedade. Dessa maneira, é possível situar a TS num movimento bastante amplo. Realmente, num primeiro plano, é possível compreender as Tecnologias Sociais como elemento viabilizador de sustentabilidades, sejam elas sociais, econômicas ou outras quaisquer; em um segundo plano, as TS desempenham função de fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária, que almejam a realização de atividades; num terceiro momento, a TS formará o núcleo que, no futuro, suplantará a concepção de tecnociência (DAGNINO, 2009).

A Figura n.º 4 descreve o contexto no qual se insere os EES:

Ator que controla o processo de trabalho	contexto socioeconômico	contrato social	ambiente da Produção	
	<i>Forma de propriedade</i> →	<i>Coerção</i> →	<i>Controle</i> →	<i>Cooperação</i>
produtor direto	-	-	individual	-
coletivo de produtores	coletiva	associativismo	autogestão	voluntária participativa
senhor de escravos	privada	física, pelos proprietários dos meios de produção	coercitivo direto	forçada
comprador de força de trabalho	privada	ideológica, pelo Estado	imposto assimétrico	taylorismo, toyotismo

Figura 04 – O contexto no qual se insere os EES;

Fonte: DAGNINO (2009, p. 101).

O termo Tecnologia Social mantém forte relação com o conceito de técnicas sociais de Mannheim (1982), que podem ser compreendidas como as atividades a partir das quais é possível modelar comportamentos e relações sociais

(BAUMGARTEN, 2011). Não bastasse isso, um dos motes centrais das tecnologias sociais é o reconhecimento dos movimentos sociais enquanto força atuante na construção de opções às fragilidades sociais. (VARANDA; BOCAYUVA, 2009). Portanto:

Nesse cenário, destacamos o movimento que busca articular a participação de gestores públicos, pesquisadores e acadêmicos, sociedade civil organizada e sociedade civil marginalizada: o movimento por tecnologias inclusivas, preservadoras do meio ambiente e, principalmente, da vida humana. A história do desenvolvimento da humanidade ao longo dos séculos mostra a importância da tecnologia na configuração das relações econômicas e de trabalho, no meio ambiente e na vida dos povos, desde os ancestrais, impactando significativamente a vida em sociedade (JESUS e COSTA, 2013, p.18).

A literatura dedicada a catalogar e estudar as tecnologias sociais é pródiga fornecedora de exemplos de experiências bem sucedidas. Um dos casos de sucesso é a Estação Compacta e de Baixo Custo para Tratamento de Esgotos Domésticos, com a qual é possível tratar o esgoto doméstico por meio de um processo limpo e sustentável. Essa tecnologia social concretizou-se a partir do auxílio financeiro proporcionado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (LASSANCE JR.; PEREIRA, 2004).

Outro exemplo digno de destaque é a multimistura, que é amplamente utilizada em inúmeras regiões do Brasil com a finalidade de combater a desnutrição. Apesar da simplicidade inerente à maneira como esse produto é confeccionado, os efeitos positivos dele decorrentes são bastante significativos, o que confere a essa tecnologia acentuada importância no que atine à busca da segurança alimentar.

A construção de cisternas no semiárido brasileiro é, também, uma importante tecnologia social, que congrega simplicidade com resultados positivos. A concepção em torno da qual se estrutura essa tecnologia é bastante simples: elas consistem numa estrutura capaz de captar água da chuva, que, posteriormente, poderá ser utilizada para o consumo e para a produção de alimentos. Atualmente, existem pelo menos quatro espécies dessa tecnologia catalogadas junto ao Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (JESUS; COSTA, 2013).

Um dos aspectos positivos existentes em torno das cisternas é o oferecimento de melhores condições para a produção em ambientes nos quais a seca impõe severas condições. Ademais, auxilia na substituição da mentalidade de acordo com a

qual se deve “combater a seca”, em prol de outra concepção: a “convivência com semiárido”. Contudo, o elemento digno de maior destaque e relevância é o envolvimento e a apropriação dessa tecnologia pela comunidade (JESUS; COSTA, 2013).

Outro exemplo bem sucedido e certificado pela Fundação Banco do Brasil é a Tecnologia Social Calha Alternativa, desenvolvida por um estudante de nível médio do Estado do Pernambuco, com a finalidade de reduzir o problema do desabamento das encostas. Essa experiência foi engendrada para atender a uma necessidade específica daquela comunidade e foi implementada por estudantes de nível médio e por seus professores. Apesar de ser uma iniciativa aparentemente singela e passar despercebida, ela apresenta grande potencial transformador, à medida que atende a necessidades daquele grupo (JESUS; COSTA, 2013).

Não bastasse isso, iniciativas relacionadas à economia solidária também integram o conceito de Tecnologia Social, em razão da feição diferenciada que imprimem à produção e às relações interpessoais mantidas na intimidade desses empreendimentos. Assim, cooperativas, associações e outras iniciativas – formalizadas juridicamente ou não – que propõem um novo nível de relações na organização produtiva e na mão-de-obra passam a ser discutidas no âmbito das TS's. A propósito, nos últimos anos, é possível verificar uma crescente quantidade de iniciativas desse gênero, em cujo cerne está o desejo de desenvolver relações mais colaborativas e isonômicas entre os trabalhadores.

Um exemplo relevante a ser citado a esse respeito é a Cooperativa Univens, formada na década de 1990 por mulheres que pretendiam obter renda e, ao mesmo tempo, conciliar o trabalho com suas atividades domésticas. Hoje, após mais de duas décadas de existência, esse empreendimento solidário consolidou-se como um caso bem-sucedido, seja no que diz respeito ao respeito aos princípios da economia solidária, seja no tocante ao aspecto econômico (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

A Fundação Banco do Brasil exerce relevante papel na sistematização e na divulgação de tecnologias sociais, pois mantém importante banco de dados por meio do qual registra tecnologias sociais (TS's) atinentes a áreas bastante diversas. Lá é possível encontrar experiências diversificadas e relevantes, relacionadas à educação, ao campo, à saúde, às mulheres, dentre tantos outros segmentos. Pena e Mello (2004) elaboraram um gráfico bastante elucidativo, que especifica as temáticas das tecnologias sociais registradas até o presente momento. Vejamos:

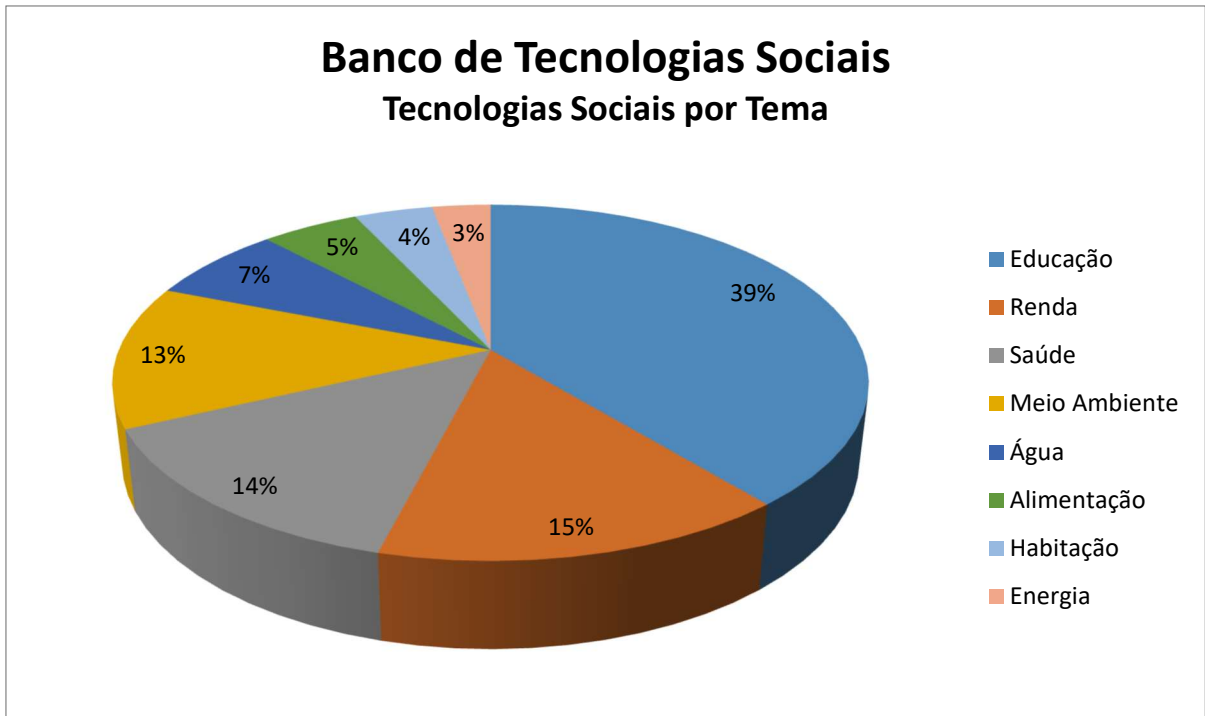


Figura 05 - Banco de Tecnologias Sociais - Tecnologias Sociais por Tema;
Fonte: Pena; Mello (2004, p 84)

As Tecnologias Sociais surgem, então, como experiências provenientes do esforço coletivo e popular, que, almejando desenvolver produto, serviço ou metodologia que faça frente a determinadas necessidades, satisfaça-as de forma sustentável. Os números existentes em torno da temática, hoje, são significativos. De acordo com o Mapeamento da Economia Solidária, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, a quantidade de EES's existente no Brasil é de mais de vinte mil, o que envolve empreendimentos rurais e urbanos, dedicados às atividades mais diversificadas. No Rio Grande do Sul, os números envolvidos são de mais de três mil experiências desse tipo, o que demonstra a amplitude desses empreendimentos e sua disposição em território gaúcho.

Recentemente, as Tecnologias Sociais passaram a demandar a atenção do ente público, que já editou políticas públicas especificamente destinadas a atender esse filão. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, já publicou edital especificamente destinado à temática.

Compulsando a literatura pertinente, com especial destaque para Singer e Dagnino, vê-se que as TS's se constituem em experiências que devem apresentar os seguintes predicativos: a) promoverem a inclusão social, eis que almejam realizar

a inserção de sujeitos até então distanciados do exercício da cidadania; b) buscam promover a valorização do ser humano, pois se inserem no contexto das ações que têm por preocupação primordial o respeito ao homem; c) centradas na solidariedade, enquanto valor primordial para a construção de melhores níveis na vida; d) cidadania, ao construir relações que transcendam o valor exclusivamente econômico da atividade produtiva; e) criação de uma identidade coletiva, pela criação e fortalecimento de laços identitários próprios; f) autogestão, porque centraliza os processos produtivos na lógica da igualdade entre os trabalhadores; e, por último g) sustentabilidade, pois pretende uma harmonia no volume da exploração do meio ambiente.

Para a literatura especializada:

Entretanto, o canteiro autogerido não escapa à reprodução de parte das relações de produção e dominação capitalistas. Há uma tendência das lideranças, dos coordenadores e dos arquitetos em repor hierarquias e autoridades de mando, reproduzindo, por um lado, um canteiro tradicional e, por outro, a vontade dos mutirantes de receber ordens e não ter responsabilidades. O cronograma deve ser cumprido e as famílias fazem pressão para acelerar a obra, o que acaba resultando num fortalecimento das estruturas de comando. As conversas paralelas não são mais permitidas, os questionamentos abreviados, os encaminhamentos atropelados, pondo a perder grande parte do processo democrático esboçado (Arantes, 2002, p.195). (DIAS; NOVAES, 2009)

Portanto, as TS's são apontadas como uma alternativa viável ao quadro de exclusão e pobreza, à medida que propõem um modelo tecnológico comprometido com a proposta de fazer frente às mazelas sociais e, não bastasse isso, valorizar os saberes populares e as iniciativas que não são provenientes do meio científico. Cumpre destacar, outrossim, que antes mesmo do surgimento do conceito de tecnologias sociais, a preocupação em forjar concepções tecnológicas comprometidas com a superação da miséria expressou-se de outras formas, como, por exemplo, com as tecnologias apropriadas.

Estabelecer uma conceituação adequada para as TS é esforço importante, uma vez que a utilização inadvertida dessa expressão pode banalizá-la, o que é um desserviço, sobretudo porque as Tecnologias Sociais têm ambições bastante expressivas no contexto tecnológico. Dias e Novaes chegam a asseverar que a “utilização ampla e sem rigor” (2009, p. 57) da expressão TS constitui-se em óbice relevante para a própria consolidação conceitual da temática. Segundo os referidos autores: “Aqui a tecnologia (e, por extensão, a TS) é compreendida como um conjunto

de soluções sociotécnicas para um determinado problema, de natureza também sociotécnica” (DIAS; NOVAES, 2009, p. 57).

Dias e Novaes (2009) lançam mão de importantes argumentos para estabelecer contornos adequados ao conceito de Tecnologia Social. Eles filiam-se à ideia proveniente da Economia da Inovação de que inexistente “oferta e demanda de conhecimento” (2009, p. 63), mas, sim, um processo dinâmico de negociação e de regras tácitas que conduzem à construção de um artefato tecnológico condizente com os desejos e pretensões das pessoas envolvidas. Essa percepção deve, na avaliação dos autores, ser levada em consideração para a compreensão das Tecnologias Sociais, uma vez que os entusiastas das TS devem “descartar a ideia de oferecer ‘pacotes’ de conhecimento e de tecnologia para abraçar a noção de que a construção da TS deve ocorrer de forma participativa, envolvendo os usuários desde o momento da concepção dos artefatos” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 63).

Ademais, a noção de conhecimento tácito adquire grande relevância para a compreensão das Tecnologias Sociais. Por conhecimento tácito compreende-se o saber que não pode ser compreendido dentro dos parâmetros convencionais, que não é suscetível de ser codificado dentro da lógica científica convencional. Decorre desse conceito de conhecimento tácito a capacidade dos sujeitos aprenderem por meio das experiências vividas no âmbito dessas TS.

Em decorrência disso tudo, compreender a maneira como se dá a inserção dos sujeitos na produção de Tecnologias Sociais ganha grande relevância, grande vulto, porque a TS não deve ser compreendida como um produto a priori, que possa ser vendido, cedido ou simplesmente repassado para outras pessoas. As pessoas que se organizam em torno de uma tecnologia desse gênero devem se comportar e ser verdadeiros componentes da TS, uma vez que os elementos e práticas integrantes da Tecnologia Social devem ser concebidos em função de posicionamentos, posturas e assertivas dessas pessoas. Talvez esse seja o quesito de maior relevância para o estabelecimento de um conceito seguro e capaz de diferenciar as TS de outras do gênero: a integração das pessoas em sua construção.

As pessoas que se movimentam no entorno de uma Tecnologia Social devem, portanto, deixar sua impressão digital na tecnologia, porque assim o fazendo constroem, efetivamente, uma metodologia, um artefato ou outra qualquer coisa que se enquadre no conceito de TS. Essa particularidade redundante na seguinte constatação: cada demanda envolve decisões e particularidades próprias, que tornam

inviáveis a mera transferência de respostas tecnológicas previamente concebidas, especialmente de Tecnologias Sociais. Com isso, a ideia de “replicação” – consistente na cópia pura e singela de algo – deve dar espaço à noção de “reaplicação”, a partir da qual a solução deve dialogar com as demandas apresentadas (DIAS; NOVAES, 2009).

A teoria da inovação auxilia a compreender porque as Tecnologias Sociais ainda encontram grande resistência em meio à sociedade e não se disseminam como as tecnologias convencionais. A explicação é a seguinte: as tecnologias em geral não são escolhidas porque são as melhores, mais adequadas e mais eficientes, mas assim o são porque foram escolhidas dentre aquelas viáveis, porque passaram por um processo social de opção. Dessa maneira, as TS encontram maior dificuldade em desenvolverem-se porque o contexto social e econômico ainda é resistente e não identifica nesse modelo tecnológico as respostas adequadas às demandas (DIAS; NOVAES, 2009).

Essas questões suscitam discussões relevantes para o estabelecimento de uma conceituação segura das Tecnologias Sociais, sobretudo aquelas relacionadas aos empreendimentos de economia solidária. Há uma série de questões que merecem ser discutidas a respeito desse assunto, para que ele não se banalize e, com isso, deixe de ter precisão. Dagnino (2009), por exemplo, afirma existir uma grande fragilidade em torno dos marcos analíticos-conceituais que propõem alternativas ao modelo tecnológico convencional.

Para o supramencionado autor, um dos elementos preponderantes para estabelecer parâmetros seguros na construção de um conceito desse gênero é a compreensão do processo de trabalho existente no âmbito da produção. As convicções de Dagnino partem do pressuposto de que esse fator é preponderante porque “são fatores determinantes, senão estruturantes, das formas de produzir, promover o relacionamento entre pessoas e instituições, gerar conhecimento, etc. dominantes numa dada sociedade” (DAGNINO, 2009, p. 75)

As Tecnologias Sociais não foram as primeiras a surgirem com o fito de contraporem-se ao modelo tradicional de tecnologia. As Tecnologias Apropriadas – TA – também buscaram estabelecer relações desse gênero.

A proposta central da TA dizia respeito à retomada dos conhecimentos tradicionais cultivados nas aldeias indianas, em resposta ao domínio exercido pelos ingleses. Uma das iniciativas tomadas no âmbito desse movimento consistiu na

popularização da fiação manual, por meio da utilização da Charkha, como forma de protesto contra a exclusão social e a divisão da sociedade em castas (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

A construção de arranjos produtivos centrados na fiação manual transformou-se em estratégia para a melhoria da qualidade de vida e para a emancipação dos indianos. A tecnologia apropriada tornou-se, assim, um projeto de desenvolvimento econômico, social e político, que congregou mecânicos, comerciantes e produtores de diversos segmentos (CALDAS; ALVES, 2014). Não bastasse isso, a TA incitou nos indianos o sentimento de autodeterminação dos povos, bem como ocasionou a renovação da indústria nativa hindu (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). O lema dessa proposta pode ser sintetizado pela frase “produção pelas massas, não produção em massa” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 20).

O contexto no qual as TA's surgem e as pretensões desse modelo tecnológico permitem a identificação das seguintes características: a existência de forte participação popular nos processos de escolha; serviços e produtos mais baratos; reduzidos custos de produção; pequena escala produtiva; simplicidade; e, por último, positivas repercussões de cunho econômico, social e ambiental. A síntese dessas características permite a construção da seguinte definição de Tecnologia Apropriada: “um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira ótima os recursos disponíveis de certa sociedade maximizando, assim, seu bem estar” (DAGNINO, 2009, p. 23).

Gandhi foi protagonista desse movimento, que reverberou não apenas dentro do território indiano, mas fora dele. As proposições de Mohandas Gandhi foram aplicadas, também, na República Popular da China e inspiraram o economista alemão Schumacher a cunhar a expressão “tecnologia intermediária”, utilizada para nomear iniciativas simples, de baixo custo, tidas como adequadas para países pobres (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Tanto o conceito de Tecnologia Apropriada quanto o de Tecnologia Intermediária tiveram significativa utilização no Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980 (BAUMGARTEN, 2011).

Embora seja possível verificar alguma proximidade entre a tecnologia intermediária e a tecnologia apropriada, ambas dizem respeito a realidades distintas. A primeira remete a iniciativas simples, baratas e geradoras de empregos, caracterizadas por apresentar maior produção comparativamente às tecnologias rudimentares, mas com menor produção se comparadas às tecnologias de ponta;

además, propõe um olhar diferenciado para a abundante mão-de-obra existente em determinados países, os quais deveriam se utilizar desse fator como diferencial estratégico, em resposta à importação de bens de capital (CALDAS; ALVES, 2014).

Uma das preocupações de Schumacher ao construir o conceito de tecnologia intermediária estava relacionada à necessidade de construir relações econômicas pautadas pela valorização do ser humano e o uso correto dos elementos produtivos (CALDAS; ALVES, 2014).

Assim, as Tecnologias Sociais despontam como um dos modelos tecnológicos que pretendem superar as limitações do modelo hoje existente. Naturalmente que, em decorrência das pretensões das TS's, bem como dos desafios, várias inconsistências, inclusive conceituais, são passíveis de ser encontradas. Aliás, os esforços empreendidos para organizar e sistematizar a abordagem junto aos empreendimentos que pretendem ser Tecnologias Sociais deu ensejo à criação das chamadas Incubadoras de Tecnologias Sociais, cuja missão é importante e desafiadora.

3.4 O papel das tecnologias sociais na construção de um modelo alternativo às tecnologias convencionais: desafios e inconsistências

As proposições existentes em torno da crença na neutralidade tecnológica não têm, apenas, repercussões teóricas, mas, sobretudo, práticas. Segundo Dagnino, crer que os artefatos tecnológicos não absorvem as pressões provenientes do substrato social acarreta na conclusão de que as tecnologias são como são e que todos os efeitos negativos decorrentes da utilização da tecnologia são dissabores inevitáveis. Segundo essa aceção, os danos ambientais, sociais e políticos decorrentes de dado artefato são, tão somente, o preço a ser pago.

Compreender as tecnologias como um espaço imune às contingências sociais e, sobretudo, políticas promove um hiato de difícil explicação, pois ignora a complexa teia de relações e consequências relacionadas ao uso da tecnologia. O processo tecnológico reverbera em todas as dimensões da sociedade, seja nos segmentos melhores abonados, seja nos grupos que carecem de dinheiro. Conforme Santos (2004), não há recanto que não seja impactado pela lógica daí decorrente, uma vez que a tecnologia vai adequando e reestruturando o tecido social à medida que se espalha por ele.

Em decorrência disso, seria ingênuo crer que a tecnologia não fosse, ela própria, a síntese das pretensões e desejos daqueles que colaboram para sua construção. Enquanto instrumento privilegiado de controle, de persuasão e de submissão – que muitas das vezes ocorrem de forma imperceptível – o meio tecnológico vai moldando, construindo e destruindo estruturas e relações, conforme as conveniências. É por esse motivo que ele se transforma em útil instrumento de controle social.

O postulado segundo o qual a tecnologia expressa, apenas, a necessidade de produzir serviços e produtos da melhor e da mais rápida maneira é insuficiente e, mais do que isso, demasiadamente simplificador. A visão mais adequada é aquela que não ignora as influências, fortes ou fracas, decorrentes dos interesses e de desejos socialmente organizados. Esta última percepção retira da tecnologia o caráter indiscutível que, em certa medida, a tese da neutralidade acaba por conferir a ela.

Logo, a tese da não neutralidade proporciona uma visão relevante da tecnologia, pois retira desta uma aura de isenção que a afasta de discussões de caráter sociológico e político. A propósito, admitir a tecnologia como algo imerso em interesses dos mais diversos jaezes permite discutir os reflexos dela na vida de todos, nas mais diversas dimensões. Essa percepção permite questionar as repercussões do atual modelo científico no cotidiano, sobretudo no âmbito das relações produtivas e de trabalho, cuja relevância é indiscutível.

Contrariando todos os desejos e de pretensões, o crescimento tecnológico e científico gerou gradativamente maior pobreza e exclusão. As esperanças depositadas no modelo tecnocientífico vigente restaram frustradas, pois este foi incapaz de proporcionar a opulência desejada, que ficou restrita àqueles que já tem recursos financeiros. Logo, se uma das consequências do contexto tecnológico foi a concentração de renda, como lidar com essa circunstância, dentro do cenário hoje existente? Seria possível estabelecer relações de inclusão a partir de uma matriz que tem como uma de suas diretrizes a competitividade?

Em resposta a esses questionamentos, as Tecnologias Sociais surgem como uma proposta que tem a ambiciosa pretensão de propor um modelo tecnológico cuja lógica central é a inclusão e a não competitividade. Assim como as Tecnologias Convencionais reverberam na sociedade, dando ensejo a estas ou aquelas situações, as Tecnologias Sociais pretendem ter efeito análogo, eis que almejam reproduzir padrões alinhados com a solidariedade e com a proteção do meio ambiente.

É curioso notar, a esse respeito, que o conceito de TS encontra-se, ainda, em clara construção política, do qual surgem inúmeras imprecisões e incongruências. Uma breve análise do catálogo do Banco de Tecnologias Sociais demonstra a existência de uma miríade de TS's, as quais se organizam sob as mais diversas formas. Em certa medida, essa circunstância dificulta os estudos existentes em torno da temática, porque determinadas experiências catalogadas como TS's não se distinguem substancialmente de atividades meramente filantrópicas.

A dificuldade acima apontada torna-se maior ainda quando se fala a respeito das TS's que se estruturam a partir de metodologias. Aliás, que metodologias têm sido utilizadas para compor essa categoria tecnológica? Qualquer metodologia pode se enquadrar no conceito de Tecnologia Social? Conforme referido acima, uma breve análise do catálogo existente no site do Banco de Tecnologias Sociais é capaz de demonstrar a incipiência e a dificuldade de organizar todas aquelas experiências sob uma mesma categoria. Um exemplo bastante interessante é o caso da TS chamada A Doula no Pré Natal – Informação e Resgate Social, cujo objetivo é oferecer apoio às mães e futuras mães, auxiliando-as em questões relacionadas à amamentação e ao parto.

Embora não se negue a relevância de uma atividade desse gênero, é imprescindível questionar sua adequação ao conceito de Tecnologia Social. Lima, Dagnino e Fonseca (2008), por exemplo, asseveram que uma atividade, serviço ou metodologia somente estará harmonizado ao conceito de Tecnologia Social quando tiver caráter produtivo; sem essa característica a atividade poderá ser muito meritória e frutífera, mas estará adstrita ao âmbito da beneficência. A razão que leva Lima, Dagnino e Fonseca (2008) a terem essa compreensão relaciona-se a percepção que estes têm das TS, que para eles são o meio de superar o contexto capitalista atualmente existente.

Considerando, então, que grande número de Tecnologias Sociais catalogadas no site do Banco de Tecnologias Sociais não atende à exigência recém citada, ainda é bastante difícil estabelecer conceitos claros para essa nova proposta. Apesar de suas grandes pretensões, o conceito de TS ainda se recruta de maior apuro e refinamento. Os exemplos, a propósito, de atividades que são catalogadas como TS's, mas que se ressentem de elementos que venham a caracterizá-la enquanto tal, é significativo.

A propósito, além das dificuldades existentes em torno dos aspectos conceituais das TS's, estas aproximam-se e imiscuem-se com outros modelos tecnológicos que têm pretensões análogas, a saber, incluir pessoas ou grupos marginalizados. É o que ocorre, por exemplo, com as inovações sociais e com as tecnologias alternativas, cujo escopo é basicamente o mesmo das Tecnologias Sociais, mas que diferem em função de aspectos filosóficos relevantes. Os elementos que distinguem essas espécies tecnológicas entre si são bastante tênues e demonstram, antes de tudo, os pressupostos a partir dos quais foram estruturadas essas propostas.

Assim, em face ao relevante papel a que se propõem as Tecnologias Sociais, elas despertam grande interesse do meio acadêmico e daqueles que almejam a proposição de relações sociais e econômicas mais equilibradas, mais inclusivas. Uma das formas por meio das quais as TS's se expressam são os empreendimentos de economia solidária. Conforme será visto no próximo capítulo, a estruturação de empreendimentos a partir da filosofia norteadora da economia solidária forma relevante experiências.

Uma das discussões possíveis de serem realizadas no âmbito das Tecnologias Sociais é a (im) prescindibilidade dessas tecnologias proporcionarem maior volume na produção, ou seja, delas serem mais competitivas. Esse debate é, por certo, bastante relevante e, em termos conceituais e acadêmicos, acaba por outorgar maior complexidade ao assunto. Existe um aceso debate em torno de que característica deve preponderar numa TS estruturada a partir de um Empreendimento de Economia Solidária: é a qualidade da relação entre os trabalhadores ou é o tamanho da produção que determina o êxito de uma Tecnologia Social?

Um questionamento dessa natureza oportuniza outros tantos debates, como, por exemplo, a necessidade – ou não – de empresas recuperadas e de cooperativas terem tecnologia de ponta. Lima, aliás, aponta como um dos grandes “problemas enfrentados pela autogestão, no caso de fábricas recuperadas, encontram-se a obsolescência tecnológica” (LIMA, 2010, 183). O posicionamento deste autor, todavia, deve ser visto com reservas, uma vez que ele Lima (2010) é bastante crítico a respeito da função e do êxito dos empreendimentos de economia solidária no âmbito econômico.

Contudo, ao fazer a colocação acima transcrita, Lima (2010) traz à baila um debate bastante relevante: identificar a pretensão das Tecnologias Sociais no tocante

ao contexto econômico. Elas podem (devem?) ser pensadas a partir de uma necessidade de maior produtividade ou precisam ser compreendidas somente num contexto de colaboração? Isso demonstra a necessidade do desenvolvimento de maiores e melhores estudos em torno das Tecnologias Sociais, que, a despeito de visarem objetivos relevantes e desejados por todos, ainda necessitam de maiores amadurecimentos.

Outro assunto pertinente às TS's são as incubadoras de Tecnologias Sociais. O processo de incubação desenvolvimento nessas incubadoras sociais atende a preceitos próprios, mas, em essência, almeja as mesmas finalidades das incubadoras tradicionais, a saber, o oferecimento de condições mínimas para a sobrevivência de empreendimentos.

As Incubadoras de Empreendimentos Solidários e de Tecnologias Sociais têm, a partir de então, ganhado relevância no contexto dos estudos e trabalhos de extensão realizados no âmbito dessa temática. Aliás, elas têm centralizado os esforços de compreensão do assunto, funcionando como verdadeiros vetores de disseminação de experiências⁷.

Não bastassem as incubadoras de Tecnologia Social e de Economia Solidária vinculadas a instituições de ensino superior, ultimamente, surgiram experiências bastante relevantes, consultorias desvinculadas das Universidades, mas com objetivos semelhantes àquelas incubadoras mantidas e geridas por estas. Essas

⁷ 1. **Fase de Iniciação:** Estimulada pela demanda ou pela necessidade de entidade externa. Nesta fase é identificada a necessidade, a oportunidade e a maneira de supri-las. Também é nela que a alta administração autoriza que o projeto dê prosseguimento para a fase seguinte, após a análise de viabilidade do projeto, por meio de um termo de abertura de projeto. Item que compõe esta fase é o não escopo, ou seja, tudo o que não será abordado no projeto.

2. **Fase de Planejamento:** Planejar é um processo que visa o alcance de uma situação desejada de maneira mais efetiva, eficiente e eficaz. Aplicando-se esta definição, nesta fase é estabelecido o escopo do projeto. Constroem-se, então, dois planejamentos, sendo um preliminar e outro detalhado. No primeiro devem constar os custos, prazos, recursos e como obtê-los e os comprometimentos necessários. No detalhado são inseridas informações de como os recursos serão utilizados, os requisitos do projeto, o controle do projeto e a seleção da equipe do projeto.

3. **Fase de Execução:** “consiste em por em ação todas as tarefas planejadas, nas condições de qualidade, custos, prazos e de forma a alcançar os objetivos das partes interessadas”. “Os resultados da execução devem ser documentados e fazem parte fundamental da gestão das comunicações”.

4. **Fase de Controle:** são analisadas, monitoradas e controladas as ações do projeto. Aqui se sugerem os ajustes no planejamento inicial, mantendo-se o escopo o mais próximo possível do acordado na fase de iniciação. Esta fase se inicia no planejamento, segue *pari passu* com a execução e é concluída na fase de encerramento.

5. **Fase de Encerramento:** “Atingido o objetivo, o projeto deve ser encerrado”. A aceitação do produto é peça fundamental nesta fase, assim como a “conclusão do contrato, o encerramento administrativo, devolução dos materiais, espaços etc.”. Faz-se, também, antes da dispensa da equipe, “uma avaliação geral e levantamento das “lições aprendidas””.

instituições têm desenvolvido importante trabalho no que atine ao fomento de tecnologias sociais, que demandam intervenções baseadas em princípios e propósitos próprios.

É possível citar como exemplo destas últimas o “Projeto Minuano”, por meio do qual se fomenta a realização de cooperativas de catadores de lixo, dentro dos princípios da economia solidária. Essa iniciativa conta com significativa capilaridade, encontra-se espalhada por vários Municípios de vários estados brasileiros.

Em face a isso, impende conhecer os Empreendimentos de Economia Solidária, sua importância para o contexto econômico e social vigente, bem como sua (in) capacidade de propor um modelo produtivo que venha a superar aquele hoje vigente. Em face a isso, e sobretudo em função da importância do assunto, cumpre conhecer amiúde os pormenores inerentes a esse modelo produtivo, que surge, segundo alguns, como aquele modelo capaz de suplantar o capitalismo, estabelecendo relações produtivas calcadas na solidariedade.

4 AS INTERSECÇÕES EXISTENTES ENTRE TECNOLOGIAS SOCIAIS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

As Tecnologias Sociais têm a ambiciosa pretensão de oferecer uma alternativa ao modelo tecnológico hodierno, que é alinhado com o grande capital e com as necessidades dos grandes grupos econômicos. Dentre as inúmeras classificações existentes em torno desse assunto, uma das mais interessantes é aquela atinente às TS's que se estruturam a partir de Empreendimentos de Economia Solidária – EES. Aliás, estes – segundo a literatura pertinente – visam a objetivos tão importantes quanto as próprias TS's: propor relações produtivas e comerciais diversas daquelas predominantes no cotidiano.

A própria denominação outorgada a esse fenômeno – Economia Solidária – dá contornos próprios a ele, pois busca construir seu conceito de forma apartada de outros semelhantes – como o cooperativismo, por exemplo. Em decorrência da relevância do assunto, que desperta atenção justificada, cumpre conhecer seus pormenores, sobretudo a maneira como a literatura pertinente tem analisado a capacidade de esses empreendimentos superarem o quadro de exclusão existente.

Em face a isso, incumbe conhecer os pormenores existentes em torno dos empreendimentos de economia solidária, que vêm desempenhando relevantes funções no contexto atual, seja gerando renda, seja possibilitando o desenvolvimento de valores diferenciados daqueles predominantes na economia hodierna. Em especial, calha conhecer as intersecções existentes entre os conceitos de Tecnologia Sociais e de Empreendimentos Solidários, que, segundo vasta literatura dedicada à temática, estabelecem estreitas relações em várias dimensões. Para tanto, iniciar-se-á discutindo a Adequação Sóciotécnica, que proporciona discussões de grande monta para a compreensão do fenômeno tecnológico.

4.1 As tecnologias sociais e os empreendimentos de economia solidária compreendida a partir da adequação sóciotécnica

As Tecnologias Sociais formam um espectro bastante extenso de experiências que visam, em seu conjunto, a construção de um modelo tecnológico que não repita os poréns das tecnologias convencionais. Não bastasse o cuidado de não reproduzir relações propiciadoras de concentração de renda e de distinções inerentes à

produção capitalista, as TS's almejam a proposição de relações diferenciadas no âmbito dos empreendimentos, visando à construção de valores e de práticas que promovam à dignidade humana. É nesse contexto que surgem as discussões em torno dos empreendimentos de economia solidária⁸ enquanto Tecnologias Sociais, assunto sobre o qual muito se tem discutido.

Embora a literatura pertinente seja pródiga ao falar a respeito dos Empreendimentos de Economia Solidária enquanto Tecnologias Sociais (por exemplo, VARANDA; BOCAYUVA, 2009), é necessário, ainda assim, estabelecer uma série de discussões a respeito dos pontos de contato existentes entre um conceito e outro. É possível identificar algumas inconsistências conceituais em torno do assunto, as quais turvam a compreensão e o entendimento da temática.

Nesse contexto, um dos elementos capazes de auxiliar na compreensão das Tecnologias Sociais e dos EES é a teoria da Adequação Sociotécnica – AST. Um dos conceitos nevrálgicos existentes em torno dela é a percepção de que o artefato tecnológico não se limita aos aspectos materiais que o compõe, pois a tecnologia haure forças em aspectos processuais e ambientais ínsitos à produção. Por esse motivo, os empreendimentos passam a ser visualizados como um sistema sócio-técnico, decorrente do somatório de fatores humanos, sociais e tecnológicos (DAGNINO, 2014).

A Adequação Sociotécnica – AST – pode ser enfrentada a partir de três perspectivas, a saber, a processual, a ideológica e a operacional (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). O primeiro viés decorre da constante construção social a que se submete o artefato tecnológico; o segundo atine às particularidades políticas existentes em torno dessa dinâmica, por meio da formação de redes; e, por último, o terceiro concerne à dinâmica que se estabelece no próprio empreendimento, em face às suas próprias peculiaridades. Especificamente em relação ao caráter ideológico da AST, esse viés reside na visão de sustentabilidade e de crítica ao modelo tecnológico convencional, que tem priorizado a dimensão econômica em detrimento de uma visão social e ambiental (FREITAS, 2012).

⁸ Os empreendimentos de economia solidária serão melhor discutidos e expostos no próximo subcapítulo, especialmente destinado a debater o assunto. Por hora, compreender-se-á os empreendimentos de economia solidária como as iniciativas nas quais a gestão e a propriedade são coletivas.

Trist e Bamforth concebem o elemento tecnológico e as relações sociais como dois sistemas, os quais compõem outro sistema maior. A partir dessa percepção, os referidos autores descrevem as interações existentes entre esses dois elementos – o tecnológico e o humano – que se comunicam mutuamente. As próprias características naturais do material trabalhado na linha de produção poderão incutir alterações nas relações sociais daqueles que labutam. A esse respeito, Trist e Bamforth (ano) citam as consequências decorrentes do tamanho do “grão” de carvão na organização do trabalho e na moral dos trabalhadores de minas.

Outrossim, o nível de mecanização poderá causar consequências no contexto social existente no empreendimento. Aliás, esse fator é historicamente considerado como um dos mais impactantes para o elemento humano, de forma que as consequências dele decorrentes são mais diretas e perceptíveis. Logo, há uma maior facilidade na compreensão das consequências decorrentes da inserção do elemento mecânico no âmbito produtivo. Uma máquina com potência maior poderá alterar, substancialmente, uma circunstância que impactava sobre os trabalhadores, tornando-a irrelevante. Assim, se, anteriormente, numa mina de carvão, o tamanho e a dureza do “grão” de carvão repercutia diretamente no comportamento dos trabalhadores, a inserção de um artefato tecnológico que incida sobre esse elemento terá forte impacto social.

A construção teórica proveniente da Adequação Sociotécnica busca estabelecer uma ênfase na atividade grupal, ao invés de focar no indivíduo. Este, por melhores condições pessoais que tenha, terá menores condições que o grupo, no qual poderá ocorrer o intercâmbio de habilidades entre os integrantes. Logo, não há, nessa perspectiva, a preocupação de estabelecer os pormenores organizacionais, das atividades desempenhadas pelos trabalhadores. Uma das premissas consideradas pela AST é a crítica aos modelos burocrático e taylorista, que estruturam o empreendimento a partir do valor tecnológico, sem considerar o sacrifício humano daí decorrente.

Os postulados da AST procuram estabelecer uma valorização maior dos trabalhadores, o que se dá a partir da consideração dos seguintes elementos: a) a inserção do ser humano, do empregado se dá em sua integralidade, e não apenas nas partes que interessam ao empreendimento; b) a pessoa deve ser o fator central na organização do trabalho; c) **juntamente com a inovação tecnológica, deve ocorrer a inovação social, eis que deve envolver o estabelecimento de regras**

que permitam a incorporação efetiva da tecnologia ao grupo de trabalhadores.

Este último aspecto ganha relevância nevrálgica, uma vez que evidencia a capacidade daqueles que labutam em aprender e, a partir disso, interagir com o contexto no qual se inserem.

Os postulados da teoria sociotécnica permitem a construção dos seguintes fundamentos: a) o pressuposto de que a atividade produtiva do trabalhador não decorre da simples tolerância ou resistência em face à produção; b) o processo de aprendizado decorrente da atividade; c) a importância do trabalhador ter um determinado nível de liberdade a respeito de suas atividades; d) a imprescindibilidade do trabalhador gozar de um mínimo de reconhecimento social nos locais de trabalho; e) a capacidade do trabalhador relacionar aquilo que faz e o fruto do seu trabalho com sua vida; e, por último, f) o relacionamento de sua atividade laborativa, com seu futuro. (GARCIA, 1980)

A AST admite e evidencia as influências decorrentes do contexto social para a construção de uma determinada tecnologia. Por esse motivo, toda vez que um artefato tecnológico é lançado no mercado, suas aptidões e funcionalidades não são decorrência, apenas, da capacidade inventiva dos profissionais que labutaram para sua construção. Na verdade, a maneira como um produto se apresenta é decorrência, também, daquilo que é permitido pelos próprios consumidores e dos limites impostos por órgãos públicos e por outras pessoas envolvidas na cadeia de produção e de consumo. Daí o porquê do uso da palavra “adequação”, que expressa perfeitamente a dinâmica existente nesse contexto.

O processo de construção de uma tecnologia, ou seja, o processo de adequação sociotécnica, é, também, muito bem exemplificado por meio do clássico exemplo da bicicleta. Quando do surgimento desta, o primeiro modelo existente tinha a roda da frente substancialmente maior que a traseira. Em decorrência da adoção desse formato, era possível desenvolver maiores velocidades, mas ao custo de menor segurança. Em razão do risco acentuado de acidentes, paulatinamente, esse modelo foi dando lugar a bicicletas com as duas rodas do mesmo tamanho, que, embora mais lentas, apresentavam maior segurança. Durante certo período, ambos os modelos de bicicleta coexistiram, até o momento em que o modelo com duas rodas iguais estabilizou-se, superando o outro formato.

Essa circunstância demonstra ser o Construtivismo referencial importante na compreensão da AST. Nesse contexto, extraem-se os seguintes conceitos-chave, que

auxiliam na compreensão da construção do artefato tecnológico: *grupos sociais relevantes, estrutura tecnológica, flexibilidade interpretativa, estabilização ou fechamento* (NEDER, 2011). Logo, é a economia e as demais injunções sociais que determinarão qual formato tecnológico será viável e quais outros serão esquecidos, em razão de interferências provenientes da sociedade. Vale dizer que o ambiente tecnológico é, antes de tudo, político; a propósito, a própria utilização e manejo do artefato depende daquilo que é possível e viável em determinado momento (DAGNINO, 2014). A esse respeito:

Os estudos do CST possuem três diferentes vertentes teóricas que enfatizam determinações específicas: (i) Sistemas tecnológicos - construções dotadas de uma complexidade específica apenas passível de explicação nos estudos de caso (sistemas de geração de energia elétrica nas grandes cidades, a produção de organismos geneticamente modificados, a revolução “verde”, centrais nucleares, temas dos autores CST). (ii) Caráter socialmente determinado da tecnologia - Os fundadores do construtivismo ilustram esta noção com a história de um conhecido artefato tecnológico, a bicicleta. Um objeto que, entre milhares de outros, poderia hoje ser visto como uma caixa preta, pois, de fato começou sua existência com formas muito distintas. Elas iam desde um equipamento esportivo até um veículo de carga. Sua roda dianteira mais alta, necessária naquele tempo para alcançar maior velocidade (a força de tração era exercida diretamente na roda dianteira) numa bicicleta usada como equipamento esportivo, causava instabilidade, numa bicicleta empregada como veículo de transporte, ou desconforto para as mulheres com longos vestidos (Feenberg, 2010; Pinch e Bijker, 1990; Dagnino, 2008). (iii) O conceito de flexibilidade interpretativa - esta noção aponta para o fato de que significados radicalmente diferentes de um artefato podem ser identificados pelos distintos grupos sociais relevantes, que outorgam sentidos diversos ao objeto de cuja construção participam. O que não significa que os agentes não compartilhem um significado especial do artefato. (DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2004, p. 38)

A perspectiva proporcionada pela AST permite o entendimento de que o social é tecnicamente construído, ao mesmo tempo em que o técnico é socialmente elaborado (BIJKER, 1993). Embora essa relação se dê em ambos os sentidos, é necessário destacar que o elemento social tem maior preponderância em face ao outro.

As ilações elaboradas acima demonstram que o contexto da criação do elemento tecnológico é permeado por tensões provenientes do tecido social, o que impregna o artefato de interesses das mais diversas origens. Não bastasse isso, a AST permite discutir a tecnologia na fase posterior a sua elaboração, ou seja, quando ela é utilizada no contexto produtivo.

A dinâmica que se estabelece a partir da utilização da tecnologia no contexto produtivo não é de mera utilização passiva, uma vez que os grupos detentores de

maior expressão valem-se de sua experiência pregressa para construir e reconstruir conhecimento. Nesse contexto, as realizações e os aprendizados já realizados formarão o substrato sobre o qual se erguerá um novo saber. As seguintes palavras de Neder são bastante explicativas a esse respeito:

A literatura AST tem afirmado que a gestão coletiva de máquinas, equipamentos, meios organizacionais disponíveis não é apenas um ato de consumo (de tecnologia). Configura-se como oportunidade para os grupos relevantes iniciarem um estágio de adequação de sua experiência prévia a outro estágio futuro, como modificação do conhecimento por parte do/as trabalhadores/as quanto aos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva, funcionamento do maquinário, problemas de gestão internos aos grupos familiares e externos nos mercados). Esse processo de apropriação, contudo, apresenta limites. (Um deles é a barreira imposta pela subordinação ao modelo de inovação tecnológica convencional). (NEDER, 2015, 370)

Realmente, a AST apresenta similitudes com o *Processo de Aprendizado* ou *Tropicalização*, que, a partir da década de 1960, discutia a adaptação das tecnologias provenientes dos países desenvolvidos ao contexto latino americano (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Para Neder (2015), o conhecimento adquirido no âmbito dos empreendimentos autogeridos apresenta-se por meio do “saber-fazer da manutenção” (NEDER, 2015, p. 370), por meio do qual equipamentos e utensílios são revigorados e a hibridização de tecnologias se torna possível. É por isso que: “‘Quebrou, consertou’ é a regra geral quando não se dispõe de capital de giro para fazer recondicionamento e revitalização do maquinário, instrumentos e peças” (NEDER, 2015, p. 370).

É por esse motivo que a Adequação Sociotécnica proporciona uma dinâmica em sentido inverso à “construção” da tecnologia (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004), pois o artefato devidamente “pronto e construído”, ao chegar no ambiente produtivo, não sai imune do contato com o trabalhador. A partir dessa proposta, o artefato tecnológico não é compreendido como um resultado, mas como um processo (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Essas peculiaridades permitiram a Novaes (2007) extrair as seguintes modalidades de AST, capazes de entender as relações existentes entre a tecnologia e o contexto produtivo, em especial nos empreendimentos de economia solidária:

Uso: O simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho, etc) antes empregada (no caso de cooperativas que sucederam a empresas falidas), ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado, é percebida como suficiente.

Apropriação: concebida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos), implica em uma ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva etc), gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.

Revitalização ou repotenciamento das máquinas e equipamentos: significa não só o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e revitalização do maquinário. Supõe ainda a fertilização das tecnologias 'antigas' com componentes novos.

Ajuste do processo de trabalho: implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais), o questionamento da divisão técnica do trabalho e a adoção progressiva do controle operário (autogestão).

Alternativas tecnológicas: implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para dar conta das demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente desta modalidade é a busca e seleção de tecnologias existentes.

Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente: resulta do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e da percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção, para satisfazer as demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo incremental, isolados ou em conjunto com centros de P&D ou universidades.

Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de P&D ou universidades e que implicam na exploração da fronteira do conhecimento. (NOVAES, 2007, pp. 245-247)

As assertivas acima transcritas visam, então, demonstrar as maneiras pelas quais se expressa o relacionamento existente entre os trabalhadores e o maquinário. Cada uma dessas categorias permite reflexões particulares a respeito da forma como o labor é realizado. Dias e Martarello (2016), por exemplo, realizaram interessante estudo empírico a respeito do assunto, no qual identificam processos que podem ser considerados como de **revitalização** e de **alternativas tecnológicas**. Casos como esses são capazes de demonstrar o quão profícuos podem ser os esforços de um grupo de trabalhadores que consegue se articular em torno de seus interesses e de suas necessidades concretas.

Assim, em face à relação existente entre o processo de Adequação Sócio-Técnica e o uso das tecnologias convencionais, é possível asseverar que existem algumas similitudes daquela com a Tecnologia Apropriada. Contudo, o conceito de AST é mais amplo que este, uma vez que pressupõe a inserção de processos

democráticos no seio do contexto produtivo, o respeito mais acentuado com o meio ambiente, à saúde de consumidores e de trabalhadores e ao processo de produção autogestionária. Portanto, a AST vai além da Tecnologia Apropriada:

Como pode a adequação sociotécnica se tornar um processo de erros e acertos para aumentar a vida útil das máquinas, equipamentos e dispositivos híbridos sociais e técnicos? O repotenciamento é marcado, em experiências de apropriação tecnológica entre grupos populares, pelo domínio de um saber-fazer da manutenção. (...) Os ajustes e a adoção de soluções imprevistas são maneiras de proceder à hibridização das tecnologias 'antigas' com componentes novos, desde ferramentas até máquinas simples, dispositivos sociotécnicos. (NEDER, 2015, p. 370)

Um dos motivos ensejadores do surgimento da AST é a necessidade de inserir atividades que, *a priori*, estariam à margem do contexto da formalidade econômica. Realmente, a gênese dessa concepção mantém umbilical relação com aqueles grupos que realizam atividades que, numa primeira avaliação, não explicitam grandes atrativos econômicos e, por esse motivo, não seriam atrativas para o grande comércio. Contudo, o conceito de Adequação Sociotécnica não se exaure na realização de atividades que, numa primeira análise, não seriam do interesse do grande capital: a AST envolve o desenvolvimento de habilidades e aprendizados que extravasam o artefato.

As discussões existentes em torno das relações entre AST e Tecnologias Sociais permitem a construção de três diferentes processos de Adequação Sociotécnica: a) mudanças *software*: relacionadas à postura do trabalhador em face à maneira como o excedente de dinheiro será partilhado entre todos; b) *orgware*: concernentes aos aspectos organizacionais, sobretudo à participação democrática dos trabalhadores nos principais aspectos do empreendimento; e, por último, c) *hardware*: atinentes à maneira como os trabalhadores se relacionam e interagem com o maquinário existente (NOVAES, 2007).

A partir da colaboração de Novaes (2007), é possível estabelecer as dimensões provenientes da AST, que reverberam sob aspectos atinentes à maneira como o trabalhador se coloca frente à divisão do lucro no empreendimento; à forma como as forças produtivas serão organizadas e à aptidão da estrutura de produção captar e refletir o desejo daqueles que trabalham; ou às relações existentes entre os equipamentos e os demais utensílios usados na produção. Em face a isso, é possível extrair que a Adequação Sociotécnica é uma percepção que busca estabelecer um entrelaçamento entre os fatores sociais inerentes à produção com o elemento

tecnológico. É a partir dessa visão que a Adequação Sociotécnica possibilita a inserção dos Empreendimentos de Economia Solidária no contexto das Tecnologias Sociais, eis que designa o aprendizado proporcionado pelo manuseio da tecnologia (DAGNINO, 2014).

A esse respeito, o seguinte quadro, formulado por Freitas (2012, p. 123), expressa as minúcias decorrentes do processo de Adequação Sociotécnica, que se espalha sobre dimensões bastante importantes:

Quadro 1 - Modalidades de Adequação Sociotécnica:

MODALIDADES DE AST:	DESCRIÇÃO:	CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO:
Ajuste o processo de trabalho	Implica a organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção, o questionamento da divisão técnica do trabalho e a adoção progressiva do controle do operário.	Propriedade coletiva
		Divisão técnica do trabalho
		Autogestão
Alternativas tecnológicas	Implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para das conta das demandas da AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional.	Emprego de tecnologias alternativas
Apropriação	Processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção; implica em uma ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos, gerenciais e de concepção dos produtos e processos.	Apropriação da tecnologia
		Ampliação do conhecimento
Incorporação do conhecimento científico-tecnológico existente	Resulta na percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não	Inovação incremental

	embutido nos meios de produção), ou no desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meio de produção.	
Incorporação do conhecimento científico-tecnológico novo	Resulta no esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos e meios de produção.	Inovação radical
Revitalização das máquinas e equipamentos	Significa não só o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e revitalização do maquinário.	Melhorias no maquinário Fertilização das tecnologias antigas
Uso	O simples uso da tecnologia antes empregada ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado, é percebido como suficiente	

Fonte: Freitas (2012, p. 123)

É possível decompor as categorias acima apontadas da seguinte maneira:

Quadro 2 – Critérios de identificação

Parâmetros:	Descrição:	Critérios de identificação:
Papel da população	Participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos.	Aprendizagem
		Apropriação
		Participação
Razão de ser	TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população.	Solução de demandas sociais

Construção do conhecimento	Produção de novos conhecimentos a partir da prática	Obtenção de novos conhecimentos
Tomada de decisão	Formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população	Decisões tomadas democraticamente
Sistemática	Planejamento e aplicação de conhecimento de forma organizada.	Organização da aplicação do conhecimento
Ampliação de escala	Aprendizagens que servem de referência para novas experiências; geram permanentemente as condições favoráveis que tornaram possível a elaboração das soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplica-las.	Reaplicação do conteúdo aprendido em novas experiências
		Aperfeiçoamento das soluções oferecidas
		Multiplicação das soluções oferecidas
Desenvolvimento sustentável	Quanto à sustentabilidade: visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental.	Imperativos de desenvolvimento

Fonte: FREITAS (2012, p. 123-124)

A proposta trazida pela Adequação Sociotécnica permite compreender a sociedade e a tecnologia como fenômenos visceralmente ligados: uma é fruto da outra; se, tradicionalmente, as dimensões sociais e técnicas são analisadas como compartimentos distintos, a AST trata de uni-las e enfeixa-las sob um mesmo guarda-chuva. Essa circunstância permite obter a seguinte conclusão: se o modelo tecnológico hoje vigente é o sustentáculo para o capitalismo hodierno, as Tecnologias Sociais surgem com a pretensão de fornecer os pressupostos para relações sociais de outra espécie, baseadas em relações sociais mais intensas (DIAS; MARTARELLO, 2016).

São inferências desse gênero que permitem a aproximação das Tecnologias Sociais com a Economia Solidária, que, embora tenha surgido num contexto diverso daquele no qual surgiram as TS's, gozam de pretensões análogas em vários aspectos.

As Tecnologias Sociais passam a ter uma missão bastante específica no contexto dos EES, a saber, ser “a base material e cognitiva que permitiria o avanço da Economia Solidária, da autogestão e do cooperativismo” (DIAS; MARTARELLO, 2016, p. 211). Em face a isso, torna-se imperioso compreender os principais conceitos e elementos inerentes aos Empreendimentos de Economia Solidária.

4.2 Os empreendimentos de economia solidária e a construção de relações de trabalho centradas na igualdade

O trabalho desempenha relevante função para os indivíduos e para a sociedade, uma vez que, além de prover os trabalhadores de recursos financeiros, é capaz de desenvolver valores e sentidos para a vida. Hodiernamente, em razão de uma série de fatores, o trabalho assalariado, regido pela legislação trabalhista, que concede ao empregado uma série de direitos e de prerrogativas, tem se tornado escasso, seja pelo crescimento de postos de trabalho cada vez mais precários, seja porque simplesmente inexistente ocupação remunerada.

Uma das maneiras concebidas para enfrentar as dificuldades provenientes da crise no emprego são os Empreendimentos de Economia Solidária – EES – que, estruturados a partir de princípios próprios, almejam oferecer postos de trabalho à massa de desempregados. O crescimento desses empreendimentos tem chamado a atenção do meio acadêmico, que tem refletido a respeito da temática e produzido literatura farta e importante a respeito do assunto.

Ademais, no âmbito do Poder Executivo Federal, a Secretaria de Economia Solidária – SINAES – capitaneada, durante muito tempo, por Paul Singer, tem envidado esforços para fomentar o setor no Brasil e, naturalmente, sistematizar informações de âmbito nacional a respeito da Economia Solidária. É da alçada desse órgão público sistematizar as informações e propor políticas públicas federais a respeito da temática.

Segundo Silva, é possível conceituar Economia Solidária da seguinte maneira: “modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão” (SILVA, 2010, p. 7). Logo, trata-se de um conjunto bastante amplo de experiências, por meio das quais a produção de bens e/ou serviços é realizada, tendo como ponto de partida a solidariedade. Em decorrência disso: “Segundo a lógica proposta pela Economia

Solidária, para se corrigir as desigualdades presentes na sociedade capitalista, a economia tem que deixar de ser competitiva para se tornar solidária.” (ROSENFELD, 2007, p. 97)

Assim, Economia Solidária é conceito atrelado à necessidade de reduzir o fosso existente entre o contexto econômico e social:

o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer. Ele visa muito mais a problematizar práticas sociais implantadas localmente. (LECHAT, 2002, 126)

As iniciativas relacionadas à economia solidária implicam numa nova forma de organizar os processos sociais existentes em torno das trocas, da produção e da compra e venda. O mote central em torno do qual se organizam esses empreendimentos é o estabelecimento de relações nas quais não exista a exploração de um em benefício de outro e, também, não ocorra a realização de atividades produtivas ofensivas ao meio ambiente. Nos últimos anos, essas experiências têm ganhado fôlego e amplitude, transformando-se em alternativa ao desemprego (MTE, 2015).

A esse respeito:

Os assim chamados empreendimentos cooperativos ou “autogeridos” são um tipo de organização do trabalho cada vez mais frequente que, no contexto mais geral da crise do trabalho e do aumento da informalidade, se junta as demais formas de precarização do trabalho. Oriundas do movimento operário europeu dos séculos XIX e XX, após um período de declínio durante os trinta anos do Estado do Bem Estar Social (1950-70) na Europa [...] (GEORGES; SILVA, 2007, p. 287)

A expressão Economia Solidária foi proposta nos anos 1990 por Laville e Eme *apud* França Filho (2001), que, utilizando-se dessa expressão, almejavam designar uma gama diversificada de experiências de cunho socioeconômico. Essas iniciativas visavam atender a demandas específicas, de caráter local, por meio do associativismo. Curiosamente, esse conceito almejava conciliar dois elementos até então tidos como inconciliáveis, a saber, a iniciativa e a solidariedade. Conceitualmente, um elemento importante aos EES é o foco na interação existente

entre democracia e economia, o que se dá em virtude das influências do pensamento de Polany.

A Economia Solidária no Brasil tem peculiaridades inexistentes no contexto europeu. Neste, as iniciativas se organizam em função da crise do Estado-Providência, que propiciou o crescimento das desigualdades sociais (FRANÇA FILHO, 2001). A ES, então, surge como reação ao fracasso dos mecanismos de regulação das atividades existentes no âmbito político e econômico, o que, tradicionalmente, sempre ocorreu por meio de duas instituições, a saber, o Estado e o Mercado. Os EES's colocam-se dentro do contexto de experiências que pretendem propor novas maneiras de regulação social (FRANÇA FILHO, 2001).

No âmbito europeu, o surgimento da economia solidária mantém umbilical relação com os chamados “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”. Essas expressões designam um conjunto de atividades que, anteriormente, eram exclusivas da esfera doméstica, como, por exemplo, jardinagem, pequenos consertos, dentre outros tantos.

Esse fenômeno compreende uma miríade de organizações – formalizadas juridicamente ou não – que podem tomar a forma de cooperativas, de associações e de outras tantas formas possíveis. Trata-se de um fenômeno que engloba “empresas autogeridas, nascidas quando os trabalhadores assumem, sob a forma de cooperativa, a massa falida da empresa privada na qual trabalhavam; bancos populares ou sistemas de microfinanças” (AZAMBUJA, 2009, p. 292).

Segundo levantamento empreendido pelo Ministério do Trabalho Brasileiro, a maneira como os empreendimentos de economia solidária estão organizados neste país se dá da seguinte maneira:

Tabela 2 - Forma de Organização dos EES por Região

Forma de Org./ Região	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro Oeste	%	Brasil	%
Grupo Informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Soc. Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total:	3.127	100	8.040	100	3.228	100	3.292	100	2.121	100	19.708	100

Fonte: SENAES (2013).

Independentemente da maneira como se organizam, o essencial a esses empreendimentos é a forma como os trabalhadores interagem e se relacionam. Por esses motivos, os elementos característicos e distintivos dos empreendimentos solidários são os seguintes: a) a cooperação entre os trabalhadores; b) a autogestão do empreendimento; c) o viés econômico da iniciativa; e, por último, d) a solidariedade entre os sujeitos envolvidos (MTE, 2015).

Nesse contexto, existem iniciativas bastante significativas de empreendimentos populares realizados por comunidades pobres nas periferias brasileiras. O mote central em torno do qual se estruturam essas organizações produtivas é a solidariedade e a sociabilidade, o que confere a elas forte potencial emancipatório. Por esse motivo, reconhecer, fomentar e consolidar a produção nesses segmentos populares é uma postura teórica, prática e política diferenciada de enfrentar os déficits sociais (VARANDA; BOCAJUVA, 2009).

Alguns exemplos de iniciativas de Economia Solidária são bastante paradigmáticos e expressivos, pois demonstraram a viabilidade de experiências calcadas em princípios diversos daqueles que inspiram os empreendimentos convencionais. O Banco Palmas, *v. g.*, situado no Município de Fortaleza, é um caso de sucesso, que, há 15 anos, presta “serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (IBP, 2016, s/p). Uma das peculiaridades desse EES é que os empréstimos realizados envolvem moeda corrente e uma moeda social circulante – o Palmas – que é aceito apenas no comércio da localidade na qual o banco é sediado.

No âmbito internacional, um dos exemplos considerados de maior sucesso é o Complexo Mondragón, localizado na Espanha. Surgida em 1956, quando da fundação de uma cooperativa, essa iniciativa cresceu substancialmente, formando um complexo que engloba investimentos dentro e fora da Espanha, e que envolve, hoje, atividades das mais diversas espécies. Em razão da notoriedade adquirida pelo referido complexo, ele transformou-se no objeto de estudos para pesquisadores interessados em experiências de economia solidária. Curiosamente, não apenas estes têm interesse no empreendimento, mas também profissionais vinculados a empresas convencionais, que almejam aprender novos meios de gerir (KASMIR, 2007).

A atual dimensão do Complexo Mondragón tornou-o susceptível a críticas, de acordo com as quais esse EES se desvirtuou dos princípios da Economia Solidária. Contudo, segue como uma experiência importante de Economia Solidária, digno de atenção e de estudo.

É possível encontrar iniciativas desse tipo relacionadas ao meio rural, ao meio urbano, à reciclagem de lixo, a trabalhos manuais e ao artesanato, dentre outros. Muitas das vezes, a desconsideração das múltiplas facetas dos empreendimentos solidários impede uma melhor percepção dos porquês e da maneira como eles desenvolvem suas atividades (GAIGER, 2011). A dificuldade daí decorrente barra a formação de uma conceituação precisa do tema. A verdade é que os EES formam um mosaico tão diversificado que é deveras complexo enfeixar todas essas experiências sob um mesmo rótulo.

Ao longo do tempo, sedimentaram-se quatro crenças preconcebidas a respeito dos empreendimentos solidários, que Culti, Koyama e Trindade (2010) afirmam tratar-se de mitos. O primeiro destes consiste na afirmação de que esses empreendimentos se constituem num segmento que não têm caráter econômico. Os supracitados autores asseveram que é um equívoco afastar por completo essas iniciativas do mercado capitalista, pois, embora efetivamente existam atividades que não visam ao dinheiro, a grande maioria delas está parcialmente inserida no mercado. Aliás, propor um modelo de economia solidária insulado, sem relações com a economia, é um desserviço para o setor, cujo fortalecimento deve ser pensado de maneira integrada com a realidade hoje existente.

O segundo mito a ser superado sustenta que a Economia Solidária tem natureza filantrópica. Culti, Koyama e Trindade (2010) tratam, entretanto, de desfazer essa crença, pois os vínculos existentes entre os trabalhadores dedicados ao segmento são de natureza contratual, que podem ser, inclusive, formalizados juridicamente. Logo, os sujeitos envolvidos nessas atividades visam à estruturação de iniciativas que tenham viabilidade e gerem lucro, o que as afasta da caridade.

O terceiro equívoco concerne ao entendimento de que a economia solidária é segmento exclusivamente relacionado aos estratos sociais excluídos (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). Esta concepção incide no equívoco de desejar generalizar um fenômeno bastante diversificado, no qual estão inseridos sujeitos provenientes das mais diversas origens. Por esse motivo, é possível encontrar trabalhadores que poderiam ser considerados como “inempregáveis”, ou seja, aqueles

que encontram dificuldades expressivas para ingressar no mercado formal de trabalho, mas, concomitantemente, é possível identificar trabalhadores que se vinculam ao segmento solidário com intuito provisório, pois mantêm o desejo de retornar o mercado formal, assim que possível.

É possível asseverar que atrelar os empreendimentos solidários aos grupos socialmente excluídos não é uma postura construtiva, à medida que estigmatiza os sujeitos vinculados a essas iniciativas (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). A economia solidária não é um setor constituído, exclusivamente, por trabalhadores oriundos de classes sociais mais empobrecidas. Não há uma correlação necessária entre vulnerabilidade social e empreendedorismo solidário, pois este pode se constituir, inclusive, no mecanismo por meio do qual pode ocorrer a superação da miserabilidade daqueles indivíduos (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). Rotular essas iniciativas como exclusivamente relacionadas aos pobres, além de não corresponder à realidade, estigmatizaria o setor.

O quarto mito a ser enfrentado diz respeito à afirmação de que os empreendimentos de ES somente têm êxito em setores nos quais o capital não tem interesse, ou seja, em atividades nas quais não haveria rentabilidade suficiente para atrair empreendimentos econômicos convencionais. A partir desse ponto de vista, a ES estaria fadada à precariedade e teria caráter provisório. O equívoco decorrente desse posicionamento reside na afirmação de que a exploração de atividade econômica somente poderia ficar a cargo de empreendimentos estruturados de acordo com os parâmetros tradicionais do mercado (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010).

Todos os quatro mitos acima referidos não expressam as circunstâncias nas quais os empreendimentos de economia solidária se desenvolvem. Tratam-se, na verdade, de percepções inadequadas a respeito de um fenômeno dotado de características próprias.

Em que pese a profusão de iniciativas existentes e a difusão de estudos em torno da temática, ainda pairam muitas obscuridades, ambiguidades e contrariedades em torno da conceituação de empreendimentos solidários. Entretanto, independentemente das inexatidões existentes, na avaliação de Gaiger (2011), o elemento característico dessas organizações é a construção de relações de trabalho não alinhadas com a exploração da mão-de-obra, o que é um diferencial importante no capitalismo atual, no qual o trabalho foi relegado à qualidade de item descartável.

Outro elemento distintivo é a abertura de possibilidades relacionadas ao fortalecimento da identidade cultural e de subjetivações auto referenciadas (GAIGER, 2011).

Azambuja (2010) sustenta a opinião de que os empreendimentos relacionados à economia solidária têm surgido como uma alternativa viável para a redução do desemprego e para o enfrentamento da exclusão social, ao asseverar que iniciativas desse gênero envolvem, em regra, trabalhadores que não integram o mercado formal de trabalho ou pessoas provenientes de estratos sociais marginalizados, igualmente não inseridos no mercado de trabalho. Aliás, em períodos de crise, no qual o desemprego ocasiona a exposição de um número maior de pessoas ao desemprego, a Economia Solidária ganha maior fôlego, enquanto opção a esse quadro (GAIGER, 2002).

É possível identificar muitos desafios conceituais à Economia Solidária, seja porque essas experiências abarcam um rol expressivo e diversificado de iniciativas, seja porque os debates conceituais em torno da temática são bastante intensos. No âmbito Latino Americano, por exemplo, existe uma profusão de terminologias utilizadas para designar esse movimento: Economia Popular Solidária, Economia Comunitária, Economia do Trabalho, Socioeconomia, Bem Viver, dentre tantas outras (GAIGER, 2014). A diversidade de expressões visa dar conta de um fenômeno que engloba desde a informalidade até o cooperativismo.

A Economia Solidária constitui-se em modo de produção, assim como o capitalismo, a pequena produção de mercadorias e a produção estatal. Contudo, a ES imiscui-se no contexto social proposto pelo capitalismo, uma vez que este propõe a estrutura legal e institucional vigente (GAIGER, 2002). Em que pese o capitalismo ser o modo de produção hegemônico, ele não consegue impedir que outros sejam criados em seu contexto, sobretudo porque o capitalismo não é capaz de comportar a integralidade da população ativa economicamente (GAIGER, 2002).

O movimento da Economia Solidária tem semelhanças significativas com outros que surgiram ao longo da história. Contudo, conforme esclarecer-se-á a seguir, a ES reveste-se de peculiaridades e de pretensões próprias.

Lechat (2002) fala a respeito das dificuldades existentes em estabelecer a gênese dos empreendimentos de economia solidária e, com a finalidade de demonstrá-las, compara o surgimento desse movimento com as dificuldades existentes em torno da identificação da nascente do Rio Nilo. Em meados do século

XIX, pesquisadores buscavam identificar o local onde nascia o referido rio: somente posteriormente concluiu-se que não havia uma nascente, mas várias. De forma semelhante ocorre com os fenômenos sociais e, em especial, com a Economia Solidária, cuja gênese não está vinculada a apenas um evento ou a uma localidade, mas a uma miríade de ocorrências, provenientes de realidades tão diversas quanto distantes umas das outras.

Partindo-se de uma visão dialética e processual da história, não é possível identificar o marco inicial do surgimento de um determinado fenômeno, que, na verdade, construiu-se paulatinamente, em decorrência da sedimentação de atos que ocorrem, às vezes, imperceptivelmente. É por esse motivo que é possível verificar, em momentos e locais bastantes distintos uns dos outros, manifestações que se assemelham e que se aproximam da economia solidária, sem, contudo, manterem contato entre si.

É possível identificar dois traços característicos aos EES, a saber, a hibridização de economias e a construção conjunta de oferta e de demanda (FRANÇA FILHO, 2001). No tocante ao primeiro aspecto, a economia solidária proporciona a inter-relação de valores de natureza mercantil – eis que propiciam a compra e venda e a prestação de serviços – de valores não-mercantis – pois percebem subvenções provenientes do setor público – e, por último, não monetário, uma vez que envolve, também, doações e práticas baseadas na reciprocidade.

No tocante ao segundo aspecto, que atine à construção conjunta de oferta e de demanda, vê-se que as experiências de economia solidária relacionam-se a demandas sociais localizadas.

Uma das objeções realizadas a respeito da Economia Solidária é que esta, a despeito de manter fortes vínculos com as demandas locais, não se configura, apenas, numa espécie de neodomesticidade. Realmente, não há o desejo de retomar as sociedades comunitaristas, que se estruturavam a partir da valorização dos costumes e de uma comunidade fechada.

Normalmente, os trabalhadores engajados em empreendimentos solidários integravam o contingente de pessoas dedicadas à informalidade ou ao trabalho autônomo. Retirá-los dessa condição é importante sob vários aspectos, sobretudo porque há quem considere esse fator como essencial para a aferição da inclusão ou exclusão social (VARANDA; BOCAYUVA, 2009).

Assim:

(...) buscar soluções tecnológicas para problemas populares não pode significar soluções padronizadas e em massa. A construção e formulação tecnológica deve envolver movimentos sociais, os próprios beneficiários e os atores dos contextos específicos (JESUS; COSTA, 2013, p.22).

Calha destacar que a essência dos empreendimentos solidários não reside, apenas, na proposição de um modelo de gestão diferenciado, pautado pela deliberação coletiva. Embora essa questão tenha relevância para o entendimento da temática, a nota central desta é a consolidação de práticas e de saberes coerentes com a igualdade, com a cooperação, com a participação e com a democracia (AZAMBUJA, 2009). Portanto, é possível verificar o viés transcendente dessas iniciativas, que não se exaurem e não se limitam a aspectos organizacionais do empreendimento: as ambições da ES são maiores.

A origem da Economia Solidária está relacionada aos esforços dos trabalhadores que, não satisfeitos com as condições de trabalho às quais se submetiam, propõem novas maneiras de organizar a mão-de-obra e de gerir o empreendimento (SINGER, 2003). Logo, não se trata de uma criação intelectual, mas de um movimento de resistência em face ao capitalismo, no qual vige “a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção” (SINGER, 2003, p. 14). Realmente, o desejo do capitalista ocupa a centralidade de todo o processo: é ele quem demite e quem admite, é ele quem inicia e pode dar fim à vinculação do trabalhador na empresa.

De acordo com Singer (2003), a ditadura do capital ocasiona as seguintes repercussões na vida do trabalhador: a) primeiramente, ocasiona a submissão irrestrita deste aos desejos do empregador ou de quem aja sob suas ordens; b) em segundo lugar, transforma os frutos do trabalho coletivo em propriedade exclusiva do capitalista; e, c) em terceiro lugar, reduz os proveitos percebidos pelo trabalhador ao salário.

Não bastassem as consequências acima listadas, a ditadura do capital ocasiona outras reverberações, que extravasam os limites do empreendimento capitalista. A própria sociedade passa a ser impactada pelas relações cultivadas no seio das empresas, pois a acumulação de recursos financeiros nas mãos de poucos tem origem no ambiente da empresa, na desigualdade existente entre aqueles que trabalham e os empregadores. Enquanto estes acumulam dinheiro, os trabalhadores somente dispõem de recursos suficientes para produzir nova força de trabalho, reproduzindo-se (SINGER, 2003).

França Filho (2001) realiza importante análise a respeito da experiência europeia relacionada à ES, que, assim como a brasileira, é bastante diversificada. A despeito da variedade de formatos que podem ser assumidos por empreendimentos desse gênero, o mote nevrálgico e comum a todas essas iniciativas é a pretensão de estabelecer novos parâmetros para as relações entre sociedade e economia. Logo, trata-se de um movimento que pretende realizar um contraponto ao movimento de mercantilização da sociedade, decorrente da hegemonia do neoliberalismo.

As experiências de economia solidária brasileiras têm, efetivamente, pontos em comum com as iniciativas de outros países, mas é possível identificar singularidades nos empreendimentos deste país. Aqui, há uma relação intensa da ES com o segmento que recebe a denominação de Economia Popular, umbilicalmente relacionado ao contingente de indivíduos integrantes da economia informal. Não bastasse isso, o elemento que acarreta maior diferenciação entre as experiências da Europa e do Brasil é o baixo nível de institucionalização da economia solidária neste país (FRANÇA FILHO, 2001).

Os empreendimentos de ES não devem ser pensados de maneira descolada do mercado, mas a importância de aproximar este daqueles não faz com que os empreendimentos solidários abdicuem de seus princípios fundamentais (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010).

A despeito de todo entusiasmo com que os empreendimentos solidários são recebidos e descritos por parcela do meio acadêmico, é indispensável discutir também a respeito dos dilemas, das deturpações e das tensões a que se submetem essas experiências, discutindo, sobretudo, a funcionalidade dessas iniciativas no contexto econômico hodierno. Calha questionar, também, em que medida os EES não são, apenas, uma nova expressão do movimento cooperativista, cuja relevância e importância despertou a atenção do meio acadêmico há bem mais tempo.

4.2.1 Economia solidária: para além do cooperativismo?

O contexto de exclusão decorrente do capitalismo proporcionou o surgimento de concepções e de experiências fundadas no associativismo econômico, por meio do qual se almejou superar o quadro de empobrecimento a que se submetia os trabalhadores de então. Logo, o esforço de construir relações centradas na propriedade solidária e na igualdade entre todos os trabalhadores – tal qual o

movimento cooperativista – nasce com o capitalismo industrial (SANTOS RODRIGUEZ, 2002). Por exemplo: a criação das primeiras cooperativas remonta a 1826, quando, na Inglaterra, camponeses e trabalhadores, descontentes com o contexto existente, formaram as primeiras cooperativas. São, também, de origem inglesa as cooperativas de consumo que, posteriormente, inspiraram o moderno modelo cooperativista.

Outra modalidade comum de cooperativa, surgida a partir do século XIX, são as de crédito, pelas quais poupadores uniam-se com o azo de obter financiamento conjunto, seja de recursos da própria cooperativa, seja de recursos públicos ou privados. Multiplicaram-se, outrossim, cooperativas de vendas, que comercializavam a produção de pequenos agricultores (PINTO, 2006).

Portanto, os motivos que inspiraram o surgimento do movimento associativista são de cunho eminentemente prático, uma vez que as demandas diárias e básicas dos trabalhadores – como a alimentação – não eram suficientemente atendidas pela remuneração percebida, a despeito da extensa jornada de trabalho desenvolvida. Assim, tratou-se de uma construção que se ergueu como alternativa “tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado” (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 33). Dessa maneira, à luz da teoria social, o associativismo não rejeita a economia de mercado, mas propõe desenvolvê-la a partir da cooperação e da mutualidade; ademais, não é partidária de uma concepção centralizada de Estado, uma vez que percebe como um fenômeno positivo o pluralismo político e o papel da sociedade civil (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002).

Contudo, nem o aumento do número de cooperativas, nem o interesse suscitado pela teoria associativista no meio acadêmico foram capazes fazer esse modelo de produção predominar em face aos empreendimentos convencionais. Realmente, a despeito da existência de inúmeras experiências de sucesso – como o Complexo Mondragón, na Espanha – as cooperativas seguem coexistindo ao lado de empresas tradicionais, sem conseguir superar o poder do grande capital (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002). Um dos possíveis motivos desse insucesso são as críticas formuladas por liberais e socialistas, que verificavam inconsistências no referido modelo, como, *v. g.*, a instabilidade das cooperativas e a lentidão dos processos decisórios, que, necessariamente, devem ter um mínimo de consenso.

Particularmente no período pós-guerra, o movimento cooperativista sofre significativo recuo, em função da burocratização dos procedimentos decisórios e do

assalariamento (PINTO, 2006). As práticas cooperativistas, entretanto, passaram a nutrir novas forças nos últimos anos, em face ao fracasso das economias centralizadas e do crescimento do modelo neoliberalista, que proporcionou novas condições para um novo olhar sobre o cooperativismo. A partir da década de 1970, por exemplo, em Vancouver, Canadá, surgem clubes de troca, nos quais pessoas sem renda trocam mercadorias entre si, utilizando-se de “moedas sociais” (PINTO, 2006). Nestes clubes, grande variedade de bens e de serviços são permutados, como cursos de idiomas, produtos artesanais, serviços de “babá”, consertos em geral, jardinagem e coisas usadas.

Na França, eclodem cooperativas de crédito, objetivando a concessão de microcrédito, mediante a cobrança de taxas de juros menos onerosas. Essas experiências não contam, apenas, com recursos dos próprios associados, mas também, com verbas públicas. O fortalecimento e a expansão das relações baseadas no associativismo possibilitou novas percepções na área da economia política, sobretudo a esperança da superação do paradigma da acumulação pelo paradigma da “reprodução ampliada da vida” (PINTO, 2006, p. 37). As expectativas existentes em torno da temática atinam às características autogestionárias e cooperativas existentes nos empreendimentos de economia solidária.

Giddens (1991) vê na associação uma oportunidade para o desenvolvimento das capacidades individuais dos sujeitos, o que, entretanto, não é capaz de desconectá-lo dos condicionantes externos e das interdependências sociais e públicas. Assim, a partir da perspectiva do autor, a associação passa a dispor da função de “vetor de uma sociabilidade democrática, que se traduz em uma sociedade que produz de modo autônomo a si mesma (...)” (PINTO, 2006, p. 93). Trata-se, portanto, de uma oportunidade de reconstruir liames sociais, enfraquecidos em razão das crises existentes em torno da religião e da tradição.

Realmente, as iniciativas cooperativistas tendem a proporcionar novos valores aos trabalhadores, sobretudo a valorização do trabalho, que deixa de ser simplesmente meio para transformar-se em fim da atividade produtiva. Por esse motivo:

[...] as cooperativas não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas.” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p 29)

Logo, a busca pela eficiência, que normalmente é procurada por meio do aumento da intensidade dos trabalhos e, conseqüentemente, da produtividade, deve ser encarada, nas cooperativas, sob a ótica da construção de relações mais consistentes e solidárias. Portanto, o elemento de maior relevância no trabalho associativo é a natureza das relações mantidas entre os trabalhadores, que caminha em direção à colaboração mútua, reduzindo o nível de atrito entre esses sujeitos (PINTO, 2006). A esse respeito:

O trabalho deixaria de ser visto como meio, sendo assumido, também, como um fim em si, tornar-se-ia, ele próprio um bem. Daí decorre uma inversão da lógica produtivista, centrada nos postulados e fundada em uma racionalidade instrumental, onde o trabalho é meio e aqueles que o realizam são meios igualmente, tornados mercadorias. Meios e instrumentos que seriam destituídos de valor próprio. O único valor possível seria dado pelo mercado e pelo quanto eles se adequam a finalidades e normas que lhe são estranhas, pois voltadas à remuneração do capital. (PINTO, 2006, pp. 40 e 41)

Caso a eficiência no âmbito das cooperativas seja mensurada sob a perspectiva da competição, o trabalho desenvolvido no campo associativista pode vir a ser absorvido pelo grande capital. Laville *apud* Pinto (2006) fala de um “isomorfismo institucional”, no qual organizações inspiradas em postulados diferentes passam a comportar-se de maneira semelhante quando submetidas a determinados condicionantes externos. As cooperativas, por exemplo, que se preocuparem somente com a lógica da concorrência, serão assimiladas pelo contexto capitalista; da mesma maneira, as cooperativas que se aproximam demasiadamente do ente público passam a expressar um funcionamento burocratizado.

Uma comparação entre Economia Solidária e cooperativismo demonstra a existência de pontos em comum entre estes conceitos. É possível identificar três maneiras distintas de relacionar ES e movimento cooperativista: a primeira assevera que ambos são o mesmo fenômeno; a segunda percebe na primeira algo mais genérico, que se relaciona, também, a grupos de troca, moedas sociais, dentre outros; e a terceira vê a ES como uma adaptação do cooperativismo às peculiaridades sociais e econômicas atuais (BENINI; BENINI, 2010).

Realmente, o cooperativismo mantém significativa proximidade com a economia solidária, sobretudo porque um dos conceitos mais caros a esta também o é para aquele: a autogestão (BENINI; BENINI, 2010). Por esse motivo, embora não

seja viável falar numa identidade absoluta entre ambos conceitos, é possível estabelecer discussões comuns.

O marco para o surgimento do denominado novo cooperativismo é a fundação da ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias – em 1994, quando se formou um modelo diverso daquele adotado pelas grandes cooperativas, cuja gestão aproxima-se muito do formato empresarial. Surge, a partir de então, uma aproximação do cooperativismo com a economia solidária, que pretende desenvolver a produção a partir de valores como a solidariedade e a redução das misérias (LIMA, 2010). A esse respeito: “Fica, contudo o paradoxo de como manter viável empreendimentos autogestionários no mercado capitalista, mantendo-os com princípios não capitalistas e solidários e, com isso, a viabilidade de outra economia, plural e democrática dentro do capitalismo” (LIMA, 2010, p. 185).

A despeito do otimismo existente em torno do assunto, o trabalho associado sofre influências da dinâmica capitalista, que, por meio de sua lógica e condicionamentos, restringe a dinâmica das cooperativas.

Assim, os liames existentes entre os EES e o cooperativismo são grandes, sobretudo porque uma das maneiras pelas quais esses empreendimentos poderão se organizar é por meio de cooperativas. Contudo, conceitualmente, um fenômeno se distingue do outro, em especial porque a Economia Solidária se aproxima sobremaneira dos segmentos mais humildes da população, que se vale da experiência de autogestão como meio de obtenção de renda e, mais do que isso, de um espaço democrático, ao passo que o cooperativismo, ao longo dos anos, construiu um espaço próprio, mas com objetivos diversos daqueles propostos pela Economia Solidária.

Dessa maneira, é possível verificar que os Empreendimentos de Economia Solidária surgem como um fenômeno que se distingue do cooperativismo, muito embora mantenha com este relações bastante intensas. A Economia Solidária se vale, inclusive, da sustentação jurídica possibilitada pelas cooperativas – uma vez que estas têm regulamento jurídico próprio – mas é fenômeno diferenciado, muito mais atrelado às demandas populares. O formato adotado pelos EES, a propósito, é o mais variado possível: eles podem se estruturar como associações, cooperativas ou não adotarem formato algum.

Os questionamentos existentes em torno da temática são inúmeros. Um deles, e dos quais mais se discutem, é a capacidade desses empreendimentos propiciarem

relações sólidas e consistentes ou, apenas, fragilizarem e precarizarem a mão-de-obra.

4.3 Empreendimentos solidários: alternativas viáveis de desenvolvimento ou precarização da mão-de-obra

Para Singer (2003), a economia solidária surge como uma alternativa ao modelo capitalista de produção, à medida que propõe um formato produtivo centrado em postulados substancialmente diversos daqueles que predominam hoje. Trata-se de um modelo que estabelece outras bases para as relações entre os trabalhadores e destes com a gestão do negócio, uma vez que todas as atividades concernentes ao negócio são estabelecidas sobre os princípios da solidariedade, da igualdade e da colaboração na administração. Logo, é uma resposta à competição individualista e à desigualdade característica do capitalismo.

Assim, na avaliação de Singer (2003), os empreendimentos de economia solidária surgem com a proposta de construir um espaço próprio, no qual a produção de bens e de serviços ocorre a partir de outros postulados. Contudo, o diálogo estabelecido entre essas iniciativas e a sistemática econômica pode acarretar alterações e, até mesmo, distorções na dinâmica e na gestão do Empreendimento de Economia Solidária (EES).

Contudo, às vezes, nem sempre as percepções teóricas são coerentes com as práticas cotidianas. É possível identificar duas grandes maneiras de classificar as inconsistências desses empreendimentos em face ao contexto econômico, uma delas mais otimista, que contemporiza distorções (vide Gaiger, 2003 e Singer, 2003); e outra menos otimista, que outorga maior gravidade aos problemas identificados na Economia Solidária (vide Lima, 2007, dentre outros).

Na visão de Gaiger (2003), para que os empreendimentos solidários mantenham suas características essenciais, é imprescindível que estes sejam fiéis aos seguintes postulados: a) assumir a base produtiva capitalista com o fito de aproveitá-la em sua forma própria de produção; b) ao compararem-se com os empreendimentos capitalistas, demonstrar a superioridade do trabalho associado; e, por último, c) a existência de mecanismos de proteção em face à dinâmica capitalista, assim como a preocupação em exteriorizar sua lógica própria a partir das trocas realizadas.

Analisando os três elementos acima destacados por Gaiger (2003), é possível verificar que este autor admite a coexistência dos EES's no contexto econômico capitalista, desde que alguns pré-requisitos sejam respeitados. Verificando cada um dos três preceitos acima, é possível verificar, em todas elas, o cuidado de manter íntegros os postulados básicos da Economia Solidária em face ao contexto capitalista. Aliás, não seria sequer viável que os empreendimentos de economia solidária não tivessem qualquer conexão com empresas convencionais, uma vez que isso, além de inevitável, seria indesejável.

Ao longo do tempo, o crescimento de iniciativas relacionadas à economia solidária fez com que determinados empreendimentos dessa espécie perdessem algumas de suas características, adaptando-se às necessidades da sociedade burguesa. Um dos motivos suscitados por Singer (2003) para explicar essa adaptação relaciona-se à necessidade de manter alguns avanços já alcançados pelo segmento, em que pese essa adequação acarretar relativa descaracterização. Com isso, a sociedade burguesa acaba por incorporar entidades relacionadas à promoção do bem-estar, que, por seu turno, aburguesam-se (SINGER, 2003).

Georges e Silva (2007) expressam uma visão bastante pessimista a respeito da inserção dos empreendimentos de economia solidária no mercado, enfatizando o contexto de exploração de mão-de-obra do trabalhador associado. Para esses autores, o grande capital tem se valido da flexibilização proporcionada pela existência desses empreendimentos, porque proporcionam uma produção mais barata, e, ao mesmo tempo, um grande descompromisso com direitos trabalhistas, que existiriam numa relação empregatícia convencional. Conforme será verificado a seguir, grandes empresas do setor têxtil e do vestuário utilizam-se com frequência de cooperativas por meio das quais a produção coletiva é somente um meio para baratear os custos.

É possível que algumas experiências relacionadas à economia solidária se degenerem, perdendo determinados aspectos em prol de uma inserção maior no mercado capitalista. Um caso bastante ilustrativo a esse respeito remonta ao século XIX, quando as cooperativas de consumo europeias se negaram a aplicar os postulados da autogestão nos estabelecimentos que criavam (SINGER, 2003). Fenômeno semelhante ocorreu em cooperativas norte americanas e europeias, as quais suscitaram a estranheza de lideranças do movimento cooperativista.

Na percepção de Singer (2003), o fator que ocasiona a deturpação das experiências de economia solidária diz respeito à descrença existente em torno da

capacidade dos trabalhadores gerirem eficientemente o próprio empreendimento. Na avaliação desse autor, este é o elemento preponderante, uma vez que fatores relacionados às pressões decorrentes da cultura capitalista teriam menor relevância nesse contexto.

A esse respeito:

A esta classificação de entidades associadas produtoras de mercadorias devemos adicionar as cooperativas de trabalho, que não têm outro capital senão a capacidade de trabalho de seus membros. Estas cooperativas procuram vender serviços (de limpeza, de manutenção, de reparação, de jardinagem, de vigilância, etc.) a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores. As cooperativas de trabalhos se aproximam perigosamente das empreiteiras de mão-de-obra e das falsas cooperativas, montadas por firmas capitalistas que visam explorar o trabalho dos cooperadores sem lhes pagar as contribuições trabalhistas legais. (SINGER, 2003, p. 23)

Singer (2003), portanto, ao mesmo tempo em que enaltece as qualidades da ES, não esquece da possibilidade dessas iniciativas integrarem-se à sistemática econômica hoje vigente, degenerando-se. A propósito, conforme é possível verificar pela leitura da bibliografia pertinente (GEORGES; SILVA, 2007), mais do que se perderem, é possível que os empreendimentos de economia solidária passem a integrar, sem reboços, a cadeia produtiva de grandes empresas multinacionais, visando uma produção maior, a despeito do custo social que isso acarrete.

É importante avaliar em que medida os empreendimentos solidários exercem uma funcionalidade em face ao sistema econômico atual. A esse respeito, calha não esquecer a afirmação de Pagotto, segundo o qual “os trabalhadores cooperados se inserem no contexto da precarização do trabalho” (PAGOTTO, 2010, p. 20). Assim, embora a própria autora não refute a capacidade dos empreendimentos solidários criarem espaços nos quais são possíveis novas formas de socialização, ela não olvida a possibilidade dessas iniciativas inserirem-se no contexto da fragilização das relações de trabalho. A suspeita levantada pela autora é pertinente, uma vez que é necessário considerar que os trabalhadores dedicados a esses empreendimentos não gozam das mesmas garantias e direitos daqueles que labutam junto ao mercado formal de trabalho, e poderão submeter-se a cargas significativas de trabalho. O instrumento jurídico que possibilita essa deturpação é o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, que diz “Qualquer que seja o ramo de atividade

da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”. (BRASIL, 1943)

Antunes (2009), *v. g.*, também propõe este mesmo debate, uma vez que tece ilações a respeito da funcionalidade dos empreendimentos solidários no contexto econômico hoje existente, que expressa reduzida preocupação com os desempregados e excluídos. Para ele, à medida que o Estado mostra-se incapaz de oferecer garantias para os desempregados, estes encontram na ES uma alternativa capaz de oferecer alguma renda, ainda que limitada. Contudo, essas iniciativas, na avaliação de Antunes (2009), não têm fôlego suficiente para superar a sistemática hoje vigente, que até acaba sendo diversificada por essas experiências, mas mantém intacta sua essência.

Ademais, a depender na maneira como os empreendimentos solidários ingressam em cadeias produtivas, é necessário não olvidar da possibilidade das iniciativas de economia solidária transformarem-se em meras terceirizadas: “Por fim, podemos destacar que o fato de as cooperativas trabalharem, em grande parte, como terceirizadas para outras empresas reflete negativamente na sua autonomia” (LIMA, 2004, p. 57). Caso esses empreendimentos venham a integrar redes de produção, na qualidade de terceirizadas, é possível que isso venha a repercutir de forma indesejável na liberdade delas. Ocorrendo essa hipótese, a ES estaria desempenhando mera funcionalidade em face ao sistema econômico, uma vez que se presta para o barateamento produtivo.

Lima (2008) descreve uma situação na qual um empreendimento, que numa primeira análise seria catalogado como solidário, passa a desempenhar claras funções dentro do contexto produtivo capitalista. O referido autor descreve a criação de cooperativas no setor da colheita das laranjas e da limpeza por empresas que visavam reduzir os custos empregatícios, em razão da inexistência de um contrato formal de trabalho garantidor dos direitos pertinentes. O discurso adotado pelos defensores dessas medidas – notadamente no período das reformas neoliberais da década de 1990 – era que esses empreendimentos proporcionariam maior senso de responsabilidade no trabalhador, cuja remuneração dependeria de seu próprio esforço.

Contudo, o contexto gerado a partir dessas iniciativas não mantém coerências com os princípios do trabalho associado e do cooperativismo, uma vez que não possibilitam ao crescimento pessoal dos trabalhadores:

A novidade das cooperativas de trabalho e produção instaladas a partir da década de 1990 no Nordeste está no paradoxo que a acompanha: elas estão sendo criadas, como vem acontecendo ao longo da sua história, em um momento de desemprego estrutural, justificando-se como uma alternativa de reinserir no mercado de trabalho os que dele foram expulsos e de inserir pessoas que nunca estiveram dentro, mas estão fazendo isso precarizando o trabalhador, em vez de promoverem a sua emancipação, como determinam os princípios e valores da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (REIS, 2007, p. 175)

O setor do vestuário também propicia a existência de cooperativas nas quais o espírito cooperativista e de auto-gestão não passa de um rótulo. Competitivamente, o segmento de produção de roupas encontrou um parceiro estratégico nas cooperativas, sobretudo porque estas causam o barateamento de encargos, “em um mercado cada vez mais marcado pela produção flexível, que combina alta produtividade, pequenas escalas de produção, diversificação de produtos e exploração de nichos mercado” (GEORGES; SILVA, 2007, p. 292-293)

No estado de São Paulo é possível encontrar inúmeros casos práticos desse tipo, especialmente em Municípios da grande São Paulo, onde têm se proliferado nas periferias “cooperativas” de costureiras “autônomas”, que labutam como subcontratadas de grandes empresas. A relação de dependência e de precariedade inerente a essas experiências se evidencia quando se conhece a origem desses trabalhadores (as) “cooperados (as)”: estes são, normalmente, empregados dispensados da empresa tomadora da mão-de-obra, que “qualifica” essas pessoas a desempenharem uma nova missão no contexto da produção da empresa (GEORGES; SILVA, 2007).

A literatura pertinente encontrou uma denominação bastante sugestiva para qualificar essas cooperativas, a saber, “coopergado” ou “cooperfraudes” (ROSENFELD, 2007) cujos cooperados são, predominantemente, trabalhadores dispensados da empresa tomadora do serviço. Nessas iniciativas, até mesmo o maquinário utilizado é, em sua grande maioria, cedido pela empresa contratadora do serviço, o que demonstra a relação de dependência existente.

O dia-a-dia nessas cooperativas é integralmente subserviente às necessidades da empresa tomadora do serviço, o que as afasta do espírito inerente aos empreendimentos de economia solidária. Em dadas épocas do ano, o serviço é muito intenso, exigindo dos trabalhadores um número significativo de horas-extra; todavia, noutros, as atividades são tão escassas que não existe, sequer, remuneração suficiente (GEORGES; SILVA, 2007). Então, é possível verificar que experiências de

auto-gestão poderão estar rigorosamente sintonizadas com a exploração da mão-de-obra. Kasmir (2007) insere essas experiências no âmbito do pós-fordismo, no qual escasseiam oportunidades de trabalho em tempo integral e abundam atividades que variam a depender das necessidades da empresa contratante, que se vale de várias espécies contratuais que formalizam essa flexibilidade.

O estado do Ceará é bastante emblemático a esse respeito, pois fez da criação de cooperativas para atender às demandas de grandes empresas uma política de Estado. Em Quixeramobim, por exemplo, funciona uma cooperativa que atua no setor calçadista, cuja produção é integralmente destinada a uma grande empresa gaúcha exportadora de calçados femininos. Atualmente, mais de três mil pessoas trabalham nessa cooperativa, o que representa um grande impacto econômico para os sessenta mil habitantes daquela cidade. Não bastassem os empregos diretos gerados, há um grande número de postos de trabalho indiretos, relacionadas às quarteirizações domiciliares (LIMA, 2008).

Em cooperativas desse gênero, predomina a precarização da mão-de-obra e a fragilização dos valores relacionados à auto-gestão, que se transforma num simples rótulo outorgado a essas entidades. A criação dessas cooperativas visa a obtenção do chamado “custo chinês”: uma produção cada vez maior que contrasta com os custos cada vez menores (REIS, 2007). Essa circunstância foi constatada e, mediante a ação do Ministério Público do Trabalho, foi rapidamente coibida, de maneira que a fundação de nossas cooperativas desse gênero se tornou cada vez mais escassa (LIMA, 2008).

Entretanto, a complexidade existente nesses empreendimentos é bastante acentuada, porque eles proporcionam, também, eventuais efeitos positivos, que são descritos por Lima da seguinte maneira:

Nas cooperativas industriais abertas em pequenas cidades do interior do país, principalmente no Nordeste, o caráter precarizador exige certa relativização, pois em diversas situações representou uma alternativa de ocupação para trabalhadores, mulheres principalmente, e, dada a fiscalização permanente, exigiu que as cooperativas formalmente se adequassem à legislação cooperativista. Em situações de regularidade de encomendas, diversas cooperativas funcionaram por mais de dez anos e algumas ainda funcionam, com os trabalhadores gerindo-as, mas fortemente subordinados à empresa contratante (LIMA, 2008, p. 117).

Realmente, a maneira como esses empreendimentos ingressam no contexto produtivo pode suscitar muitas discussões e incertezas. É importante destacar, a esse

respeito, a fala de Gaiger (2003), que se preocupa com a intromissão dos empreendimentos solidários na dinâmica econômica hodierna. Segundo este autor, essas experiências encontram-se diante de um verdadeiro paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que cresce o número de iniciativas inspiradas nos postulados da Economia Solidária, estas não passam de iniciativas frágeis, débeis. Realmente, ao passo em que é possível encontrar exemplos consolidados, maduros e com consistência, outros tantos não galgam patamares maiores e transformam-se em simples experimentos, que não logram impactos significativos (GAIGER, 2003).

As empresas recuperadas⁹ podem, também, reproduzir o processo de alienação vigente em empresas convencionais, uma vez que os mecanismos de mercado continuam a condicionar determinadas atividades produtivas. Nesse contexto, os salários e os preços continuam a ser ditados pela lógica econômica, que propõe as condições para o êxito da empresa e da qualidade de vida dos seus membros (NOVAES; FARIA, 2010). A esse respeito:

Porém, sendo o controle independente da propriedade, o que tais situações propiciam é o surgimento de um novo tipo de separação entre dirigentes e dirigidos, entre os que decidem e executam. Opera-se, dessa maneira, a socialização da propriedade dos meios de produção entre os trabalhadores, mas não se efetiva a propriedade social, pertencente à comunidade ou aos trabalhadores enquanto classe. (NOVAES; FARIA, 2010, p. 11)

Portanto, é possível verificar que os empreendimentos solidários poderão desempenhar uma funcionalidade em face ao sistema econômico capitalista vigente. Assim, embora existam manifestações que conferem um caráter transformador a essas iniciativas, é indispensável não olvidar que a existência de empreendimentos nos quais a produção é realizada sem o pagamento de direitos e de garantias devidas aos trabalhadores do mercado formal pode significar, também, uma nova forma de exploração da mão-de-obra. Por esse motivo, impende questionar que modelo de desenvolvimento os empreendimentos solidários permitem acontecer.

No caso específico dos recicladores de lixo, a seguinte análise realizada por Rodriguez é bastante relevante a esse respeito, uma vez que expõe os elementos externos a que se expõem esses sujeitos:

⁹ Neste estudo, considerar-se-á como Empresa Recuperada a empresa em estado falimentar que, para não ser extinta, é repassada às mãos dos trabalhadores, que passam a trabalhar por meio do trabalho cooperado.

Dois fatores, evidentes na descrição anterior, constituem, em minha opinião o círculo vicioso que perpetua o processo de empobrecimento dos recicladores. Trata-se da exploração econômica derivada da estrutura do mercado de reciclagem e da conduta dos seus atores dominantes (isto é, a grande indústria e os intermediários), por um lado, e a dramática exclusão sociais de que são alvo os recicladores, por outro. Em outras palavras, os efeitos econômicos da estrutura do mercado da reciclagem anteriormente explicados ainda são acentuados pelo estigma e pela exclusão dos recicladores (RODRIGUEZ, 2005, p. 344).

Dessa maneira, segundo Rodrigues (2005), a estrutura inerente à reciclagem de lixo é um prolongamento do estado de exploração engendrado pelo grande capital. Os recicladores vinculam-se a esses empreendimentos e permanecem em estado de grande empobrecimento.

O trabalho em cooperativas populares diverge, em vários aspectos, daquele realizado em empreendimentos convencionais. Esse fato proporciona a existência de circunstâncias positivas e outras negativas comparativamente ao labor realizado em empresas. Quando se fala nos benefícios decorrentes do trabalho em cooperativas, fala-se, inicialmente, das **regalias** inexistentes no setor privado que são concedidas aos trabalhadores cooperados, como, por exemplo, a possibilidade de desenvolver valores democráticos e, sobretudo, o sentimento de liberdade inerente ao trabalho. Há quem outorgue grande relevância a essa peculiaridade (RODRIGUEZ, 2005), asseverando que se sentir livre é uma das maiores benesses em labutar nesse contexto.

Por outro lado, esses benefícios tem um custo, sobretudo em decorrência das práticas democráticas existentes nesses empreendimentos. Possibilitar que cada decisão importante seja discutida ou até mesmo refutada pelo grupo é algo potencialmente causador de distúrbios e de contendas entre os trabalhadores. Nas reuniões dedicadas aos debates em torno da gestão da cooperativa, não faltam desconfianças e mágoas recíprocas, que vêm à tona em decorrência de arestas não aparadas, de problemas não superados (RODRÍGUEZ, 2005). Não bastasse isso, a carga adicional de dedicação ao empreendimento, em função das reuniões para deliberação, ocasiona cansaço e desestímulo para os cooperados:

Em que medida representa passos na direção de autonomia e possibilidade de emancipação dos trabalhadores, ou mais uma artimanha do capital para a precarização das relações de trabalho, ou, ainda, simplesmente uma forma secundária de organização do trabalho e mesmo alternativa de emprego? As duas vias não são retas, e uma série de voltas e empecilhos variados impede de vê-las em sua multiplicidade. Poderíamos nos adiantar e afirmar a precarização do trabalho implícita no caráter flexível da cooperativa, o que é temerário, uma vez que em diversas experiências a situação do trabalhador

melhora, seja em termos salariais, seja em termos de condições de trabalho. Numa outra perspectiva, poderíamos afirmar o caráter emancipatório presente na proposta autogestionária historicamente polêmica, mas que marcou o movimento operário no final do século XIX e início do século XX (LIMA, 2008, p. 2).

As cooperativas populares, sobretudo as de catadores de lixo, apresentam uma dificuldade adicional a ser superada, a saber, a baixa escolaridade de seus membros, que dificulta os processos deliberativos. Existem circunstâncias nas quais esse baixo nível de escolarização impõe dificuldades adicionais significativas, que acabam por afastar o sujeito das decisões do empreendimento. Segundo Rodriguez (2005), isso acaba por repercutir no cotidiano desses trabalhadores, que se transformam em engrenagens das grandes empresas dedicadas à reciclagem de lixo:

A estrutura do mercado da reciclagem também revela a íntima conexão e a relação de exploração entre a economia popular informal e a economia informal. Com efeito, como evidenciou Birkbeck (1978), no seu estudo sobre a reciclagem em Cáli, os recicladores são de fato, embora não se reconhecendo como tais, empregados desse grupo de indústrias que utilizam materiais reciclados como matéria-prima (RODRIGUEZ, 2005, p. 342).

Em decorrência disso, é possível verificar que a realização de atividades num ambiente cooperado é mais complexo do que em circunstâncias normais, nas quais o valor democrático não se expressa da mesma maneira.

As experiências de autogestão desenvolvidas no âmbito das cooperativas atuais revestem-se de características próprias, diversas daquelas existentes no movimento cooperativista primitivo. Segundo Lima (2010), o envolvimento em experiências cooperativistas, na atualidade, não está relacionado ao desejo de desenvolver relações calcadas na autogestão e na criação de uma sociedade mais democrática, mas, simplesmente, relacionadas à necessidade de criar alternativas ao desemprego. Logo, segundo Lima (2010), o atual cooperativismo, relacionado a experiências de auto-gestão de cunho popular, visa atender às necessidades de empregabilidade e renda da população.

De acordo com Rosenfield (2007), o elemento diferenciador dos Empreendimentos de Economia Solidária dos empreendimentos convencionais é o princípio da auto-gestão, o qual possibilita a tomada de decisões de maneira democrática, de forma absolutamente isonômica: para cada trabalhador, um voto. Logo, ao se tomar como parâmetro as relações existentes em torno das “coopergatos”,

a referida autora deixa entrever que, para ela, a questão essencial aos empreendimentos solidários é o valor coletivo inerente a essas experiências.

Azambuja (2009), por exemplo, ao analisar os valores inerentes ao trabalho desempenhado nos empreendimentos solidários, enfatiza a importância de percepções e de crenças atreladas à participação nas assembleias deliberativas. Para ele, é elemento caracterizador e ínsito à Economia Solidária é a solidariedade existente entre seus membros, que, com isso, devem ir além do individualismo tradicional.

Portanto, é possível asseverar que os Empreendimentos de Economia Solidária estão imersos em dúvidas importantes a respeito de sua missão no contexto econômico. Eles se alinham com uma visão de exploração da mão-de-obra do trabalhador ou de promoção das capacidades dos sujeitos? A resposta a esse questionamento demanda acurada avaliação de fatores variados que, aliás, poderão mudar a depender de cada caso concreto. Contudo, sempre que os EES não se limitarem à função de fonte de renda e propiciarem a formação de valores democráticos entre os trabalhadores, eles se afastarão da visão de precarização da mão-de-obra.

4.4 Os Empreendimentos de Economia Solidária compreendidos a partir das Tecnologias Sociais

A análise das tecnologias a partir da Adequação Sóciotécnica permite a extração de conclusões bastante relevantes a respeito da dinâmica que se estabelece entre o ser humano – trabalhador – e o artefato tecnológico. A percepção de que este se constitui, apenas, de elementos materiais, infensos à conjuntura social inerente à produção, não se sustenta, uma vez que o labor e o convívio com a tecnologia permitem o desabrochar de um conhecimento próprio.

É essa visão particular do fenômeno tecnológico que permite a intersecção entre as Tecnologias Sociais e os Empreendimentos de Economia Solidária. Se a visão tradicional da tecnologia se limita à compreensão do artefato – do hardware, segundo Novaes (2007) – enquanto elemento pronto e acabado, a percepção das TS's e da AST fala de um processo contínuo e constante de desconstrução, de construção e de reconstrução. Visando explicar essa dinâmica, Dagnino (2010) fala a respeito das modalidades de Adequação Sociotécnica, cada uma das quais tentando explicar as relações entre homem e máquina.

O trabalhador que diariamente labuta no empreendimento desenvolve relações que extrapolam a simples passividade em face à tecnologia. Logo, homem e máquina compõe um mesmo e único sistema, que se transmuta e se altera a depender da capacidade do trabalhador aprender. Uma das modalidades de AST que permitem debates relevantes a esse respeito é a **revitalização do maquinário**, que, segundo Neder, permite a hibridização tecnológica e o saber-fazer da manutenção.

Nesse sentido:

O conceito de adequação sociotécnica mostra que a Tecnologia Social não visa apenas à criação de novos meios de produção que proporcionem a inserção social, mas, também, visa modificar as tecnologias existentes. Pode-se exemplificar isso através do aumento da vida útil das máquinas, da propriedade coletiva dos meios de produção, da divisão igualitária do excedente, da preocupação com o impacto ao meio ambiente que essas tecnologias causam, entre outros (COSTA *et al*, 2014, p. 41).

Embora a literatura pertinente exalte essa faceta da Adequação Sociotécnica, é inegável que ela se encontra imersa em dificuldades significativas, sobretudo porque a manutenção do maquinário pode ganhar uma conotação depreciativa. A crença generalizada na superioridade das tecnologias mais modernas em face a qualquer outra decorre, segundo Novaes (2007), do fetiche da tecnologia, segundo o qual a última tecnologia é sempre a mais adequada. A esse respeito:

As FR's observadas , embora tenham promovido processos que se inserem na tipologia das sete modalidades de AST propostas na metodologia desenvolvida na pesquisa, parecem encontrar obstáculos devido: a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados; b) ao fetiche da tecnologia, que leve a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore o caráter relacional da tecnologia (NOVAES, DAGNINO, 2004), c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente e d) à não generalização da expropriação dos expropriadores (NOVAES, 2005b) (NOVAES, 2007, p. 271)

No tocante à compreensão da Adequação Sociotécnica no contexto dos Empreendimentos de Economia Solidária, vê-se que a intersecção entre esses dois assuntos se dá, num primeiro momento, a partir do aprendizado que se estabelece no contexto laboral. Uma análise a partir da AST viabiliza a compreensão de que o conhecimento trazido pelo artefato não reverbera, apenas, na estrutura produtiva, mas, também, em outras dimensões ambientais e sociais externas ao trabalho. Logo, em dados aspectos, a vida particular do trabalhador também é impactada pelas relações estabelecidas no contexto do trabalho.

O movimento relacionado à Economia Solidária ganhou expressão e relevância no contexto econômico e social brasileiro. Os dois Mapeamentos da Economia Solidária realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária foram instrumentos de grande relevância para o clareamento dos números e da distribuição geográfica dessas experiências. Devido aos números envolvidos, é perfeitamente possível asseverar que não se tratam de atividades pontuais, desprovidas de maior significado e desconectadas no contexto em que se inserem: pelo contrário, tratam-se de iniciativas significativas que atendem a demandas relevantes.

Os debates existentes em torno do assunto são diversificados e, ao mesmo tempo, controversos, uma vez que a maneira como se interpreta o ingresso nas EES no mercado possibilita questionamentos significativos. Eles integram o contexto de precarização da mão-de-obra, como defendido por alguns? Trata-se de atividade inerente a grupos excluídos, os quais têm na Economia Solidária a única (ou última) opção em face à inexistência de outras alternativas viáveis? Ou essas iniciativas fazem parte do rol de atividades que possibilitam o estabelecimento de relações que vão além do econômico?

A discussão em torno da subserviência das iniciativas de Economia Solidária às necessidades do mercado é discussão relevante, uma vez que almeja compreender as inconsistências existentes nessas iniciativas. O debate é complexo e depende, sobretudo, das peculiaridades inerentes a cada contexto, ou seja, das contingências enfrentadas pelos trabalhadores naquele ambiente específico. É possível verificar que o trabalho autogerido passa a desempenhar evidente funcionalidade quanto é inserido como simples terceirizada, no âmbito de uma cadeia produtiva maior. Nesta hipótese, todo trabalho segue a lógica da empresa contratadora, que impõe preços e o ritmo que guiará as atividades.

Certamente, a experiência de economia solidária que se insere nesse contexto desempenha funcionalidade no contexto capitalista. Entretanto, existem experiências bastante exitosas, na quais os trabalhadores obtêm não apenas os recursos financeiros para sua subsistência, mas exercitam valores democráticos. Um ambiente desse gênero possibilita discussões alinhadas com a proposta de Sen (2000), segundo o qual o desenvolvimento deve ser buscado a partir da liberdade dos sujeitos.

Assim, ao cabo deste capítulo, é perfeitamente possível verificar que os empreendimentos de economia solidária desempenham relevante função no contexto econômico e social brasileiro. Os valores e as práticas que se somam à produção

acabam por outorgar significado especial para essas iniciativas, que passam a gozar de *status* diferenciado no âmbito das relações produtivas. É necessário refletir a respeito dessas experiências tendo como base certas propostas teóricas que visam expandir a compreensão a respeito do desenvolvimento.

5 A “CONSTRUÇÃO” DO CONHECIMENTO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esta seção visa a explicar a metodologia que foi aplicada para a realização da pesquisa. Os Empreendimentos de Economia Solidária formam um contexto complexo e cheio de nuances, que mandam estudo e aprofundamento. Em decorrência da necessidade de discutir um aspecto intrínseco aos EES – saber se estes têm produzido, ou não, tecnologias sociais – a presente tese valeu-se de uma abordagem metodológica fenomenológica. Essa opção ocorreu em decorrência do instrumental disponibilizado pelo paradigma fenomenológico, cujo objetivo é trazer à tona elementos ínsitos a um dado fenômeno. A partir do momento em que se pretende saber os valores e de práticas que possibilitaram (ou impediram) a construção de uma TS, esse é o paradigma mais adequado.

Devido ao caráter intrínseco das informações que se pretendem investigar, a pesquisa empreendida consistiu numa pesquisa participante. Essa opção demandou que, em cada um dos EES visitados, o doutorando realizasse três visitas presenciais, nas quais observou e participou as atividades realizadas no âmago dessas iniciativas. Não bastasse isso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, das quais oito foram realizadas com os trabalhadores de cada um dos empreendimentos e uma outra com um gestor de cada um dos EES's. Inicialmente, tentou-se aplicar questionário aos trabalhadores, mas isso não foi viável, motivo pelo qual se optou pelas entrevistas semiestruturadas.

Realizou-se, outrossim, pesquisa documental, porque alguns documentos foram analisados como o fito de colher informações dos EES. Embora não tenham sido muitos, a documentação obtida foi essencial para explorar os

O problema que norteou o presente trabalho é o seguinte: os empreendimentos de economia solidária gaúchos têm sido capazes de produzir tecnologias sociais? Com base nesse questionamento, empreendeu-se o esforço de construir a presente tese.

5.1 Empreendimentos de economia solidária: diversidades, desafios e saberes

O Estado do Rio Grande do Sul é pródigo fornecedor de exemplos de Empreendimentos de Economia Solidária, muitos deles já estabelecidos e com vários anos de funcionamento e outros bastante jovens, os quais se encontram às lutas para continuarem existindo. O desafio de escolher os empreendimentos a serem visitados ocorreu dentro desse contexto heterogêneo, rico e desafiador, que se altera e se modifica periodicamente, com a extinção dos EES que se tornam inviáveis e com a criação de novas iniciativas.

O último mapeamento empreendido pela SINAES, a propósito, foi bastante elucidativo a respeito da diversidade existente na Economia Solidária Gaúcha. Segundo o mapeamento da economia solidária promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE, 2013), o Rio Grande do Sul têm 784 EES urbanos, estruturados sob as mais diversas formas: associações, cooperativas e outros tantos.

Quando o pesquisador iniciou a identificação dos Empreendimentos de Economia Solidária próximos à cidade onde reside – São Gabriel/RS – verificou a existência de empreendimentos das mais variadas características, grande parte deles com características rurais; alguns relacionados a trabalhadores assentados, outros não. Como as pretensões de pesquisa do doutorando não estão relacionadas ao segmento rural, que demanda uma análise a partir de autores e de construções teóricas próprias, focou-se em experiências urbanas.

Entre as possibilidades de empreendimentos urbanos existentes, vários foram descartados, sobretudo os EES localizados na cidade de Santa Maria/RS, onde a Universidade Federal de Santa Maria manteve uma incubadora de Empreendimentos Solidários. Todos os quatro empreendimentos vinculados à citada incubadora eram experiências sofríveis, que se mantinham muito precariamente. Durante uma visita a um evento na área da economia solidária promovido pela UFSM foi possível encontrar trabalhadores(as) do segmento que expressaram suas contrariedades e dificuldades. Diziam receber auxílio insuficiente da incubadora.

Durante o início da pesquisa empírica, em meados do primeiro trimestre de 2016, procurou-se contatar empreendimentos atendidos pela incubadora social da UNIJUÍ. Durante três oportunidades foi contatada, via telefone, a incubadora, sendo sempre atendido por um estagiário, que disse que o(a) professor(a) responsável não estava presente. Mesmo após essas tentativas não foi possível realizar um contato frutífero, o que forçou a pesquisa a ser redirecionada para empreendimentos e locais

nos quais os(as) gestores(as) se mostraram receptivos a receber e fornecer dados e informações ao pesquisador. Logo, um dos critérios utilizados para identificar os empreendimentos visitados foi a disponibilidade dos trabalhadores para colaborar com a pesquisa.

Escolheram-se assim três EES: a Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS – de Porto Alegre; a Associação Sepé Tiarajú, em São Gabriel; e, por último, o Complexo Km 21, em Bagé. Esses três empreendimentos apresentam características bastante distintas uma das outras, seja no tocante à atividade desempenhada, seja no tocante ao tempo de existência. A UNIVENS foi escolhida porque, primeiramente, oportunizou acesso ao pesquisador sem maiores dificuldades; em segundo lugar, porque é um empreendimento relativamente longo e bem estruturado. Já as Associações Sepé Tiarajú e Km 21 também foram escolhidas porque disponibilizaram certos dados e, ao mesmo tempo, são experiências bem mais jovens que a primeira citada. Essa diversidade de características possibilitou as análises pretendidas pelo pesquisador.

5.1.1 A Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS

A Cooperativa Unidas Venceremos (UNIVENS) funciona há aproximadamente 20 anos e conta, atualmente, com 22 trabalhadoras, todas mulheres. O ramo de atividade dessa iniciativa é a confecção de roupas e de outros produtos derivados de algodão orgânico. A utilização de matéria prima desse gênero é uma escolha estratégica do empreendimento, que atrela integralmente sua imagem ao fato dos produtos serem orgânicos e serem provenientes de uma cadeia produtiva na qual não ocorre a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores.

Na rede social Facebook, por exemplo, todos os atos de publicidade enfatizam a procedência do produto vendido. Frases como “Algodão orgânico em metro. Seja nosso parceiro, use algodão orgânico certificado em seus projetos” caracterizam os atos de divulgação dos trabalhos e dos produtos lá vendidos (JUSTA TRAMA, 2017).

Essa cooperativa goza de relativa notoriedade dentro do contexto dos empreendimentos de economia solidária gaúchos, seja por sua longevidade, seja pelos valores efetivamente cultivados entre as trabalhadoras. Um dos aspectos iniciais mais relevantes apresentados pela UNIVENS é o fato dela ser uma fonte constante de ocupação remunerada, pois apresenta um fluxo contínuo de serviço durante

praticamente todo ano. O labor realizado em suas dependências não se cinge a determinadas épocas do ano, tal qual ocorre naqueles EES descritos por Georges e Silva (2007), nos quais a dinâmica produtiva é intensa durante alguns meses e nula no restante do ano.

A circunstância de haver trabalho durante praticamente todo ano relaciona-se com a discussão existente em torno da dependência dos empreendimentos de economia solidária em face a empresas capitalistas convencionais. Conforme referido pela literatura (GEORGES; SILVA, 2007), o trabalho existente nas chamadas “coopergatos” é visceralmente dependente de uma ou várias empresas convencionais, que condicionam o cotidiano nessas cooperativas. Em decorrência disso, quando essas empresas demandam muito serviço, os trabalhadores das cooperativas trabalham, diuturnamente, para atender à demanda; contudo, quando não há demanda, estas últimas permanecem ociosas.

A renda média das trabalhadoras gravita em torno do Salário Mínimo, algumas delas ganham mais, outras menos, a depender a produtividade de cada uma. Contudo, nenhuma delas percebe renda mensal inferior a um salário mínimo nacional. Para a algumas trabalhadoras, o montante recebido é suficiente para arcar com suas despesas: para outras, é insatisfatório o numerário recebido:

É bem suficiente. Ela é feita de forma igual, porque cada uma tem um pique. Algumas acabam mais cedo teu trabalho... Tu terminou, tu pode lá ir pegar mais. A renda é muito diferente de uma para outra, porque algumas tem mais pique a outra não. (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 1)

Ademais:

Até agora é suficiente. Sou aposentada. Sou pensionista. Tenho uma filha que mora comigo que não trabalha. Eu sempre disse, tenho que trabalhar para eu sobreviver com o dinheiro da cooperativa. Porque eu digo que o dia que eu parar de trabalhar aqui eu tenho que sobreviver com o dinheiro que eu ganho. (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 3)

Da mesma maneira, ao ser questionada se a renda é satisfatória e se tem outra fonte de renda: “Para mim, é. (...) Eu sou aposentada. (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 2)

Outra trabalhadora, entretanto, expressou opinião diversa a esse respeito, uma vez que disse necessitar do auxílio financeiro de seu esposo para conseguir angariar o dinheiro suficiente para viver:

Eu não ganho muito bem. Como a gente ganha pelo que produz, tem gente que é rápida, mas eu sou uma costureira meio devagar. Se a gente fosse

sozinha ficaria difícil, mas como a gente tem marido... eu sozinha não conseguiria. Mas aqui menos de um salário mínimo ninguém ganha. (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 4)

A UNIVENS goza de reconhecimento não apenas acadêmico. Quando a governadoria do Estado foi ocupada pelo Sr. Tarso Genro, este nomeou a atual presidente da cooperativa para ocupar cargo público no Departamento de Economia Solidária, junto à Secretaria de Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Sul. Ela permaneceu no cargo durante os quatro anos do mandato.

O relato da gestora descreveu essa vivência da seguinte forma:

Durante o governo do Tarso eu fiquei tocando o Departamento de Economia Solidária. Rodei o Estado inteiro. Aí tentar fazer na política pública tudo o que a gente tenta fazer no movimento, o que não dá, porque o tempo é pouco. A compreensão para fora e para dentro do governo é algo novo. Não é todo mundo que entende domina, que lida com o público da Economia Solidária. Nesse período eu continuei presidente da cooperativa. (...) O problema das empresas recuperadas é que nada muda (ENTREVISTA COM A GESTORA DA UNIVENS).

Em regra, ao ingressar na cooperativa, as trabalhadoras tinham total desconhecimento da dinâmica e das peculiaridades organizacionais inerentes a uma cooperativa e, muito menos ainda, do que é um Empreendimento de Economia Solidária. Uma das trabalhadoras asseverou ter ouvido de um amigo seu que, ao ingressar numa cooperativa, o trabalhador tornava-se responsável pelas dívidas do estabelecimento durante certo tempo. O relato de uma cooperativada a esse respeito é bastante elucidativo, pois expõe o total desconhecimento existente em torno do trabalho associado:

No começo me assustei com a ideia de trabalhar numa cooperativa, até porque cooperativa era um nome assim estranho para todo mundo. Eu que venho das empresas com carteira assinada, e eu tinha muito medo, porque diziam que durante cinco anos tu responde pelas dívidas (da cooperativa), mas como eu estava faltando muito ao trabalho e passava por uma fase horrível da vida e lá (na empresa) não estava legal... Eu fui para Sapucaia e não estava legal lá, quando eu voltei, eu morando bem pertinho daqui e não sabia da existência da cooperativa, nem tinha ideia, aí uma colega que me indicou aqui... não quero mais sair, é muito bom trabalhar na cooperativa, a gente tem um trabalho bem diferencial, a gente tem uma comunicação entre nós que é bem aberta, são poucas pessoas, então a gente tem apoio quando se tem problemas, o trabalho é bom, porque são divididos (os lucros) em parcela iguais [...] (ENTREVISTA À TRABALHADORA N.º 1)

Realmente, as dificuldades em compreender as peculiaridades inerentes aos empreendimentos de economia solidária merecem uma intervenção bastante específica por parte das trabalhadoras mais experientes. As dúvidas existentes dão

ensejo a explicações que expõem o caráter ideológico existente em torno da Economia Solidária: “[...] o pessoal diz assim “já tem que entrar pagando [...] pagando linha’[...] Sim! É um investimento que tu faz em ti, mas que tem retorno depois” (ENTREVISTA À TRABALHADORA N.º 1). Relatos desse tipo dão a tônica das dificuldades existentes nos empreendimentos de economia solidária, sobretudo o desconhecimento generalizado existente em torno desse assunto.

Um dos grandes diferenciais encontrados na citada cooperativa foi o fato dos trabalhadores terem construído uma teia complexa e extensa de relações a partir das quais se realiza a produção de vestuário com produtos orgânicos. Esse esforço diário na UNIVENS possibilitou o desenvolvimento de uma Tecnologia Social chamada Justa Trama, que pode ser sintetizada da seguinte maneira:

Uma cadeia produtiva que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até a comercialização de roupas feitas com o produto e reúne cerca de 600 trabalhadores(as) em empreendimentos nas cinco regiões do Brasil. São homens e mulheres, agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores, artesãos e costureiras que trabalham nos preceitos da economia solidária, sustentabilidade e comércio justo. Esta é a Justa Trama. A organização é referência em economia solidária no Brasil e reconhecida internacionalmente como a rede nacional mais completa do país.

No ano em que completa 10 anos, a Justa Trama inaugurou sua sede, na vila Nossa Senhora Aparecida, no bairro Sarandi, em Porto Alegre. O local conta com uma lavanderia e tinturaria natural, patrocinada pela Petrobras por meio de um projeto de seleção pública. A novidade deverá colocar a rede em um novo patamar no mercado. “Os consumidores nos cobravam, querendo produtos de algodão orgânico em outras cores, pois até então, trabalhávamos apenas com as cores naturais do algodão: cru, marrom e verde. Agora poderemos oferecer um produto orgânico colorido com corantes naturais, mantendo nossa preocupação com a preservação e respeito ao meio ambiente. Estamos com uma expectativa muito grande e acreditamos que terá um grande impacto nas vendas”, afirma Nelsa Ines Fabian Nespolo, uma das fundadoras desta cadeia solidária (UNISOL, 2017, s/p).

Curiosamente, quando se visitou o empreendimento, foi possível encontrar uma diferenciação bastante clara – na estrutura e nas falas das trabalhadoras – entre a Justa Trama e a Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS. Ao chegar pela primeira vez no empreendimento, o pesquisador deparou-se com dois grandes galpões, num deles estava pintada na parede a expressão “Justa Trama” e no outro o dizer “UNIVENS”. No galpão onde estava escrito “UNIVENS”, estavam localizadas todas as máquinas de costura e de serigrafia; é o local onde o trabalho principal é realizado. No outro galpão estão localizados produtos confeccionados à base de algodão orgânico, bem como documentos e fotos que remetem à história da Justa

Trama e à Economia Solidária. Ademais, neste último galpão, está localizado o maquinário mais novo, proveniente dos editais dos quais a cooperativa participou.

A cooperativa dispõe uma estrutura própria, bem conservada e relativamente nova. Segundo a gestora da UNIVENS, a aquisição do imóvel decorreu de um longo esforço de todas as trabalhadoras.

A UNIVENS, a despeito de apresentar aspectos merecedores de críticas e de atenção, constitui-se em empreendimento sólido, que ao longo dos anos consolidou uma produção centrada na produção de vestuário orgânico. Não em vão, goza de reconhecimento e de visibilidade no contexto da economia solidária gaúcha. Por esse motivo, a UNIVENS foi escolhida a compor o rol de iniciativas estudadas na presente tese.

5.1.2 Associação KM 21

A origem desse empreendimento está relacionada a uma iniciativa do Poder Executivo de Bagé, que, assessorado pela ONG Guayí, buscou estabelecer os elementos necessários para o florescimento de atividades na área da Economia Solidária. A pretensão desse projeto pode ser sintetizada da seguinte maneira: “A ação integra a estratégia de desenvolvimento econômico do município ao promover a inclusão produtiva, a geração de trabalho e de renda, a autogestão, a emancipação econômica e feminista” (GUAYÍ, 2017, s/p). Logo, trata-se de uma iniciativa que teve como ponto de partida o poder público bajeense, que contratou uma assessoria – ou seja, um pacote de conhecimento (NOVAES, 2009) – para implantar um EES.

É uma iniciativa que se insere dentro do conjunto de políticas públicas editadas com o fito de fomentar a Economia Solidária. A propósito, a associação Km 21 contou com recursos oriundos da então Secretaria Nacional de Economia Solidária, que, há época, envidava esforços no sentido de disseminar os conceitos e as práticas inerentes aos EES; contou, outrossim, com recursos provenientes Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Portanto, era uma iniciativa que tinha objetivos relacionados à Economia Solidária e ao oferecimento de oportunidades de trabalho e renda ao público mais vulnerável à criminalidade.

É possível dividir a gênese dessa associação em duas fases. A primeira delas remonta ao período entre 2011 até 2013, quando foi qualificado um grupo de aproximadamente duzentos jovens; a segunda fase atine a 2013, quando foram

agregadas trabalhadoras provenientes de um outro projeto, especificamente destinado à valorização do público feminino (GUAYÍ, 2017, s/p). Com a finalidade de formalizar juridicamente o empreendimento, instituiu-se uma associação:

o público daqui do completo está aqui desde 2011, e a associação em si está desde março de 2014. A associação está fundada em função do projeto. A consultoria reuniu-se com o poder público de Bagé e começaram os estudos para formar uma cooperativa ou uma associação e aí ela teve registro em junho de 2014, 22 de junho de 2014, como associação. Fez-se um estudo e chegou-se à conclusão de que seria melhor uma associação do que uma cooperativa de começo. Iniciou com 25 sócios. (ENTREVISTA COM A GESTORA DO EMPREENDIMENTO KM 21)

Em 2015, o Poder Executivo de Bagé firmou um contrato com a associação de trabalhadores, visando à formalização da parceria entre o grupo de trabalhadores e a administração pública, bem como a cessão do imóvel onde se localiza o complexo multiuso. O contrato firmado entre os trabalhadores e a Prefeitura de Bagé faz explícita menção aos marcos legais existentes em torno do assunto – como, *v. g.*, a Lei Estadual n.º 13.922/12 e a Lei Municipal n.º 4.969/2011.

Em decorrência desse contrato, todo o espaço ocupado pela associação é de propriedade do Poder Executivo de Bagé, o que causa ao empreendimento grande dependência em face às autoridades públicas daquela cidade. Embora o contrato tenha cláusulas bastante claras a respeito dos direitos e de deveres de ambas as partes, o instrumento contratual não foi capaz de afastar problemas que, posteriormente, surgiram entre a associação e a prefeitura. Um exemplo bastante interessante a esse respeito envolveu um veículo repassado à associação pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, que, ao invés de estar sendo utilizado pelos trabalhadores solidários, foi apropriado pela prefeitura.

Quando da primeira visita ao empreendimento – no segundo semestre de 2016 – trabalhavam no referido EES 64 trabalhadores, que estão divididos entre as cinco unidades, que se dedicam a oito atividades, a saber, design gráfico e serigrafia; construção civil; jardinagem; confecção de blocos pré-moldados; calceteiros; serralheria; e padaria (GUAYÍ, 2017, s/p). A esse respeito, as seguintes colocações de uma das trabalhadoras integrantes da diretoria do empreendimento são bastante esclarecedoras a respeito do contexto existente no momento do surgimento do empreendimento:

(...) Hoje nós temos 64 pessoas. Só que não se tem condições de remunerar todos os 64 sócios. A hora em que estiverem todas as unidades funcionando a pleno valor...

São cinco [unidades produtivas] e agora o Ministério do Trabalho e emprego abriu mais duas. (...) (ENTREVISTA COM A GESTORA DO EMPREENDIMENTO KM 21)

As redes sociais são uma importante ferramenta de apoio e de divulgação das atividades desenvolvidas na Associação Km 21. No Facebook, por exemplo, é possível encontrar referências do tipo:

O complexo de Empreendimentos de Economia Popular Solidária – Km 21 é um espaço de produção, prestação de serviços, formação, qualificação profissional e comercialização. Integra a estratégia de desenvolvimento econômico do Município de Bagé ao promover a inclusão produtiva, gerando trabalho e renda, emancipação socioeconômica, autogestionária, solidária e feminista. Está estruturado em cinco Unidades de Produção e Prestação e Prestação de serviços, base para a organização de Empreendimentos Econômicos Solidários (KM 21, 2017).

Trata-se de um empreendimento devidamente inserido dentro do espírito da economia solidária, uma vez que as gestoras se expressam de acordo com o vocabulário e com o discurso característico da ES. É por esse motivo que a conversa com quaisquer das administradoras do empreendimento é permeada por expressões como “ser seu próprio patrão”, “não ter chefe”, dentre outras que caracterizam o discurso existente nesse segmento. Ademais, constatou-se uma inserção significativa da iniciativa em ações e editais relacionados ao fomento da economia solidária, o que é um fator positivo.

Quando da criação do empreendimento, aos interessados foram oferecidos cursos de formação profissional, como serigrafia, panificação, dentre outros. Curiosamente, o primeiro esforço empreendido para captar trabalhadores não foi capaz de suscitar o interesse do público alvo da iniciativa, a saber, os mais pobres. Foi necessário repensar a estratégia e possibilitar o ingresso de pessoas consideradas menos vulneráveis:

(...) tem uma grade de cursos e aí tu... tanto que o curso que eu fiz só tem eu porque precisava de ensino médio, precisava de um monte de coisas... como é um projeto com um público de vulnerabilidade, eles não conseguiram pegar toda galera, então eles começaram a ir nas casas, pegaram o público que a gente tem hoje, que era e que não era vulnerável. (...) Hoje tá tudo misturado. (ENTREVISTA COM A GESTORA DO EMPREENDIMENTO KM 21)

Isso fez com que o público inicial misturasse categorias diferentes de associados: ao mesmo tempo em que indivíduos provenientes dos estratos sociais

mais desfavorecidos se uniram à iniciativa, outro, taxados de forma diferente, também compuseram a formação originária do empreendimento. A esse respeito:

(...) É que hoje, com o amadurecer, com informações, que eu tenho visto, hoje eu consigo ter um diálogo, com a galera, o pessoal chega aqui e se abre, a gente começa a ver quem é que precisa mais, quem que a gente deve ocupar mais com serviço... a gente teve a duas semanas atrás uma menina que vinha para cá e disse que tava precisando de dinheiro e que iria começar a traficar. Mas eu disse que não admitia que, depois de todas as chances que a gente te deu tu ia voltar a traficar.... “não... eu to precisando, minha cabeça tá vazia... eu não tenho muita coisa para fazer aqui”... então a gente ia ocupar ela, mas ela não ia fazer isso. Não dá para admitir que uma pessoa aqui de dentro volte a fazer o que ela fazia antes. Mas depois de algum tempo eu falei com ela e ela estava meio balançada. Aqui tem um público muito pobre [...] (ENTREVISTA COM A GESTORA DO EMPREENDIMENTO KM 21)

Cumprir realizar um outro destaque a respeito desse EES: embora seja possível identificar várias unidades produtivas na Associação Km 21, nem todas elas contam com fluxo contínuo de trabalho, o que faz com que apenas um setor tenha boa rentabilidade. Logo, a despeito de mais de 60 associados estarem vinculados ao complexo, apenas os cinco trabalhadores da caldeiraria percebem uma remuneração adequada, a saber, R\$ 1.400,00 mensais:

Hoje a unidade que mais paga é a caldeiraria, porque trabalha com solda, tem um trabalho maior, e paga mais. Ela tem um convênio separado com a prefeitura, que paga separado, porque tu consegue pagar o insumo e o restante o paga as despesas e o restante tu divide conforme as horas trabalhadas... fulano trabalhou tantas horas isso dá um tanto[...] hoje eles [os trabalhadores da caldeiraria] tiram R\$ 1.400,00 ao total. [...] São cinco [trabalhadores]. Se hoje a prefeitura tocasse como tem que tocar hoje nós teríamos 20 pessoas na caldeiraria.(ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21)

As visitas realizadas junto ao referido EES possibilitaram a seguinte constatação: apesar da quantidade de pessoas vinculadas ao empreendimento e da multiplicidade de atividades realizadas, os trabalhadores do KM 21 ainda se encontram às turras com disputas e dificuldades que causam embaraço ao trabalho ali realizado. Existe uma tensão bastante aguda entre Prefeitura de Bagé e o empreendimento, que se queixa abertamente do tratamento que lhe é outorgado pelo Poder Público Municipal.

Seja por meio de conversas informais, seja nas entrevistas, as gestoras do KM 21 manifestaram contrariedade e certa mágoa em face ao tratamento que o Poder Executivo concede ao empreendimento. Os associados sentem-se abandonados à própria sorte e sentem que a Prefeitura não deseja a continuidade da iniciativa. A relação existente entre o EES e o Poder Executivo foi descrito da seguinte maneira:

(...) tem um convênio há um ano e 5 meses. Neste convênio eles cedem todas as unidades produtivas que são do projeto e compram o insumo da gente. Mas hoje eles [o Poder Executivo Municipal] não vêm fazendo isso, eles não compram da gente. A gente trabalha em Hulha e em Candiota, mas não consegue trabalhar com a prefeitura de Bagé, que é a estruturante do projeto. (...) a gente faz para o privado também. Tem bastante encomenda da [iniciativa]privada. (Grifo do autor) (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21)

É perceptível que o empreendimento apresenta razoável nível organizacional, em especial no tocante à capacidade de captação de clientela, inclusive fora do Município de Bagé. A direção atual da Associação KM 21 disponibilizou ao pesquisador um material publicitário bem apresentado e organizado, com o qual é divulgada a imagem e os serviços do EES.

Quando realizada a primeira visita ao empreendimento – no total de três que efetivamente foram realizadas – o consultor presencial que presta serviços junto à associação manifestou grande desagrado com a situação vivida pelo empreendimento. Esse profissional via os trabalhadores do EES muito desagregados e, pior que isso, desassistidos pelos órgãos públicos, sobretudo pelo Poder Público Municipal. As gestoras do empreendimento KM 21 concordaram com a posição do consultor, revelando que os trabalhos desenvolvimentos estavam próximos de um ponto de ruptura, a despeito de todo esforço empreendimento pelos associados.

Em dezembro de 2016, o pesquisador reestabeleceu contato via *Facebook*, com a KM 21, visando retornar ao empreendimento e conversar um pouco mais com trabalhadores e gestores. Curiosamente, a resposta obtida foi a seguinte: “Olá, Diego; olha no momento está havendo uma auditoria no Km 21; a princípio só para abril vai abrir novamente”. Num primeiro momento, a mensagem soa muito curiosa, uma vez que os trabalhos permaneceriam suspensos durante quatro meses.

Essa informação aumentou o interesse por retornar ao empreendimento, conversar com os trabalhadores e compreender o atual estado do empreendimento, que se demonstrou promissor em dados aspectos e, noutros, um poço de conflitos. Esse aspecto acrescentou elementos relevantes à discussão, que foram abordados e questionados pelo pesquisador.

No segundo semestre de 2017, o doutorando reestabeleceu contato com as trabalhadoras com quem havia falado durante as primeiras visitas ao EES; contudo, o ambiente encontrado era substancialmente diverso, uma vez que a eleição de um

novo grupo para gerir o empreendimento gerou tensão e descontentamento com os gestores anteriores.

Segundo a antiga gestora – que ocupava o cargo de diretora comercial – as atividades desenvolvidas pela nova diretora “não são solidárias”, e que a economia solidária não existe mais naquele empreendimento. Tentou-se estabelecer contato com o atual presente – cuja alcunha é “esquerda” – que não se mostrou tão receptivo à pesquisa como os anteriores gestores. Foram feitos vários contatos telefônicos com a nova direção, sem, contudo, ser possível estabelecer um contato frutífero com a nova direção.

5.1.3 A Associação Sepé Tiarajú

No Município de São Gabriel/RS funciona a Associação Sepé Tiarajú, que realiza o processo de coleta e de reciclagem de parte do lixo do citado Município. Trata-se de um empreendimento solidário relativamente novo, fundado há aproximadamente cinco anos (desde 2012), em razão do estímulo e de assessoramento prestado pelo Projeto Minuano. Logo, não se trata de uma associação que tenha nascido de uma iniciativa espontânea de populares, mas de um estímulo externo. Segundo a gestora do empreendimento, o papel do Projeto Minuano foi o seguinte:

[...] O Projeto Minuano... o que o Projeto Minuano fez: ele veio, deu a estrutura e o pontapé inicial, ele deu tudo aquilo... era uma parceria com a Petrobrás, e o que a Petrobrás exigia... que eles viessem e dessem a ajuda para os catadores fazerem uma associação... o que o catador precisaria? Precisaria de uma prensa, precisaria de um uniforme, de um carrinho para juntar. E futuramente o catador se firmando haveria um caminhão... foi o que aconteceu “com nós”, o caminhão não era nosso, era cedido e o ano passado agora eles passaram para o nome da associação o caminhão, o caminhão é da associação. (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ)

Devido a limitações de pessoal e de infraestrutura, não são todos os bairros de São Gabriel que são atendidos pela referida associação. Segundo avaliação da gestora do empreendimento, seria um passo importante para a associação conseguir coletar e reciclar o material proveniente de outros bairros. Essa associação encontra-se devidamente incluída no contexto Municipal, sobretudo porque é usual – segundo a gestora do empreendimento – universitários procurarem ao empreendimento para realizarem pesquisas na área ambiental ou da administração de empresas.

O contexto no qual ocorre a reciclagem de lixo em São Gabriel é descrito da seguinte maneira pela gestora do empreendimento:

É impressionante, mas apesar de São Gabriel estar um caos no lixo, o pessoal não se deu de conta da importância da reciclagem. A hora que trocam os governos o pessoal vem muito despreparado... mas eu acredito assim que eu sou uma das soluções, ele tem muitas outras, ele tem que achar solução para a pilha, ele tem que achar solução para a lâmpada, ele tem que achar solução para os eletrônicos, para o vidro, ele é um material reciclável mas ninguém quer, se ele (prefeito) conseguir um triturador de vidro eu recolho e trituro e aí eles levam para fora, porque o vidro ninguém quer, porque ele ocupa espaço [...] e perigoso. Tem que estruturar, tem que quebrar, então assim, em vez de tentar acabar, eles (os governantes) têm que apoiar e dar estrutura, porque além de ser uma coisa boa, tem quinze famílias aqui e ele pode colocar mais quinze, já que não tem emprego em São Gabriel e é uma geração de empregos nossa [...] e é tudo público baixa renda né [...] Sem contar que o lixo é o caos da cidade... nós tiramos cerca de 40 toneladas mês [...] nós sozinhos, imagina os outros, porque tem vários catadores que voltaram para a rua por causa da perda do Bolsa Família, porque se trabalhar mesmo dá quase a mesma coisa. Aí eles perguntam assim: “não tem medo que entre outra associação?” eu não tenho medo, porque tem emprego para todo mundo e o meio ambiente agradece [...] eles tinham que se preocupar com isso... Mas não é fácil, a pessoa trabalha um pouco e já quer saber de justiça, ele só quer saber de reclamar... (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ)

A referida associação está ligada, diretamente, à ONG Planeta Vivo, que declara receber recursos de empresas como a Petrobrás, segundo informações divulgadas em seu próprio site. Os resultados almejados pelo citado projeto são os seguintes:

O Projeto Minuano é desenvolvido pela ONG Planeta Vivo, patrocinado pela Petrobras, com o apoio de prefeituras e entidades da sociedade civil. O programa abrange dezenas de municípios gaúchos e atua na organização dos Catadores.

Além disso, pretende fortalecer e ampliar a Rede de Catadores Gaúchos, evidenciando o protagonismo dos Catadores, que são sujeitos históricos determinantes na preservação ambiental e cadeia produtiva da reciclagem.

Para transformar essa realidade, o Minuano realiza um trabalho com foco na erradicação da miserabilidade para melhorias que garantam uma vida digna, justa, igual e solidária para todos.

Por meio do acesso às políticas públicas e resgate da autoestima, pretendemos garantir reconhecimento ao trabalho dos Catadores pelo poder público e sociedade. Com a realização de oficinas de formação nos grupos, queremos abrir espaços que propiciem o fortalecimento de cada organização, construção de sua identidade, enquanto categoria, e busca da autonomia.

‘Lutamos para que a mudança não seja apenas no econômico, mas no Ser Humano como um todo’. (PROJETO MINUANO, 2017, s/p)

O pesquisador acompanhou os trabalhos realizados junto à Associação Sepé Tiarajú em três oportunidades – a primeira delas no segundo semestre de 2016, e as outras duas no primeiro e no segundo semestre de 2017. Em cada uma dessas visitas,

foi possível compreender nuances novos a respeito da dinâmica existente no interior desse EES. Inicialmente, quando o pesquisador procurou a associação, foi muito bem recebido pela gestora do empreendimento, com quem obteve informações iniciais e uma boa impressão sobre o serviço. Nessa oportunidade, as atividades de reciclagem eram realizadas num galpão emprestado pela prefeitura de São Gabriel, que era dividido com outro grupo de recicladores. Embora o ambiente fosse, naturalmente, repleto de lixo, foi possível verificar bom grau de organização e de limpeza no local todo.

Quando os trabalhadores do empreendimento foram procurados pela segunda vez, a associação estava localizada noutra local, dividindo espaço com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Essa relação com o Poder Público Municipal merece ser objeto de reflexão, uma vez que, se de um lado, a colaboração recebida é de muito bom grado e até mesmo indispensável, a dependência é indesejada e contrária aos princípios da Economia Solidária. De qualquer maneira, os trabalhos continuavam a ser desempenhados com a mesma intensidade e com o mesmo número de trabalhadores encontrados na primeira visita.

As visitas realizadas junto à Associação Sepé Tiarajú permitiram a obtenção de informações bastante relevantes a respeito dos avanços e das conquistas obtidos pelos membros do referido empreendimento, bem como sobre a capacidade desses trabalhadores transcenderem, ou não, os limites do trabalho puramente material. A primeira constatação – bastante óbvia, aliás – é que o trabalho de reciclagem de lixo efetuado pelos trabalhadores da Associação Sepé Tiarajú é bastante árduo, o que repercute fortemente no cotidiano de todos que lá labutam. O contato diário com o lixo – muitas das vezes efetuado sem a utilização da proteção necessária – expõe o trabalhador a riscos bastante significativos de contágio com agentes nocivos, transmissores de doenças.

Em dado momento, a secretária-geral do empreendimento referiu que o trabalho desenvolvido na associação não é adequado para pessoas mais idosas ou doentes, uma vez que o esforço físico realizado diariamente e o ambiente insalubre exige uma saúde forte. Segundo ela, é corriqueiro as pessoas contraírem algum tipo de doença, sobretudo de pele, e abandonarem o labor na reciclagem. Logo, é inegável que as condições nas quais se executam as atividades são extenuantes e insalubres e que isso repercute no comportamento dos trabalhadores.

A esse respeito:

[...] porque as pessoas mais velhas, mais doentes... o serviço exige uma estrutura melhor porque tem que estar muito acocado, às vezes tem que arrear um fardo, tem que... e conforme a história de vida deles não aguenta, por causa da coluna... é um serviço que depende de uma pessoa bem saudável para estar aqui... ela não pode ter alergia a nada. Então o pessoal entra, sai (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ).

Foi possível constatar nesse empreendimento que os trabalhadores a ele vinculados são portadores de reduzida escolaridade, sendo que alguns deles são ex presidiários, que contam somente com o trabalho braçal para se manterem. A reciclagem é, para eles, uma das últimas opções de ocupação e de renda. Em virtude disso, a ideia de que a associação na qual eles trabalham é um Empreendimento de Economia Solidária está bastante distante desses trabalhadores e, em especial, do dia-a-dia da reciclagem. Aliás, até mesmo a secretária-geral do empreendimento não concede a devida importância ao fato deles, estatutariamente, serem um EES. Durante a conversa estabelecida com ela, ficou visível o desconhecimento dela a respeito dos princípios e das práticas inerentes ao referido movimento. A expressão economia solidária, presente no estatuto da entidade, parecia ser somente mais uma formalidade desprovida de qualquer outro significado.

Realizando uma análise comparativa, é possível compreender que o desapego aos princípios da economia solidária mantém relações com a própria gênese da Associação Sepé Tiarajú. Quando do nascimento desta, uma assessoria prestou o devido auxílio, ministrando cursos e palestras a respeito do dia-a-dia na reciclagem, bem como a respeito da economia solidária. Contudo, a alta rotatividade entre os trabalhadores fez com que grande parte daqueles que haviam acompanhado esses esforços iniciais deixassem a iniciativa, buscando seguir suas vidas noutra local. A esse respeito, disse a secretária-geral do empreendimento:

Eles fizeram palestras [...] o pessoal da Minuano [...] cada cidade que “eles veem” eles ficam... só que eles fazem isso no início e vai mudando (os trabalhadores) então é a gente quem tem que ir renovando essas falas. Porque eles vieram e falaram com um grupo de pessoas, esse grupo de pessoas nem tá mais na associação, já renovou todos [...] (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ)

Outrossim, quando questionada a respeito das preocupações existentes em torno da manutenção do espírito inerente à Economia Solidária, a gestora do empreendimento assim referiu, demonstrando não ter compreendido a pergunta:

Não. A gente tem uma reunião por mês para acompanhar o trabalho, ver como tá o rendimento entre o pessoal, ver se alguma coisa está errada, para eles avaliarem, fazerem uma avaliação, se tá tudo bem [...] geralmente não, nunca tá bem [...] e aí tem uma que não tá produzindo, as faltas, o cumprimento do horário [...] isso a gente faz [...] deixamos eles bem conscientes de que todos eles são donos, todos eles tem que respeitar [...] não tem folha, não tem ponto, mas de primeiro nós tínhamos muito problema com horário, porque como todos eles são patrões, eles pensavam que um poderia chegar às 8, enquanto outro poderia chegar às 9, e outro às 10 [...] aí eu tive que explicar, que é como se voce abrisse um comércio, se você não abrir no horário aí vocês vão quebrar... ao foi, nessa coisa de ir conversando e aí eles foram vendo que não estava certo, aí tu vai pegando crédito entre eles (ENTREVISTA COM A GESTORIA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ).

A propósito, o público dedicado à reciclagem de lixo é dotado de peculiaridades próprias, que ficaram muito evidentes com as entrevistas realizadas. Com exceção de uma única trabalhadora, que desde a fundação da associação até o presente momento ocupa o cargo de presidente da associação, todos os demais trabalhadores mostraram-se bastante retraídos para a concessão da entrevista. Apesar dos questionamentos serem bastante simples, muitos deles compreenderam somente a muito custo o conteúdo das perguntas. As respostas, aliás, foram quase todas lacônicas, quando não monossilábicas, o que prejudicou significativamente a análise pretendida.

A presidente da associação, que há 15 anos trabalha no ramo da reciclagem. tem outra fonte de renda (é pensionista), o que transforma o salário proveniente do empreendimento solidário apenas num complemento. O fato dela ter outra fonte de renda altera substancialmente sua posição em face ao trabalho.

Curiosamente, foi nesta associação onde o pesquisador obteve maiores dificuldades em desenvolver a pesquisa. Se, de um lado, o contato com a secretária-geral foi, em todos os momentos, frutífero e esclarecedor, o diálogo com os demais trabalhadores foi sofrível. Aliás, a decisão de realizar integralmente a pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas e não por meio de questionários ocorreu depois do contato inicial com os recicladores. Estes demonstraram grande dificuldades com o questionário, motivo pelo qual este método foi abandonado para a utilização de entrevistas.

Mesmo assim, as respostas dos trabalhadores foram bastante aquém do esperado, o que ensejou ao pesquisador trabalhar, basicamente, com as declarações da secretária-geral do empreendimento. O contato com os trabalhadores foi muito relevante, porém, as informações por eles prestaram foram extraídas da observação

do serviço realizado, das entrelinhas e de detalhes que deixaram entrever. Logo, a observação foi mais frutífera e rica do que suas palavras, que foram opacas e tímidas.

Dessa forma, é um empreendimento dotado de características próprias que mereceram a atenção do pesquisador, seja em face às peculiaridades da reciclagem, seja em decorrência das tensões existentes em seu interior.

5.2 Desenvolvimento, liberdade e pobreza no contexto dos empreendimentos visitados

A pretensão de viver numa sociedade menos desigual tem dado ensejo a reflexões bastante diversificadas, sobretudo porque a pobreza e a exclusão são a própria síntese das tensões existentes no tecido social. A perspectiva de uma pobreza acidental (SANTOS, 2004), que não mantém relações com fatores externos, diz respeito a épocas passadas, nas quais o planeta não se submetia a processos homogeneizantes que espalham seus efeitos indiscriminadamente. Os processos e as situações existentes remetem a uma pobreza estrutural (SANTOS, 2004), a qual impõe seus efeitos de modo amplo, por onde o capital chegue. Portanto, os processos de exclusão e de pobreza decorrem de dinâmicas que escapam aos limites locais.

A solução para a exclusão e a pobreza estariam relacionadas, portanto, à alteração dos valores que inspiram as trocas e as relações comerciais. Rosenfield (2007) assevera que a economia de cunho competitivo deve dar espaço à solidariedade, uma vez que a preponderância da competitividade tem ensejado relações impregnadas de desigualdades. Relações pautadas pela solidariedade seriam, portanto, o substrato sobre o qual se desenvolverão relações mais equânimes e menos propiciadoras de disparidades. Aliás, o antropocentrismo, que reduz todas as coisas e a natureza a mero instrumento para a obtenção do lucro, propiciou o esgotamento dos recursos naturais e a exploração do próprio ser humano (BOFF; ARRUDA, 2000).

Os Empreendimentos de Economia Solidária surgem com a ambiciosa missão de gerar relações humanas, produtivas e comerciais que vão em direção contrária à exploração do trabalhador e do meio ambiente. Trata-se de fenômeno que pretende estabelecer relações de produção mais equânimes e não alinhadas com o grande capital. As pretensões da Economia Solidária permitem relacioná-la com a proposta de desenvolvimento como liberdade, cujos postulados ambicionam relacionar o

desenvolvimento ao grau de liberdade gozado pelo sujeito. Os conceitos de liberdade substancial, capacidades e agência cunhados por Sen (2000) mantêm relação intrínseca com os desejos da Economia Solidária.

A relação a ser estabelecida entre EES e desenvolvimento como liberdade dá-se especialmente em decorrência da dinâmica inerente à Economia Solidária, toda ela comprometida com o princípio da autogestão (SINGER, 2003). A partir do momento em que o trabalhador, a quem normalmente não são abertas oportunidades de expressão num empreendimento convencional, submete-se a um contexto no qual ele tem voz e vez, essas experiências podem ser importantes instrumentos de crescimento pessoal. Segundo Gaiger (2011), a abertura de canais de comunicação, na qual o sujeito canaliza sua visão a respeito dos caminhos a serem tomados pelo grupo constitui-se em instrumento capaz de desenvolver a identidade desses trabalhadores e as subjetivações a respeito de si mesmo.

Aliás, segundo Gonzalez (2005), o maior ganho decorrente do trabalho em Empreendimentos de Economia Solidária é a liberdade que os trabalhadores passam a usufruir nesses ambientes. Logo, em face ao posicionamento do referido autor, é necessário realizar uma análise a respeito da existência de valores e de práticas consentâneos com a liberdade nessas iniciativas. A pretensa liberdade – que poderia, num primeiro momento, dizer respeito à possibilidade de trabalhar quando quiser, se quiser, organizar seus próprios horários, dentre outros – pode ser apenas uma faceta do contexto de pobreza.

Por esse motivo, impende questionar em que medida as vivências e o cotidiano inerente aos EES auxiliaram para a redução do contexto de pobreza, compreendida como o quadro de privação de liberdades substanciais das pessoas. Para essa aferição, Adotaram-se os seguintes parâmetros, que estão umbilicalmente relacionados à proposta de Amartya Sen e, também, com alguns preceitos de grande relevância para a economia solidária, a saber:

- a) **O valor conferido ao trabalho realizado no EES em face ao trabalho formal regido pela CLT.** A relevância desse item está relacionada à própria noção de bem-estar inerente à liberdade substancial descrita por Sen (2000). A partir do momento em que este relaciona a capacidade e as liberdades a conteúdos subjetivos como a valorização de si mesmo e das situações que cercam ao sujeito, indagar a respeito dos benefícios existentes em trabalhar num empreendimento desse gênero ganha

relevância. A esse respeito, cumpre lembrar Zambam (2009), segundo o qual o conceito de pobreza na ótica de Sen está visceralmente relacionado a questões de cunho eminentemente subjetivas, como a habilidade de frequentar lugares sem estar constrangido.

- b) **Os diferentes perfis existentes entre os trabalhadores dos empreendimentos solidários visitados:** a pertinência desse quesito relaciona-se com a necessidade perquirir a respeito da dinâmica interna entre os trabalhadores. Se a aquisição dos valores inerentes à economia solidária permanecerem adstritos àqueles que exercem a gestão do empreendimento – e os demais não se mostram entusiasmados com essa possibilidade – a iniciativa está sendo falha no tocante ao seu caráter educativo. A propósito, se o EES demonstrar uma cisão muito expressiva entre os trabalhadores da gestão e aqueles que apenas exercem as demais atividades, estar-se-á diante de um empreendimento que apenas replica a dinâmica existente nas empresas. As peculiaridades inerentes a determinados perfis de trabalhadores estão em plena consonância com a promoção da autoestima e do reconhecimento próprio inerente à visão de superação de pobreza de Sen.
- c) **A (in)existência de precarizações no âmbito dos empreendimentos de economia solidária:** a discussão que aborda os empreendimentos de economia solidária como locais de produção de precariedade e de fragilidade dos relações laborais merece a devida atenção. Esse quesito é aquele que mais diretamente relaciona-se com a questão da pobreza enquanto privação de liberdade. Para tanto, abordou-se a questão do valor da remuneração desses trabalhadores e a aquisição de outros valores que transcendam à pecúnia.

A partir desses vetores, analisou-se o contexto encontrado nesses empreendimentos de economia solidária.

5.2.1 O valor outorgado ao trabalho associado em face ao vínculo empregatício

O primeiro elemento merecedor de discussão atine ao valor outorgado ao trabalho associado em face ao emprego formal, de carteira assinada, que concede ao

empregado as prerrogativas e indenizações previstas – até o presente momento – pela legislação brasileira. As leis trabalhistas concedem àquele que exerce atividade remunerada, não eventual e subordinada direitos e prerrogativas relevantes, como, por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o aviso prévio, a proteção à gestante e as indenizações em caso de demissão sem motivação, dentre outros (BRASIL, 1988).

Esses direitos formam um conjunto de garantias sociais que, naturalmente, são valorizadas pelos trabalhadores. Contudo, o trabalho exercido no âmbito dos empreendimentos solidários não concede essas mesmas prerrogativas aos trabalhadores, que não gozam, sequer, de uma remuneração mínima mensal e de seguridade social. Aliás, cumpre referir que a necessidade de conferir uma proteção previdenciária aos associados faz com que soluções criativas sejam engendradas, como, por exemplo, a seguinte, tomada na Associação Sepé Tiarajú, em São Gabriel, que formalizou todos os trabalhadores como micro empreendedores individuais:

o MEI (Micro empreendedor individual), né?! Que a gente tá conseguindo pagar, mas não de todo mundo, porque um pessoal “andou” saindo um pessoal a gente já vem colocando outra turma [...] e essa nova turma tem que se adaptar... vai lá faz um mês, daqui a pouco não deu certo tira [...] então têm seis (trabalhadores), que são do MEI e estão certos e os outros – são quinze trabalhadores no total – aí tem dois motoristas, um deles já tem MEI, o outro vai fazer como motorista [...] tem que ver se esse pessoal (os novos associados) vão se adaptar, para fazer uma ata e “botar” eles como associados (ENTREVISTA DA GESTORA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ).

Logo, em razão do trabalho em empreendimentos solidários não ser reconhecido como categoria profissional, até mesmo um benefício social básico como a previdência passa a ser buscada por meio de improvisos. Em virtude disso, calha questionar: que atrativos os membros de empreendimento solidário encontram – ou simplesmente não encontram – ao labutar em iniciativas desse tipo? Quais elementos tornam atrativa essa modalidade de atividade em face ao contexto hoje existente?

Refletindo a respeito das declarações prestadas pelos trabalhadores de empreendimentos solidários, vê-se que muitos deles têm significativo apreço pelas garantias relacionadas ao vínculo empregatício, as quais não são encontradas no trabalho associado. Os recicladores, ao serem questionados a esse respeito, não titubearam ao asseverar que o trabalho regido pela CLT é muito mais atrativo; a propósito, a própria gestora do empreendimento deixou entrever que o trabalho formal

é mais atrativo do que o associado, embora tenha, posteriormente, parcialmente reformulado sua resposta:

Ah [...] de carteira assinada é mais interessante falando no geral porque o associado vai contar tempo; contudo, se ele desconta INSS (trabalhando na associação), ao chegar o tempo ele vai se aposentar, se a pessoa se machucar aqui e precisar do auxílio doença ele vai ter, entendeu... só que a carteira assinada [...] (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ)

Nas outras oito entrevistas realizadas com trabalhadores da Associação Sepé Tiarajú, dois asseveraram que o trabalho formal apresenta maiores atrativos que o associado e os outros seis simplesmente afirmaram – por meio de monossílabos ou rápidos movimentos com a cabeça – que o trabalho no EES era melhor que o vínculo empregatício. Contudo, é imprescindível destacar que todos os que manifestaram a segunda opinião demonstraram pouca convicção, respondendo aos quesitos apenas mecanicamente. Na verdade, os trabalhadores que assim se manifestaram pareceram não entender – ou se importar – com essa questão.

Embora entre os membros da Associação Sepé Tiarajú o emprego formal seja compreensivelmente mais valorizado do que o trabalho associado, mesmo assim é possível encontrar alguns atrativos, que outorgam valor às atividades desenvolvidas no empreendimento solidário. Por exemplo, a atual vice-presidente da entidade – segundo relato de uma das entrevistadas – tem um filho ex-usuário de drogas e portador de problemas psiquiátricos severos. Este rapaz também labuta na reciclagem e, por esse motivo, permanece próximo de sua genitora, que o monitora constantemente. Essa proximidade é fator que tranquiliza a mãe, uma vez que o descendente desta já esteve preso.

Esse fato permite refletir a respeito dos trabalhadores tidos como “inempregáveis” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010), que não seriam admitidos em nenhum outro emprego, mas que encontram na economia solidária o único lugar que os recebe. Em que outro local uma senhora com reduzidíssima escolaridade conseguiria ocupação remunerada para si própria e para seu filho portador de transtornos psiquiátricos? Essa circunstância vale, por si só, como um fator positivo ao trabalho associado. Por esse motivo, a máxima segundo a qual os membros de empreendimentos solidários são padrões de si mesmo encontra consonância em fatos como esse.

Ademais, as entrevistas realizadas junto aos trabalhadores da cooperativa UNIVENS demonstraram existir outros motivos capazes de ensejar a permanência do trabalhador no empreendimento. Uma das cooperativadas, quando questionada a respeito dos atrativos existentes no ambiente de economia solidária, fala que até mesmo a possibilidade de atuar junto aos fóruns de discussões relacionados à Economia Solidária, de conhecer lugares desconhecidos e viajar constitui-se em benefício apreciado pelo trabalhador. A esse respeito, três trabalhadoras realizaram expressa menção:

No convívio com as pessoas. E tu acaba te envolvendo com outras coisas, tipo o Fórum de Economia Solidária. Tu vai te envolvendo e parece que tu vai entendendo melhor as coisas. Às vezes tu nem sabe se o companheiro de trabalho está tendo algum problema, aí isso tudo muda (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 5).

Outra trabalhadora realizou idêntica inferência:

Sim, porque trabalhando aqui... eu nunca imaginei poder viajar, ir até a praia. Aqui, a Cooperativa meu deu a possibilidade de me integrar com o assunto de ecologia, fazer debates, promover debates, passar o que a gente aprendeu na cooperativa... e viajar de avião, coisa que eu nunca tinha feito... a cooperativa proporciona isso para a gente (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 4).

Uma terceira trabalhadora realizou a mesma afirmação:

Olha [...] da maneira como a gente trabalha aqui a gente aprende a lidar com as pessoas [...] a gente aprende a respeitar uns aos outros [...]
Eu sou bem sincera, o que me prende na cooperativa é o fato da gente ter uma vida pessoal melhor, uma vida familiar melhor. Numa fábrica tu não tem esse tempo. Aqui vou almoçar em casa. Aqui o que muda é a proximidade com a casa. Se tem um jantar teu filho vai. O que me prende é o conforto pessoal, não é a aprendizagem. As coisas boas aqui é que nos prendem. Quando a gente precisa ir num médico a gente avisa, e numa empresa eu já teria sido demitida (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA DE N.º 3).

A oportunidade de realizar atividades que transcendam os limites do trabalho realizado no empreendimento solidário transforma-se em atrativo relevante para os trabalhadores, sobretudo porque – segundo relato de uma cooperativada – o contato com pessoas diferentes é um ganho pessoal muito grande:

Sim, somos todas senhoras sem muito estudo e neste meio a gente conhece pessoas e com isso a gente se desinibe. Aprende a falar. A gente conhece gente inteligente e se sente parte.

Pergunta: A senhora aprendeu algo que levou para fora da cooperativa?

Resposta: Fora também. A desenvoltura de falar a gente aplica na família. A gente viaja e participa de palestras (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA DE N.º 5 - UNIVENS).

As palavras de uma das diretoras da Associação Km 21, em Bagé, são bastante interessantes a esse respeito. Cumpre dizer, contudo, que suas palavras encontram consonância com uma série de frases clichês normalmente referidas por quem se vincula ou defende a economia solidária:

Eu acho que aqui faz diferença o negócio de tu ser o dono do negócio. Eu que faço meu horário, eu trabalho, eu sei que eu tenho que trabalhar porque se não tenho [...] mas eu não tenho aquela coisa... se eu chegar as 7h30min ninguém vai me pergunta [...] “Fulaninho tu tinha que estar aqui as 7h”. Tu não vai precisar bater o ponto, tu não vai precisar dar 10 mil explicações. Aqui tem o público com filho, aí traz ele. Vai ter uma sala estruturada onde ele vai poder deixar a criança e trabalhar, diferente do mercado formal. (ENTREVISTA À GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21)

Desse modo, a despeito do trabalho em empreendimentos solidários ainda carecer de reconhecimento do Estado brasileiro, é possível entrever, mesmo assim, atrativos importantes, relacionados à liberdade concedida aos trabalhadores, que se expande diante de novas experiências e convivências. Logo, é possível classificar o trabalho associado como um elemento proporcionador de crescimento da autoestima dos trabalhadores, não somente em virtude da renda proporcionada, mas de ganhos pessoais que não são monetariamente mensuráveis.

É curioso notar, com base nas entrevistas transcritas acima, que a dinâmica estabelecida no interior do estabelecimento redundou em outras aptidões exteriores ao trabalho, o que se constitui em aquisição relevante para o sujeito. Essa circunstância permite o estabelecimento de claras intersecções entre o labor ali realizado e as contribuições teóricas de Amartya Sen (2000), cuja percepção de liberdade substancial relaciona-se intrinsecamente com o conceito de amor próprio. A esse respeito, bastante adequadas são as palavras de Nussbaum (2002), para quem o crescimento da capacidade das pessoas relaciona-se à habilidade destas transcenderem aos processos mecânicos da natureza, de estabelecer projetos e de sonhar.

Na Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS – foi possível verificar um empoderamento bastante significativo das cooperativadas, que não demonstraram inibição durante as entrevistas. Comparativamente, essa foi uma grande diferença

encontrada nesse EES, uma vez que em todos os outros visitados os trabalhadores demonstraram grande acanhamento ao responder às perguntas e, não bastasse isso, dificuldade de compreender os questionamentos e articular as respostas. É possível concluir que a habilidade dos trabalhadores dialogarem com o pesquisador – ou qualquer outra pessoa – e expressar suas ideias fluentemente constituem-se em importantes conhecimentos não estritamente ligados ao trabalho.

Calha não deslembrar que o ofício de costureira não proporcionaria em nenhum outro lugar as oportunidades de crescimento pessoal oferecidas às trabalhadoras da UNIVENS. Aliás, cumpre destacar que o cotidiano em confecções convencionais não possibilita às costureiras outros ganhos que não seja o financeiro – muitas das vezes bastante minguado – ou conhecimentos rigorosamente adstritos ao trabalho. Então, por possibilitar uma outra visão e saberes que não se limitam aos estreitos limites do ambiente de trabalho, é possível asseverar que um EES tal qual o referido possibilita um fortalecimento da dignidade humana e da condição de agente dos sujeitos (NUSSBAUM, 2002).

O dia-a-dia no EES, quando efetivamente vigentes os princípios da economia solidária, é um rico proporcionador de experiências de cunho educacional, conforme destacado por Tiriba (2001). Todavia, é necessário manter-se crítico a respeito dos quesitos que podem efetivamente proporcionar formação de conhecimento. Não basta a existência de um ambiente no qual as decisões são tomadas em grupo, não bastam, sequer, declarações e afirmações que digam ser grandes os ganhos ao se trabalhar lá. Muitos empreendimentos, infelizmente, não passam de meros proporcionadores – temporários, aliás – de remuneração e ocupação a pessoas desempregadas, as quais não desenvolvem qualquer outro valor ou aprendizado ao se dedicarem a essas iniciativas.

Infelizmente, os demais empreendimentos visitados, em especial a Associação Sepé Tiarajú, não possibilitaram um crescimento similar aos seus trabalhadores. Dessa maneira, não é viável se tomar de uma mesma craveira e asseverar que todos os EES são ensejadores de valores que superem a mera geração de renda. Nesse sentido:

Trabalhando na Cooperativa... como eu tenho 27 anos de carteira assinada, eu vinha de um costume cada um por si, individualista. A gente até fazia grupinhos, mas na cooperativa não tem isso, a gente tem uma integração entre nós muito diferente. E quando eu vim para cá eu havia acabado de perder minha mãe e tive um apoio das gurias que nunca tive em lugar nenhum. Uma colega me levava lá para a cozinha e fazia o cafezinho. Então elas se preocupavam muito com isso. (ENTREVISTA DA TRABALHADORA DE N.º 4)

Os EES, calha destacar, segundo asseverado por Singer, proporcionam aprendizados que reverberam não apenas no âmbito do estabelecimento, mas também fora dele, na vida dos trabalhadores. Em alguns empreendimentos, durante as entrevistas, foi possível verificar essa situação.

Logo, em tempos nos quais as leis trabalhistas estão sendo alvo de expressivas alterações, o debate a respeito do valor outorgado ao trabalho no contexto solidário em face à CLT ganha relevância. A ausência de um reconhecimento explícito ao trabalhador solidário acaba por gerar uma lacuna, que repercute negativamente em pretensões legítimas e necessárias, como o recolhimento de contribuições previdenciárias, por exemplo. Na verdade, enquanto categoria profissional – se é que esta expressão pode ser utilizada para esse contexto – os trabalhadores solidários ressentem-se de reconhecimento, o que dá ensejo a improvisos.

O trabalhador concederá valor às atividades desenvolvidas no EES sempre que práticas e valores maiores, não apenas relacionados ao trabalho em si e aos ganhos financeiros, tiverem relevância. O oferecimento de renda substancial, aliás, não é um aspecto tradicionalmente encontrado em Empreendimentos de Economia Solidária, que são muito mais identificados com outros ganhos pessoais.

5.2.2 Os diferentes perfis profissionais existentes nos empreendimentos solidários

As entrevistas realizadas junto aos empreendimentos solidários foram relevantes para explorar as percepções daqueles que labutam nesses ambientes e demonstraram a existência de perfis profissionais diferentes entre os trabalhadores, cada um dos quais dotado de pretensões diversas. Isso redundava em manifestações tão importantes quanto contraditórias no âmbito dos empreendimentos solidários visitados, pois, enquanto alguns indivíduos afirmam estar vinculados aos empreendimentos somente enquanto não encontram outra ocupação remunerada, outros afirmam nutrir valores que transcendem o puro interesse pecuniário.

As entrevistas realizadas junto à associação de catadores Sepé Tiarajú, em São Gabriel demonstraram as discrepâncias existentes entre aqueles que labutam nesses empreendimentos. A trabalhadora dedicada à gestão, *v. g.*, tem um posicionamento proativo, relativamente consciente do papel de uma associação do gênero; enquanto isso, os demais trabalhadores dedicados ao trabalho braçal mostram-se alheios a tudo o que não esteja relacionado ao trabalho e ao proveito financeiro dele decorrente. Aliás, a maneira como os associados se comportam e se manifestam deixam entrever algumas inibições que merecem atenção, em especial alguns limites e dificuldades para estabelecer uma cooperação efetiva durante o trabalho.

Quando a secretária-geral da associação foi questionada a respeito da maneira como os demais trabalhadores interagem com os gestores de nível intermediário, interessantes assertivas são realizadas:

Não é que o pessoal não goste, é que o pessoal que trabalha eles não recebem ordem de outras pessoas, eles focam a diretoria assim, por exemplo, o presidente, e eles acham que é essa pessoa que tem que... sei lá... porque tem os fiscais aí dentro... são três fiscais e um suplente colocados “dentro” da produção, só que se eles vêem alguma coisa errada eles têm o direito de falar eles fazem parte da diretoria. É para fazer parte da diretoria todos eles têm de ser sócios. Às vezes eles (os trabalhadores) têm dificuldade de acatar o que se está solicitando, se for para fazer algo mais sério, está “dentro” do estatuto que ele (o trabalhador) pode ser afastado da associação... seguimos o estatuto... tudo que eu faço tá baseado no estatuto... porque se a pessoa (trabalhador) não se submeter às ordens ela pode ser afastada... então eles (trabalhadores) têm essa dificuldade... tudo é o jeito, tem que saber falar... são as palavrinhas mágicas aquelas que eu sempre digo: por favor, muito obrigado e licença... eles gostam dessa gentileza, eles dizem “a senhora sabe falar, sabe lidar”... “tu sabe falar, sabe pedir as coisas”... eles não (os fiscais), eles falam alto eles não tem aquela coisa de liderar... esse negócio de liderar não é fácil... (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA DE N.º 3)

De acordo com a classificação proposta por Azambuja (2009), as declarações prestadas pela gestora da Associação Sepé Tiarajú permitem enquadrá-la no perfil da solidariedade, que é inerente àqueles que conseguem compreender e praticar os postulados da economia solidária. Não coincidentemente, o empreendimento mantém significativa dependência dessa gestora: ao cabo das entrevistas, em meio a uma conversa informal, ela disse que os demais trabalhadores têm demonstrado receio diante da possibilidade futura de assumir a liderança da associação, sobretudo porque, em breve, a atual gestora não poderá permanecer nessa função.

É ela quem estabelece contato junto aos órgãos públicos do Município e realiza todas as demais atividades externas, o que concede a ela um papel nevrálgico na existência e continuidade da reciclagem. O acanhamento dos demais trabalhadores em face à possibilidade de assumirem essas responsabilidades permite discutir a (in) habilidade do trabalho associado desenvolver a condição de agente, inerente à construção teórica de Amartya Sen (2000). Em face às perspectivas de enfrentar os desafios inerentes à liderança, os demais integrantes da associação se apequenaram e se julgaram inábeis para desempenhar essa função. É certo que, na Associação Sepé Tiarajú, o ambiente associativo não teve a aptidão de desenvolver valores que transcendam o simples ganho financeiro em seus associados.

Resultados semelhantes foram encontrados junto ao Complexo KM 21, em Bagé, no qual os trabalhadores não ocupantes de cargos de direção têm se mostrados inibidos diante da possibilidade de estar à frente do empreendimento:

Mas a galera fala que é muito compromisso, que “não é para mim”, que “o meu negócio é só trabalhar”. Então o pessoal tem aquela insegurança ainda. Mas acho que com o tempo tu vai...
 (...) Por mais que a gente diga “a gente ajuda e é assim é assado” tem unidades que o público não está preparado [para assumir encargos de gestão]. (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21)

Na verdade, as entrevistas realizadas junto aos empreendimentos solidários visitados em Bagé e São Gabriel demonstraram a existência de grandes dificuldades dos trabalhadores dedicados aos trabalhos desempenharem atividades de gestão. Talvez um dos motivos a dar ensejo a esse quesito é que estes dois EES são relativamente novos e, não bastasse isso, apresentam alta rotatividade.

Realmente, as inibições expressadas pelos trabalhadores não dirigentes demonstram que estes ainda não alcançaram o sentido de liberdade substancial proposto por Sen (2000). As liberdades instrumentais disponibilizadas aos associados – participação em reuniões periódicas, voto, dentre outros – não foram capazes, até o presente momento, de desenvolver nessas pessoas o sentido de empoderamento e amor próprio inerente à visão de desenvolvimento como liberdade.

Curiosamente, na UNIVENS, as trabalhadoras também mantêm certo receio de exercer a liderança do empreendimento, a despeito das conquistas e dos avanços inegáveis obtidos no referido EES. Até mesmo durante o período na qual a atual gestora ocupou cargo em comissão junto ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, ela continuou a desempenhar suas atribuições de presidente. Aparentemente, as

dificuldades em conseguir alternância na administração são as mesmas encontradas nos demais empreendimentos:

Eu trabalho normal e não ganho um centavo por ser presidente da cooperativa. Aqui nós construímos essa ideia de que uma vem e assume. A gente fez eleição quinta-feira. Aí se abriu oportunidade para que cada uma se colocasse na posição que é mais confortável. Aqui há uma grande resistência em assumir a presidência. Eu sempre coloquei que o cargo está sempre aberto. Quando alguém se colocar ninguém irá disputar comigo. O papel do presidente aqui é apaziguar, não é o papel de assinar cheque... Este é o papel de liderança, que precisa ser reconhecido e respeitado por todos. Mas aqui não se tem esse negócio de poder. Tu tem mais responsabilidade e esforço. O pessoal é muito participativo; teve um fórum aqui e nós fomos em nove. Tu não carrega a cooperativa sozinha. Algumas pessoas têm dificuldade em lidar com esse papel. Tem gente que tem dificuldade com isso, de lidar com o cargo. Tem gente que mina a cooperativa, pois ao invés de lidar com os conflitos ele só espalha os problemas. Então, alternância por alternância pode ser o fim da cooperativa. (ENTREVISTA COM A GESTORA DA UNIVENS)

Cumpram-se destacar que no empreendimento Sepé Tiarajú e na UNIVENS foi possível identificar uma relevância exacerbada da figura das gestoras, que, de certa maneira, mantinham comportamento análogo àquele mantido na iniciativa privada. Aliás, o discurso dessas pessoas era repleto de expressões que conferiam a elas certa proeminência no trabalho em face aos demais trabalhadores. Costumeiramente, seja nas conversas informais, seja nas entrevistas propriamente ditas, a expressão “meu empreendimento” e “meus trabalhadores” espocavam com naturalidade, denotando certo personalismo em suas atitudes.

Curiosamente, esse é um dos aspectos centrais na dinâmica interna desses empreendimentos: o distanciamento comportamental entre aqueles que exercem a gestão e aqueles que somente trabalham. Em que falhou o caráter educativo (TIRIBA, 2001) inerente aos empreendimentos de economia solidária? Quando se fala a respeito de uma prática com forte caráter educacional – como o labor realizado no âmbito dos empreendimentos solidários – é necessário questionar a respeito dos fatores que impedem essa aprendizagem entre os trabalhadores. A permanência e continuidade dos sujeitos no empreendimento de economia solidária é fator importante para compreender essa habilidade. O transcorrer do tempo é elemento relevante para consolidar práticas e hábitos novos.

Segundo a secretária-geral da Associação Sepé Tiarajú, o “entra e sai” da associação é muito expressivo, o que ensejou a alteração do estatuto da entidade, que passou a vetar o retorno de trabalhadores que, anteriormente, já haviam se vinculado ao empreendimento, mas que, voluntariamente, se desligaram. Até a

alteração estatutária, era muito corriqueiro os trabalhadores labutarem certo tempo e, depois, saírem do empreendimento, para gozarem de uma espécie de férias.

Normalmente, todos os EES oferecem aos seus membros uma relevante liberdade instrumental (SEN, 2000), a saber, a participação em assembleias, que, periodicamente, reúnem todos os trabalhadores. Ao funcionar como canal de comunicação entre todos os integrantes do empreendimento, estes podem encontrar nessas reuniões a oportunidade de confabular e expor suas pretensões e dificuldades cotidianas. Na UNIVENS a existência de assembleias é descrita da seguinte maneira por uma das trabalhadoras:

(...) por meio de uma assembleia, que ocorre todos os dias 23 de cada mês. Aí a gente faz todo mês uma assembleia. A gente vê o que pode ser feito para o futuro... Tudo é feito na assembleia. Se tem alguma coisa a gente faz uma reuniãozinha entre nós. Os trabalhadores mais jovens entendem bem (ENTREVISTA DA TRABALHADORA N.º 1).

As assembleias são importantes instrumentos para canalizar as pretensões dos trabalhadores solidários. Em decorrência disso, questionou-se a presidente da UNIVENS se seria possível acompanhar uma das reuniões, visando conhecer o comportamento dos membros daquele empreendimento nessas oportunidades. Como resposta, obteve-se um solene não. Após a resposta, decorreram alguns instantes de profundo desconforto por parte da gestora; ao final de alguns segundos de silêncio, ela explicou sua negativa, dizendo que as assembleias são momentos bastante particulares para todos e que preferiam realizá-las sem a presença de alguém de fora.

Infelizmente, a negativa da gestora impediu que informações relevantes a respeito da dinâmica existente nessas reuniões fossem colhidas. A assembleia, por si só, é um instrumento importante para canalizar as pretensões dos trabalhadores, mas não se deve outorgar maior valor do que ela efetivamente tem. Ao mesmo tempo em que ela pode oportunizar a abertura e o diálogo entre os trabalhadores, fazendo as vezes de uma liberdade instrumental (SEN, 2000), a assembleia pode, simplesmente, estar servindo como um elemento proforma, sem qualquer outro significado ou importância para os trabalhadores.

Dessa maneira, é possível verificar que a catalogação promovida por Azambuja (2009) a respeito dos valores dos trabalhadores de Economia Solidária é bastante adequada. O citado autor concluiu pela existência das seguintes espécies de associados: os com perfil da solidariedade; os com perfil assalariado; e, por último, os com perfil da instrumentalização capitalista. O acerto existente nessa catalogação

encontra-se no fato dela desvelar as diversas pretensões e desejos existentes entre os trabalhadores do setor.

A primeira categoria de trabalhadores – perfil da solidariedade – é formada por aqueles que construíram e apresentam valores adequados com a proposta da Economia Solidária, uma vez que são guiados pelo princípio da igualdade, da participação e da solidariedade. Portanto, formam o grupo de pessoas que mais adequadamente se portam em face às propostas da ES. Por outro lado, existem aqueles trabalhadores que podem ser tachados como de perfil assalariado, que se preocupam mais com a realização do serviço, mas que desprezam os processos participativos inerentes burocráticos; para estes, as assembleias e as deliberações coletivas não passam de entraves. Por último, o perfil da instrumentalização capitalista, cujas ideias visam apenas à inserção econômica do empreendimento e à maximização da produção.

Todos esses perfis são facilmente identificáveis nos empreendimentos visitados, em especial naquelas iniciativas mais jovens, menos consolidadas, nas quais não se desenvolveu, ainda, uma cultura consolidada do trabalho autogerido. No caso específico da associação Sepé Tiajajú, embora a atual Secretária-geral apresente grande desenvoltura e protagonismo, todos os demais associados alinham-se com o perfil assalariado ou, quiçá, com o perfil da instrumentalização capitalista.

Cumprе trazer, aqui, a reflexão de Azambuja (2009), que discute a compatibilidade desses perfis profissionais em face à filosofia da Economia Solidária. Segundo ele, embora o perfil da solidariedade seja aquele mais harmonizado com as pretensões da ES, o perfil assalariado não seria, a priori, incompatível com os fins colimados pela Economia Solidária. O problema reside com o último perfil, a saber, o da instrumentalização capitalista, que não é simplesmente diverso, como é também contrário à ES.

Por meio das entrevistas realizadas junto aos trabalhadores da Associação Sepé Tiarajú, foi possível identificar certo acanhamento generalizado. As entrevistas realizadas demonstraram tratar-se de pessoas desprovidas de outras possibilidades profissionais e pessoais, que encontraram na associação Sepé Tiarajú a única, a derradeira chance de trabalho. As entrevistas foram muito elucidativas a esse respeito. Por exemplo: durante a oportunidade na qual se conversou com a vice-presidente da entidade, pode-se notar o constrangimento dela ao falar sobre as circunstâncias inerentes ao labor desenvolvido no empreendimento. Quando ela foi

questionada sobre a imagem do trabalho dos recicladores perante a comunidade, ela não titubeou em dizer que ela e seus colegas deveriam gozar de maior reconhecimento.

É difícil compreender os EES como um todo homogêneo, sobretudo porque os trabalhadores desses empreendimentos têm diferentes pretensões e desejos ao ingressar nessas experiências. É por esse motivo que é possível encontrar sujeitos com um discurso muito afinado com a proposta da Economia Solidária ao lado de pessoas que, claramente, não têm nenhuma familiaridade com os conceitos inerentes de ES e que, também, não veem sentido nessas definições. Na Associação Sepé Tiarajú, localizada em São Gabriel, *v. g.*, a compreensão dos princípios norteadores da Economia Solidária é negligenciada, inclusive, pela Secretária-geral (cargo equivalente ao de presidente) do empreendimento, que, em entrevista, demonstrou desconhecer seu significado.

Quando da leitura do estatuto da associação, a gestora concedeu nenhuma importância à cláusula de acordo com a qual a entidade era regida pelos preceitos da Economia Solidária. Essa circunstância, que num primeiro passar de olhos é insignificante, é digna de atenção, uma vez que os EES são impregnados de grande carga ideológica e educacional. Um fato que pode explicar – pelo menos parcialmente – esse fato, é que a pessoa jurídica que prestou assessoria ao empreendimento há muito não prestava nenhum tipo de apoio, o que fez com que os trabalhadores se distanciassem dos princípios da auto-gestão.

5.2.3 Empreendimentos solidários: precarizações e liberdades

Se Tiriba (2001) pergunta como vivem os pobres, é imprescindível questionar, também, se a participação em empreendimentos de economia solidária não integra o contexto de precarização da mão de obra, ou seja, uma tentativa de geração de emprego e renda semelhante a outras tantas já existentes. Essa indagação ganha especial relevância, sobretudo porque, sob o aspecto tradicional, a exclusão implica na inabilidade de integrar-se socialmente com as demais pessoas, mantendo-se à margem das demais relações sociais. Caso os EES não tenham a aptidão de ensinar a criação de valores como aqueles defendidos por Sem (2000), essas iniciativas cumprirão, apenas, uma função paliativa, de redução das tensões existentes entre os

desafortunados. Contudo, perpetuarão o *status quo* e manterão os trabalhadores submetidos às mesmas dificuldades de sempre.

O primeiro quesito a ser analisado a esse respeito diz respeito à remuneração oferecida nesses empreendimentos, que não é fator essencial à discussão mas reveste-se de inegável importância. Quando se discute a respeito dos EES, o quesito remuneração é, invariavelmente, merecedor de atenção, uma vez que propicia indagações relevantes a respeito da dinâmica inerente à economia solidária. Os paradoxos pertinentes aos ganhos financeiros no ambiente da economia solidária suscitam os seguintes questionamentos: os ganhos obtidos nessas iniciativas são suficientes ou são meros paliativos? É a remuneração ou são os outros ganhos sem conotação financeira que devem preponderar num empreendimento desse gênero? Quando se efetuam essas duas indagações, não se quer reduzir a importância da pecúnia para o fornecimento de itens essenciais à subsistência, mas se deseja perquirir sobre a habilidade dos EES transcenderem o mero ganho material.

Amartya Sen (2010) insere, como já visto em capítulos anteriores, questões relevantes nessa discussão, pois tenta desvincular sua proposta de desenvolvimento de questões puramente financeiras. O economista indiano outorga relativa – mas mesmo assim significativa – relevância ao dinheiro, que é tratado como meio e não como fim das ações humanas. Em decorrência disso, vários assuntos aos quais se outorgou determinado significado – como o desemprego, que sempre esteve relacionado à perda da capacidade de consumo – são reinterpretados e direcionados para outros significados – como a perda de autoestima, por exemplo.

Os empreendimentos de economia solidária visitados foram claros demonstrativos das ambiguidades e contrariedades inerentes a esse ambiente, que pode, em determinadas hipóteses, ser um válido e efetivo fornecedor de ocupação remunerada, mas, ao mesmo tempo, podem ser, apenas, ocupações de caráter temporário. Não em vão, o Mapeamento da Economia Solidária promovido pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária formulou o seguinte questionamento os trabalhadores vinculados à EES: **os empreendimentos estão conseguindo remunerar os associados?** O resultado obtido foi importante:

Tabela 03 – Capacidade de remuneração dos empreendimentos.

Estado	Sim	Não	N.º EES
Paraná	354	137	491
Rio Grande do Sul	724	138	866
Santa Catarina	245	176	421
Total	1.323	451	1.778

FONTE: SINAES (2013)

No caso do estado do Rio Grande do Sul, 84% dos empreendimentos visitados foram capazes de oferecer remuneração aos associados, o que, embora seja um número expressivo, não é capaz de esclarecer as nuances existentes em torno desse tema. Em que pese a relevância desses dados, eles são demasiado genéricos, uma vez que não permitem entrever o quanto desses dados alcança o montante de um salário mínimo e o quanto sequer alcança este patamar.

Dos três empreendimentos visitados durante a realização da pesquisa empírica, dois deles – a Associação São Sepé e a UNIVENS – declararam oferecer uma remuneração minimamente digna aos associados. Em ambos os casos, os ganhos gravitam em torno de um salário mínimo. Na Associação Km 21, em Bagé, embora um determinado setor ofereça renda de aproximadamente R\$ 1.400,00, os trabalhadores dos demais segmentos não obtêm renda suficiente ou, sequer, constante, o que é um problema significativo para quem deseja se estabelecer no empreendimento.

É possível relacionar a renda às liberdades instrumentais a que Sen (2000) faz menção, uma vez que a remuneração é um dos fatores que, somado a outros, possibilita ao sujeito desenvolver suas habilidades de interação com o meio que o cerca. Da mesma maneira como a existência de instituições políticas sólidas possibilita o exercício do voto, a renda também pode ser categorizada como um dos elementos a colaborar para a construção da liberdade substancial.

Dessa maneira, embora o oferecimento de renda seja algo relevante, natural e indispensável em decorrência da realização de serviços e trabalhos, a realidade nos três estados do sul do Brasil expressa a existência de um significativo número de empreendimentos que não conseguem, sequer, remunerar os associados. Infelizmente, esses números demonstram o contexto de precariedade que existe em

quantidade significativa dos EES. Não bastasse isso, o mesmo mapeamento, ao questionar se a renda obtida no empreendimento é a principal ou é apenas um complemento, obteve o seguinte resultado:

Tabela 04 – Característica da renda

Estado	A Fonte principal da Renda dos Sócios	Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades	Complementação de Recursos recebidos por doações ou programa	Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	Outro	N.º EES
Paraná	147	170	12	20	5	491
Rio Grande do Sul	294	382	17	20	11	866
Santa Catarina	105	129	4	5	2	421
Total	546	681	33	45	18	1.778

FONTE: SINAES, 2013.

As variantes acima destacadas também foram encontradas nos EES visitados, nos quais havia trabalhadores que se dedicavam ao empreendimento com exclusividade, ao passo que outros obtinham uma mera complementação de renda. Nas três iniciativas visitadas foi possível encontrar trabalhadores com todos esses perfis. Na Associação Sepé Tiarajú, por exemplo, a gestora declarou ser pensionista junto ao Regime Geral de Previdência Social, enquanto todos os outros associados tinham na economia solidária sua única fonte de renda.

Na UNIVENS foi possível encontrar a mesma situação, uma vez que os quadros de trabalhadores associados são formados, em grande parte, por pessoas já aposentadas ou que dizem necessitar da renda do companheiro – esposo, esposa – para que a saúde financeira do seu lar permaneça equilibrada. Naturalmente que declarações desse gênero devem ser relativizadas e compreendidas no contexto econômico e social hodierno, no qual as dificuldades financeiras são regra e não exceção.

Em face a esses dados, é imprescindível questionar: o trabalho desenvolvido nos EES visitados permite aos (as) seus (suas) trabalhadores (as) sonhar mais? Este questionamento é, em sua essência, muito relevante, mas deve ensejar cuidado e atenção ao pesquisador. De que maneira será possível verificar ou entrever se o

trabalho associado permitiu às pessoas ter outra visão e outras perspectivas? Um ponto de partida foi questioná-las a esse respeito.

Na Associação Sepé Tiarajú, de todos os oito trabalhadores entrevistados, todos asseveraram que o trabalho permite entrever novos horizontes. Todavia, o resultado obtido, que numa primeira avaliação mostrar-se-ia alvissareiro, deve ser compreendido com cautela, em especial porque a postura e o contexto laboral no citado EES apontam em sentido contrário. O acanhamento generalizado, as respostas monossilábicas e a própria dificuldade em compreender os questionamentos formulados pelo doutorando contrariaram as declarações dos entrevistados. Se a iniciativa lhes possibilita o descortinar de novos horizontes, implementando a proposta de desenvolvimento como liberdade, eles teriam outra postura.

No geral, é possível verificar que o vínculo que une os trabalhadores à Associação Sepé Tiarajú é de caráter utilitarista (SEN, 2000), uma vez que as pretensões e preocupações dos associados não superam a obtenção de remuneração. A propósito, não foi possível identificar, pelo menos durante a realização da pesquisa, outro motivo ou desejo que justifique a permanência dos trabalhadores no EES a não ser o ganho financeiro; quando qualquer outra opção surge, o empreendimento é imediatamente trocado. Nem valores, nem práticas que extravasassem o mero ganho financeiro foram identificados no cotidiano do empreendimento.

A identificação do caráter utilitarista predominante na Associação Sepé Tiarajú decorre da constatação do elemento básico inerente ao pensamento utilitarista, a saber, a satisfação de um único desejo e pretensão (SEN, 2000). Essa satisfação pode ser decomposta em três outros postulados referidos por Santos, Casagrande, Hoeckel e Marin (2013): a ênfase no bem-estar; a crença de que este é medido a partir do ingresso no mercado; o entendimento de que o critério mensurador da satisfação é o simples somatório. A crítica feita por Amartya Sen ao utilitarismo pode ser perfeitamente identificada no contexto empírico encontrado na Associação Sepé Tiarajú.

Um dos fatores a indicar o caráter utilitarista inerente à Associação Sepé Tiarajú é a baixa permanência dos trabalhadores no empreendimento, que não apresenta outro atrativo que não o fornecimento de renda minguada. A partir do momento em que outra opção – talvez melhor remunerada ou formalizada – surge, o associado não titubeia em desligar-se do empreendimento. Infelizmente, pode-se constatar que o

trabalho na reciclagem – pelo menos no empreendimento visitado – surge como a última opção de ocupação lícita àqueles sujeitos.

As experiências vividas na reciclagem de lixo permitem aos trabalhadores desenvolver sua liberdade substancial? Permitem aos trabalhadores viverem a vida que escolheram (SEN, 2000)? Em face aos elementos colhidos, é perfeitamente possível asseverar que esses trabalhadores não escolheram, não optaram por labutar na reciclagem, o que confronta o pensamento seniado de desenvolvimento como liberdade. Todos os trabalhadores da Associação Sepé Tiarajú estavam, na verdade, presos a uma situação, a um contexto do qual sairão assim que obtiverem outra opção.

A liberdade substancial – que é a pré-requisito para o desenvolvimento da condição de agente – mantém fortes intersecções com o conceito de autoestima e de consideração por si próprio. No caso concreto, na Associação Sepé Tiarajú, é possível identificar vários indicativos de que o nível de amor próprio dos trabalhadores da associação é bastante reduzido. Todos os entrevistados responderam timidamente aos questionamentos realizados, sempre por monossílabos, demonstrando desconforto e incompreensão durante a entrevista. Constatações desse gênero dão razão a Nussbaum (2002), que relaciona a capacidade e as liberdades substanciais à dignidade humana.

Dessa maneira, todas as liberdades instrumentais disponibilizadas estatutariamente – assembleias e reuniões – não possibilitaram o florescimento de valores transcendentais e mais profundos, como aqueles almejados e explicitados por Sen (2000). Isso reforça a distinção existente entre as liberdades substanciais e as instrumentais e, sobretudo, a independência estabelecida entre essas duas instâncias, que, embora mantenham natural e inevitável contato entre si, não crescem na mesma proporção e intensidade.

Isso permite inferir que os Empreendimentos de Economia Solidária poderão compor não apenas um contexto de fortalecimento das liberdades e de desenvolvimento da capacidade dos cidadãos, mas também poderão gerar efeito inverso. Alvino-borba e Mata-lima (2011), por exemplo, dizem que a exclusão social é formada por inúmeros fatores, um dos quais é a precarização das relações de trabalho. Logo, se o EES se estabelecer num contexto de privação de perspectivas aos trabalhadores e for, apenas, uma ocupação temporária, sem maiores atrativos,

não se estará diante de um fenômeno transformador e emancipador, mas de um fenômeno perpetuador das privações de liberdade.

O rótulo “Empreendimento Solidário”, por si só, não deve acarretar num juízo positivo *a priori*. A propósito, é possível que um EES esteja em harmonia com o conceito de inclusão-injusta (SEN; KLIKSBURG, 2010), de acordo com o qual, embora o sujeito esteja num ambiente produtivo, esse trabalho não lhe acarreta possibilidade de crescimento pessoal. Assim, ao invés de superar a pobreza e a exclusão, as atividades realizadas nesses estabelecimentos poderão perpetuar as injustiças sociais, concedendo-lhe, apenas, uma nova roupagem.

O quadro encontrado na UNIVENS foi significativamente diverso daquele encontrado nas outras duas iniciativas, uma vez que foi possível visualizar, inclusive, um conjunto de valores, práticas e hábitos que estão devidamente sintonizados com a economia solidária e com a proposta de Amartya Sen (2000). Embora não seja possível firmar uma única regra para designar o conjunto dos trabalhadores da UNIVENS, é perfeitamente possível encontrar um grupo consistente de trabalhadoras que não se enquadram na percepção utilitarista.

O dado mais relevante e digno de menção é que o trabalho na referida cooperativa apresenta outros atrativos que a simples remuneração. Como dito alhures, a participação em eventos relacionados à economia solidária torna o serviço mais atrativo, uma vez que essas atividades envolvem viagens e relações com pessoas com as quais elas não conheceriam: “a Cooperativa meu deu a possibilidade de me integrar com o assunto de ecologia, fazer debates, promover debates, passar o que a gente aprendeu na cooperativa” (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 4).

As aquisições realizadas a partir dessas experiências são de grande monta para o trabalhador, uma vez que formam um patrimônio intangível, porém não menos relevante. A obtenção de recursos financeiros pode ser facilmente mensurável, pois as aquisições realizadas por meio dele são quantitativamente perceptíveis. Entretanto, quando se fala de práticas e elementos que não têm correspondência imediata com bens materiais, manifestações desse gênero devem merecer o devido destaque, eis que expressa uma satisfação digna de valor.

Outra questão passível de ser discutida é a noção de **responsabilidade**, referida por Sen, quando este fala a respeito da justiça enquanto *niti* e enquanto *nyaya*. O economista indiano chama a atenção para a necessidade dos sujeitos terem

responsabilidade com a sociedade que os cerca. Na UNIVENS foi possível encontrar um mecanismo que demonstra a preocupação do grupo dos trabalhadores associados com as demandas sociais, a saber, um fundo – denominado Fundo da Solidariedade, por meio do qual recursos são guardados visando auxiliar pessoas não vinculadas à cooperativa¹⁰. A gestora da UNIVENS referiu que este fundo já foi utilizado em algumas oportunidades, como, por exemplo, para auxiliar pessoas atingidas por enchentes. Instrumentos desse gênero são de grande valia, ainda mais para um empreendimento que pretende ser rotulado como solidário: não basta o discurso, não basta a pretensão de relações harmônicas e sem exploração entre os trabalhadores, é necessário que o empreendimento tenha um olhar diferenciado para a sociedade que o cerca.

5.2.4 Os empreendimentos visitados e sua (in)capacidade de “superar” a pobreza e a exclusão

Ao cabo das visitas e das indagações realizadas sobre as dinâmicas encontradas nos empreendimentos visitados, fica o questionamento a respeito da capacidade deles gerarem um quadro de superação da pobreza e da exclusão. A resposta a essa indagação demanda uma análise ampla e complexa, mas os elementos colhidos até o presente momento possibilitam a construção de uma resposta a respeito desse questionamento.

O ponto fulcral inerente à pobreza em Sen (2000) envolve a liberdade substancial enquanto autoestima e amor próprio, ambos conceitos eminentemente subjetivos e de constatação sutil e difícil. O oferecimento de uma remuneração suficiente ganha, aqui, a conotação de liberdade instrumental, que goza de importância relativa, mas ainda assim importante. Em decorrência disso, partiu-se de um primeiro pressuposto: por mais que a remuneração seja relativizada, um salário muito reduzido não cumpre a missão a que se propõe, uma vez que as demandas

¹⁰ Cumpre destacar a existência de outros três fundos, a saber, um que visa ao aparelhamento do empreendimento, outro o pagamento de assistência técnica e um último destinado a socorrer pessoas não vinculadas ao empreendimento, que recebe o nome de fundo da solidariedade. A esse respeito: “O nosso estatuto tem quatro fundos – fundo de solidariedade, fundo de investimento, fundo de assistência técnica e tem o fundo que a gente divide entre a gente - é com isso que a gente vai se aprimorando” (ENTREVISTA COM A GESTORA DA UNIVENS).

básicas das pessoas – alimentação, dentre outros – têm preponderância sobre qualquer outra.

É por esse motivo que a massa dos trabalhadores da Associação Km 21 – aos quais não é garantida remuneração mínima e contínua – permanecem, em todos os sentidos, imersos numa relação de pobreza e exclusão. Pobreza porque não conseguem atender às suas necessidades básicas e não possibilita a expansão das liberdades dos sujeitos; exclusão, porque não é capaz de inseri-los no contexto das demais relações sociais.

Na Associação Sepé Tiarajú todos os ganhos financeiros gravitam em torno do salário mínimo nacional; a princípio, todos os trabalhadores percebem uma remuneração nesse nível. Contudo, o trabalho realizado no âmbito desse EES não foi capaz de superar o quadro de pobreza a que se submetem essas pessoas, uma vez que o contexto nesse empreendimento é de fragilização das relações de trabalho e falta de esperança. A própria rotatividade dos trabalhadores e a ausência de outras pretensões demonstram ser esse empreendimento um mero quebra galhos, sem qualquer outro valor que não seja o oferecimento de escassa remuneração. Comparativamente, esse EES não oferece atrativos outros, como a possibilidade de viajar e inserir-se no movimento da economia solidária.

É possível identificar, outrossim, certo grau de personalismo na gestão deste empreendimento, pois – conforme dito anteriormente – há um certo personalismo, expresso em afirmações como “meu empreendimento”, “meus trabalhadores”, o que demonstra a fragilidade dos laços coletivos no EES. Em dado momento, a impressão é de que a diferenciação entre patrão e empregado existente nos empreendimentos privados também vigora na Associação Sepé Tiarajú. Talvez isso justifique a resistência dos demais trabalhadores em assumir responsabilidades de gestão.

A análise empírica demonstrou que o trabalho desenvolvido na reciclagem é um prolongamento do quadro de pobreza a que aquelas pessoas se submetem. Lá – na associação – não existem perspectivas, somente pessoas com o ânimo apagado e unicamente preocupadas com os ganhos materiais.

Um quadro semelhante foi encontrado no empreendimento Km 21, que não apresenta todas as debilidades constatadas na Associação Sepé Tiarajú, mas cujo funcionamento é essencialmente o mesmo de sua congênere de São Gabriel. Ao que parece, a assessoria contratada para o específico fim de auxiliar os trabalhadores conseguiu, efetivamente, conceder maior coesão aos princípios que regem o

empreendimento, uma vez que o discurso é bem afinado com a filosofia inerente à economia solidária. Contudo, essa adequação aos postulados da economia popular somente existe em meio aos gestores do empreendimento: entre os demais trabalhadores não há qualquer preocupação nesse sentido e, da mesma forma que em São Gabriel, os trabalhadores se ressentem de uma postura mais proativa e engajada. Aliás, o alto nível de timidez e acanhamento entre os trabalhadores é generalizado; durante a realização da primeira visita ao empreendimento, foi visível que vários dos trabalhadores evitavam o lugar onde o pesquisador estava, demonstrando dificuldades de interagir.

Contudo, foi possível constatar o surgimento de um núcleo de trabalhadoras comprometidos com os preceitos da economia solidária e com a própria existência do empreendimento. Das três integrantes da diretoria que geriu o empreendimento até dezembro de 2016, todas demonstraram empenho e desejo de levar o empreendimento, bem como o grupo de trabalhadores e ele vinculados, a outro nível. É possível que, continuando a existir esse EES, daqui a algum tempo ele venha a superar os entraves hoje existentes e se consolidar, possibilitando aos trabalhadores um ambiente harmonizado com os preceitos da economia solidária. Entretanto, hoje, ele não possibilita o desenvolvimento de relações que superem a pobreza dos trabalhadores a ele vinculados.

Na UNIVENS, que foi o empreendimento mais longo visitado pelo pesquisador, é possível verificar um quadro significativamente diverso. Apesar da necessidade de não se criar um quadro exageradamente otimista e até mesmo idealizado dessa cooperativa, é necessário destacar as inegáveis aquisições do grupo. Embora algumas das trabalhadoras estejam há relativamente pouco tempo, outras tantas trabalham já há vários anos na cooperativa, o que proporciona a aquisição de conhecimentos e saberes. Um ambiente desse gênero é um importante aliado para a superação das limitações relacionadas à pobreza.

O salário oferecido pela cooperativa é modesto: nenhuma trabalhadora percebe valor inferior a um salário mínimo, sendo que algumas delas obtêm remuneração um pouco superiores, em razão de sua maior produtividade. Mais do que o montante do numerário, o fato da intensidade do serviço ser estável durante todo ano é um elemento bastante relevante. Esses quesitos tornam o ambiente mais favorável, pois possibilitam aos trabalhadores uma segurança um pouco maior. Essa circunstância, somada a todos os demais fatores que tornam o trabalho atrativo – como viagem e

atividades relacionadas à economia solidária – candidata este empreendimento a ser um importante fator para a superação da pobreza dessas trabalhadoras.

Dessa maneira, vê-se que a noção de capacidade proposta por Sen (2000) é, efetivamente, conceito-chave para a determinação da pobreza e da exclusão. Infelizmente, dois dos empreendimentos visitados – Sepé Tiarajú e Km 21 – são apenas e tão somente um prolongamento do contexto de pobreza ao qual as pessoas se expõem. A continuidade das atividades desses dois EES não significará melhoria de vida para nenhum dos trabalhadores e, se todos estes permanecerem indefinidamente trabalhando nesse local, não lograrão qualquer ganho que não o estritamente necessário à subsistência. Trata-se, dessa maneira, de situação de inclusão-injusta, de acordo com a qual o indivíduo, embora trabalhando, não vislumbra melhoria em sua vida. Por esse motivo, não tem razão Gaiger (2002), que afirma serem os EES's opção válida ao quadro de desemprego hoje existente.

Por outro lado, é possível verificar que as liberdades dos trabalhadores vinculados à UNIVENS são importantes instrumentos para a superação da pobreza, uma vez que a dinâmica estabelecida no contexto desse empreendimento permite aprendizados e vivências enriquecedoras. A referida cooperativa foi a única que possibilitou a existência de condições propícias ao florescimento de liberdades e capacidades entre os trabalhadores.

5.3 As Tecnologias Sociais encontradas nos empreendimentos pesquisados

Reconhecer os Empreendimentos de Economia Solidária como locais de trabalho árduo e frutífero não se constituiu em nenhum tipo de dificuldade ou novidade, uma vez que o trabalho diário nessas experiências é constituído de inúmeros desafios e aprendizados. É necessário discutir, entretanto, se além de serem importantes focos de geração de renda e ocupação, os EES têm conseguido gerar Tecnologias Sociais, as quais – embora possam estar integradas a empreendimentos de economia solidária – formam um fenômeno completamente distinto e portador de requisitos e significados próprios.

Aliás, o discurso predominante a respeito do assunto trata, por vezes, de forma indistinta as Tecnologias Sociais e os Empreendimentos de Economia Solidária, como se fossem um único fenômeno. Um mergulho efetivo nas dinâmicas intrínsecas aos EES visitados permite uma visão inicial desafiadora a respeito das relações existentes

entre Economia Solidária e Tecnologias Sociais. Houve EES visitados que se limitaram a reproduzir práticas e modelos tecnológicos preexistentes, sem que uma proposta inovadora fosse inserida ou engendrada pelos trabalhadores. Houve empreendimentos, por outro lado, que foram capazes de ensejar a criação de metodologias importantes, enquadráveis no conceito de Tecnologia Social.

Antes mesmo de realizar a análise da dinâmica encontrada junto aos empreendimentos visitados, cumpre eleger as categorias que foram identificadas como necessárias para a caracterização de uma Tecnologia Social. Em face a isso, é necessário destacar que elementos deverão ser considerados como capazes de demonstrar a existência de uma TS num EES, que não se confunda com uma prática administrativa corriqueira. Para responder a esse quesito, impende retomar em parte a literatura a respeito do assunto, em especial as colaborações da Adequação Sociotécnica (AST), aqui considerada como “o processo mediante o qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas através de uma negociação entre ‘grupos sociais relevantes’, com preferências e interesses diferentes” (NOVAES, 2007, p. 241).

A AST possibilita um processo em sentido contrário à construção da tecnologia, uma vez que propõe a adequação dos aspectos técnicos e econômicos existentes no equipamento ao contexto socioeconômico existente no ambiente de trabalho (NOVAES, 2007). Essa é uma das premissas tomadas como parâmetro para analisar as informações coletadas junto aos Empreendimentos de Economia Solidária visitados.

Partindo-se das colaborações teóricas propostas por Dagnino (2010), analisou-se se os empreendimentos foram capazes de apresentar alguma das seguintes modalidades, a saber:

a) do uso: na avaliação do referido autor, a utilização de uma tecnologia convencional no contexto de um ambiente de trabalho coletivo possibilita a aquisição de valores e saberes relevantes; assim, a partir dessa percepção, a criação da Tecnologia Social seria fruto do conhecimento adquirido a partir do esforço coletivo empreendido pelos trabalhadores do EES. Assim, partindo-se deste aspecto proposto por Dagnino (2010), a TS não seria concretizada por meio de um artefato físico, mas por práticas e hábitos reproduzidos no contexto produtivo.

b) da apropriação do conhecimento: existente sempre que o cotidiano no serviço proporcionar a construção de um saber e, sobretudo, a possibilidade desse conhecimento ser levado a outras instâncias da vida;

c) da revitalização de máquinas: consubstanciada no saber-fazer da manutenção, que, segundo Neder (2015), possibilita a hibridização tecnológica e a constituição de um conhecimento novo relevante; neste quesito reside temática bastante relevante e passível de discussões, uma vez que a revitalização referida por Dagnino (2010) não deve se confundir com a simples precarização do maquinário. Não bastasse isso, concretiza a afirmação segundo a qual a AST proporciona um processo em sentido inverso à construção tecnológica (NOVAES, 2007).

d) do ajuste ao processo de trabalho: concernente à habilidade dos trabalhadores intervirem na dinâmica do serviço realizado no Empreendimento Solidário;

e) busca de alternativas tecnológicas: por meio da qual os trabalhadores, em decorrências das necessidades diárias apresentadas no empreendimento, engendram soluções tecnológicas para suas necessidades; e, por último,

f) incorporação do conhecimento existente.

Essas seis categorias são capazes de sintetizar as habilidades e as criações que deverão ser (re) produzidas no contexto dos empreendimentos de economia solidária. Calha destacar que se tratam de categorias independentes uma das outras, à medida que basta uma delas para proporcionar a existência de uma TS. Todas elas, em seu conjunto, corroboram o conceito de a construção tecnológica mesclar elementos sociais e técnicos, compreendida como a incorporação efetiva do conhecimento por parte dos trabalhadores. A propósito, a inovação social difere da simples inovação tecnológica, consubstanciada no artefato que materializa o avanço.

As categorias acima descritas possibilitam uma compreensão relevante e abrangente a respeito das Tecnologias Sociais que se estruturam no contexto de Empreendimentos de Economia Solidária. Entretanto, é possível verificar que as seis classes acima referidas podem ser sintetizadas pela classificação proposta por Novaes (2007), que vê Tecnologias Sociais das seguintes espécies: a) *software*, quando as alterações engendradas no contexto do empreendimento solidário acarretarem aprendizado e ganhos culturais aos trabalhadores, bem como à repartição dos lucros; b) *orgware*, decorrente de alterações organizacionais implementadas no contexto do EES; c) *hardware*, a qual ocorre partir do momento em

que o maquinário sofre alterações e adequações. Na verdade, nas três categorias acima percebem-se os elementos necessários para identificar a existência, ou não, de uma solução sociotécnica para um problema sociotécnico (NOVAES, 2009).

No tocante à dimensão *software*, é possível verificar que aí se encontra aspecto intrincado, sobretudo porque os ganhos culturais não são tão evidentes. A propósito esses valores podem ser discutidos à luz do chamado conhecimento tácito (NOVAES, 2009), cujo conceito está relacionado ao saber que não é transmitido por meio de livros ou cursos, mas que surge a partir das vivências. Sob essa perspectiva, deve-se analisar se o grupo de trabalhadores foi hábil o suficiente para engendrar conhecimento no trato uns com os outros ou no âmbito da produção.

Na Associação Sepé Tiarajú, o grupo dos trabalhadores que desenvolvem apenas atividades laborais não demonstrou ter desenvolvido valores que extravasem o simples ganho financeiro. A gestora desse empreendimento, embora tenha outra postura em face ao trabalho e ao contexto que a cerca, também não demonstrou ter realizado aquisições dessa espécie. As declarações da secretária-geral do empreendimento, segundo a qual os trabalhadores apenas se preocupam em “baixar a cabeça e trabalhar”, sem outras preocupações ou integração junto ao empreendimento, denota a inexistência de uma preocupação com o grupo.

Considerando que o conceito de Tecnologia Social demanda do trabalhador solidário uma postura proativa, por meio da qual imprimirá ao cotidiano do empreendimento características próprias, os resultados encontrados na Associação Sepé Tiarajú estiveram bastante distantes disso. A chamada replicação, descrita por Novaes e Dias (2009), que pressupõe a incorporação do conhecimento e certo grau de inovação por parte do trabalhador, não se fez presente no EES em comento. Quanto muito, foi possível identificar replicação, consistente na utilização de modelos e ideias externas sem quaisquer acréscimos.

Assim, um dos conceitos mais caros à TS – a saber, a valorização do conhecimento popular em contraposição ao saber científico tradicional – não foi encontrado na Associação Sepé Tiarajú, onde foi possível identificar, apenas, recicladores empenhados em seu trabalho digno. A propósito, no caso específico dos recicladores de lixo de São Gabriel, é possível afirmar que eles efetivamente são “empregados” de uma indústria, que condiciona e organiza seu trabalho (RODRIGUEZ, 2005). A própria prefeitura aproveita-se da fragilidade desses sujeitos

para efetuar a coleta e reciclagem de parte do lixo da cidade sem se responsabilizar diretamente pelo serviço.

No empreendimento Km 21, por seu turno, é possível verificar a existência de dois grupos de trabalhadores muito bem definidos e diferenciados, a saber, aqueles que apenas exercem atividades laborais, sem quaisquer outras pretensões, e aqueles que realizam serviços de gestão, os quais apresentam um conhecimento adquirido a respeito da autogestão. Uma das gestoras do empreendimento fez menção a uma série de valores que diferenciam o trabalho associado do trabalho convencional. A esse respeito:

Eu acho que aqui faz diferença o negócio de tu ser o dono do negócio. Eu que faço meu horário, eu trabalho, eu sei que eu tenho que trabalhar porque se não tenho... mas eu não tenho aquela coisa... se eu chegar as 7h30min ninguém vai me pergunta... “Fulaninho tu tinha que estar aqui as 7h”. Tu não vai precisar bater o ponto, tu não vai precisar dar 10 mil explicações. Aqui tem o público com filho, aí traz ele. Vai ter uma sala estruturada onde ele vai poder deixar a criança e trabalhar, diferente do mercado formal (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21).

As entrevistas e a proximidade obtida junto a esse empreendimento demonstraram que, efetivamente, essa gestora incorporou valores e vivências além daquelas estritamente vinculadas ao trabalho material. Aliás, seu discurso demonstra o quão incluída ela está no movimento da economia solidária, cuja filosofia propõe uma crítica bastante clara da posição ocupada pelos trabalhadores em face aos empregadores. A afirmação de que no empreendimento **não se tem patrão, que é o próprio trabalhador quem se determina**, é o discurso típico da economia solidária, que propõe conceitos desse tipo.

Num empreendimento no qual exista a preocupação efetiva em gerir os serviços e atividades dentro dos parâmetros da economia solidária, os trabalhadores já se expõem a valores que não são os usuais de gestão e convivência. A necessidade de participar de reuniões e de ambientes nos quais a discussão e o debate são realizados, por mais que estes ocorram de forma acanhada, já proporciona a aquisição de valores diferenciados. Na verdade, se o empreendimento pretende estruturar-se sob os cânones da economia solidária, o cotidiano é substancialmente diverso.

A própria ideia de responsabilidade levantada por Sen (2000) ganha importância neste contexto. Embora determinados resultados sejam decorrentes do trabalho individual do trabalhador associado, todos os membros do EES mantêm forte

interdependência uns com os outros. Manter esse sentido de conjunto inerentes à economia solidária é um dos desafios mais agudos, uma vez que a permanência e existência da iniciativa somente se consolidará enquanto tal quando um conjunto de trabalhadores desenvolverem essa corresponsabilidade uns com os outros.

O exercício da gestão do empreendimento possibilita os trabalhadores associados exercitar o senso de responsabilidade em face aos demais, sobretudo porque aqueles que exercem cargos de gestão não percebem remuneração em decorrência disso. A circunstância do trabalhador desempenhar atividades de gestão e não perceber qualquer remuneração pode ser entendida, também, como uma maneira de exercitar a noção de responsabilidade inerentes aos EES. O seguinte trecho da entrevista com uma das gestoras da Associação Km 21 assim referiu: “É que a gestão não tem remuneração. Então, para ti ter uma remuneração, tu precisa estar numa unidade produtiva. Então, um turno tu tá na gestão, outro tu tá na unidade.” (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21)

Na UNIVENS, a rotatividade entre os membros no exercício (de certos cargos) da gestão do empreendimento é bastante acentuada:

Todos os trabalhadores fazem parte da gestão, da mesa diretora, eu era vice da Nelza e agora eu passei para a colega, para ter um rodízio entre nós em todos os cargos, para a gente se integrar bem, saber qual função, o que significa (ENTREVISTA COM A TRABALHADORA N.º 4 DA UNIVENS).

É possível ver nessa circunstância um importante aliado para a aquisição de conhecimento por parte do grupo das trabalhadoras, uma vez que a gestão acarreta desafios inexistentes em outras atividades. Cumpre destacar, entretanto, que o rodízio entre as trabalhadoras solidárias ocorre no tocante a outras funções, que não a de presidente, que, conforme dito alhures, é exclusividade de uma única pessoa há anos.

A respeito das Tecnologias Sociais *orgware*, é necessário lembrar, inicialmente, que os Empreendimentos de Economia Solidária apresentam características organizacionais próprias: são geridas a partir das decisões coletivamente tomadas em assembleia. Esse diferencial é, ao mesmo tempo, um aspecto positivo, uma vez que possibilita uma liberdade instrumental (SEN, 2000) relevante aos trabalhadores, e negativo, porque demanda (ou deve demandar) processos decisórios mais demorados e conflituosos. Azambuja (2009) assevera, com acerto, que além de um ato formal, a assembleia deve acarretar em ganhos substanciais, democráticos e em aprendizado. O debate, embora possa parecer um

elemento negativo no cotidiano desses empreendimentos, é, antes de tudo, um aprendizado no qual o trabalhador se insere e, como tal, tem seu preço.

Efetivamente, a necessidade dos processos democráticos serem cumpridos em todas as principais decisões tomadas no empreendimento ocasiona um caminho mais vagaroso para a gestão do empreendimento.

O fato, por exemplo, da gestora da UNIVENS não permitir a participação do pesquisador na assembleia é um indício das tensões existentes entre os trabalhadores. Aliás, a gestora da Associação Sepé Tiarajú realizou afirmação semelhante, ao dizer que nas assembleias os trabalhadores extravasam suas reclamações e críticas de maneira muito aberta. De certa maneira, essa circunstância dá razão a Santos e Rodriguez (2002), de acordo com os quais o processo decisório inerente às cooperativas – e, conseqüentemente, aos Empreendimentos de Economia Solidária – geram certa instabilidade; entretanto, é imprescindível dizer que essa instabilidade é o preço a ser pago pelo conteúdo democrático que deve existir nessas iniciativas.

Ainda no tocante às TS's *orgware*, vê-se que esta modalidade encontra perfeita correspondência com as Tecnologias Sociais estruturadas por meio de metodologias. Entre os empreendimentos de economia solidária visitados, vê-se que a UNIVENS conseguiu construir um conjunto de ações coordenadas visando qualificar e diferenciar o serviço desenvolvido. Aliás, essa metodologia já foi, inclusive, submetida a um edital da Fundação Banco do Brasil especificamente destinada ao assunto. A síntese das pretensões e da mecânica dessa tecnologia é a seguinte:

RESUMO DA TECNOLOGIA: O ciclo de vida envolve desde os que plantam algodão até os que o transformam e o confeccionam, ou seja, toda a cadeia, atingindo o consumidor para que reveja o que veste. Sabemos e informamos ao consumidor as fontes de onde vem o que ele vai vestir, e assim formamos um ciclo que transforma vidas.

Essa tecnologia entre cooperativas é pioneira, por ter valor ecológico e envolver vários setores e todos os elos da cadeia. Pode ser aplicada no artesanato, juntando os trabalhadores que cultivam as fibras naturais ou a primeira matéria-prima, com a transformação até o produto final e a comercialização. Os trabalhadores que colhem o lixo reciclado, os que separam, até a transformação de um novo produto que chegue ao mercado fazendo acontecer um processo de equilíbrio e sustentabilidade para não deixar os intermediários ficarem com todo o valor agregado. Organizando este setor da sociedade também estamos dando longa vida a trabalhadores que hoje não teriam nenhuma perspectiva de renda e trabalho e muito menos de realização de suas necessidades. (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017)

Na verdade, mais do que uma TS certificada pelo Banco do Brasil, a metodologia formulada pela UNIVENS é capaz de demonstrar a existência de um grupo relevante de trabalhadores (NEDER, 2015), que tomou a dianteira do empreendimento, estabelecendo as relações que desenvolveriam a Tecnologia Social, estabelecendo os laços que, unidos a outros, possibilitariam a adequação organizacional às necessidades do grupo. A colaboração dessa TS consiste na produção coordenada de itens orgânicos, numa cadeia produtiva que congrega todos os envolvidos, produtores de algodão e costureiras.

Um empreendimento localizado em qualquer outro lugar do Brasil – ou de fora – poderia muito bem consultar o resumo da tecnologia acima citada, inspirar-se nesse exemplo e aplicar essa dinâmica em seu contexto. Mais do que isso, poderia (deveria!) inserir elementos próprios, inexistentes na Justa Trama, que possibilitariam no desenvolvimento de um novo conhecimento, não idêntico ao inicial. Dar-se-ia, nesse caso, o atendimento de uma demanda própria, por meio do esforço e inventividade dos próprios trabalhadores.

Não coincidentemente, esse Empreendimento de Economia Solidária apresenta bem mais do que uma metodologia organizada e estabelecida: nele foi possível instituir relações e aquisições comportamentais muito bem instituídas, o que demonstra que a sociabilidade e a convivência no EES efetivamente possibilitaram relações positivas. O grupo, integrado em sua quase totalidade por mulheres, é coeso, consistente, proativo e devidamente consciente de seu papel em face ao movimento da ES.

É por esse motivo que a lição trazida pela AST, segundo a qual a inovação tecnológica não surge descolada das relações sociais, com as quais estabelece íntimas relações de dependência, fica evidenciada no caso concreto. Os fatores sociais e tecnológicos, portanto, se entrelaçam à medida que a tecnologia não se esgota no artefato ou na metodologia engendrada, pois encontram indissociável relação com a dinâmica social subjacente.

Nesse aspecto, já é possível encontrar um primeiro elemento merecedor de atenção. A UNIVENS foi a única experiência que se originou espontaneamente, sem a interveniência de um órgão público ou de uma assessoria privada. Os outros dois empreendimentos visitados tiveram uma gênese diferente, eis que o pontapé inicial foi integralmente dado pelo Poder Público. A gestora do Km 21 assim fala a esse respeito:

Aí tem duas partes, dois momentos: o público daqui do completo está aqui desde 2011, e a associação em si está desde março de 2014. A associação está fundada em função do projeto. A consultoria reuniu-se com o poder público de Bagé e começaram os estudos para formar uma cooperativa ou uma associação e aí ela teve registro em junho de 2014, 22 de junho de 2014, como associação. Fez-se um estudo e chegou-se à conclusão de que seria melhor uma associação do que uma cooperativa de começo. Iniciou com 25 sócios. (ENTREVISTA COM A GESTORA DA ASSOCIAÇÃO KM 21)

Realmente, o empreendimento Km 21 e a Associação Sepé Tiarajú, tiveram uma origem diversa: ambos nasceram do esforço do poder público e de uma assessoria especializada na formação de empreendimentos de economia solidária. A esse respeito, é necessário concordar com a proposição de Novaes (2009), segundo o qual o conceito de Tecnologia Social não se harmoniza com o oferecimento de pacotes de conhecimento aos trabalhadores. Logo, uma TS não se vende, não se transfere como se faz com uma patente de invenção, mas se apropria e se replica, o que equivale a dizer que o esforço criador deve ser popular.

Infelizmente, a colaboração de Novaes (2009) é totalmente ignorada por quem labuta em Empreendimentos de Economia Solidária e, especialmente, com Tecnologias Sociais. Realizando uma rápida pesquisa na rede mundial de computadores, é possível encontrar um número expressivo de assessorias especialmente formadas com o intuito de instituir e “criar” EES’s e TS’s. Noutras palavras, as pretensões dessas iniciativas é oferecer conhecimento, que normalmente são contratadas por prefeituras e universidades. As prefeituras se regozijam dessas contratações, que poderão ser relativamente exitosas, mas ainda assim terão incompatibilidades frontais com questões mezinhas inerentes às TS’s.

A relação existente entre incubadoras e assessorias e os empreendimentos é contraditória. Se as Tecnologias Sociais têm a pretensão de valorizar o conhecimento tácito (NOVAES, 2009) – não aprendido em escolas ou livros – as incubadoras vêm oferecer o oposto: o conhecimento acadêmico, e o know-how de especialistas. O apreço pelos experts, apontado por Dias (2013) como uma decorrência da lógica tecnológica predominante, surge de forma mascarada, com novos contornos e particularidades, no contexto das Tecnologias Sociais.

A participação da assessoria foi, no empreendimento bageense, muito mais ativa e constante do que no EES gabrielense: enquanto no primeiro as atividades de assessoramento continuaram até meados de dezembro de 2016 – inclusive com um consultor presencial – no segundo os trabalhos da consultoria se limitaram a palestras

a respeito do trabalho num ambiente solidário, que hoje já cessaram. Considerando que uma das missões do trabalho em empreendimentos solidários é possibilitar aprendizado aos trabalhadores, um contato apenas episódico e inicial entre obreiros e consultoria não possibilitaria a aquisição do conhecimento almejado.

Contudo, o EES mais exitoso visitado teve uma gênese substancialmente diversa, pois não contou com qualquer auxílio proveniente de assessoria, mas nasceu em decorrência da luta das próprias trabalhadoras, que desejavam construir as condições necessárias para uma vida melhor. O seguinte trecho da entrevista realizada com a gestora da UNIVENS é bastante esclarecedor a esse respeito:

Foi criada por nós. A Univens tem 20 anos... a gente passou por muitas dificuldades. Cada desafio que a gente foi vencendo... Tudo começou com a possibilidade de costurar para um hospital... isso tudo há vinte anos atrás, sem entender de cooperativa. Essa vila aqui era fruto de uma ocupação, e a gente melhorou nossa vila e nossa vida, a gente foi conquistando cada asfalto de cada rua. A gente pensou de juntar as mulheres, todas nós que costurávamos em casa e o hospital achou muito legal, só que exigiu CNPJ. (ENTREVISTA COM A GESTORA DA UNIVENS)

Dessa maneira, o conhecimento a ser produzido, reproduzido e aplicado deve ser originário dos trabalhadores. A AST deveria levar a um repensar da divisão técnica do trabalho, sobretudo a respeito dos papéis dos técnicos e dos trabalhadores (NEDER, 2015), uma vez que estes passam a ser os portadores do conhecimento capaz de dar continuidade e desenvolvimento ao trabalho. A propósito, essa seria uma das maneiras de evitar a contraposição dos usuários da tecnologia em face aos especialistas que a engendraram (SANT'ANNA, 1974).

Embora as assessorias e incubadoras tenham a importante missão de prestar auxílio aos trabalhadores associados, vê-se que elas são bastante limitadas no tocante ao objetivo que pretendem. Aliás, nos três empreendimentos visitados, é possível verificar que a intervenção das incubadoras foi incapaz de interagir com o empreendimento naquele quesito que é o mais importante para uma tecnologia social, a saber, o fortalecimento das relações sociais e o dinamismo dos trabalhadores. A propósito, um dos conceitos mais caros às TS's é o surgimento e a valorização de um conhecimento que tenha sua gênese atrelada ao saber popular.

Dessa maneira, existe um núcleo de relações que poderão até ser incentivadas e fomentadas pelas ações da incubadora, mas existem outras que não são suscetíveis, e são justamente estas últimas que são essenciais para a construção e desenvolvimento de uma tecnologia social. Quando se discute a respeito destas, fala-

se de um conjunto de atributos como, por exemplo, proatividade, engajamento e a efetiva integração no empreendimento. Contudo, como todos esses atributos não surgem a partir de uma intervenção externa, mas devem existir no grupo de trabalhadores, o trabalho das incubadoras encontra sérios limitadores. Ao que parece, um forte elemento comportamental e educacional impede que os trabalhos no empreendimento progridam a ponto de gerar uma tecnologia social.

Essas circunstâncias ensejaram à constatação de que os empreendimentos nos quais a dinâmica entre os trabalhadores é minguada, a possibilidade deles produzirem conhecimento, aprenderem e, até mesmo, adequarem um saber preexistente reduz-se substancialmente.

A Tecnologia Social forma-se a partir da necessidade de atender às demandas concretas do grupo. É por esse motivo que, no caso da UNIVENS, as trabalhadoras criaram uma rede de produção e vendas de vestuário orgânico porque elas precisavam de renda e emprego. Curiosamente, por mais que os outros dois empreendimentos (naturalmente) apresentassem trabalhadores necessitados de recursos financeiros, não foram hábeis o suficiente para criar conhecimento. Os trabalhadores dos outros dois empreendimentos – Associação Sepé Tiarajú e Km 21 – não foram capazes de formar um grupo relevante de pessoas que, dotadas de agência e capacidade, tivessem a iniciativa necessária para persistir no empreendimento e, eventualmente, dar ensejo à criação da TS.

Portanto, ao mesmo tempo em que é possível asseverar que as atividades realizadas com o fito de desenvolver, promover e manter uma Tecnologia Social são adequadas para o desenvolvimento da capacidade e da agência, é viável asseverar que a existência de um grupo já previamente dotado de liberdade substancial e de agência é requisito para a formação de Tecnologias Sociais. Caso o grupo vinculado ao EES seja demasiadamente tímido, carecedor de autoestima suficiente para proceder aos arranjos, dificilmente haverá condições suficientes para estabelecer as relações e vínculos indispensáveis para a construção de uma TS. Assim, a agência e a capacidade são fruto e condição para as Tecnologias Sociais.

O mote relevante para a caracterização de uma Tecnologia Social é a habilidade de construir um conhecimento capaz de ser frutiferamente aplicado entre os próprios trabalhadores e, mais do que isso, ser multiplicado e divulgado entre eventuais outros interessados. No caso concreto da Justa Trama, é possível verificar a existência clara de métodos e processos que poderão ser utilizados por grupos de

trabalhadores interessados na produção de roupas orgânicas. É por esse motivos que a divulgação dessas experiências, bem como a realização de premiações, auxilia na publicização dessas experiências.

No que diz respeito às Tecnologias *hardware*, vê-se que todos os empreendimentos visitados foram incapazes de produzir TS nesses moldes, uma vez que todas elas apenas reproduziram os modelos tecnológicos adquiridos ou cedidos pelas incubadoras que as auxiliam. A propósito, a respeito das tecnologias *hardware*, é necessário discutir acerca da importância das tecnologias convencionais no âmbito dos EES.

A esse respeito, cabe discutir a respeito da avaliação dos trabalhadores integrantes do empreendimento de economia solidária a respeito da necessidade de ter equipamentos mais modernos em sua produção. Numa primeira avaliação, a obtenção de tecnologias convencionais mais modernas seria uma contingência do contexto produtivo moderno, que demanda sempre mais e melhor. Contudo, quando se fala em Tecnologias Sociais, a necessidade de ter artefatos tecnológicos mais modernos merece ser repensada, pelos menos segundo a opinião de Neder (2015). Para o referido autor, a ânsia por obter, sempre, os últimos e mais modernos equipamentos deve-se ao fetiche tecnológico, que seria uma decorrência da predominância do modelo tecnológico vigente.

Contudo, durante a realização das entrevistas, foi possível verificar que há uma visão predominante entre os membros dos EES de que é necessário realizar uma maior modernização dos equipamentos, contrariando a percepção referida por Neder. A esse respeito, todas as manifestações obtidas foram nesse mesmo sentido:

Nós teríamos que ter uma esteira. Esses novos vereadores que estão aí prometeram de um deputado, de um projeto... e precisamos de uma empilhadeira, porque o pessoal faz a carga "muque". E a cada vez que sai uma carga eu tenho que contratar mão-de-obra, porque a maioria aqui é mulher, aí eu tenho que contratar para fazer a carga. Uma empilhadeira ia me ajudar bastante, esse dinheiro que eu pago a mão-de-obra eu pagaria as prestações e estaria comprando uma coisa que é nossa. Balança nós também não tínhamos... daí um dos caras para quem nós vendíamos falou que vendia uma para nos pagarmos por mês... Eu preciso de mais um caminhão, um caminhão só para tocar toda cidade não é bem assim. Só que é tudo muito oscilante, tem uma hora que o material tá lá em cima, daqui a pouco tá lá embaixo, tem uma época que tem bastante material, daqui a pouco não tem mais material, tem muito concorrente, tem muito atravessador, tem muito catador... com esse negócio deles terem contado o bolsa-família, tu vê muita carrocinha, o pessoal tá precisando... então é muito variado, tem meses que tu consegue fazer um bom dinheiro, e tem vezes que tu faz a mesma carga, só que com outro valor. A gente nunca sabe como vai ser assim, cada mês...

Até o pessoal ficou muito assim quando mudou o governo eles queriam saber 'e agora de quem é o caminhão?' e alguém dizia assim 'vão tomar o caminhão', claro que não, porque assim foi um jeito que eles arrumaram da associação ter um bem para poder conseguir outras coisas, porque se não tem nada, ninguém financia nada. (ENTREVISTA COM A GESTORA DO ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJÚ)

Semelhante posicionamento foi expressado pela gestora da UNIVENS, que demonstrou igual preocupação em realizar a modernização do maquinário empregado na cooperativa, ao responder a respeito da necessidade de modernizar o empreendimento:

Óbvio. A gente está com um maquinário bem legal desde a Justa Trama. Em razão do apoio do Petrobrás, a gente está trabalhando com máquinas automáticas de tingimento, secagem e depois o papel da Justa Trama é fazer a vendagem. Agora, no tocante à Univens, ela precisa modernizar seu maquinário, pois as máquinas são as mesmas. Isso é necessário para fazer um acabamento melhor. O Banco do Brasil já deu... foi super parceiro. A Univens, tudo o que ela tem hoje ela é autônoma financeiramente. A gente comprou máquina que faz as duas costuras junto, de casear... tudo com recurso nosso. (ENTREVISTA COM A GESTORA DA UNIVENS)

Quais são as conclusões passíveis de serem realizadas a partir das falas acima referidas? Estariam as TS's gerando resultados incapazes de confrontar os resultados gerados pelas Tecnologias Convencionais? Ou é possível que as Tecnologias Sociais encontrem um óbice insuperável nas necessidades produtivas e no modelo tecnológico hoje vigente?

Primeiramente, é necessário destacar que as pretensões das Tecnologias Sociais são diversas daquelas almeçadas pelas Tecnologias Convencionais; enquanto estas visam ao produtivismo, incrementando as quantidades produzidas, sem quaisquer outras preocupações com a sociedade e com o meio ambiente, as TS's objetivam resultados diversos, que atinem ao respeito ao ser humano e ao contexto que o cerca (BOFF; ARRUDA, 2000). Portanto, as TS's objetivam finalidades diversas que simplesmente produzir mais e melhor; a valorização do ser humano e de sua dignidade é um dos postulados mais caros a esse formato tecnológico.

Em segundo lugar, cumpre dizer que a relação existente entre TS e TC é intrincada, sobretudo porque as Tecnologias Sociais não ensejam – necessariamente – o quadro de obsolescência tecnológica descrita por Lima (2010). Considerando que o intuito dos trabalhadores dedicados a esses empreendimentos é se incluir no contexto social e produtivo – e não se afastar completamente dele – não é viável e desejável que se refute a importância e os acréscimos decorrentes das Tecnologias Convencionais.

A propósito, as Tecnologias Sociais não visam romper, abruptamente, com a sistemática econômica e tecnológica vigente, pois isso acarretaria num insulamento indesejado, com efeitos indesejados para as atividades desenvolvidas. Na verdade, o que as TS's e os EES's almejam é estabelecer uma lógica que não esteja estritamente relacionada com a competitividade (SINGER, 2002), o que pode significar uma relação diferenciada com as Tecnologias Convencionais. É por esse motivo que a baixa produtividade referida por Lima (2010) é uma afirmação descontextualizada e parcial.

Assim, ao cabo desta tese, é possível verificar que a produção de Tecnologias Sociais no âmbito de Empreendimentos de Economia Solidária não é fenômeno singelo, mas complexo, uma vez que demanda a convergência de inúmeros fatores tangíveis e intangíveis. Apesar de todo esforço empreendido e da dignidade do labor realizado em todos os empreendimentos visitados, a confecção de TS's no contexto desses empreendimentos é fenômeno escasso.

A relevância de entender em que medida TS's são, efetivamente, confeccionadas no contexto da economia solidária, reside na própria necessidade de estabelecer conceitos mais claros a respeito do que são Tecnologias Sociais. Quando são compulsados registros e catálogos elaborados com o intuito de organizar as TS's encontradas, vê-se que várias experiências são consideradas como tal sem que haja grandes preocupações e exigências conceituais. É por esse motivo que algumas metodologias são inseridas no rol de Tecnologias Sociais somente porque buscam promover atender a preocupações filantrópicas.

Têm razão Varanda e Boycauva (2009), quando asseveram que as Tecnologias Sociais é um conceito em construção política, o que equivale a dizer que os exatos – ou os principais – contornos desse fenômeno ainda estão em vias de se estabelecerem. A propósito, já que o quesito político tem preponderância neste debate, impende destacar que há um grande movimento organizado em torno do debate das Tecnologias Sociais, que envolve pesquisas em universidades, organizações não governamentais, órgãos públicos, dentre outros.

É por esse motivo que as TS's engendradas a partir dos EES's é tema instigante, que demanda aprofundamento prático e teórico. Conhecer se os Empreendimentos de Economia Solidária estão sendo capazes de produzir Tecnologias Sociais é uma pesquisa que procura saber a capacidade dos trabalhadores solidários produzirem conhecimento útil. No caso das iniciativas

visitadas, os resultados não foram alvissareiros, o que serve para demonstrar as dificuldades existentes em torno do assunto.

6 CONCLUSÃO

A presente tese objetivou compreender se Tecnologias Sociais foram produzidas no contexto dos Empreendimentos de Economia Solidária Gaúchos. Em decorrência disso, buscou-se analisar a dinâmica interna inerente a três EES, que foram visitados e observados. A partir da colaboração da Adequação Sociotécnica, analisou-se os hábitos, o cotidiano e os avanços (e os retrocessos) apresentados pelos EES visitados.

A criação de Tecnologias Sociais, demanda, sobretudo, modelos e práticas que podem ser replicadas em outros empreendimentos congêneres, o que exige, portanto, o desenvolvimento de um conhecimento relevante. Por esse motivo, verificou-se que dois empreendimentos visitados – Km 21 e Associação Sepé Tiarajú – não ensejaram a construção de um saber capaz de inspirar outras iniciativas. Os trabalhadores dedicados a esses dois EES se mantiveram adstritos ao conhecimento que lhe foi oferecido e manifestaram incapacidade de colaborar para a gestão, para a produção ou para outra área qualquer.

A escassez de TS deve ensejar uma reflexão maior sobre o próprio conceito, para que esse fenômeno não se banalize e perca importância. Infelizmente, a pesquisa empreendida constatou um uso indiscriminado da expressão Tecnologia Social, sem qualquer preocupação com os exatos contornos desse fenômeno. Isso levou à utilização das expressões Empreendimento Solidário e Tecnologia Social como sinônimos, sem qualquer diferenciação conceitual, o que é um desfavor para ambos os conceitos. A ideia de que as TS's estão em processo de construção política é muito adequada para o atual estágio desse fenômeno.

Isso estabelece uma distinção muito clara entre os EES's e as TS's. Embora o discurso realizado por parte da literatura, pelas consultorias e por várias entidades dedicadas ao segmento estabeleça pouca ou nenhuma diferença entre ambos assuntos, não há como confundir a atividade gerida coletivamente – o Empreendimento Solidário – e o saber que poderá surgir no âmbito dessas iniciativas – a Tecnologia Social. Essa diferenciação poderá parecer ser básica e evidente, mas o contato com trabalhadores e assessorias relacionadas a esses dois segmentos demonstrou ser nebulosa – no discurso – a diferenciação entre EES e TS.

Pretendendo compreender a dinâmica existente nos Empreendimentos de Economia Solidária, valeu-se, no primeiro capítulo, dos contributos de Sen (2000) a

respeito do desenvolvimento como liberdade, uma vez que esse suporte teórico permite discutir conceitos como a capacidade e a liberdade substancial. Na verdade, a pretensão desse primeiro capítulo esteve relacionada à necessidade de aclarar o conceito de pobreza oferecido por Sen, segundo o qual a pobreza e a exclusão são compreendidas a partir da ausência de liberdade. A importância da construção seniana reside no fato o elemento financeiro ser relegado a segundo plano, uma vez que a pecúnia transforma-se em instrumento e não fim.

A privação de liberdades substanciais – fator determinante e precípua para o conceito de pobreza – repercute diretamente em valores, práticas e posturas inerentes às Tecnologias Sociais e aos Empreendimentos de Economia Solidária. Proatividade, capacidade, bem-estar e autoestima são expressões decorrentes do Desenvolvimento como Liberdade, mas que tranquilamente se relacionam e possibilitam interpretações relevantes a respeito das TS's e dos EES's. O ambiente inerente à economia solidária é propício, em tese, ao desenvolvimento da capacidade dos trabalhadores, o que foi devidamente discutido e exposto na presente tese.

A concepção seniana de pobreza não é, *a priori*, contrária àquelas existentes até então: ela é, antes de tudo, complementar, uma vez que acrescenta elementos ou os esclarece. Na verdade, tradicionalmente, a conceituação de pobreza estava ligada à incapacidade de atender às necessidades elementares das pessoas, o que não é uma ideia contrária à concepção de privação de liberdade. Amartya Sen (2000) acrescenta mais um importante fator nessa discussão.

No plano teórico, o atrelamento da liberdade à pobreza é deveras importante, uma vez que um dos elementos mais relevantes para a precipitação das pessoas na pobreza é a incapacidade delas desenvolverem relações livres dos entraves provenientes da ausência de recursos e de direitos básicos. Alguém que se resente da capacidade de interagir ativamente com o contexto que o envolve é alguém privado de dignidade, assim como assevera Nussbaum (2002).

Cumprido destacar que a liberdade preconizada por Sen (2000) não desdenha a importância do dinheiro, mas trata de reduzir sua importância. A pecúnia deixa de ser o principal fator para a aferição do grau de pobreza para se transformar num dos inúmeros fatores que, agregado a outros, comporá o quadro de inclusão ou exclusão a que o sujeito é submetido. Aliás, a simples transferência de recursos financeiros para alguém que não goza das liberdades necessárias – sejam substanciais, sejam instrumentais – poderá não surgir efeito algum na vida da pessoa.

Um dos conceitos mais caros a Sen (2000) é o de agência, segundo o qual a capacidade dos sujeitos estará desenvolvida quando as pessoas tiverem a aptidão de agir por si sós e serem as senhoras do seu próprio destino. Uma visão desse gênero está em plena consonância com diversos outros fenômenos, que, em tese, possibilitam o florescer das habilidades pessoais, como, por exemplo, as Tecnologias Sociais e os Empreendimentos de Economia Solidária.

Na verdade, embora Sen (2000) tenha estabelecido os contornos de uma teoria consistente a respeito do desenvolvimento, impende questionar de que maneiras é viável fomentar tal ordem de relações entre as pessoas. Essa indagação é de suma importância, uma vez que se preocupa em tirar do âmbito puramente teórico uma questão que pode estabelecer ricas intersecções com o mundo prático.

Sen, ao relacionar pobreza com o próprio comportamento das pessoas, colabora significativamente para a compreensão das mazelas sociais; na verdade, ele possibilita uma análise crítica das políticas públicas direcionadas à população mais carente. Sob a ótica das liberdades substanciais, o mero aporte de recursos pode ser um excelente método de transferência de recursos, mas poderá perpetuar eternamente uma família ou indivíduo numa situação de pobreza. É por esse motivo que a discussão pretendida nesta tese é uma excelente oportunidade de discutir o desenvolvimento regional.

Posteriormente, no segundo capítulo, exploraram-se as particularidades inerentes às TS's, em especial os elementos tidos como indispensáveis para a construção desse formato tecnológico. Num outro momento, buscou-se compreender os EES enquanto TS's.

As dificuldades também são expressivas quando se fala a respeito da possibilidade das Tecnologias Sociais serem ferramenta importante para a construção de relações sociais menos excludentes e mais justas. Em tese, as TS's atuariam no âmago da questão, a saber, municiar as pessoas dos valores necessários para enfrentar a vida com maior dinamismo e proatividade. Quando as tecnologias sociais pressupõem a interações dos trabalhadores que a compõem, essa dinâmica, teoricamente, é muito adequada para o desenvolvimento de valores para o enfrentamento da vida e de suas dificuldades.

No Empreendimento de Economia Solidária que foi capaz de desenvolver uma tecnologia social – a Justa Trama – vê-se que as relações e a dinâmica inerente insito à iniciativa transformam-na numa experiência apta ao combate à pobreza. Além dos

indispensáveis ganhos financeiros provenientes do trabalho, foi possível identificar valores muito bem estruturados nessa iniciativa. As trabalhadoras entrevistadas demonstraram uma inclusão muito efetiva, seja nas atividades da confecção, seja no movimento da economia solidária.

Dessa maneira, a exclusão, tomada como o afastamento do sujeito das relações que o cercam, encontra nos EES e nas TS importantes ferramentas para a inclusão. Por outro lado, naqueles empreendimentos visitados nos quais não foi possível constatar a construção de uma Tecnologia Social, os vínculos eram de tal forma débeis que, ao invés de ser instrumento para a superação das fragilidades sociais, são elementos de manutenção da pobreza, ao qual se imiscuem e se confundem.

No empreendimento Sepé Tiarajú, por exemplo, a grande maioria dos recicladores desenvolvem relações muito mais próximas de uma relação de pobreza do que de algo que venha a promover-los. O trabalho realizado na reciclagem ganha as características de um prolongamento da pobreza a que se submetem fora do empreendimento.

Nesse contexto, surge a necessidade de discutir em que medida as experiências de economia solidária efetivamente colaboram para a construção de relações providas de liberdade. A propósito, no aspecto teórico, o trabalho em EES's fornece um ambiente perfeito para desenvolvimento do diálogo e da proatividade entre os sujeitos que a eles se dedicam. Contudo, é possível identificar algumas inconsistências, práticas que possibilitam uma discussão maior a respeito da habilidade dos EES desenvolverem valores substanciais.

As experiências de economia solidária propõem uma série de relações interpessoais e produtivas significativamente diversas daquelas predominantes no contexto econômico hodierno. A partir do momento em que a palavra "solidária" pretende imprimir dinâmicas diferenciadas no seio dessas iniciativas, os EES se transformam em potenciais produtores de relações diferenciadas daquelas que predominam na atualidade. Contudo, a esse respeito, é importante distinguir o discurso daquilo que efetivamente é praticado no âmbito desses empreendimentos, uma vez que, ao invés de fortalecer a liberdade dos sujeitos envolvidos, os EES poderão somente fortalecer os vínculos de pobreza.

Para que os empreendimentos de economia solidária sejam compreendidos no contexto das Tecnologias Sociais, é imprescindível lançar mão do conceito de

Adequação Sócio-Técnica, por meio do qual os elementos sociais e técnicos são discutidos no mesmo contexto. A AST esclarece as intersecções entre os elementos humanos e os elementos técnicos, que se imiscuem e possibilitam a formatação do artefato tecnológico.

A AST tem o condão de auxiliar na compreensão das contingências sociais e políticas que condicionam a maneira como o artefato tecnológico se moldará e, portanto, surtirá seus efeitos. Essa constatação tem grande relevância para os Empreendimentos de Economia Solidária, no qual o trabalho coletivo e os valores inerentes à economia solidária poderão dialogar com os artefatos tecnológicos e reformatá-las dentro de suas pretensões, desejos e necessidades. Na verdade, é a Adequação Sócio Técnica que permite questionar: os valores cultivados e existentes no EES permitem a confecção de metodologias ou a reestruturação de tecnologias preexistentes?

Nesse contexto, a qualificação das modalidades de AST é de grande importância para a categorização das aquisições decorrentes da dinâmica que se estabelece entre tecnologia e a dimensão social. É por esse motivo que as modalidades previstas por Novaes – *hardware*, *orgware* e *software* – são itens chave para o entendimento da maneira como as injunções sociais poderão imprimir características diferenciadas na tecnologia e produzir novas tecnologias. A Adequação Sócio técnica é o arcabouço teórico que possibilita a união das discussões entre tecnologias sociais e economia solidária.

Aliás, discutir a economia solidária no contexto das tecnologias sociais, sem lançar mão dos postulados da adequação sócio técnica, não enseja uma discussão suficientemente profunda do assunto. A literatura dedicada ao tratamento das TS's, via de regras, trata de forma indistinta os EES e as Tecnologias Sociais, não aprofundando os pontos de contato existentes entre um assunto e outros. Esse tratamento indiferenciado acarreta no empobrecimento da discussão e, sobretudo, no incremento das dificuldades existentes. Aliás, vê-se que o aprofundamento das relações entre Tecnologias Sociais e Empreendimentos de Economia Solidária é uma demanda relevante e urgente, para que a discussão em torno do assunto não perca substância.

Ao mesmo tempo em que existem empreendimentos que possibilitam a formatação de notas Tecnologias Sociais, existem outros que não foram TS's, nem fornecem remuneração adequada, nem o desenvolvimento de qualquer outro valor

positivo. Nestes últimos casos, estar-se-á diante de um caso de EES que se presta ao fim de fragilizar as relações de trabalho. Infelizmente, o número de EES's que não se possibilitam sonhos aos seus associados é expressivo, o que acaba por aproximá-los de situações que não são apenas diversas, mas contrárias ao espírito da economia solidária.

Aqui, a esse respeito, impende estabelecer algumas relações dos EES que se afinam com a questão da fragilização da mão-de-obra com os preceitos do desenvolvimento como liberdade, que preconiza a valorização das pessoas e sua emancipação. Sempre que as relações de trabalho estiverem fomentando a exploração dos trabalhadores e relações que somente perpetuam a fragilidade, estar-se-á diante de um fenômeno contrário à noção de desenvolvimento como liberdade.

Na verdade, os EES's situam-se numa interessante encruzilhada, uma vez que podem ser potenciais causadores da aquisição de valores não comuns em iniciativas convencionais, mas, concomitantemente, podem ser perpetuadoras de fragilidades. Logo, todos os rótulos atribuídos aos empreendimentos de economia solidária são verídicos, à medida em que alguns deles são fonte de relações de grande relevância, que possibilitam a construção de relações e processos mais saudáveis; ao mesmo tempo, outros empreendimentos são, apenas, ocupações temporárias que não possibilitam o desenvolvimento de sonhos ou pretensões.

Os empreendimentos de economia solidária constituem-se num fenômeno diverso de outros congêneres, como o cooperativismo. Embora vários aspectos existentes entre este também existam naqueles, a origem da economia solidária é diversa da do cooperativismo, o que possibilitou a construção de um fenômeno substancialmente diverso. Na verdade, os empreendimentos de economia solidária são, efetivamente, mais comprometidos e relacionados ao público mais empobrecido, enquanto o cooperativismo tornou-se uma forma de gestão que é empregada, inclusive, em grandes empreendimentos capitalistas.

A realização da pesquisa empírica empreendida nesta tese colaborou para a compreensão das tensões existentes nesses empreendimentos. Nos três empreendimentos visitados, foi possível encontrar um contexto de tensões e dificuldades, mas, também, de aprendizados e aquisições relevantes para a instituição e para o próprio sujeito.

O conceito de Tecnologia Social envolve a construção e a reconstrução de conhecimento. No âmbito dos empreendimentos de economia solidária, há uma

grande dificuldade em constatar e identificar esses elementos no cotidiano dos EES. Em dois dos empreendimentos visitados – Associação Sepé Tiarajú e Km 21 – não foi possível identificar a construção de uma TS porque os fatores sociais lá identificados foram incapazes de se aproximar das demandas efetivamente encontradas nessas iniciativas e oferecer possibilidades.

Dessa maneira, nos locais onde as interações sociais são frágeis, onde inexistem grupos sociais relevantes, não há a possibilidade de construir tecnologias sociais, uma vez que o entrelaçamento dos esforços e das forças são da essência desse fenômeno. Por outro lado, nos empreendimentos nos quais os trabalhadores tiveram a aptidão de gerar procedimentos e metodologias, isso somente ocorreu devido à existência de um grupo social relevante, que foi capaz de engendrar a organização do trabalho e gerar conhecimento.

Isso permite verificar, na prática, o distanciamento existente entre os conceitos de TS's e de EES, que, embora tenham pontos importantes de intersecção entre um e outro, se constroem de forma autônoma, diferenciada uma da outra. É possível dizer que foram visitados três empreendimentos de economia solidária, mas que nem todos eles foram capazes de engendrar Tecnologias Sociais. A criação destas, no âmbito de empreendimentos solidários, decorre da necessidade de atender a demandas específicas do grupo de trabalhadores, construindo, dessa maneira, conhecimento.

A teoria da Adequação Sócio-técnica é o instrumental que possibilita a intersecção entre a ES e as TS's, uma vez que esmiúça o caráter educacional e gerador de conhecimento que deve brotar dessas experiências. Sem a compreensão dessa perspectiva, é difícil de se estabelecer um diálogo entre os dois assuntos acima referidos sem a intermediação da AST.

BIBLIOGRAFIA

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. In.: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

ANTUNES, Ricardo L. C. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.^a Ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 282-317.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO: um estudo entre os trabalhadores de cooperativas de economia solidária. III SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA, de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/>. Acesso em: 1 de agosto de 2015.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: retrato de uma estabilidade inaceitável. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 15 No 42, fevereiro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

BARRY, Brian. SOCIAL EXCLUSION, SOCIAL ISOLATION AND THE DISTRIBUTION OF INCOME. CENTRE FOR ANALYSIS OF SOCIAL EXCLUSION — CASE, LONDRES, 1998.

BAUMGARTEN, Maira. Tecnologia Social. In.: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (ORG). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. 2.^o Ed. Revista e Ampliada. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2011.

BAUMGARTEN, Maira; HOLZSMANN, Lorena. Verbete. In.: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (ORG). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. 2.^o Ed. Revista e Ampliada. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2011.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE AUTOGESTÃO NO CAPITALISMO: FUNCIONALIDADE, RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA. o&s - Salvador, v.17 - n.55, p. 605-619 - Outubro/Dezembro – 2010.

BIJKER, W. Do not despair: there is life after constructivism. Technology, & Human Values, v. 18, n. 1, winter, 1993.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA INTEGRAL. In.:BOFF, Leonardo. GLOBALIZAÇÃO: DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS, ÉTICOS E EDUCATIVOS. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Serviço Social & Sociedade, Junho de 2011, n.º 106.

BRANDÃO, F. C. Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq. Dissertação (mestrado em desenvolvimento sustentável) – UnB, Brasília, 2001.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Disponível em: www.planalto.gov.br.

CALDAS, Eduardo de Lima; ALVES, Mário Aquino. Tecnologia Apropriada: uma Modesta Apresentação de Pequenos Casos. Revista NAU Social - v.4, n.7, p. 16-26 Nov 2013/Abr 2014. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45704/Tecnologia%20Apropriada%20uma%20Modesta%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pequenos%20Casos.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

CALZOLAIO, Azis Eduardo; ZEN, Aurora; DATHEIN, Ricardo. Empresas inovadoras do Rio Grande do Sul e Sistema de Inovação Gaúcho: uma contribuição à análise com base nos dados da Pintec – Texto para Discussão. Publicado em maio de 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/01/TD01_2013_calzolaio_zen_dathein.pdf. Acesso em: 16 de junho de 2015.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Petrópolis: Ed.Vozes, 1998.

COM - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.

COSTA, Alexandre Araújo; CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de. AMARTYA SEN – A IDEIA DE JUSTIÇA. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Josimar Souza; MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro; CORRÊA-LIMA, Bruno Chaves; CABRAL, Augusto César de Aquino; SANTOS, Sandra Maria dos; SILVA FILHO, José Carlos Lázaro. TECNOLOGIA SOCIAL À LUZ DA TEORIA SOCIOTÉCNICA: O CASO DO PROJETO MANDALLA DO CEARÁ. In: Revista Interdisciplinar de Gestão. s e t . /dez. 2014, v.3n.3 p . 35- 56, ISSN: 2317-2428.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, MittiAyako H.; TRINDADE, Marcelo. Economia Solidária no Brasil – Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo: Editora Todos os Bichos, 2010.

DAGNINO, Renato Peixoto. Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico: um Debate sobre a Tecnociência. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

DAGNINO, Renato Peixoto. EM DIREÇÃO A UMA TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA. In.: DAGNINO, Renato Peixoto. TECNOLOGIA SOCIAL:

FERRAMENTA PARA CONSTRUIR OUTRA SOCIEDADE. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In.: LASSANCE JR., Antônio E. *et al*. Tecnologia Social: uma Estratégia para o Desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: base conceitual. *Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina*. Volume 1 - Número 1 – julho de 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/download/3840/4328>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

DAGNINO, Renato. “Ciência e tecnologia para a cidadania” ou Adequação Sociotécnica com o Povo?. In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 89-112. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

DAGNINO, Renato, BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o Marco Analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: FBB. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

DIAS, Rafael de Brito. Editorial: Pela Valorização do Sujeito na Tecnociência. *Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina*. Volume 1. Número 2. Maio de 2013.

DIAS, Rafael de Brito; MARTARELLO, Rafael de Almeida. FÁBRICAS E MÁQUINAS RECUPERADAS: EXPERIÊNCIAS DE ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA NO BRASIL E NA ARGENTINA. *Otra Economía*, vol. 10, n. 19, julio-diciembre, 2016.

DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA DA INOVAÇÃO PARA A REFLEXÃO ACERCA DA TECNOLOGIA SOCIAL. In.: DAGNINO, Renato Peixoto. TECNOLOGIA SOCIAL: FERRAMENTA PARA CONSTRUIR OUTRA SOCIEDADE. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

DUPAS, Gilberto. O MITO DO PROGRESSO. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUPAS, Gilberto. ECONOMIA GLOBAL E EXCLUSÃO SOCIAL – Pobreza, Emprego, Estado e Futuro do Capitalismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

FEENBERG, Andrew. TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA: UM PANORAMA. In.: NEDER, Ricardo Toledo (ORG.). A TEORIA CRÍTICA DE ANDREW FEENBERG: RACIONALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA, PODER E TECNOLOGIA. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/CAPES, 2010.

FEENBERG, Andrew. TRANSFORMING TECHNOLOGY: A CRITICAL THEORY REVISITED. Oxford: University Press, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A Problemática da Economia Solidária: uma Perspectiva Internacional. Soc. estado. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 2 de setembro de 2015.

FREITAS, Carlos Cesar Garcia. TECNOLOGIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Administração de Tecnologia, Qualidade e Competitividade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, defendida em dezembro de 2012. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29679/R%20-%20T%20-%20CARLOS%20CESAR%20GARCIA%20FREITAS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 de agosto de 2016.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/tramando-ecologia-e-justica-social.htm>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 799 a 834. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a06v47n4.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eSg-AX96HvUJ:www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php%3Fid%3D967%26article%3D171%26mode%3Dpdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE E VIABILIDADE NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. Lua Nova, São Paulo, 83: 79-109, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a04n83.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. O MAPEAMENTO NACIONAL E O CONHECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Revista da ABET, Volume 12, n.º 1.º, 2014.

GARCIA, R. M. ABORDAGEM SÓCIO-TÉCNICA: UMA RÁPIDA ABORDAGEM. Revista Administração de Empresas. Rio de Janeiro, jul/set. 1980.

GEORGES, Isabel; SILVA, Carlos Freire. A NATURALIZAÇÃO DA PRECARIÉDADE: TRABALHO INFORMAL, “AUTÔNOMO” E “COOPERATIVADO” ENTRE COSTUREIRAS EM SÃO PAULO. In.: LIMA, Jacob Carlos (Org.). LIGAÇÕES PERIGOSAS: TRABALHO FLEXÍVEL E TRABALHO ASSOCIADO. São Paulo: Editora Annablume, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. *MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUAYÍ – Democracia, Participação e Solidariedade. Disponível em http://guayi.org.br/?page_id=41. Acesso em: 3 de setembro de 2017.

HUNTER, B. H. Social exclusion, social capital, and indigenous australians: measuring the social costs of unemployment, Centre for Aboriginal Economic Policy Research. Discussion Paper, n. 204, p. 1-41, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna – Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

IBP – INSTITUTO BANCO PALMAS. O que é um Banco Comunitário?. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em: 28 de julho de 2016.

JESUS, Vanessa M. Brito de; COSTA, Adriano Borges. *TECNOLOGIA SOCIAL: BREVE REFERENCIAL TEÓRICO E EXPERIÊNCIAS ILUSTRATIVAS*. IN.: COSTA, Adriano Borges, (Org.) *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

JUSTA TRAMA. Fibra Ecológica. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/JustaTrama/photos/?tab=album&album_id=107648669374228 Acesso em: 30 de junho de 2017.

KASMIR, Sharryn. O MODELO MONDRAGÓN COMO DISCURSO PÓS-FORDISTA. In.: LIMA, Jacob Carlos (Org.). *LIGAÇÕES PERIGOSAS: TRABALHO FLEXÍVEL E TRABALHO ASSOCIADO*. São Paulo: Editora Annablume, 2007.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 n. 42, fev. 2000.

LASSANCE JR., Antônio E.; PEREIRA, Juçara Santiago. *TECNOLOGIAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS*. In.: LASSANCE JR., Antônio E. *et all*. *Tecnologia Social: uma Estratégia para o Desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais* Ano 2, nº 1, junho, 2002.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. *MODELAGEM DE EDEQUAÇÕES ESTRUTURAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA*

POBREZA. Tese apresentada do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, em maio de 2005.

LIMA, Jacob Carlos. O TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO EM COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO: o paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais. RBCS - v.19 n.56 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/107/10705604.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

LIMA, Jacob Carlos. PARADOXOS DO TRABALHO ASSOCIADO. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 1, 2008.

LIMA, Jacob Carlos. PARTICIPAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E AUTOGESTÃO: UMA NOVA CULTURA DO TRABALHO? Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 158-198.

LIMA, Márcia Maria Tait; DAGNINO, Renato Peixoto; FONSECA, Rodrigo. Um Enfoque Tecnológico para Inclusão Social. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 117-119, jul/dez. 2008.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 146-165, jan./mar. 2011.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Base de dados de 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

NEDER, Ricardo Toledo. A PRÁTICA DA ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA ENTRE O CAMPESINATO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SOCIAL. Linhas Críticas, vol. 21, núm. 45, mayo-agosto, pp. 357-381, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NEDER, Ricardo Toledo. O QUE (NOS) QUE DIZER A TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA. In.: NEDER, Ricardo Toledo (ORG.). A TEORIA CRÍTICA DE ANDREW FEENBERG: RACIONALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA, PODER E TECNOLOGIA. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/CAPES, 2010.

NEDER, Ricardo Toledo. O CONSTRUTIVISMO SOCIAL DA TECNOLOGIA (CST) E SUAS AFINIDADES COM OS ECONOMISTAS ECOLÓGICOS. In.: IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO. Outubro de 2011. Brasília - DF – Brasil. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT7-244-102-20110615194206.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2016.

NOVAES, Henrique T. PARA ALÉM DA APROPRIAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO? O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO SÓCIO-TÉCNICA NAS FÁBRICAS

RECUPERADAS BRASILEIRAS. In.: LIMA, Jacob Carlos (Org.). LIGAÇÕES PERIGOSAS: TRABALHO FLEXÍVEL E TRABALHO ASSOCIADO. São Paulo: Editora Annablume, 2007.

NOVAES, Henrique T. e DIAS, Rafael. CONTRIBUIÇÕES AO MARCO ANALÍTICO-CONCEITUAL DA TECNOLOGIA SOCIAL. In.: DAGNINO, Renato Peixoto. TECNOLOGIA SOCIAL: FERRAMENTA PARA CONSTRUIR OUTRA SOCIEDADE. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

NOVAES, Henrique T.; FARIA, Maurício Sardá de. Para onde vão as Fábricas Recuperadas? REVISTA Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº 26, p. 5-37, junho 2010.

NUSSBAUM, Martha C. LAS MUJERES Y EL DESARROLLO HUMANO. Herder Editorial: Barcelona, 2002.

OOSTERLAKEN, Ilse. TECHNOLOGY AND HUMAN DEVELOPMENT. Earthscan from Routledge, 2015.

PAGOTTO, Claudete. Produção Associada na Era da Precarização Estrutural: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes, em agosto de 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000779397>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

PENA, Jacques de Oliveira; MELLO, Claiton José. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In.: Tecnologia Social: uma Estratégia para o Desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, João Roberto Lopes. ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE VOLTA À ARTE DA ASSOCIAÇÃO. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. AS LIBERDADES HUMANAS COMO BASES DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES HUMANAS DE AMARTYA SEN. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

REIS, Cinthia Regina Nunes. “NÃO TEM PATRÃO, MAS TEM, PORQUE ELES CONTINUAM MANDANDO”: TRABALHADORES COOPERATIVAS DE TRABALHO NO MARANHÃO. In.: LIMA, Jacob Carlos (Org.). LIGAÇÕES PERIGOSAS: TRABALHO FLEXÍVEL E TRABALHO ASSOCIADO. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2007.

ROBEYNS, I. (2011). The Capability Approach. In: Zalta, E.N. (ed.), Stanford Encyclopedia of Philosophy.

ROCHA, Sônia. POBREZA NO BRASIL: AFINAL, DE QUE SE TRATA? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUEZ, César. À PROCURA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO: O CASO DAS COOPERATIVAS DE RECICLADORES DE LIXO NA COLÔMBIA. In.: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). PRODUZIR PARA VIVER: OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. A AUTOGESTÃO E A NOVA QUESTÃO SOCIAL: REPENSANDO A RELAÇÃO INDIVÍDUO-SOCIEDADE. In.: LIMA, Jacob Carlos (Org.). LIGAÇÕES PERIGOSAS: TRABALHO FLEXÍVEL E TRABALHO ASSOCIADO. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2007.

RTS – REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <http://rts.ibict.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

SANT'ANNA, Vanya. A política de ciência no Brasil: uma discussão. XXVI Reunião da SBPC, 1974.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, César. In.: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). PRODUZIR PARA VIVER: OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Cezar Augusto Pereira dos; CASAGRANDE, Dieson Lenon; HOECKEL, Paulo Henrique de Oliveira; MARIN, Solange Regina. BEM-ESTAR E POBREZA: A ABORDAGEM DE SEN EM COMPARAÇÃO À UTILITARISTA E A DOS BENS PRIMÁRIOS. In.: Revista Economia & Tecnologia (RET), Volume 9, Número 4, p. 61-76, Out/Dez 2013.

SANTOS, Milton. A NATUREZA DO ESPAÇO: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.º Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

SANTOS, Milton. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O espeço da Cidadania e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulyssis Guimarães, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E IDEOLOGIA: A Política do Conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1980.

SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES – Disponibiliza Nova Base de Dados. Divulgação dos dados do SIES 2013.

SEN, Amartya. A IDEIA DE JUSTIÇA. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya Kumar. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR – A ÉTICA DO DESENVOLVIMENTO E OS PROBLEMAS DO MUNDO GLOBALIZADO. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVERO, Célia Maria Teixeira; TEIXEIRA, Vanessa Espindula. **Perfil dos trabalhadores/as dos grupos incubados pelo Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários** – Tecnosocias/Unisinós (2009/2010). São Leopoldo: UNISINÓS, 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO : UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO E O CICLO ECONÔMICO. Tradução de Maria Sílvia Possas. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural, 1997.

SIES – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 59-67 jan./jun. 2009.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In.: SANTOS, Boaventura de Souza. PRODUIR PARA VIVER: OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária: um modelo de produção e distribuição. In.: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: A AUTOGESTÃO COMO RESPOSTA AO DESEMPREGO. 2.^a Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul ; SOUZA, André R. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a. pp.11-28.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE e UCSAL, 2000b. pp.143-161.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.:CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. 2.º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

TIRIBA, Lia. ECONOMIA POPULAR E CULTURA DO TRABALHO – PEDAGOGIA (S) DA PRODUÇÃO ASSOCIADA. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

TRIST,
http://www.moderntimesworkplace.com/archives/ericssess/sessvol2/STS_Emery.pdf.

UNISOL. Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/justa-trama-fibra-ecologica-completa-10-anos-e-inaugura-sede-em-porto-alegre/>. Acesso em: 5 de julho de 2017.

VARANDA, Ana Paula de Moura e BOCAYUVA, Pedro CláudioCunca. Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária. Rio de Janeiro: FASE|Ippur|Lastro|UFRJ, 2009.

VEAK, Tyler. QUESTIONANDO O QUESTIONAMENTO DA TECNOLOGIA DE FEENBERG. In.: NEDER, Ricardo T. A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 26, jan./abr. 2011.

KANG, Thomas. JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 3 (123), pp. 352-369, julho-setembro/2011.

WEISS, Zezé. TECNOLOGIA SOCIAL: OS DESAFIOS DE UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA. In: OTERLOO, Aldalice et al. TECNOLOGIAS SOCIAIS: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE. Brasília: s.n., 2009.

ZAMBAM, Neuro José. A TEORIA DA JUSTIÇA DE AMARTYA SEN: LIBERDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Tese de Doutorado em Filosofia. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS; PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA. Defendida em 2009.

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA JUNTO AOS GESTORES DOS
EMPREENDIMENTOS:

1. Qual é a estrutura do EES?
2. Quais as incumbências dos gestores?
3. Qual a forma pela qual é escolhida a diretoria do Empreendimento Solidário?
4. Qual a periodicidade do mandato da direção?
5. Você acha indispensável modernizar o empreendimento?

APÊNDICE B

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA APLICADA JUNTO AOS TRABALHADORES QUE NÃO EXERCEM ATIVIDADES DE GESTÃO:

1. Você conseguiu ampliar seus conhecimentos em decorrência do trabalho realizado?
2. Você é capaz de explicar aos seus outros colegas como trabalhar no empreendimento?
3. Durante a organização do empreendimento, você auxiliou em sua implementação?
4. O empreendimento conseguiu oferecer auxiliar a comunidade dentro daquilo que pretendia?
5. O trabalho decorrente do empreendimento é considerado positivo pela comunidade?
6. Parte do conhecimento existente no empreendimento foi desenvolvido no cotidiano do trabalho?
7. As decisões tomadas no empreendimento contaram com sua participação?
8. A participação no empreendimento auxiliou na aquisição de conhecimento e hábitos não relacionados ao trabalho?
9. Com a prática e o hábito no trabalho os trabalhadores puderem melhorar o trabalho no empreendimento?
10. O empreendimento concede dar renda suficiente para os trabalhadores?
11. A renda obtida no empreendimento é sua renda principal?
12. O empreendimento é tido como um meio para melhorar sua condição financeira?
13. O empreendimento auxilia a comunidade?
14. O dinheiro que você obtém no empreendimento lhe permite sonhar em algo mais?
15. O trabalhador se acha útil à comunidade ao trabalhar no empreendimento?
16. O trabalho realizado o tornou mais confiante para enfrentar os problemas?